



UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO
PÓLO DE CHAVES

ESCOLA DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA, SOCIOLOGIA E GESTÃO (DESG)

CIGANOS E NÃO CIGANOS
EM
TRÁS-OS-MONTES: INVESTIGAÇÃO DE UM IMPASSE
INTER-ÉTNICO

ORIENTADOR – PROFESSOR DOUTOR JOSÉ GABRIEL PEREIRA BASTOS

ORIENTADOR – PROFESSOR DOUTOR XERARDO PEREIRO PÉREZ

CANDIDATA – LURDES FERNANDES NICOLAU

DOUTORAMENTO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

CHAVES, 2010

Dissertação apresentada na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro para a obtenção do grau de doutor em Ciências Sociais.

Declaro que, tanto quanto me foi possível verificar, esta tese é o resultado da investigação pessoal do candidato, sob a minha orientação científica. Declaro também que considero este trabalho válido para ser apresentado e defendido pelo seu autor.

O Orientador

A handwritten signature in dark ink, reading "JOSÉ GABRIEL PEREIRA BASTOS", written over a horizontal line.

(Professor Doutor José Gabriel Pereira Bastos)

Dissertação apresentada na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro para a obtenção do grau de doutor em Ciências Sociais.

Declaro que, tanto quanto me foi possível verificar, esta tese é o resultado da investigação pessoal do candidato, sob a minha orientação científica. Declaro também que considero este trabalho válido para ser apresentado e defendido pelo seu autor.

O Co-orientador

A handwritten signature in black ink on a light pink background. The signature is written in a cursive style and reads "Xerardo Pereiro".

(Professor Doutor Xerardo Pereiro Pérez)

AGRADECIMENTOS

A investigação que agora termino não se concretizaria sem o apoio e a disponibilidade de todos quantos nela participaram.

Assim, quero aqui demonstrar a minha gratidão ao professor doutor José Gabriel Pereira Bastos pelo entusiasmo que demonstrou desde o primeiro contacto, pelo impulso nas horas de desalento e pela enorme confiança que depositou em mim, assim como nas expectativas em relação ao resultado final deste trabalho. Apesar da distância entre o Nordeste Transmontano e Lisboa, motivo que impedia a minha presença mais frequentemente do que aconteceu, as novas tecnologias permitiram assegurar a regularidade da comunicação.

O professor doutor Xerardo Pereiro Pérez esteve extremamente atento às minhas dificuldades e preocupações e, pela proximidade, proporcionou-me Encontros com outros investigadores da UTAD, com os quais pude debater problemas que me surgiram ao longo do trabalho. A sua preocupação em facultar-me a informação de que dispunha sobre esta temática e a sua prontidão foram cruciais para um desenvolvimento equilibrado da investigação.

O contacto com a população de etnia cigana e os momentos agradáveis que passei com as famílias deixaram-me um sentimento de grande carinho, além de gratidão, por todas as informações que me facultaram e o caloroso acolhimento com que sempre me receberam.

Um agradecimento muito especial à Fátima Castanheira que foi incansável durante todo o percurso deste trabalho. Com a sua tranquilidade acompanhou, ouviu, opinou e não me deixou fraquejar em nenhum momento.

Ao José Cordeiro que pacientemente me escutava, pelas sugestões e força, assim como pela preciosa ajuda na transcrição de entrevistas e algum trabalho a nível da informática.

Ao José Padrão pela atenção e disponibilidade, mas essencialmente pelo trabalho informático que deixei a seu cargo. A sua colaboração foi essencial, uma vez que garantiu a actual apresentação e sem ela gastaria, seguramente, horas incontáveis de trabalho.

À Tânia Ribeiro que, num determinado momento, acompanhou de perto esta investigação, pela sua disponibilidade, tanto a nível informático, como nos momentos de algum desalento.

À Helena Fernandes que a casualidade trouxe para os meandros destes textos e embora por um período breve as suas sugestões em muito contribuíram para a melhoria dos mesmos.

Aos Conselhos Executivos¹ contactados, Professores, Presidentes de Junta, Presidente da Câmara Municipal de Bragança, párocos e as demais pessoas, no meio urbano e rural que me receberam sucessivas vezes, incansavelmente, e acederam conceder-me entrevistas.

No Arquivo Municipal e Assembleia Municipal de Bragança passei vários dias em consulta de documentos e, graças à disponibilidade e amabilidade dos que aí trabalhavam, senti-me muito confortável.

Aos directores do *Mensageiro de Bragança* e *A Voz de Nordeste*, Calado Rodrigues e César Urbino, respectivamente, pela atenção e prontidão com que me disponibilizaram os documentos para consulta.

Na Delegação da Universidade Aberta do Porto agradeço, particularmente, à Olga Magano, pela disponibilidade e amabilidade com que me recebeu numa etapa de pesquisa bibliográfica e posteriormente, na fase de conclusão, pelas suas sugestões.

À minha família, especialmente à Celina que, apesar do pouco tempo que dispunha, se mostrou incansável e acompanhou, de perto, a realização deste trabalho, contribuindo com as suas sugestões e ajuda na transcrição das entrevistas.

A todos quanto, directa e/ou indirectamente, participaram nas diferentes etapas e demonstraram a sua preocupação e ajuda contribuindo para o resultado final, que agora apresento.

Muito Obrigada.

¹ Designação utilizada quando efectuámos o trabalho de campo, ou seja, no ano lectivo 2005/2006.

ÍNDICE GERAL

ÍNDICE GERAL	iii
ÍNDICE DE QUADROS.....	vi
ÍNDICE DE GRÁFICOS	vii
ÍNDICE DE FIGURAS	viii
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	ix
RESUMO.....	x
ABSTRACT	xi
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – QUADRO TEÓRICO: CONCEITOS E PROBLEMÁTICAS ACTUAIS.....	10
1.1 – DO CONCEITO DE “RAÇA” AO RACISMO	12
1.1.1 – RAÇA.....	12
1.1.2 – RACISMO	17
1.2 – DOS CONCEITOS DE ETNIA, GRUPO ÉTNICO E MINORIA ÉTNICA À ETNICIDADE	20
1.2.1 – ETNIA	20
1.2.2- GRUPO ÉTNICO	21
1.2.3 – MINORIA ÉTNICA.....	24
1.2.4 – ETNICIDADE.....	25
1.3 – OS FENÓMENOS DA POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL	29
1.3.1 - A POBREZA.....	31
1.3.1.1 - Definição de pobreza.....	31
1.3.1.2 - Do conceito de pobreza às pessoas que são pobres	33
1.3.1.3 - Pobreza absoluta e pobreza relativa	34
1.3.1.4 - Relações sociais dos pobres	35
1.3.1.5 - A sub-cultura da pobreza e a sub-cultura da dependência.....	37
1.3.1.6 - Culpabilização da vítima e culpabilização do sistema.....	38
1.3.2 - A EXCLUSÃO SOCIAL	40
1.3.2.1 - Definição de exclusão social.....	40
1.3.2.2 - Tipos de exclusão social.....	42
1.4 – PROCESSOS DE EXCLUSÃO/MARGINALIZAÇÃO DAS MINORIAS.	43
1.4.1 – A MARGINALIZAÇÃO OBJECTIVA FACE AOS CIGANOS.....	46
1.4.2 – A MARGINALIZAÇÃO OBJECTIVA FACE À PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE CIGANOS	52
CAPÍTULO 2 – REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO METODOLÓGICO	62
2.1 – TÉCNICAS DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO	65
2.2 – DEFINIÇÃO DAS UNIDADES DE OBSERVAÇÃO	67
2.3 – ENTRADA E INCURSÕES NO TERRENO.....	69
2.4 – OBSERVAÇÃO DIRECTA E PARTICIPANTE	78
2.4.1 - EM CONTEXTOS DOMINADOS POR CIGANOS.....	78
2.4.2 - EM CONTEXTOS DOMINADOS POR ALDEANOS	80
2.5 – ENTREVISTAS	84
2.6 – PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL	88
2.7 – TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO RECOLHIDA	90
CAPÍTULO 3 – CONTEXTO SÓCIO-GEOGRÁFICO E SITUACIONAL	92
3.1 – SITUAÇÃO GEOGRÁFICA.....	92
3.2 – EFEITOS DE UMA LOCALIZAÇÃO PERIFÉRICA	96

3.3 – EMIGRAÇÃO E SUAS CONSEQUÊNCIAS.....	98
3.4 – ASPECTOS DEMOGRÁFICOS	100
3.5 – ACTIVIDADES ECONÓMICAS	105
3.5.1 - RELAÇÕES DE ACESSO À TERRA.....	110
3.6 – TIPO DE POVOAMENTO	114
CAPÍTULO 4 – A HISTÓRIA DOS CIGANOS E O CONTEXTO ACTUAL	118
4.1 – APARECIMENTO DOS CIGANOS NO OCIDENTE EUROPEU	120
4.2 – A ENTRADA NA PENÍNSULA IBÉRICA.....	126
4.3 – OS CIGANOS EM PORTUGAL.....	126
4.4 – POR TERRAS TRANSMONTANAS.....	131
4.5 – OS CIGANOS NA ACTUALIDADE	134
CAPÍTULO 5 – APRESENTAÇÃO SOCIOGRÁFICA DOS CIGANOS EM TRÁS- OS-MONTES.....	137
5.1 – “NÓS SOMOS CIGANOS, ELES SÃO <i>GITANOS</i> ”	138
5.1.1 - PERCURSO MIGRATÓRIO E RESIDENCIAL.....	138
5.1.2 - ITINERÂNCIA E EMIGRAÇÃO	144
5.1.3 - PERCURSO ECONÓMICO	147
5.1.4 - CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS E HABITACIONAIS NA ACTUALIDADE	157
5.1.4.1 - Situação demográfica e habitacional (unidades de observação)	157
5.1.4.1.1 - Meio urbano.....	157
5.1.4.1.2 - Meio rural	166
5.1.4.2 - Dados demográficos (concelho).....	180
5.1.5 – AUTO-IMAGEM E AUTO-IMAGEM GRUPAL	182
5.1.6 – HETERO-IMAGENS	189
5.2 – “CIGANOS SOMOS NÓS, ELES SÃO “RECS”, “CHABOTOS”!”	196
5.3 – CALDEIREIROS	201
CAPÍTULO 6 – CIGANOS E NÃO CIGANOS: INVESTIGAÇÃO DE UM IMPASSE INTER-ÉTNICO	207
6.1 – RELAÇÕES INTRAGRUPAIS	211
6.2 – RELAÇÕES INTER-ÉTNICAS NO MEIO LOCAL.....	215
6.2.1 – INTERACÇÕES EM MEIO URBANO	215
6.2.1.1 - Na opinião dos ciganos... ..	216
6.2.1.2 - Na opinião dos aldeanos... ..	219
6.2.2 - INTERACÇÕES EM MEIO RURAL.....	222
6.2.2.1 - Na opinião dos ciganos... ..	222
6.2.2.2 - Na opinião dos aldeanos... ..	224
6.3 – RELAÇÕES INTER-ÉTNICAS EM CONTEXTO ESCOLAR.....	231
6.3.1- ALGUNS DADOS SOBRE O ATRASO ESCOLAR PORTUGUÊS	231
6.3.2 - O AGRAVAMENTO DO ATRASO NA ESCOLARIZAÇÃO EM MEIO RURAL E EM FAMÍLIAS COM RENDIMENTOS PRECÁRIOS E INSUFICIENTES.....	234
6.3.3 - O AGRAVAMENTO DO ATRASO NA ESCOLARIZAÇÃO EM MINORIAS ÉTNICAS.....	236
6.3.4 - O ATRASO NA ESCOLARIZAÇÃO DAS MINORIAS CIGANAS... ..	238
6.3.5 - O SISTEMA ESCOLAR NO CONCELHO DE BRAGANÇA.....	244
6.3.6 - AS CRIANÇAS CIGANAS NO CONCELHO DE BRAGANÇA	247
6.3.7 - DESCENDO AO LOCAL	252
6.3.7.1 - Os ciganos vistos pela escola.....	267

6.3.7.2 - A escola vista pelos ciganos	272
CONCLUSÃO	284
BIBLIOGRAFIA.....	291
ANEXOS	315
ANEXO 1 – INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO AOS AGRUPAMENTOS DO CONCELHO	316
ANEXO 2 – GUIÕES DE ENTREVISTAS	318
2.1 - GUIÃO DE ENTREVISTA À POPULAÇÃO CIGANA	318
2.2 - GUIÃO DE ENTREVISTA À POPULAÇÃO NÃO CIGANA	319
2.3 - GUIÃO DE ENTREVISTA A PROFESSORES	320
ANEXO 3 – CIRCULAR Nº 168 DA 3ª REPARTIÇÃO DO COMANDO-GERAL DA GNR.....	321
ANEXO 4 – ACTIVIDADES DA PSP	322
ANEXO 5 – TRAGÉDIA FAMILIAR PROVOCADA POR CONDIÇÕES HABITACIONAIS	323
ANEXO 6 – PEDIDO DE DONATIVOS.....	324
ANEXO 7 – TIPOLOGIAS DE HABITAÇÃO EM MEIO RURAL	327
ANEXO 8 – OFICINA DE CALDEIREIRO	329
ANEXO 9 – CASA COMERCIAL E OFICINA DE LATOEIRO	330
ANEXO 10 – PARTICIPAÇÃO DE INDIVÍDUOS DE ETNIA CIGANA EM ACTIVIDADES DIVERSAS	331
ANEXO 11 – FAMÍLIA CIGANA NO MEIO RURAL	333
ANEXO 12 – ALUNA DE ETNIA CIGANA NO ENSINO SUPERIOR	334

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Unidades de observação em meio urbano.....	67
Quadro 2 – Unidades de observação em meio rural	69
Quadro 3 – Grupos sociais entrevistados e número de entrevistas efectuadas	88
Quadro 4 – Evolução da população no distrito de Bragança, de 1940 a 2006 ..	99
Quadro 5 – Indicadores populacionais.....	101
Quadro 6 – População residente nas freguesias rurais e urbanas no concelho de Bragança, 1991-2001	102
Quadro 7 – População activa por sectores de actividade no concelho de Bragança (%).....	106
Quadro 8 – População desempregada no concelho de Bragança, 2001.....	107
Quadro 9 – Total de agregados e indivíduos residentes em Bragança.....	197
Quadro 10 – Taxas de analfabetismo no concelho de Bragança e no país, 1981-1991-2001 (%).....	233
Quadro 11 – Níveis de ensino atingidos pela população residente no concelho de Bragança e país, 2001	234
Quadro 12 – Resultados escolares das crianças de etnia cigana, no ensino básico e secundário, 1997/1998	239
Quadro 13 – Situação escolar das crianças ciganas, 1997/1998.....	241
Quadro 14 – Taxas de diplomação das crianças ciganas, no distrito de Lisboa, 1992/1993 a 2000/2001	242
Quadro 15 – Estabelecimentos de ensino público no concelho de Bragança, em 2005/2006	244
Quadro 16 – Total de alunos do Pré-Escolar, 1º e 2º Ciclos/Ensino estatal, no concelho de Bragança, 2005/2006	245
Quadro 17– Evolução do número de crianças ciganas escolarizadas, de 1992/1993 a 1997/1998.....	247
Quadro 18 – Alunos de etnia cigana escolarizados segundo o nível de ensino, no concelho de Bragança, 2005/2006.....	249
Quadro 19 – Alunos de etnia cigana das localidades estudadas, segundo o ano de escolaridade, 2005/2006.....	256
Quadro 20 – Alunos de etnia cigana das localidades estudadas, por género, 2005/2006	257
Quadro 21 – Indicadores escolares dos alunos ciganos e não ciganos do concelho	261
Quadro 22 – Docentes do 1º Ciclo entrevistados, 2005/2006	265

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – População residente no concelho de Bragança por classes etárias, 2006	102
Gráfico 2 – Evolução da população das localidades rurais, de 1940 a 2001 ...	103
Gráfico 3 – População cigana do meio urbano, por classes etárias	157
Gráfico 4 – População cigana das aldeias estudadas, por classes etárias	166
Gráfico 5 – População cigana de Serrania, por classes etária	168
Gráfico 6 – População cigana de Penedo, por classes etárias.....	170
Gráfico 7 – População cigana da Ribeira, por classes etárias.....	172
Gráfico 8 – População cigana de Freixo, por classes etárias	174
Gráfico 9 – População cigana de Fonte, por classes etárias	176
Gráfico 10 – População cigana de Souto, por classes etárias.....	178
Gráfico 11 – População escolar das localidades estudadas, 2005/2006.....	252
Gráfico 12 – População escolar de duas escolas em Bragança, frequentadas pelos alunos ciganos dos bairros estudados, 2005/2006	253
Gráfico 13 – População escolar nas localidades estudadas no meio rural, 2005/2006	254
Gráfico 14 – Sucesso escolar dos alunos de etnia cigana das localidades estudadas, 2005/2006.....	258
Gráfico 15 – Assiduidade dos alunos de etnia cigana das localidades estudadas, 2005/2006.....	260

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Localização da região transmontana.....	93
Figura 2 – Mapa do concelho de Bragança.....	94
Figura 3 – Família de ciganos	139
Figura 4 – Localização dos bairros	159
Figura 5 – Aspecto das barracas e casas degradadas	160
Figura 6 – Interior das carrinhas/caravanas	160
Figura 7 – Aspecto do bairro Horizonte	162
Figura 8 – Aspecto do bairro da Encosta.....	163
Figura 9 – Aspecto do bairro do Largo.....	164
Figura 10 – Localização da população cigana de Serrania (aproximação)	169
Figura 11 – Localização da população cigana de Penedo (aproximação).....	171
Figura 12 – Localização da população cigana de Ribeira (aproximação).....	173
Figura 13 – Localização da população cigana de Freixo (aproximação)	175
Figura 14 – Localização da população cigana de Fonte (aproximação)	177
Figura 15 – Localização da população cigana de Souto (aproximação)	179
Figura 16 – Escola do 1º Ciclo situada em Penedo.....	254
Figura 17 – Escola do 1º Ciclo situada em Fonte	255

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACIDI – Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural

ACIME - Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas

CEF – Curso de Educação e Formação

CEMME – Centro de Estudos para as Migrações e Minorias Étnicas

DC – Diário de Campo

DOC – Documento

ESA – Escola Superior Agrária

ESE – Escola Superior de Educação

GNR – Guarda Nacional Republicana

INE – Instituto Nacional de Estatística

IPB – Instituto Politécnico de Bragança

RM – Rendimento Mínimo

RSI – Rendimento Social de Inserção

UE – União Europeia

RESUMO

As representações sociais dos ciganos transmontanos evidenciam a heterogeneidade da população portuguesa, no que diz respeito a estes cidadãos, já que apresentam diferenciações relevantes, relativamente a outros ciganos da região e do país, na opinião dos dois grupos. Os “outros”, que designam de *gitanos*, chamam-lhes “chabotos”, auto-denominando-se, ambos, ciganos.

Recorreu-se a uma metodologia qualitativa, no sentido de melhor compreender o significado das acções dos sujeitos que integravam o nosso universo de observação. Este situou-se no concelho de Bragança, em contexto urbano, em três bairros da cidade e em seis localidades do meio rural.

Para além do estudo da vida objectiva dos ciganos da região, em determinadas dimensões, tanto no meio urbano como no meio rural, investigam-se as relações inter-étnicas entre os mesmos e as populações locais abrangendo, também, o contexto escolar.

Os ciganos residentes na cidade são objectivamente marcados pela exclusão que se materializa na falta de condições de habitação, emprego, educação e em diversas situações no seu quotidiano.

No meio rural, em geral, as condições de habitabilidade são precárias e, em cada uma das localidades, desenvolveram-se interacções específicas com os não ciganos. Enquanto nalgumas povoações o contacto entre ambos se cinge ao mínimo, noutras existe uma interacção positiva. Esta evidencia-se através de um número significativo de casamentos mistos e nas dinâmicas estabelecidas entre ambos, nomeadamente, pelo facto de os ciganos assegurarem os trabalhos agrícolas da população não cigana.

No entanto, em todos os contextos estudados, com maior ou menor intensidade, os ciganos continuam a ser vítimas de preconceitos e a ser estigmatizados pelos não ciganos.

Palavras-chave: ciganos, diferenciações, exclusão social, etnia

ABSTRACT

The social manifestations of the gypsy population of Trás-os-Montes are an evidence of how heterogeneous that group is in Portugal. The gypsies from Trás-os-Montes present relevant differences to other gypsy populations, regardless if they reside in the Bragança region or other parts of the country. Both groups agree with the existence of those differences.

Moreover, gypsy populations from other regions of Portugal label the Trás-os-Montes gypsies as “Chabotos”. In contrast, gypsies from Trás-os-Montes refer to other Portuguese gypsies as “Gitanos”. All groups self-name themselves as “gypsies”.

Qualitative research was adopted in this thesis providing a better understanding of the behaviour of observed individuals in their living environment. The fieldwork was situated in the Bragança area, including rural and urban contexts. In the urban area it included three neighbourhoods, in the rural area it included six villages.

Furthermore to investigations about the gypsies of Trás-os-Montes standard of life in rural and urban areas, studies were extended onto inter-ethnic relations as well as with the local populations, including school environment.

Urban gypsies of Trás-os-Montes live with segregation. This is apparent when considering their housing condition, employment, education and other areas of their lives.

In rural areas, they also reside with poor housing conditions in general. On regard to relationships with the non-gypsies, that varies from each rural area. There are villages where contact between gypsies and non-gypsies is minimal; whereas, some villages the interaction is unquestionable. Considerable numbers of mixed matrimonies is a strong evidence of their positive relationships. Moreover, gypsies are directly engaged in the agricultural duties and guarantee the economic agricultural activity for the non-gypsies.

Nevertheless, prejudice against gypsies is revealed at different levels in all contexts of this study. The gypsy population thus far are victims of stigmatisation from the non-gypsy population.

Keywords: gypsies, differentiations, social exclusion, ethnic

INTRODUÇÃO

O povo cigano aparece, em vários estudos académicos², caracterizado pela existência de diversos grupos, dos quais se destacam, na Europa, os *Rom*, *Manush* ou *Sinti* e os *Gitanos* que, por sua vez, se dividem em subgrupos, apresentando claras diferenciações entre eles.

No que diz respeito aos ciganos de Portugal, de acordo com Coelho (1995), poderão ser considerados um simples ramo dos ciganos de Espanha incluindo-se, segundo o autor, no grupo *Gitano*.

Na perspectiva de San Román (1997), as distinções académicas são confusas e contraditórias em relação aos diversos tipos de ciganos, por isso, a tendência é para assinalar as identidades reveladas pelos próprios, através das suas representações sociais.

A história de cada grupo está estreitamente ligada às condições sociais, culturais e históricas dos países onde viveram. Os ciganos não constituem em nenhum país um grupo populacional fechado, mas existe uma quantidade de comunidades historicamente diferentes. É também a razão pela qual eles se designam de maneira diferente, dentro de cada estado europeu (Fienbork; Mihók e Muller, 1998: 15).

Os factores responsáveis pela existência de uma grande diversidade cultural e linguística são variados, tais como: i) a chegada, em épocas diferentes, de grupos de origem indiana com vivências históricas em parte semelhantes, dado o tratamento que sofreram, mas também diferentes devido à interacção com um meio de que extraíram contributos diversos; ii) a sedentarização mais ou menos longa, para uns, e deslocações frequentes, para outros; iii) encontros com grupos nómadas locais (Liégeois, 2001: 31-32).

No que diz respeito a Trás-os-Montes, o conhecimento de um grupo de ciganos que se auto-identificava e era identificado por outros ciganos com especificidades próprias, a residir na região, foi o factor inicial que impulsionou a realização de um trabalho científico acerca dos mesmos³.

² Heusch (1961); Coelho (1995); Nunes (1996); Fraser (1997); San Román (1997).

³ Para nos referirmos ao grupo de ciganos sobre os quais incide esta investigação, denominámo-los, ao longo do trabalho, de “chabotos” ou ciganos transmontanos ou ciganos da

Os ciganos transmontanos são denominados por “outros” de “chabotos”, a quem eles chamam *gitanos*, sendo que ambos os grupos se auto-denominam ciganos e estabeleceram fronteiras, no sentido de não se verificar qualquer tipo de interacção entre eles.

A informação que dispúnhamos acerca dos ciganos da região localizava-os tanto no meio urbano, como no meio rural povoando, neste último, diversas localidades, com interacções com as populações locais diferenciadas, dependendo das aldeias.

Assim, no sentido de obter uma resposta para as questões que se nos colocavam e pretendendo deshomogeneizar os ciganos de Portugal⁴ estabelecemos os seguintes objectivos que se centram em torno de dois eixos principais: i) conhecer o grupo de ciganos que maioritariamente habita no Nordeste Transmontano e ii) compreender as relações inter-étnicas que os mesmos estabeleceram com as populações locais e com a instituição escola.

Esta investigação surgiu na sequência da dissertação de mestrado (Nicolau, 2003) e de um trabalho posterior, no CEMME (Nicolau, 2006), para a realização do qual foi necessário encetar um contacto directo com a população cigana residente em Bragança.

Desde o primeiro trabalho realizado constatámos a existência de diferenciações entre o grupo de ciganos que maioritariamente habita na região de Trás-os-Montes e outro grupo de ciganos que se encontra também na região, no país e ainda com os ciganos espanhóis, quer através das leituras efectuadas⁵, quer do contacto com a população cigana transmontana. Em 2002 efectuámos uma aproximação com os indivíduos desta etnia em Bragança, mas foi a partir de 2004 que intensificámos o contacto devido à realização de entrevistas, das quais resultou uma publicação (Nicolau, 2006).

Apesar das suas especificidades e de um número significativo que habita na região, não se conhecem estudos científicos publicados acerca dos

região ou, simplesmente, ciganos. O último nome é a designação que os próprios utilizam individualmente e para o restante grupo.

⁴ O etnocentrismo presente na sociedade maioritária leva a homogeneizar todos os ciganos. O etnocentrismo surge como “uma doença cultural que ataca a faculdade de discernimento e o comportamento em face a outras culturas diferentes da própria e leva, necessariamente, ao preconceito cultural e social. (...) é rude, bárbaro, incivil, aquilo que é praticado pelos outros; é sempre bom aquilo que cada um pratica de acordo com a educação que lhe é própria” (Bernardi, 1978: 45).

⁵ Coelho, 1995; Costa, 1996; Nunes, 1996, etc.

mesmos, apenas algumas referências em publicações locais, como livros, revistas ou jornais, como veremos mais adiante⁶.

A inexistência de trabalhos científicos sobre os ciganos transmontanos e a escassez dos mesmos acerca dos ciganos rurais desencadeou a necessidade de produção de conhecimento científico contribuindo para desocultar uma realidade, até ao momento, não estudada por cientistas sociais ou outros académicos.

A nossa procedência, familiaridade e ligação com a região contribuíram, também, como motivação para aprofundar o conhecimento acerca desta questão e avançarmos para a realização de um trabalho desta natureza.

A investigação insere-se no âmbito das Ciências Sociais, abarcando várias disciplinas mas onde a Antropologia e a Sociologia assumem uma importância preponderante. A primeira dedica-se ao estudo do homem em todas as suas dimensões, a segunda debruça-se sobre o estudo de fenómenos sociais, tentando encontrar explicações analisando os indivíduos nas suas relações de interdependência.

Uma metodologia de carácter qualitativo pareceu-nos a mais adequada para levar a cabo este trabalho. A realização de entrevistas, a observação directa e participante e o trabalho de pesquisa documental, devidamente articulados, permitiram a leitura da realidade visada.

Para um melhor conhecimento e compreensão do objecto de estudo optou-se por uma dupla perspectiva: histórica e sincrónica. A primeira poder-nos-á facultar uma visão dos fenómenos ao longo dos tempos e permitir compreender as relações que se estabeleceram entre o passado e o presente, enquanto a segunda nos possibilita uma contextualização da actualidade.

No início da presente investigação complementamos alguns conhecimentos acerca da temática que pretendíamos estudar através de Encontros com peritos, em contextos formais, mas também informais. Contactámos, ainda, com pessoas que por diferentes motivos tinham proximidade com os ciganos da região, através de relações de vizinhança, profissionais ou outras.

⁶ Na dissertação de mestrado, Magano (1999) refere-se a um grupo de ciganos “chabotos” que reside no Porto, oriundos da região de Trás-os-Montes. Este trabalho não se encontra publicado.

Tendo em conta os objectivos que definimos, as perguntas que nos guiaram ao longo da investigação foram as seguintes: Em que dimensões os ciganos transmontanos se diferenciam dos restantes ciganos?

A partir desta questão surgiu outra para a qual o nosso interesse também estava direccionado e à qual pretendíamos obter uma resposta: Os ciganos do meio urbano e do meio rural têm afinidades entre si?

A outra pergunta que nos guiou foi: Como se processam as relações inter-étnicas nesta região?

Por sua vez, esta pergunta proporcionou as seguintes: Como interagem os ciganos do meio urbano e do meio rural com a população local? E com a instituição escola?

De acordo com os objectivos traçados, baseando-nos em trabalhos académicos que consultámos para a dissertação de mestrado e que, posteriormente, reavivamos e no contacto pessoal com a população cigana local, definimos as seguintes hipóteses:

O grupo étnico cigano que, maioritariamente, habita na região apresenta diferenciações (culturais, sociais, religiosas, etc.) relativamente a outros ciganos da região, país e estrangeiro.

Esta hipótese desencadeou a seguinte: Os ciganos do meio urbano e rural assemelham-se.

Numa outra dimensão surgiu outra hipótese: As interacções que os ciganos da região estabeleceram com a população local, quer na cidade, quer nas diferentes aldeias do concelho divergem.

A última hipótese, ainda situada no campo das relações inter-étnicas, diz respeito à Escola⁷: O processo de escolarização das crianças ciganas não se encontra normalizado.

O trabalho empírico realizou-se no concelho de Bragança, em três bairros da cidade onde habitam famílias ciganas e em seis aldeias do meio rural com um número significativo de famílias ciganas residentes. Em primeiro lugar centrámo-nos na cidade, durante o período de um ano para posteriormente nos introduzirmos em cada uma das localidades seleccionadas, alternadamente.

⁷ Este aspecto suscitava-nos um duplo interesse, pela sua importância e também pela afinidade com a actividade profissional que exercemos.

O trabalho organizou-se em seis capítulos, que se subdividem em secções variadas para uma melhor estruturação do mesmo, facilitando a exposição das temáticas abordadas e a sua apresentação.

Assim, no primeiro capítulo traçamos um quadro teórico e conceptual que vai de encontro ao nosso objecto de estudo, reflectindo-se sobre conceitos que compreendem as dimensões analisadas ao longo do trabalho. Procura-se, então reflectir sobre conceitos como raça e racismo, bem como o contributo do primeiro na afirmação do segundo. Na sequência destes apresentamos as noções de etnia, grupo étnico, minoria étnica e etnicidade, assim como as noções de pobreza e exclusão social.

Apresentamos, ainda, uma breve reflexão de processos variados de marginalização e exclusão social dos grupos minoritários incidindo, sobretudo, na situação objectiva dos ciganos.

Para terminar debruçamo-nos sobre a produção de trabalhos científicos acerca dos ciganos em Portugal que consideramos ter um percurso ‘atrasado’ em relação aos países ‘centrais’ e marcado pela “marginalização”, de forma visivelmente acentuada no que concerne aos ciganos de Trás-os-Montes.

No capítulo dois centramo-nos em reflexões acerca do processo metodológico adoptado, a opção por uma metodologia qualitativa e técnicas de pesquisa específicas e diversificadas, tais como a observação etnográfica, a entrevista e o trabalho documental, aplicadas de forma alternada. Situamos, também, geograficamente, as unidades de observação sobre as quais se realizou o trabalho de campo e esclarecemos os critérios de selecção das mesmas. Explicamos, ainda, variadas questões relacionadas com a observação directa e participante, as entrevistas realizadas e a pesquisa bibliográfica e documental em relação a aspectos metodológicos, questões teóricas sobre os ciganos, bem como um trabalho exaustivo de arquivo.

O terceiro capítulo expõe a situação sócio-geográfica desta região, posicionando-a de acordo com o contexto local, regional e nacional, dando ênfase a questões como a emigração e suas consequências, aspectos demográficos e actividades económicas.

De uma forma geral expõem-se algumas características da província de Trás-os-Montes, como o isolamento relativamente ao resto do país e alguns

aspectos relacionados com a actividade agrícola, uma vez que se trata de uma zona marcada pela interioridade e ruralidade.

No capítulo quatro apresentamos a história dos ciganos, embora não de forma exaustiva, por considerarmos que os documentos acerca desta temática, produzidos pelos não ciganos, baseados em dados oficiais ou na tradição oral, poderão não estar isentos de preconceitos deturpando ou enviesando, portanto, a realidade.

Aqui, devemos ter em conta que estudos recentes, acerca do percurso diaspórico deste grupo étnico, revelam uma perspectiva que se distancia, claramente, das hipóteses apontadas por autores tradicionais (Coelho, 1995; Nunes, 1996; Fraser, 2005). Estes descrevem a fuga de vários grupos da Índia devido a guerras, fomes ou invasões, enquanto Lamanit (2007) traça uma possível correlação entre os indianos escravizados pelos turcos Gaznavidas e os escravos *Rroms* libertados dos Principados Romenos sob a dominação dos turcos Otomanos.

Este capítulo descreve, ainda, a chegada dos ciganos ao ocidente europeu, a sua entrada em Portugal e as medidas legislativas adoptadas, bem como algumas notícias dos mesmos, em terras transmontanas.

Se num período inicial foram bem acolhidos pelas populações locais, depressa se iniciaram as perseguições e posteriores acções e medidas para a sua expulsão, deportação para outros continentes, extermínio, etc.

Através de fontes recentes (Bastos, 2007a; Agence des Droits Fondamentaux de l'Union Européenne, 2009a), podemos verificar que as acções de discriminação na habitação, emprego, saúde, educação ou a outros níveis persistem.

Quanto à sua presença em terras transmontanas recolhemos testemunhos escritos a partir de 1920 baseados, também, em documentos da autoria de não ciganos. A tendência nesta região vai de encontro ao que descrevemos acima, ou seja, marginalização, perseguição e estigmatização dos indivíduos deste grupo étnico, por parte de diferentes públicos.

Por fim apresentamos a situação em que se encontram os ciganos na actualidade, indicando situações objectivas de marginalização social e racismo que estes portugueses continuam a vivenciar.

No capítulo seguinte: “Apresentação sociográfica dos ciganos em Trás-os-Montes” expomos o percurso migratório e residencial, bem como económico, dos ciganos da região, até à actualidade.

O passado caracteriza-se por uma vida “ambulante”, sendo que a sua sedentarização ultrapassa os trinta anos em todas as aldeias onde decorreu o trabalho empírico, enquanto na cidade se estabeleceram em data mais recente, para onde se deslocaram à procura de melhores condições de vida e também por questões familiares.

Na actualidade, exceptuando os que emigraram e aqueles que integraram casamentos mistos, a grande maioria, vive em situação de pobreza extrema, nomeadamente no meio urbano, onde acresce a exclusão social, reforçada por uma habitação localizada na periferia de bairros periféricos, em barracas e casas em avançado estado de degradação.

No meio rural, nalgumas localidades são banidos do mercado de trabalho, normalmente tarefas agrícolas, enquanto noutras aldeias são considerados mão-de-obra essencial para as populações locais.

Na tentativa de conhecermos o número de ciganos desta região efectuámos um levantamento demográfico, especificamente, em cada uma das localidades estudadas e no contexto concelhio.

Neste capítulo tratam-se, ainda, questões relacionadas com a percepção que estes indivíduos têm de si próprios, do seu grupo e doutros grupos por eles identificados como exteriores: os aldeanos⁸, os *gitanos* e os caldeireiros.

No que diz respeito aos *gitanos* e caldeireiros, não perspectivámos um estudo exaustivo acerca dos mesmos, no entanto, entrámos em contacto com indivíduos de ambos os grupos para conhecer alguns aspectos que considerámos de interesse para o desenvolvimento do presente trabalho.

No último capítulo, intitulado “Ciganos e não ciganos: investigação de um impasse inter-étnico” tratamos, inicialmente, as relações intra-grupais onde, ao contrário da opinião generalizada por parte dos aldeanos de que os ciganos gostam de viver conjuntamente, se verifica a vontade de distanciamento em relação ao próprio grupo.

⁸ Nome que atribuem aos não ciganos. Ao longo do trabalho, por vezes, utilizamos esta designação.

Seguidamente debruçamo-nos nas interacções estabelecidas entre ciganos e aldeanos, quer no meio local, quer em contexto escolar, “dando voz” a ambos, a fim de identificar os factores e agentes que alimentam, ou não, o impasse inter-étnico. Desta forma, tiveram oportunidade de expressar os seus pontos de vista e expor as suas opiniões que, nomeadamente no caso dos primeiros, se encontravam silenciadas até ao momento.

As relações inter-étnicas desenvolvem-se de forma diversa, dependendo da localidade estudada. Por um lado, em meio urbano existe um isolamento social dos ciganos que, contrariamente às suas ambições, vivem limitados ao espaço habitacional e ao grupo. Por outro lado, em meio rural verificam-se situações quer de convivência normalizada entre ciganos e aldeanos, em algumas localidades, quer de marginalização, noutras. Em relação à primeira situação descrita em meio rural, o número elevado de casamentos mistos e uma conjuntura vantajosa, para ambas as partes, no que diz respeito ao mercado de trabalho são fruto do tipo de relações inter-étnicas que aí se estabeleceram. Na segunda, a convivência reduz-se ao mínimo e a participação dos ciganos em actividades laborais ou outras é escassa ou nula.

Quanto à Escola, além de questões relacionadas com a escolarização de minorias étnicas, efectuámos um levantamento do número de crianças ciganas a frequentar esta instituição, a nível nacional e também no contexto local. Fazemos a distinção entre a realidade da região, no 1º Ciclo do Ensino Básico, uma vez que difere no meio urbano e rural. Neste último, no ano lectivo 2005/2006, as crianças deste grupo étnico, marcavam forte presença em quase todos os estabelecimentos de ensino, existindo um, onde a totalidade da população escolar era constituída por alunos ciganos. Na cidade, apesar de haver duas escolas que acolhiam as crianças dos bairros estudados, os pais optavam, maioritariamente, por uma delas, concentrando assim um número significativamente maior de alunos, quer em relação ao outro estabelecimento de ensino, quer face à totalidade de crianças que frequentava essa escola.

Os dados relativos ao aproveitamento escolar e assiduidade das crianças ciganas, se comparados com os resultados obtidos pelos não ciganos, a nível regional e nacional, e outras minorias étnicas a residir em Portugal demonstram percentagens elevadas de insucesso, absentismo e abandono escolar.

Os professores entrevistados referiram o fraco aproveitamento destes alunos, assim como a escassa participação dos pais no processo educativo dos seus filhos destacando, no entanto, um comportamento exemplar destas crianças.

Os indivíduos ciganos, por sua vez, manifestaram o seu ponto de vista em relação às dificuldades na escolarização dos filhos verificando-se que apesar da importância que, na actualidade, atribuem ao “saber ler e escrever”, defrontam-se com condicionantes várias, que contribuem para os fracos resultados escolares.

O trabalho que agora apresentamos, situa-se no campo das etnogéneses⁹ e para além da produção de conhecimento científico, tem como objectivo divulgar os resultados. Com essa divulgação pretende-se melhorar o conhecimento acerca destes cidadãos transmuntanos e conduzir à reflexão e, eventual, planificação de uma intervenção social adequada, por parte das entidades que interagem com esta população.

⁹ Acerca deste grupo étnico, reconhecido pela generalidade dos portugueses, investiga-se o seu percurso diaspórico bem como o processo de resistência e a sua emergência social e identitária considerando, ainda, as relações inter-étnicas com os não ciganos.

Pereiro Pérez define a etnogénese como “um processo de afirmação, revitalização e autoconsciência da identidade étnica de um grupo humano, numa situação de confronto das diferenças socioculturais para com outros grupos (Pereiro Pérez, 2005b: 9).

CAPÍTULO 1 – QUADRO TEÓRICO: CONCEITOS E PROBLEMÁTICAS ACTUAIS

Apesar de viverem em Portugal há cerca de cinco séculos, de estarmos perante cidadãos portugueses, os ciganos parece não serem percebidos como tal, pois no discurso do quotidiano continua a verificar-se uma clara distinção entre “nós” (‘senhores’, ‘brancos’, hegemónicos) e “eles” (ciganos, ‘sujos’, ‘ladrões’, ‘preguiçosos’). A este respeito, Bastos refere que “nos discursos populares, o «povo português» aparece clivado em dois: o «bom povo português» (luso), que não é cigano nem inclui qualquer cigano, e os ciganos que, desse ponto de vista, não só não são portugueses, como são claramente «inferiores» e deveriam ser «limpos» e «exterminados» ” (Bastos, 2007b: 15).

A partir de um estudo efectuado no bairro social da Atouguia, em Guimarães, Silva, Sobral e Ramos mencionam que os não ciganos pobres são discriminados socialmente na sociedade portuguesa mas, como verificaram no contexto local, a discriminação face aos ciganos é distinta porque são vistos como um grupo à parte de todos os outros (Silva, Sobral e Ramos, 2008: 3).

Na actualidade, no nosso país, os ciganos figuram como a minoria étnica que sofre maior discriminação, marginalização, pobreza, exclusão, actos xenófobos em vertentes tão variadas como a habitação, educação, empregabilidade ou outras, como se pode verificar mais adiante, através dos exemplos apresentados ao longo do capítulo 4¹⁰.

Em Portugal, mantém-se uma situação de décadas de atraso, nomeadamente se comparada com Espanha, já detectada há mais de cento e vinte anos por Coelho (1892). Esta situação torna-se mais gritante quando os portugueses, genericamente considerados, não se consideram ‘racistas’,

¹⁰ Para uma informação mais pormenorizada ver Bastos (2007a). Noutros países da Europa a realidade é idêntica à que se verifica em Portugal, tal como podemos constatar em Agence des Droits Fondamentaux de l'Union Européenne (2009b).

atribuindo este traço, de forma saliente, aos 'norte-europeus' (Bastos, 2000 in Bastos 2007a: 54)¹¹.

Neste enquadramento teórico destacam-se conceptualizações emergentes a partir do problema inicial, que se apresentam e desenvolvem ao longo da presente investigação. No sentido de dar resposta às mesmas preconizamos um debate teórico sobre os conceitos de "raça" e racismo e como a partir do primeiro se desencadeia o segundo, assim como acerca das noções de etnia, grupo étnico, minoria étnica e etnicidade. Pensamos, ainda, ser necessário o esclarecimento dos termos utilizados, como "raça" e etnia, uma vez que o seu uso varia muito conforme se trate do discurso político ou do discurso popular (Rex, 1988: 37) empregando-se, por vezes, com uma significação não adequada.

A pobreza e exclusão social, na actualidade, associam-se automaticamente à temática que desenvolvemos ao longo do presente trabalho. A grande maioria dos ciganos - em geral e particularmente os que compunham a nossa unidade de observação - vivenciam situações onde essas características persistem de forma acentuada abrangendo um elevado número de agregados familiares. O estudo destas questões torna-se pertinente, na medida em que nos permitirá compreender estes fenómenos, bem como as relações sociais e interacções dos pobres e excluídos na sociedade envolvente.

Neste capítulo focamos, ainda, processos variados de exclusão e marginalização das minorias, particularizando o caso dos ciganos, onde os estereótipos e preconceitos assumem um papel de carácter negativo e contínuo. Estas questões ajudam-nos a entender a manutenção da actual situação de exclusão social em que vive a grande maioria da população cigana portuguesa, que vai de encontro à realidade dos ciganos transmontanos.

Para terminar reflectimos acerca da produção científica relativamente ao grupo étnico cigano que consideramos numa posição de marginalização a nível do país mas, nomeadamente, da região de Trás-os-Montes, uma vez que não se conhecem estudos publicados acerca dos ciganos da região, apenas são levemente referenciados em fontes locais e nalguma bibliografia espanhola.

¹¹ "Os portugueses atribuem o serem «racistas» aos «norte-europeus» (em 7º lugar de 98 possíveis) e consideram que ser «racista» é das últimas coisas que é pertinente dizer dos «portugueses», genericamente considerados (apenas no penúltimo lugar de 98 atribuições possíveis) " (Bastos 2000 in Bastos 2007a: 54).

1.1 – DO CONCEITO DE “RAÇA” AO RACISMO

1.1.1 – RAÇA

Na linguagem do quotidiano falamos de raça, no entanto, as pessoas desconhecem o seu significado na ciência do século XIX, o qual implicava sobretudo a Biologia Evolucionista e não a sociedade e a cultura (Lima, 1995: 14). Actualmente, desde a Segunda Guerra Mundial e como reacção ao uso político do conceito pelos nazis, este encontra-se desacreditado no mundo científico, devido à acção combinada de geneticistas e antropólogos (Mead, Dobzhansky *et al.*, 1968; Lévi-Strauss, 2006).

Deste modo, a ‘raça’ não existe, actualmente, como conceito científico continuando a palavra a ser utilizada, sobretudo, como uma noção ideológica ou emotiva pois, ultrapassadas as concepções evolucionistas clássicas concluiu-se que não existem raças humanas mas sim populações humanas, com diferenças biológicas fenotípicas, tais como cor da pele, tipos de cabelo, entre outras. Estas diferenças são muito visíveis e socialmente significativas. Quando nos defrontamos com discriminação pela raça assiste-se a um preconceito socializado e, enquanto tal, fictício (Buezas, 1980: 15).

As teorias científicas da raça surgiram nos finais do século XVIII e princípios do século XIX. As mesmas foram utilizadas para justificar a ordem social emergente à medida que a Inglaterra e outras nações europeias se tornavam potências imperiais, governando territórios e populações subjugadas (Giddens, 2004: 247).

Nos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, a “ciência da raça” foi largamente desacreditada. Em termos biológicos não existem raças definidas, apenas uma gama de variações físicas nos seres humanos. As diferenças de tipo físico entre grupos de seres humanos resultam da procriação da população, a qual varia de acordo com o grau de contacto entre diferentes grupos sociais e culturais. A diversidade genética no seio de populações que partilham traços físicos visíveis é tão grande quanto a própria diversidade existente entre as mesmas. Em virtude destes factos, a comunidade científica abandonou quase por completo o conceito de raça. Muitos cientistas sociais estão de acordo, argumentando que raça não é mais que uma construção

ideológica cujo uso nos círculos académicos apenas perpetua a crença comum de que existe uma base biológica (Miles, 1993 in Giddens, 2004: 248).

As Ciências Sociais abandonam o conceito de “raça” em favor de novas tipologias de diferenciação dos grupos humanos baseadas no conceito de “etnia”. Também a nível institucional e político, a ideia de “raça” foi substituída pelo conceito de etnia e de diferenças culturais, nomeadamente a partir da Segunda Guerra Mundial e após a evidência pública da associação entre hierarquias raciais e genocídio (Vala, Lopes e Brito, 1999: 147).

O abandono do termo *raça*, segundo a mesma fonte, também se verificou no senso comum que adoptou, a partir da nova antropologia estrutural-funcionalista, o conceito organizador de cultura e, conseqüentemente, de diferenças entre culturas, para explicar diferenças de costumes e de comportamento que antes explicava a partir da “raça”. Como a categorização dos grupos humanos a partir da ideia de “raça” tinha associada a ideia de superioridade do homem branco e era uma forma de manifestar a distinção racial do endogrupo, assim também a categorização dos grupos humanos a partir da ideia de cultura poderá ser associada à ideia da superioridade cultural do endogrupo (*Ibidem*: 149).

Segundo Rex, os Judeus foram classificados como *raça*, na Alemanha nazi, mas posteriormente a maioria dos escritores foi da opinião de que eram um grupo étnico (Rex, 1988: 37). O mesmo autor refere que a Unesco encarregou primeiramente biólogos e depois cientistas sociais para darem um significado exacto ao termo *raça*. Dos estudos efectuados, a nível da Biologia concluiu-se que

“a espécie humana tinha uma única origem e que as chamadas *raças* da humanidade eram estatisticamente apenas grupos distinguíveis. Assim, era possível classificar os grupos de seres humanos em termos da predominância de certos indícios, tais como o índice nasal ou cefálico, a cor da pele, o tipo de cabelo, etc., desde que se reconhecessem coincidências consideráveis entre um grupo e outro. Não se pensava, contudo, que as diferenças físicas estivessem ligadas às diferenças psicológicas ou de comportamento, pelo que a ideia de que «*raça*» podia ser usada para *justificar* tratamento desigual foi rejeitada” (*Ibidem*: 38).

Por sua vez os sociólogos responderam a este desafio de três maneiras, sendo que

“A primeira foi assimilar todos os problemas chamados raciais na categoria de problemas étnicos. A segunda foi reconhecer que as diferenças raciais existiam de facto e actuavam muitas vezes como indicadores para distribuição diferencial dos direitos; mas limitar o âmbito de aplicação do termo raça é negar que ele tivesse qualquer significado justificativo. A terceira foi usar os termos situação de relações raciais para referir situações marcadas pelo racismo” (Rex, 1988: 38).

Na segunda alternativa, as diferenças raciais referem-se às diferenças físicas, que actuam como indicadores para a atribuição de direitos aos indivíduos. No caso da terceira alternativa parecia incluir “no mesmo grupo as situações marcadas por graves conflitos, exploração, opressão e discriminação baseadas ou não em indicadores fenóticos, e aceitar todas as situações marcadas por justificações racistas como situações de relação racial” (*Ibidem*: 39-40).

De acordo com Lima, actualmente a Biologia define raça como um conjunto de indivíduos com características genéticas e fenóticas bem precisas e similares. Assim, podemos falar de uma raça de cães, de uma raça de cavalos puro-sangue mas, quando tentamos aplicar ou fazer uma transposição da Biologia para as Ciências Sociais e Humanas, sobretudo para a Antropologia, Etnologia e mesmo para Biologia Humana, a noção não tem aplicação devida, porque a mistura dos seres humanos é de tal ordem que é difícil aplicar um conceito deste tipo aos agrupamentos humanos existentes na Terra. No entanto, há alguns conjuntos humanos como os Pigmeus, que não se misturaram muito, assim como os australianos autóctones (Lima, 1995: 14).

O mesmo autor afirma que a raça não passa de um preconceito, mas a ciência não admite preconceitos. O facto de ouvirmos, com regularidade, falar de diferentes tipos de raças: «branca», «negra», «vermelha» ou «amarela», coloca-nos perante uma atitude que nada tem de científico. Cientificamente pode afirmar-se que não existem «raças» inferiores e que a cor da pele ou tipo físico não influem nas qualidades de inteligência ou na produção de uma cultura o que, no decorrer dos tempos, nem sempre foi bem compreendido (*Ibidem*: 17).

O mito da inferioridade da «raça» negra deve-se a causas nitidamente de ordem económica. O problema da escravatura em África nasce da necessidade de mão-de-obra trabalhadora (Lima, 1995: 17).

Os desenvolvimentos científicos em várias áreas disciplinares apontaram, desde muito cedo, para a dificuldade em estabelecer tipologias científicas claras de demarcação racial dos grupos humanos (Vala, Lopes e Brito, 1999: 146). Segundo Gould, a ideia de “raça” é arbitrária e “estudos intensivos, durante mais de uma década, foram incapazes de detectar um único gene de ‘raça’ – ou seja, um gene presente em todos os membros de um grupo e ausente nos restantes” (Gould, 1985 in Vala, Lopes e Brito, 1999: 146).

Na perspectiva de Allport, no senso comum, a “raça” refere-se a uma forma de categorização dos grupos humanos, cuja especificidade é a de agrupar os indivíduos com base na suposição de pertencerem a populações distintas, com ascendências diferentes entre si e comuns dentro de cada uma (Allport, 1958 in Vala, Lopes e Brito, 1999: 149).

A raça, segundo Fenton, refere-se a comunidades de descendência e cultura com dois aditamentos específicos: “A ideia de que os grupos «locais» são casos de divisões do género humano abstractamente concebidas” e “A ideia de que a raça faz referência específica à diferença física ou «visível» como marcador principal da diferença e da desigualdade” (Fenton, 2005: 36).

A teoria popular da raça, de acordo com Marks, baseia-se na crença de que partilhamos mais coisas com as pessoas da nossa categoria racial, como por exemplo com a mesma cor da pele. Neste sentido, ordenamos o nosso universo social (para dar sentido ao mesmo), reunindo as pessoas em grupos definidos especificamente de acordo com alguns critérios como a mesma geração, sexo, parentesco, ou outros. No entanto, a maneira como classificamos não está determinada pela genética, mas é o resultado duma construção social que impomos à natureza para organizar as coisas (Marks, 1997 in Pereiro Pérez, 2005b: 5).

Para perceber o uso social do conceito de raça deve ter-se em atenção o seu desenvolvimento histórico. De referir que já no século V a. C.,

- “Heródoto menciona numerosos povos, sobretudo do mundo mediterrâneo, dos quais dá o nome e a localização geográfica, ao mesmo tempo que descreve os costumes e o aspecto físico.
- O naturalista romano Plínio o Velho (s. I a.C.) explica as diferenças físicas entre africanos e europeus pela influência do clima.
- No s. XVIII o conde Buffon estava convicto de que os seres humanos pertenciam a uma única espécie, com pequenas diferenças por causa do clima, a alimentação, os modos de vida, as doenças e as misturas.
- No s. XVIII Carl Von Linneo e Emmanuel Kant elaboraram classificações sobre as raças humanas¹².
- Em 1776, o naturalista alemão Johann Friedrich Blumenbach, pai da antropologia física, afirmou a unicidade da espécie humana, que subdividiu em 5 variedades: caucásica, etíope, americana, malaia e mongol¹³.
- Em 1840, o anatomista sueco Anders Retzius classificou os humanos em raças, de acordo com critérios craneométricos, para o qual inventou o índice cefálico (quociente entre a largura e o comprimento de cérebro). Durante um século este modo de medir gozou de popularidade, mas depois da Segunda Guerra Mundial introduziram-se as análises genéticas estatísticas e desapareceu o interesse pelo índice cefálico.
- Desde 1920 sabemos pelos trabalhos de Franz Boas que a transmissão hereditária do índice cefálico é pouco precisa, pois como ele demonstrou no seu estudo sobre imigrantes nos EUA, o índice cefálico é sensível aos efeitos do meio (clima, temperatura, etc.)” (Piazza, 1997 in Pereiro Pérez, 2005b: 6).

Conclui-se, então, como afirma Pereiro Pérez, que a raça, mais que uma realidade biológica, é uma categoria cultural, utilizada socialmente para construir a diferença e em muitos casos a desigualdade, a discriminação e o acesso diferencial a determinados recursos (*Ibidem*).

¹² O conceito de raça que distingue várias tipologias humanas a partir das características físicas dos diferentes povos surgiu com a classificação proposta por Lineu. Este, em 1735, incluiu os humanos, como espécie dentro do género dos primatas e tentou dividir essa espécie em variedades, tais como europeus, índios americanos, asiáticos e africanos. Não sendo uma classificação explícita as descrições marcavam a sua preferência pois descrevia os europeus como “perspicazes, inventivos... Governados por leis.” Os negros, por outro lado, eram “manhosos, preguiçosos, negligentes... Governados pelo capricho” (Eze, 1997 in Fredrickon, 2004: 51).

¹³ Para Blumenbach todos os humanos pertencem a uma só espécie, com uma ancestralidade remota comum (Fredrickon, 2004: 51). A divisão que propõe entre caucasianos, mongóis, etíopes, americanos e malaaios “era uma dedução razoável daquilo que então se sabia acerca dos tipos físicos dominantes em cada um dos continentes ou regiões do mundo conhecido (...) e a sua descrição de cada raça salientava apenas as características puramente somáticas em vez de traços intelectuais e morais” (*Ibidem*: 51-52).

1.1.2 – RACISMO

O conceito de raça deu origem ao termo racismo, o qual começou a ser utilizado regularmente pelas Ciências Sociais a partir da década de 20 do século passado, com a questão negra nos Estados Unidos da América e a ascensão do anti-semitismo na Alemanha nazi (Wieviorka, 2002: 14).

Segundo o mesmo autor, se a palavra é recente¹⁴, as ideias e as práticas para as quais remete são antigas e não procedem apenas da experiência ocidental mas,

“É tentador falar de racismo sem recear o anacronismo a propósito dos Gregos antigos, para os quais os bárbaros, exteriores à Cidade, eram seres humanos, sem dúvida, mas singularmente inferiores; ou ainda evocar a espessura do racismo em certas sociedades asiáticas. O fenómeno é, sem dúvida, anterior ao seu conceito ou, pelo menos, à sua denominação” (*Ibidem*).

O racismo teve origem nos séculos XIV e XV, articulado originalmente na linguagem da religião em vez de na da ciência natural. Esta afirmação sustenta-se no facto de que “quando os europeus do fim do período medieval e inícios do período moderno invocaram a vontade de Deus para suportar a ideia de que as diferenças entre cristãos e judeus e entre europeus e africanos eram inultrapassáveis, estavam a abraçar uma doutrina racista” (Fredrickson, 2004: 47).

De acordo com a mesma fonte, foi na década de 30 do século XX que este conceito mais se desenvolveu, surgindo da necessidade de uma nova palavra para “descrever as teorias nas quais os nazis baseavam a perseguição dos judeus” (*Ibidem*: 14).

Para Rodrigues, o termo racismo baseia-se no conceito de raça e sugere que a espécie *Homo sapiens* é composta por um conjunto de grupos ou raças, cada um definido por um conjunto fixo de características (Rodrigues, 1995: 59). Na perspectiva do mesmo autor,

“num discurso científico este termo não existe pois o estudo da genética humana – de todas as genéticas – indica que cada uma das características genéticas é herdada

¹⁴ A sua entrada no dicionário *Larousse* data de 1932 (Wieviorka, 2002: 19).

individualmente: a herança de uma característica não depende necessariamente da herança de outra (...). Embora haja variações genéticas entre o *Homo sapiens*, as raças no sentido de grupos definidos, não existem. É cientificamente enganador pensar que existem. A existência de diferenças visíveis, que tendem a acompanhar as diferenças invisíveis descritas como genes ajuda certamente a criar preconceitos raciais” (Rodrigues, 1995: 59-60).

No determinar da intensidade e orientação dos sentimentos racistas Rodrigues afirma que várias análises demonstraram e confirmaram que as condições sociais e políticas são de grande importância. Outros factores que favorecem o aparecimento do racismo são a confusão constante entre os atributos biológicos e culturais. Acrescentam-se, ainda, os factores psicológicos, tais como “a inevitável preferência pela cultura na qual fomos criados, a procura da identidade, e a insegurança, a qual embora promovendo relações sociais tende também a fazer-nos distinguir entre nós - as pessoas em quem se pode confiar - e eles - aqueles em quem nunca se pode confiar” (*Ibidem*: 60).

O racismo é uma forma agravada de preconceito que incide sobre as diferenças de fenótipo entre as pessoas. Traduz-se por um juízo de inferioridade ou de superioridade relativamente a uma população que partilha determinadas características físicas geneticamente herdadas justificando, assim, a desigualdade de tratamento de que são alvo (Rocha-Trindade, 1995: 376).

Acerca desta temática, Miles sublinha a relação entre o poder político-económico e os interesses do grupo dominante que, criando e alimentando determinados preconceitos e estereótipos, faz uso desta ideologia para manter uma posição de domínio (Miles, 1991 in Rocha-Trindade, 1995: 228).

O racismo constitui uma forma de demarcação da categoria “nós” por oposição à categoria “outros”, estes, identificados como diferentes e,

“faz parte do modo através do qual certos grupos específicos (entre os quais imigrantes) tendem a ser relegados para determinados lugares de base no processo de produção e de reprodução social. As ideologias e estruturas racistas constituem importantes suportes na atribuição de determinadas funções (a que se ligam, por exemplo, ocupações profissionais não qualificadas ou semi-qualificadas) a certos grupos em particular e na legitimação de formas de exploração ao nível de vários sectores do mercado de trabalho. Trata-se de uma forma de entrave à mobilidade social

dos grupos étnicos e à consolidação da supremacia da sociedade receptora” (Rocha-Trindade, 1995: 228).

Na perspectiva de Wieviorka, o racismo consiste em caracterizar um conjunto humano por atributos naturais, associados por seu turno a características intelectuais e morais que valem para cada indivíduo que releve desse conjunto e, a partir daí, em instaurar eventualmente práticas de inferiorização e de exclusão (Wieviorka, 2002: 11).

O problema do racismo nasce a partir de preconceitos egocêntricos e etnocêntricos¹⁵, que são correntes (Lima, 1995: 13). No entanto, comportamentos preconceituosos e atitudes egocêntricas e etnocêntricas podem constituir um problema se passarem a inserir-se em perspectivas ilógicas de valorização, de superioridade e de domínio do outro. Como exemplo pode referir-se o caso dos alemães nazis que em nome de um preconceito de superioridade rracica, exterminaram milhões de judeus, assim como alguns europeus, incluindo os portugueses que, em nome de uma superioridade étnica, levaram para a América milhões de africanos (*Ibidem*).

O racismo não é apenas “xenofobia”¹⁶, no entanto esta pode ser um ponto de partida sobre o qual se pode construir, mas não é a coisa em si (Fredrickson, 2004: 15).

A teoria ou concepção de Fredrickson acerca do racismo assenta em dois componentes que são a diferença e o poder, por isso

“tem origem num preconceito que “os” considera diferentes de “nós” de maneira permanente e inultrapassável. Este sentimento de diferença fornece um motivo ou uma base racional para que possamos usar a nossa vantagem em termos de poder para tratar o Outro etno-racial de maneira que consideraríamos cruéis ou injustas se fossem aplicadas a membros do nosso próprio grupo” (*Ibidem*: 16).

Para Touraine, o racismo é a “representação de um povo como inferior por razões naturais, independentes da sua acção e da sua vontade. Esta

¹⁵ Para o autor “nos homens o egoísmo é o mesmo que egocentrismo, a partir do qual se geram os etnocentrismos: o que fazemos é superior e melhor àquilo que os outros fazem” (Lima, 1995: 13).

¹⁶ “Termo inventado pelos gregos antigos para descrever um sentimento reflexivo de hostilidade para com o estranho ou o Outro” (Fredrickson: 2004: 15).

inferioridade é vivida como uma ameaça pelo racista, que se identifica a si próprio com valores universais ou com uma cultura superior e que tenta proteger a sua sociedade daquela ameaça através de medidas de exclusão” (Touraine, 1995: 25).

Wieviorka acrescenta que o racismo, sob qualquer espécie de modalidade, corresponde a um princípio de inferiorização do grupo segregado e é, antes de tudo, inigualável. O grupo vitimizado dispõe de um lugar na sociedade considerada, na condição de se dedicar às tarefas mais penosas e de não ser demasiado visível (Wieviorka, 1995: 13). A mesma fonte esclarece, ainda, que o racismo não reconhece nenhum lugar ao grupo racizado, por isso, esta lógica corresponde a uma vontade de rejeição, de colocação à distância, de exclusão e, em situações extremas, de expulsão, quando não de destruição (*Ibidem*).

O racismo não implica necessariamente o contacto ou a co-presença. O medo e o ódio podem constituir-se a partir de simples representações das comunidades consideradas ameaçadoras e cuja afirmação identitária é sublinhada ou sugerida, por exemplo, na televisão ou nos boatos e nas conversas da vida quotidiana, na maior parte dos casos com uma larga dose de fantasia (*Ibidem*: 17).

Como referem Bastos e Bastos, este grupo étnico permanece como “a mais grave e escandalosa de todas as situações de racismo e xenofobia” que se verifica no nosso país (Bastos e Bastos, 1999: 155), realidade que se verifica também no contexto transmontano.

1.2 – DOS CONCEITOS DE ETNIA, GRUPO ÉTNICO E MINORIA ÉTNICA À ETNICIDADE

1.2.1 – ETNIA

O conceito *ethnos*, na Grécia antiga, definia um grupo de pessoas ou animais com características biológicas e culturais em comum e com vivências conjuntas. O *ethnos* representaria “o “outro”, o “estrangeiro” e o “étnico”. Face ao “étnos”, na Grécia antiga existia o conceito de “génos”, isto é o “nós”” (González Reboledo, 2000 in Pereiro Pérez, 2005b: 9).

Na década de 50 do século passado produz-se o abandono do conceito de raça e a sua substituição pelo conceito de etnia, até aí utilizado por referência a 'tribos' vivendo em contexto tribal ou colonial e, daí, a formação da disciplina que os franceses sempre designaram por etnologia e os anglo-americanos vieram a designar como 'antropologia'. Na nova situação empregava-se o termo grupo étnico para designar uma comunidade que se autoperpetua biologicamente, comparte valores culturais fundamentais, integra um campo de comunicação e cujos membros se identificam entre si e são identificados pelos demais, constituindo deste modo uma categoria distinguível de outras da mesma ordem (Barth, 1976 in Malgesini e Giménez, 2000: 214).

Hibridando uma perspectiva Durkheimiana (identitária) com uma abordagem 'objectivista', Breton define o conceito de etnia por referência a um grupo de indivíduos ligados por uma rede, com características comuns, a vários níveis, cuja associação constitui um sistema próprio, uma estrutura essencialmente cultural (Breton, 1981 : 121). Para este autor a etnia seria como uma comunidade sustentada por uma cultura própria e particular, constituindo a sua base e estrutura os factores de coesão do sistema societal. Os elementos que permitem identificar uma etnia, basicamente, estão ligados à demografia, território, língua, estrutura familiar, organização política e social, cultura e consciência étnica e economia (*Ibidem*).

1.2.2- GRUPO ÉTNICO

Sociólogos, com Weber à cabeça (1922), consideravam grupos étnicos aqueles grupos humanos que mantêm uma crença subjectiva numa descendência comum, devido a semelhanças no aspecto físico ou costumes ou ambos, ou por causa de manterem uma memória colectiva (Malgesini e Giménez, 2000: 214). Numa abordagem anterior àquela que Barth generalizou a partir dos anos 70, os cientistas sociais promoviam perspectivas essencialistas e objectivistas, ensaiando definir factores materiais ou imaginários que 'constituíam' cada um dos grupos étnicos, independentemente da sua interacção com os outros, situados no mesmo nível ou num nível diferente, de dominação-submissão.

Ainda numa perspectiva sociológica, 'realista', neo-colonial ou neo-imperial, estratificada e hierarquizada, o grupo étnico, de acordo com Fenton, refere-se a comunidades de descendência e cultura com aditamentos específicos, ou seja, "o grupo é uma espécie de subconjunto no quadro de um Estado-nação; o ponto de referência da diferença é tipicamente a cultura e não a aparência física; frequentemente o grupo referido é «outro» (estrangeiro, exótico, minoria) que não uma maioria, presumida como não «étnica»" (Fenton, 2005: 36).

No processo de construção dos grupos, Fenton refere que a "ideia do grupo não é construída por «nós», mas construída «para nós por outros»". O autor especifica que em situações coloniais, um colonizador poderoso ou grupo governativo estabeleceu os nomes de «nativos» e estes grupos criados acabaram por assumir, a longo prazo, um carácter distinto e real (*Ibidem*: 21). O conceito de grupo étnico está associado ao de raça e nação, com um significado idêntico, transmitindo o sentido de povo mas divergindo noutros aspectos (*Ibidem*: 26). Em comum têm

"a ideia de descendência ou ancestralidade e muito estreitamente implicadas nos três encontramos ideias sobre cultura. Estas ideias sobre cultura incluirão tipicamente mitos relativos ao passado, crenças relativamente ao «tipo de povo que somos» e a ideia de que a «cultura» define um grupo na medida em que este pode ser constituído pela língua, pelo traje e pelos costumes. Neste sentido, podem todos ser descritos como «comunidades de descendência e cultura». Grupo étnico, raça e nação são todos vistos, por si próprios ou por observadores, como populações que possuem ou têm pretensão a antecedentes comuns" (*Ibidem*: 25).

A noção de grupo étnico incorporou progressivamente as noções de tribo e de raça por isso, grupos que anteriormente eram chamados de 'tribos' ou 'raças', são agora tratados regularmente por grupos étnicos (Vermeulen, 2001: 89).

Numa abordagem adscritiva, os grupos étnicos seriam considerados grupos culturais. Um indivíduo é considerado membro de um grupo étnico na medida em que é portador da cultura étnica original. Um judeu americano que já não vai à sinagoga é, deste ponto de vista, considerado menos judeu e é mais assimilado do que um judeu que professe a religião dos seus antepassados. Os

grupos étnicos só podem manter-se na medida em que preservem a sua cultura tradicional e isto só é possível quando existem fortes tradições culturais, ou então quando o grupo se encontra isolado. A modernização conduz à intensificação dos contactos, até ao ponto em que os grupos étnicos desaparecem (Vermeulen, 2001: 130).

Numa abordagem situacional, o critério de pertença a um grupo étnico não reside em características culturais objectivas, tais como o facto de se ir ou não à sinagoga. O critério aqui é o seguinte: em que medida uma pessoa se vê e é vista pelos outros como pertencendo a um grupo à parte (Barth, 1969). Segundo esta abordagem, cultura e etnicidade são conceitos distintos. A etnicidade é um sentimento de unidade e solidariedade resultante de uma cultura ou de uma história comuns e, por isso, está mais relacionada com o nacionalismo do que com a cultura. O sentimento de solidariedade e a percepção da diferença para com os forasteiros não é o resultado simples e directo da existência de diferenças culturais (*Ibidem*).

O conceito de grupo étnico, de acordo com Pereiro Pérez, veio substituir o de raça enquanto conceito cultural e define-se

“por algumas semelhanças entre os seus membros (crenças, valores, hábitos, normas, substrato histórico comum, etc.) e por diferenças com outros (língua, religião, história, geografia, território, etc.). Todos estes aspectos são referentes simbólicos que estão mais na mente das pessoas que na realidade objectiva. Um grupo étnico pode existir sem ter um nível de consciência colectiva de identidade étnica. Portanto, etnia é uma categoria de adscrição identitária, associada a fronteiras, imaginação e crenças partilhadas” (Pereiro Pérez, 2005b: 8).

Na perspectiva de Tumin, o conceito de etnia pressupõe a existência de diferenças culturais entre grupos, mas admite que estas são socialmente transmitidas e não geneticamente herdadas. A mesma fonte especifica que o termo grupo étnico é “mais frequentemente aplicado a qualquer grupo que difere de outros grupos num ou em vários dos seus padrões de estilo de vida socialmente transmitidos, ou que difere na totalidade desses padrões de estilos de vida ou cultura” (Tumin, 1964: 243-244 in Vala, Lopes e Brito, 1999: 146).

1.2.3 – MINORIA ÉTNICA

A definição de minorias sociais poder-se-á basear nos critérios propostos por Wagley e Harris (1958), citados na obra de Simpson e Yinger: *Racial and Cultural Minorities*:

“ (1) As minorias são sectores subordinados de complexas sociedades de estado; (2) as minorias possuem traços culturais e físicos específicos pelos quais os sectores dominantes da sociedade mostram pouco apreço; (3) as minorias constituem unidades conscientes de si próprias, ligadas entre si pelos traços específicos comuns aos seus membros e pelas incapacidades específicas que esses traços provocam; (4) a pertença a uma minoria é transmitida por uma regra descendente através da qual é obtida a afiliação da geração vindoura, mesmo quando não existem traços físicos ou culturais específicos imediatamente aparentes; (5) os povos minoritários tendem a casar-se, por opção ou por necessidade, com membros do mesmo grupo” (Simpson e Yinger in Tajfel, 1983: 351-352, vol. II).

Mudando de nível de análise, o conceito antropológico de etnia deu origem, por derivação, ao conceito sócio-político de ‘minorias étnicas’, para referenciar contextos históricos coloniais ou imperiais hierarquizando grupos dominantes e grupos dominados. Assim, des-essencializaram de um segundo modo o conceito de etnia, evidenciando não apenas que existem situações de contacto, interacção identitária e passagem de indivíduos através de fronteiras, mas que essas situações se situam habitualmente numa dada organização do sistema-mundo, com povos hegemónicos e povos conquistados, absorvidos ou refugiados no interior de um Estado.

O conceito de minoria étnica usa-se amplamente em Sociologia e refere-se à posição subordinada dos grupos na sociedade e não à sua representação numérica (Giddens, 2004: 250). Deste modo, o conceito de minoria étnica diz respeito ao grupo, étnico e racial, que sofre discriminação que resulta da acção de um grupo dominante, com maior status social e privilégios (Persell, 1990 in Rodrigues, 2000: 89).

A categoria de minoria étnica pressupõe a de grupo étnico sendo que “toda a minoria étnica é um grupo étnico, mas não todo o grupo étnico constitui uma minoria étnica”, pois esta define-se por características como a

subordinação, marginalização ou subalternidade (Malgesini e Giménez, 2000: 273).

A formação de minorias, segundo Lucassen e Penninx, relaciona-se com o “processo de adscrição negativa de posição, de estigmatização e de discriminação, não só por parte dos cidadãos nativos, mas também por parte do governo, e supõem, assim, que existe, no modo de encarar determinados grupos, um ‘preconceito secular’ (1994: 194) e que ‘esse preconceito parece estar profundamente enraizado no modo de encarar determinados grupos’” (Lucassen e Penninx, 1994: 197 in Vermeulen, 2001: 19).

Em relação aos ciganos, Lucassen chega à conclusão de que o processo de formação desta minoria é

“uma consequência da estigmatização e de preconceitos profundamente enraizados, chamando igualmente a atenção para o papel das autoridades públicas. Avança contudo mais um passo quanto a esta situação: foram a categorização social e a estigmatização que levaram à formação dos ciganos enquanto grupo. Assim, muitos grupos de habitantes de *roulottes* vindos do estrangeiro foram rotulados de ciganos e foram, deste modo, feitos ciganos” (Lucassen, 1990 in Vermeulen, 2001: 19).

1.2.4 – ETNICIDADE

Na linguagem inglesa o termo etnicidade apareceu, pela primeira vez, em 1950, mas com um significado incerto. No contexto de outros grupos étnicos podia significar “‘a essência de um grupo étnico’ ou ‘a qualidade de uma comunidade étnica ou grupo’ ou ‘o que é que tu és se és um grupo étnico’” (Chapman *et al.*, 1989: 15 in Hutchinson e Smith, 1996: 4). Também se pode referir a um campo de estudo, ou seja, a classificação de pessoas e as relações entre grupos, num contexto de distinções entre ‘self-other’ (Eriksen, 1993: 4 in Hutchinson e Smith, 1996: 4).

O conceito tornou-se conhecido e atribuiu-se-lhe importância nas Ciências Sociais, a partir da década de 60 do século XX¹⁷ mas, segundo Vermeulen, o adjectivo étnico e a noção de grupo étnico já eram usados com

¹⁷ Para Fenton, só começou a ser utilizado com regularidade nos anos 70 do século passado (Fenton, 2005:11).

regularidade nessa data (Vermeulen, 2001: 83). Para o autor, a generalização do uso do conceito relaciona-se com “uma evolução mais geral nas ciências sociais, em particular com as crescentes críticas ao estrutural-funcionalismo e às teorias relacionadas com essa perspectiva, como as da modernização, do desenvolvimento e da assimilação” (*Ibidem*).

Considerando apenas um princípio e não uma definição, Fenton explica que a etnicidade se refere “a «descendência e cultura» e que os grupos étnicos podem ser entendidos como «comunidades de descendência e cultura»” (Fenton, 2005:13). O autor especifica que o conceito diz respeito “à *construção social* da descendência e da cultura, à mobilização social da descendência e da cultura e aos significados e implicações dos sistemas de classificação construídos à sua volta. Pessoas ou povos não possuem simplesmente culturas ou partilham de ancestralidade, *eles elaboram-nas na ideia de uma comunidade fundada nesses atributos*” (*Ibidem*: 14)¹⁸.

As marcas ou identificadores geralmente associados à etnicidade são a linguagem, religião, costumes e características físicas (inatas ou adquiridas). Um ou mais (por vezes todos) podem servir de fontes de divisionismo étnico; qualquer um deles pode provocar desdém, discriminação ou violência da parte de outro grupo que partilha a característica ou características que têm vindo a definir a Estranheza étnica (Fredrickson, 2004: 119).

O texto publicado por Barth (1969) tornou-se um marco em relação à temática que abordamos sendo que o autor faz uma diferenciação entre a noção de cultura e etnicidade. A distinção entre os conceitos mencionados e o primado concedido ao segundo de entre eles implicam, na perspectiva de Barth, “centrar a atenção nas fronteiras e no processo de recrutamento, e não no conteúdo cultural encerrado dentro dessas fronteiras” (Barth, 1994: 12 in Vermeulen, 2001: 84).

No domínio da etnicidade não se encontram as diferenças culturais que se observam empiricamente, mas as condições nas quais certas diferenças

¹⁸ Para Hechter há uma diferença nítida entre cultura e etnicidade e especifica que a cultura se refere “a características objectivas de uma determinada unidade social (experiências, valores, conhecimentos, comportamentos); ‘eticidade’ significa sentimentos que unem os indivíduos em grupos solidários, com base em alguns aspectos culturais” (Hechter, 1975: 312 in Vermeulen, 2001: 21).

culturais se utilizam como símbolos da diferenciação entre *in-group* e *out-group* (Poutignat e Streiff-Fenart, 1997: 129).

Ainda, na perspectiva de Barth, tratando-se da organização social, o quadro de análise da etnicidade atribui aos traços culturais uma significação contextual (Barth in Poutignat e Streiff-Fenart, 1997: 133). Para o autor que acabamos de mencionar, o importante para a análise dos fenómenos de etnicidade “não é o conteúdo cultural específico deste ou daquele grupo, mas o processo de codificação das diferenças culturais que tornam as categorias étnicas organizacionalmente pertinentes” (Poutignat e Streiff-Fenart, 1997: 133).

Roosens, numa crítica à posição assumida por Barth, afirma que o conceito de fronteira é

“um elemento central – se não mesmo o que define – a noção de etnicidade de Barth, defendendo que, por maior que seja a utilidade do conceito, este não atinge o cerne da questão: as fronteiras podem criar identidades, mas não necessariamente do tipo étnico. Na perspectiva de Roosens, à metáfora da fronteira deveria ser acrescentada a metáfora dos laços de parentesco, acrescentando-lhe uma dimensão genealógica. Isto vem ao encontro da perspectiva de outros autores que consideram que ‘um mito de ascendência colectiva’ (Horowitz, 1985), o ‘parentesco imputado e estipulado’ e ‘uma ideologia de substância comum’ (Wolf, 1988a) são a marca distinta da etnicidade” (Roosens, 1994 in Vermeulen, 2001: 86).

A etnicidade era concebida como um fenómeno pré-moderno e esperava-se que a atribuição de papéis assentasse cada vez mais em critérios universalistas, enquanto os laços particularistas, como os laços étnicos, tenderiam a perder muita da sua saliência como resultado da modernização (Hechter, 1975: 313). As teorias da assimilação foram uma versão do conceito funcionalista de modernização. Estas teorias previam uma assimilação gradual, linear e relativamente simples das minorias étnicas à cultura majoritária dominante e moderna (p. ex. Schmitter-Heisler) (Vermeulen, 2001: 83).

De acordo com Epstein, só faz ‘sentido falar de etnicidade onde grupos de diferentes proveniências étnicas tenham sido colocados em situação de interacção num determinado contexto social comum’ (Epstein, 1978: xii in Vermeulen, 2001: 91). Vermeulen acrescenta que é necessário que ambas as partes tomem consciência das diferenças que os separa, associando-se, assim,

a etnicidade “a contextos modernos e urbanos onde grupos de diferentes origens se encontram” (Vermeulen, 2001: 91).

O conceito é puramente social, na perspectiva de Giddens¹⁹ e, segundo o autor, traduz

“as práticas culturais e os modos de entender o mundo que distinguem uma dada comunidade das restantes. Os membros dos grupos étnicos vêem-se a si próprios como culturalmente distintos dos outros grupos de uma sociedade e são vistos por estes mesmos grupos como tal. Diferentes características podem servir para distinguir os grupos étnicos uns dos outros, mas as mais comuns são a linguagem, a história ou a ancestralidade (real ou imaginária), a religião, os modos de vestir ou outros adornos” (Giddens, 2004: 248).

Também Pereiro Pérez afirma que a etnicidade é uma construção social, ou seja, uma forma de organizar a diversidade cultural e uma estrutura de diferenciação e de reconhecimento social que se articula com vários tipos de identidade, como a religião, nação, género ou outros (Pereiro Pérez, 2005b: 8). Segundo Barth a identidade étnica, para além de uma expressão da cultura, deve ser considerada como uma característica da acção social, situacional e não primordial (Barth, 1969 in Pereiro Pérez, 2005b: 8).

A etnicidade é uma forma de organização social, “baseada na atribuição categorial que classifica as pessoas em função da sua origem suposta, que se acha validada na interacção social pela activação de signos culturais socialmente diferenciadores” (Poutignat e Streiff-Fenart, 1997: 133).

Para explicar a diferença entre etnicidade e identidade étnica, termos considerados sinónimos por muitos autores, tais como Brass (1991) e Hechter (1975), Vermeulen refere que os indivíduos se incluem em diferentes comunidades, grupos ou categorias (de pessoas) adquirindo, desta forma, diversas identidades sociais (Vermeulen, 2001: 24). Segundo o autor, estas podem basear-se em atributos como o sexo, a classe, a idade, a profissão, entre outros, enquanto que uma identidade étnica se baseia sobretudo na convicção e na crença, ou seja, “na convicção de que possui uma ascendência,

¹⁹ Giddens afirma que a etnicidade é um fenómeno unicamente social, “produzido e reproduzido ao longo do tempo. Através da socialização, os mais jovens assimilam estilos de vida, normas e crenças das suas comunidades” (Giddens, 2004: 249).

uma história e uma herança cultural comuns, por exemplo, a língua e a religião” (Vermeulen, 1984: 15 in Vermeulen, 2001: 24).

Ao falar de etnicidade devemos ter em conta a importância atribuída à pertença a determinados grupos étnicos no que diz respeito às desigualdades sociais, identidades culturais e formas de acção colectiva (Machado, 1992: 123). De acordo com a mesma fonte, em muitos países europeus, as minorias étnicas associam-se, frequentemente, “a uma condição social desprivilegiada, a um padrão de comportamentos e valores contrastantes com a cultura envolvente e, também, em vários casos, à mobilização para formas de acção política socialmente disruptivas”. Segundo o autor que acabamos de citar, a etnicidade torna-se mais relevante com os contrastes acentuados de uma minoria com a sociedade em que está fixada (*Ibidem*: 124).

1.3 – OS FENÓMENOS DA POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

Embora entre os portugueses ciganos exista uma estratificação social própria e, portanto, sub-grupos e famílias ricas ou ‘nobilidades’, de que se orgulham, não por acaso ou preconceito existe a associação imediata de ‘ciganos’ a pobreza e/ou a marginalidade social, da qual a pobreza é um ingrediente fulcral.

A pobreza e a exclusão social englobam, segundo dados apresentados por Capucha, um terço da nossa população²⁰, com contornos variados, “resultantes da combinação de situações tradicionais atingindo pessoas mais ou menos conformadas com a sua condição, com novas situações particularmente problemáticas e socialmente desinseridas” (Capucha, 1998: 210).

Na opinião de Costa, pode haver pobreza sem exclusão social, “como acontecia aos pobres do *ancien regime*, em que os servos eram pobres, mas encontravam-se integrados numa rede de relações de grupo ou comunidade”. Actualmente pode verificar-se uma realidade semelhante com os pobres do meio rural, por isso, pobreza e exclusão social são, na perspectiva exposta, realidades distintas e nem sempre coexistem (Costa, 1998: 10).

²⁰ Os pobres contabilizam-se em cerca de dois milhões de portugueses e quinze milhões na União Europeia. O autor refere que “é difícil conceber que tanta gente seja vítima de preguiça, imprevidência ou desgoverno dos que representam as respectivas famílias” (Costa, 1998: 39).

As sociedades democráticas contemporâneas primam, formalmente, pela promoção da liberdade e igualdade. Ao contrário do que se passa na actualidade, “nas sociedades tradicionais, 70% a 80% das pessoas viviam numa relativa pobreza e muitos conheciam mesmo a miséria. Quando a maioria da população se encontrava imersa na pobreza, a vida não oferecia alternativas, suportando-se passivamente como se de um destino se tratasse” (Fernandes, 2000: 204). No entanto, no presente, a desigualdade é vista como uma grave e profunda injustiça e não é consentida como destino mas vivida como humilhação (*Ibidem*).

O mesmo autor atribui os fenómenos de pobreza e exclusão ao próprio funcionamento das sociedades, uma vez que,

“O sistema produtivo, dado o progresso tecnológico em curso e a formação de um mercado altamente competitivo, por acção desde logo da mundialização da economia, perde a capacidade de oferecer a todos ou, ao menos, ao maior número, um trabalho estável. A globalização e o progresso tecnológico, se favorecem o crescimento da riqueza, promovem também uma dinâmica profundamente desigualitária, com particular incidência nas condições de vida dos indivíduos e nas estratégias. Beneficiam deles sobretudo os que possuem capitais de toda a ordem” (*Ibidem*: 205).

Os principais factores explicativos da pobreza e da exclusão poderão ser fruto do modo como a sociedade se encontra organizada e da forma como esta funciona, assim como do estilo de vida e da cultura dominante, da estrutura de poder, seja ele político, económico, social ou cultural. Estes factores traduzem-se em mecanismos sociais que geram e perpetuam a pobreza e a exclusão, por isso, a solução do problema requer a eliminação desses mecanismos, o que se não faz sem mudanças sociais (Costa, 1998: 39).

A mesma fonte explica que existem situações em que, pela falta de liberdade, “as condições necessárias ao progresso pessoal são negadas gerando-se uma teia de círculos viciosos que se reforçam mutuamente e impedem que o pobre e o excluído se libertem da condição em que se encontram” (*Ibidem*).

No estado de desigualdade, a vitimização surge como uma resposta em que se atribui a responsabilidade da situação a outrem, como ao Estado, aos ricos ou a uma quantidade de factores facilmente designáveis. Assim, mantém-

se a passividade, criando, em alguns meios sociais, um sentimento vivo de auto-exclusão. Normalmente os indivíduos que se encontram num estado de precariedade social, para ver resolvidos os seus problemas, recorrem à sua vitimização (Fernandes, 2000: 209).

Na primeira metade dos anos 90, os três principais sectores assinalados com maior índice de pobreza eram constituídos por famílias de pensionistas, de trabalhadores empregados e trabalhadores por conta própria. Verificou-se, também, que a maior parte das famílias pobres eram pequenas, constituídas por uma ou duas pessoas ou médias concluindo-se, assim, que a dimensão da família não explicava a pobreza (Costa, 1998: 41).

A incapacidade de desenvolver estratégias positivas para se libertarem do estado de pobreza e exclusão em que se encontram é um dos aspectos que caracteriza o grupo social que estudamos pois estes indivíduos, como refere o mesmo autor, habituaram-se à desqualificação social e sobrevivem nela (*Ibidem*).

1.3.1 - A POBREZA

1.3.1.1 - Definição de pobreza

A pobreza define-se como uma “*situação de privação resultante de falta de recursos*” (Costa, 1998: 27). A privação traduz-se em condições de vida deficitárias e, normalmente, afecta vários domínios das necessidades básicas, como a alimentação, vestuário, habitação, saúde, educação, participação na vida social e política, ou outros. Algumas carências podem conduzir a outras como por exemplo as más condições de salubridade que se reflectem na saúde ou o baixo nível de instrução relacionado com o acesso à cultura (*Ibidem*).

O significado social da pobreza e as respectivas características variam de sociedade para sociedade e, por vezes, de forma bastante acentuada. A realidade dos países mais desenvolvidos da Europa comunitária é muito diferente do que se vive no Terceiro Mundo (Almeida *et al.*, 1994: 3), não podendo os níveis de pobreza, ser comparáveis.

Na Comunidade Europeia, na década de 70 do século passado, os pobres definiam-se como “indivíduos e famílias de recursos tão escassos que se encontram excluídos do modo de vida, dos hábitos e das actividades normais do Estado em que vivem”. Embora seja a mais vulgar, esta definição assume um critério, apenas, de carácter económico (Almeida *et al.*, 1994: 16).

Para Lewis, a cultura da pobreza ultrapassa os limites regionais, do rural e urbano e também do contexto nacional, uma vez que encontrou uma “extraordinária semelhança” das classes baixas de alguns bairros de Londres, Porto Rico, México²¹ e classes baixas de negros dos Estados Unidos. Essas semelhanças são ao nível da i) estrutura familiar; ii) na natureza dos laços de parentesco; iii) na qualidade de relações marido-mulher e pais-filhos; iv) na ocupação do tempo; v) nos padrões de consumo; vi) nos sistemas de valor e vii) no sentido de comunidade (Lewis, 2009: 17).

A Escola Sociológica de Chicago²² deixou-nos uma perspectiva sobre a pobreza que ainda perdura nos nossos dias. As suas teorias derivam da concepção ecologista das cidades que se centra em três aspectos:

“1- Junção dos pobres em comunidades isoladas, isolamento não só de um ponto de vista espacial e geográfico mas também social e cultural. Este pressuposto implica que os pobres, devido ao seu isolamento espacial em relação ao resto da sociedade também não participam nos princípios e normas culturais da sociedade.

2- O impacto do ambiente, neste caso, o gueto como comunidade pobre, sobre o comportamento individual, o meio ambiente onde os pobres vivem determina o comportamento dos indivíduos e contribui para a manutenção da pobreza e determinadas “patologias sociais” como o crime, a baixa escolarização, a gravidez extra-matrimonial (...).

3- Em geral a pobreza relaciona-se com grupos de emigrantes europeus recém chegados e é vista como um estágio no processo de integração à cultura americana” (Monreal, 1996: 19-20).

²¹ Segundo o autor, em Londres estudos de Zweig, 1949; Spinley, 1953; Slater y Woodside, 1951; Fifth, 1956; Hoggart, 1957, em Porto Rico Stycos, 1955; Steward, 1957 e no México Lewis, 1951, 1952.

²² Esta desenvolveu-se entre 1920-1940, nos Estados Unidos da América e debruçou-se nas formas de vida urbanas de Chicago, durante a industrialização (Monreal, 1996: 19).

1.3.1.2 - Do conceito de pobreza às pessoas que são pobres

Quem são os pobres ou os grupos populacionais com maior vulnerabilidade para situações de pobreza?

Os grupos vulneráveis caracterizam-se por indivíduos que integram desempregados de longa data, jovens à procura do primeiro emprego, famílias monoparentais, algumas minorias étnicas, principalmente africanos, asiáticos e ciganos e os idosos com recursos insuficientes (Almeida *et al.*, 1994: 15).

Para além destes, Giddens acrescenta outras categorias com probabilidades de viver em pobreza, como os indivíduos com emprego a tempo parcial ou emprego precário, os doentes e deficientes, as crianças e as mulheres (Giddens, 2004: 317).

Em relação às minorias étnicas, Capucha aponta para a existência de 120 a 150000 indivíduos²³, destacando-se os ciganos, com um número elevado a viver em pobreza extrema e os imigrantes africanos (Capucha, 1998: 219).

Numa caracterização destes grupos, o mesmo autor refere que esta população é constituída por jovens, afirmando que

“ (mais de 80% terá menos de quarenta anos) e tendem a constituir famílias de dimensão alargada, apesar do elevado número de isolados masculinos característico das populações migrantes. O grau de escolaridade é muito baixo (cerca de três quartos dos maiores de quinze anos têm formação no máximo igual ao ensino básico) e os fenómenos do insucesso e abandono escolar atingem os jovens de modo muito penalizante. (...) Aliás, a fragilidade das qualificações e das inserções profissionais revela-se no facto de três quartos dos activos das minorias étnicas integrarem apenas quatro categorias profissionais, a saber: operários especializados da construção civil, trabalhadores indiferenciados, vendedores ambulantes e empregados de serviço doméstico” (*Ibidem*).

Quanto aos ciganos pobres, assim como às famílias urbanas de rendimentos incertos, semilegais, ilegais, segundo Almeida *et al.*, constituem comunidades fortemente integradas com uma vida social muito intensa. O seu modo de vida é frequentemente o da convivialidade e pode caracterizar-se pela

²³ Dados não oficiais, segundo o autor.

“valorização das dimensões lúdicas no consumo de comidas e bebidas e pela atracção por objectos de tecnologia moderna, apesar das fortes carências materiais. As formas de consumir são acompanhadas por um sentido muito agudo de desigualdade social e remetem para o reforço dos laços de sociabilidade no contexto das redes identitárias. A estratégia de vida da convivialidade assenta no desenvolvimento de competências sociais e instrumentais expeditas – incluindo a dramatização da situação de pobreza – que permitem a obtenção de recursos, apoios e subsídios chegando a constituir parte significativa dos meios de vida” (Almeida *et al.*, 1994: 125).

1.3.1.3 - Pobreza absoluta e pobreza relativa

As abordagens de sociólogos e investigadores acerca desta temática traduzem-se, segundo Giddens, nos conceitos de pobreza absoluta e pobreza relativa. O primeiro relaciona-se com a ideia de subsistência, ou seja, as condições básicas que permitem sustentar uma existência física saudável. A falta de requisitos fundamentais para a existência humana, como comida suficiente, abrigo e roupa produz uma situação de pobreza (Giddens, 2004: 313).

Uma técnica comum para medir o tipo de pobreza que acabamos de referir “consiste em determinar uma linha da pobreza, baseada no preço dos bens essenciais à sobrevivência humana em determinada sociedade. Considera-se que os indivíduos ou agregados familiares cujos rendimentos se encontram abaixo da linha de pobreza vivem numa condição de pobreza” (*Ibidem*).

O segundo conceito, o de pobreza relativa, relaciona-se com o padrão de vida geral prevalente numa determinada sociedade (*Ibidem*).

Ao comparar diferentes contextos históricos e geográficos verifica-se que a subsistência ou as necessidades básicas, além de variáveis, são relativas ao tempo e ao espaço. Assim, a noção de diferença e não de subsistência é o principal critério associado à pobreza relativa (Capucha, 1998: 212).

Para o mesmo autor, a questão é saber a partir de que níveis de diferenciação negativa as pessoas, as famílias e os grupos se consideram privados dos recursos mínimos aceitáveis. Assim, são pobres, as famílias e os grupos cujos recursos materiais, culturais e sociais são tão escassos que os excluem dos modos de vida minimamente aceitáveis segundo a norma nos

países em que vivem. Em termos operacionais, o limiar da pobreza relativa tem sido estabelecido a partir do rendimento, considerando-se pobres as pessoas que o têm abaixo de determinado nível de rendimento médio nesse país (Capucha, 1998: 212).

Os promotores do conceito de pobreza relativa afirmam que esta é culturalmente definida e não deve ser medida de acordo com um padrão de privação universal pois, para os mesmos, é errado assumir que as necessidades humanas são idênticas em todo o lado (Giddens, 2004: 313).

Capucha denomina a pobreza de “primária”, quando a escassez resulta da simples ausência de recursos e de “secundária” quando se trata de ineficiências de utilização de recursos reduzidos (Capucha, 1998: 212).

A noção de pobreza pode ser usada para referir uma das dimensões da existência mais determinantes dos processos de produção e reprodução de exclusão social, ou seja, as deficientes condições materiais de existência ou insuficiência de recursos de ordem económica, social ou cultural (*Ibidem*: 210).

O termo designa um conjunto de exclusões e marginalidades sociais e a privação de recursos materiais e culturais que um certo momento histórico produz e define como desejavelmente acessíveis (Almeida *et al.*, 1994: 111).

1.3.1.4 - Relações sociais dos pobres

No que diz respeito ao domínio das relações sociais dos pobres, Costa refere que estes estão excluídos dos meios sociais correntes da sociedade, sobretudo em meio urbano, com um

“círculo de convivência muito restrito, circunscrito à família, aos vizinhos que vivam em condições semelhantes, aos colegas de trabalho. Se for desempregado, verá a sua rede de relações ainda mais limitada, perdendo, como atrás se disse, uma parte significativa da sua identidade social e um dos principais mecanismos de integração social (o emprego)²⁴. Por outro lado, as más condições habitacionais e a pobreza em geral poderão suscitar tensões e rupturas familiares, caso que poderá eventualmente

²⁴ O emprego é “um dos principais mecanismos de integração social nas sociedades europeias contemporâneas”. O desemprego não se traduz só pela falta de recursos económicos, mas “é perder um dos vínculos mais importantes de ligação à sociedade, à rede de relações interpessoais que o emprego proporciona e, ainda, ao sentimento, que do mesmo advém, de participar na vida económica do país (Costa, 1998: 57).

levar a comportamentos autodestrutivos, como o do alcoolismo e, em última instância, à situação de sem-abrigo” (Costa, 1998: 29).

Quanto ao domínio das relações sociais em meio rural, o mesmo autor afirma que as consequências são, em princípio, menos graves, por efeito das solidariedades informais próprias desse contexto. No entanto, também aí, a rede de relações sociais é mais restrita,

“quer em amplitude quer em proximidade inter-pessoal, do que a do cidadão comum pelo que respeita às referências simbólicas, é de notar que algumas «perdas» que o pobre sofre neste domínio podem ocorrer na pobreza recente, ao passo que outras o vão afectando em grau crescente com a persistência e a intensidade da situação: perda de identidade social e de sentimento de pertença à sociedade, abaixamento do nível de aspirações, perda de auto-confiança, descrença na capacidade de ultrapassar a situação, conformismo, enfim, progressivamente, até à eventual perda de identidade pessoal e à ruptura dos laços familiares e afectivos” (*Ibidem*: 29-30).

Os indivíduos com um percurso de privação profunda e persistente poderão estar sujeitos ao desenvolvimento do seguinte processo vivencial:

“Com o passar do tempo, este contexto de vida vai afectando o pobre em aspectos da sua personalidade. Efeito este tanto mais profundo quanto mais tempo durar (persistência) e mais profunda for (intensidade) a situação de privação. Modificam-se hábitos, surgem novos comportamentos, alteram-se os valores, transforma-se a cultura, ensaiam-se estratégias de sobrevivência, a revolta inicial vai cedendo o lugar ao conformismo, vai baixando o nível de aspirações, esbate-se a capacidade de iniciativa, enfraquece a auto-confiança, modifica-se a rede de relações, ocorre a perda de identidade social e, eventualmente, a perda de identidade pessoal” (*Ibidem*: 28).

Deste modo, a pobreza económica, que pode ter determinantes sócio-históricos (migrações internas e externas, crises do sistema económico, guerras militares e civis, racismo e xenofobia, etc.), tende a promover um empobrecimento das relações sociais, das atitudes e da auto-estima dos empobrecidos, imobilizando-os numa sub-cultura da pobreza.

1.3.1.5 - A sub-cultura da pobreza e a sub-cultura da dependência

O desenvolvimento e a popularidade do conceito de cultura da pobreza realizou-se num contexto em que se redescobriu a pobreza nos países centrais e, desde esse momento, tentou-se explicar a sua existência e persistência na abundância que tinha trazido o sistema capitalista (Monreal, 1996: 30).

O principal impulsionador da teoria da cultura da pobreza foi Oscar Lewis (2009), a partir do seu estudo efectuado no México onde observou o mundo social de cinco famílias de camponeses que se deslocaram a viver para a cidade do México.

Para Lewis, a pobreza “não é o resultado de inadequações individuais, mas de uma atmosfera social e cultural mais lata na qual as crianças pobres são socializadas. A cultura da pobreza é transmitida entre gerações porque os jovens desde cedo não vêem razão para aspirar a algo mais. Em vez disso, resignam-se fatalisticamente a uma vida de empobrecimento” (Lewis, 1961 in Giddens, 2004: 319)²⁵.

A tese da cultura da pobreza teve um novo desenvolvimento pelo sociólogo americano Murray, o qual afirma que os indivíduos pobres, “sem culpa própria”, como viúvos, órfãos ou incapacitados fazem parte de uma categoria diferente daqueles que pertencem à cultura da dependência (Murray, 1984 in Giddens, 2004: 319). Esta, para o mesmo autor, refere-se

“às pessoas pobres que dependem das provisões da segurança social em vez de entrarem no mercado de trabalho. Argumenta que o crescimento do estado-providência criou uma subcultura que mina a ambição pessoal e a capacidade de auto-ajuda. Em vez de se orientarem para o futuro e lutarem por uma vida melhor, os dependentes da segurança social contentam-se em aceitar as ajudas. O estado-providência, argumenta, corroe o estímulo das pessoas para trabalharem” (Giddens, 2004: 319).

A respeito da categorização da pobreza, Monreal menciona que a partir do século XVIII, os teóricos sociais desenvolveram duas ideias de pobreza que,

²⁵ Na pobreza geracionalmente transmissível, os filhos dos pobres nascem numa situação caracterizada pela privação e por um conjunto de *handicaps* (Costa, 1998: 49).

com pequenas modificações, subsistem na actualidade, chamando-lhe de pobreza “digna” e de pobreza “indigna”. Especificando, cada uma delas, refere que:

“À primeira correspondem os que, adaptados à sociedade, cumprem os deveres sociais, de tal forma que é só uma questão de tempo ou de má sorte a sua persistência na pobreza; por exemplo, aquelas mulheres que mantêm os seus filhos limpos, lhes dão educação, mandam para a escola, fazem uma gestão dos seus reduzidos salários adequadamente e passam grande quantidade de horas ao dia cosendo e esfregando (...).

Por outra parte, a pobreza indigna estaria ligada à delinquência, agressividade, violência, vida familiar desordenada, alcoolismo, toxicodependência, prostituição (...). O problema da pobreza é atribuída aos próprios pobres, nos seus valores culturais, na sua organização familiar, nas suas relações sociais, nas suas atitudes pessimistas e conformistas, nas suas comunidades (...)” (Monreal, 1996: 13).

1.3.1.6 - Culpabilização da vítima e culpabilização do sistema

Na sociedade actual prevê-se a igualdade de oportunidades para todas as pessoas, mas paralelamente criam-se desigualdades cada vez maiores. Uma forma de resolver este paradoxo consiste em culpabilizar os indivíduos ou os grupos étnicos e culturais de serem incapazes de aproveitar ao máximo as oportunidades que a sociedade oferece (Monreal, 1996: 13).

No século XIX estabelecem-se os dois marcos básicos de investigação e de acção política sobre a pobreza que perduram, sem grandes mudanças, até à actualidade. Por um lado a pobreza é vista como um problema social, causado pelas forças do mercado, por outro lado surge como um problema individual de pessoas que não sabem ou não podem aproveitar vantagens que a sociedade lhes oferece (*Ibidem*: 14).

Para explicar a pobreza, Giddens refere que existem duas teorias principais, denominadas de “culpabilização da vítima” e “culpabilização do sistema”. A primeira considera os indivíduos pobres responsáveis pela sua própria pobreza, enquanto a segunda considera a pobreza como produzida e reproduzida pelas forças estruturais da sociedade (Giddens, 2004: 318).

A primeira teoria vai de encontro à responsabilização dos pobres pela sua posição desprivilegiada (Giddens, 2004: 318). As primeiras tentativas para minimizar os efeitos da pobreza, no século XIX, baseavam-se na crença de que esta resultava de um desajustamento ou patologia dos indivíduos. Neste sentido, os pobres eram vistos como incapazes de vencer na sociedade, devido a vários motivos, como falta de talento, fraqueza física ou moral, ausência de motivação ou capacidades abaixo da média. Para além deste aspecto, a sua posição social era tida como um reflexo do esforço ou talento da pessoa, de forma que eram bem sucedidos aqueles que o mereciam, enquanto os menos capazes estavam condenados a falhar. Desta maneira considerava-se a existência de “vencedores” e de “vencidos” como um facto da vida” (*Ibidem*).

Este conceito voltou a surgir a partir da década de 70 e 80 do século passado quando “a ênfase política colocada na actividade empresarial e a ambição individual recompensou aqueles que “obtiveram sucesso” na sociedade e responsabilizou aqueles que não fizeram pelas circunstâncias em que se encontravam” (*Ibidem*: 319).

A segunda explicação da pobreza reporta-se aos grandes processos sociais que produzem condições de pobreza difíceis de superar pelos indivíduos. Assim, as forças estruturais de uma sociedade, onde se incluem factores como a classe, o género, a etnia, a posição ocupacional, a escolaridade e outros, moldam a forma como os recursos são distribuídos. Os investigadores que advogam explicações estruturais para a pobreza argumentam que a falta de ambição entre os pobres muitas vezes tomada como “cultura da dependência” é o resultado de situações condicionadas e não uma mera causa das mesmas (*Ibidem*: 320).

Se considerarmos o grupo étnico cigano, verifica-se que uma grande maioria vive em condições de pobreza ou pobreza extrema, com carências a vários níveis, reflectindo-se na saúde, com uma percentagem muito baixa de idosos e na alfabetização, com elevadas taxas de insucesso, abandono e absentismo escolar. Os ciganos são constantemente culpabilizados e responsabilizados pela situação de pobreza em que se encontram, por grande parte da população não cigana.

1.3.2 - A EXCLUSÃO SOCIAL

1.3.2.1 - Definição de exclusão social

A expressão exclusão social, embora de uso recente, encontra-se generalizada na actualidade, o que não significa que todos quantos a utilizam tenham ideia clara do seu significado uma vez que, até mesmo entre os especialistas, não existe unanimidade quanto ao sentido que se lhe atribui (Costa, 1998: 9).

Giddens define a exclusão social como “as formas pelas quais os indivíduos podem ser afastados do pleno envolvimento da sociedade” acrescentando que o conceito se distingue do de subclasse e tem a vantagem de enfatizar processos, ou seja, mecanismos de exclusão (Giddens, 2004: 325).

As pessoas que vivem em bairros sociais degradados com escolas pobres e poucas oportunidades de emprego na área podem ver negadas oportunidades de melhoramento pessoal que a maioria das pessoas na sociedade possui. A exclusão social distingue-se da pobreza, uma vez que se centra num conjunto mais amplo de factores que impedem o acesso a indivíduos ou grupos a oportunidades, abertas à maioria da população (*Ibidem*).

Castel, considerado um dos autores de referência no que diz respeito à temática da exclusão social, define a mesma como

“a fase extrema do processo de «marginalização», entendido este como um percurso «descendente», ao longo do qual se verificam sucessivas *rupturas* na relação do indivíduo com a sociedade. Um ponto relevante desse percurso corresponde à ruptura em relação ao mercado de trabalho, a qual se traduz em desemprego (sobretudo desemprego prolongado) ou mesmo num «desligamento» irreversível face a esse mercado. A fase extrema - a da «exclusão social» - é caracterizada não só pela ruptura com o mercado de trabalho, mas por rupturas familiares, afectivas e de amizade” (Castel, 1990 in Costa, 1998: 10).

As situações de exclusão social ocorrem porque a sociedade²⁶ não oferece ao conjunto dos seus membros a possibilidade de beneficiar de todos os direitos, nem de cumprir alguns deveres que lhes estão associados²⁷. A exclusão pode estar inscrita nas próprias dinâmicas e instituições sociais, políticas e económicas e também inculcada nas estruturas mentais das pessoas que a sofrem. Assim, as pessoas desfavorecidas perdem o estatuto de cidadania plena uma vez que se vêem impedidas de participar nos padrões de vida tidos por aceitáveis na sociedade em que vivem (Capucha, 1998: 211).

Para Fernandes, “a pobreza traduz-se em exclusão sempre que a sociedade gera situações graves de desintegração social. É esta desintegração que caracteriza a pobreza e a exclusão de hoje, dado que as situações de pobreza tendem a configurar-se sob a forma de exclusão” (Fernandes, 2000: 207).

A falta de inserção social nas sociedades actuais, na opinião do autor que acabamos de citar, é o resultado da interconexão de uma crise de emprego, de relação social e do sentido. Estes elementos tendem a coexistir ou a dissociar-se, dando origem ou à integração ou à ruptura que se traduzem em bem-estar ou pobreza e exclusão social. A exclusão do mundo do trabalho reduz o campo das relações sociais, fragilizando as redes de sociabilidade que permitem a inserção social (*Ibidem*: 208).

Os excluídos, na perspectiva de Xiberras, não são rejeitados, apenas, “fisicamente (racismo), geograficamente (gueto) ou materialmente (pobreza). Eles não são simplesmente excluídos das riquezas materiais, isto é, do mercado e da sua troca. Os excluídos são-no também das riquezas espirituais: os seus valores têm falta de reconhecimento e estão ausentes ou banidos do universo simbólico” (Xiberras, 1996: 18-19).

²⁶ Esta, esclarece o autor, “não deve ser entendida como uma entidade abstracta, mas como o resultado sistémico de práticas mais ou menos institucionalizadas dos agentes sociais” (Capucha, 1998: 211).

²⁷ Segundo Capucha há “um conjunto de direitos e deveres normativamente inscritos nas estruturas sociais e explicitamente consagrados em documentos que expressam os grandes consensos que fundam os compromissos entre os membros de uma sociedade. É esse conjunto de direitos e deveres que confere às pessoas o estatuto de cidadãos” (*Ibidem*: 210).

1.3.2.2 - Tipos de exclusão social

A exclusão pode existir de diferentes formas, ou seja que não se vê, mas que se sente, que se vê mas que ninguém fala e completamente invisibilizada, pois nem sabemos da sua existência, nem possuímos nenhum vocábulo para designá-la (Xiberras, 1996: 20).

A exclusão social é um fenómeno complexo e heterógeneo, podendo-se identificar vários tipos, que por vezes se sobrepõem, tais como o económico, social, cultural, de origem patológica e por comportamentos auto-destrutivos (Costa, 1998). Este autor define diferentes tipos de exclusão social, tais como:

a) «pobreza», entendida como uma situação de privação múltipla, por falta de recursos. Esta forma de exclusão é normalmente caracterizada por más condições de vida, baixos níveis de instrução e qualificação profissional, emprego precário (instável, sem contrato, mal remunerado e/ou em más condições de trabalho), actividade no domínio da economia informal, etc.;

b) A exclusão de tipo social, a causa encontra-se no domínio dos laços sociais, tratando-se de uma situação de privação de carácter relacional, caracterizada pelo isolamento, por vezes associada à falta de auto-suficiência e autonomia pessoal. Como exemplo típico temos o dos idosos que vivem na solidão ou dos deficientes que não têm quem os apoie;

c) A exclusão cultural pode ser proveniente de fenómenos como o racismo, a xenofobia ou certas formas de nacionalismo quando se trata de minorias etno-culturais. Os motivos que levam a sociedade a dificultar a integração social de ex-reclusos, também podem ser culturais;

d) A exclusão de origem patológica está associada a factores de natureza psicológica ou mental que afectam, por vezes, as rupturas familiares;

e) Finalmente, a exclusão por comportamentos auto-destrutivos, relacionam-se com a toxicodependência, o alcoolismo, a prostituição ou outros com características idênticas (*Ibidem*: 21-23).

Além das tipologias de exclusão apresentadas, Giddens refere-se ainda à política, afirmando que a “participação política activa pode estar fora do alcance dos socialmente excluídos, que podem não ter os recursos, a informação e as oportunidades necessárias para participar no processo político” (Giddens, 2004: 326).

A grande maioria da população cigana no nosso país, e concretamente no que diz respeito à região transmontana, vivencia situações graves de exclusão, a vários níveis, tais como económico, social, cultural e político.

1.4 – PROCESSOS DE EXCLUSÃO/MARGINALIZAÇÃO DAS MINORIAS

A perseguição das minorias é um fenómeno universal (Moscovici e Pérez, 1999) verificando-se que, apesar da luta para a aceitação da diversidade, não se consegue erradicar essa realidade.

Em Portugal, segundo Rodrigues, coabitam tradicionalmente os “brancos” e as minorias étnicas. Os primeiros são quem controla e define o quadro das instituições na sociedade e as segundas vivem excluídas da participação nas decisões sobre o poder, limitando-se a depender e a obedecer à comunidade anfitriã (Rodrigues, 1995: 62).

De acordo com o autor acima citado, esta estruturação da sociedade não aconteceu por mero acaso, pelo contrário, a História demonstra que

“uma das preocupações fundamentais no ordenamento e na estrutura da sociedade tem sido a da manutenção das comunidades de minorias étnicas numa situação de dependência e de opressão. Não é de mais sublinhar que as presunções racistas sobre superioridade (branca) estão tão profundamente enraizadas na estrutura da sociedade que são tomadas como certas e por isso, nem sequer reconhecidas. É este poder do anfitrião (branco) que faz a lei e a aplica” (*Ibidem*: 63).

A manutenção da posição de inferioridade das minorias étnicas, que frequentemente as coloca num estado de marginalização e exclusão, para além de outras razões, está directamente relacionada com o facto de as mesmas serem alvo de ideias estereotipadas e preconceituosas.

Rodrigues explica que é difícil libertarmo-nos do preconceito, especialmente se adquirido cedo e subsequentemente confirmado pela experiência das diferenças que conduziram à primeira «explicação». Nas gerações subsequentes, tal como na primeira, a preferência habitual pela nossa

própria cultura e a desconfiança em relação a pessoas que não conhecemos reforça as tendências racistas (Rodrigues, 1995: 61).

O preconceito assenta numa opinião preconcebida, socialmente divulgada, partilhada pelos membros de um grupo e susceptível de ser favorável ou desfavorável para a categoria visada (Taguieff, 1997: 136). O mesmo autor acrescenta que se trata de uma atitude negativa, desfavorável e hostil, carregada de afectividade e respeito de indivíduos destinados a uma categoria definitiva. Refere, ainda, a existência de uma crença rígida que se baseia numa generalização abusiva e num erro no julgamento, atribuindo traços que se transformam em *clichés* em diversos grupos humanos (raças, etnias, nações, etc.) (*Ibidem*).

Para Pereiro Pérez os preconceitos i) introduzem emoção e acção; ii) estabelecem um juízo prévio não demonstrado sobre um indivíduo ou um grupo, favorável ou desfavorável, que tende à acção e iii) condicionam a discriminação (comportamento dos preconceitos), que pode ser directa (física, verbal, etc.) ou indirecta (nas leis, na língua, nas atitudes, no curriculum escolar oculto, etc.) (Pereiro Pérez, (2005b: 10).

Giddens define preconceito como “opiniões ou atitudes partilhadas por membros de um grupo acerca de outro. As ideias preconcebidas de uma pessoa são, muitas vezes, mais baseadas em rumores do que em provas directas; são ainda resistentes à mudança mesmo face a novas informações” (Giddens, 2004: 252).

Os preconceitos assentam frequentemente em estereótipos, categorizações fixas e inflexíveis de um grupo de pessoas. Os estereótipos aplicam-se com regularidade a grupos étnicos minoritários, tornando-se parte integrante das percepções culturais e são difíceis de eliminar, mesmo quando são uma clara distorção da realidade (*Ibidem*).

Quanto ao estereótipo, segundo Taguieff, em psicologia social significa uma ideia fixa estandardizada associada a uma categoria, como por exemplo «preguiça» a «negros», «avidez» a «judeus», «violência» a «árabes» constituindo, estas, estereótipos negativos (Taguieff, 1997: 131). Outro significado atribuído pelo mesmo autor refere-se a um “modo de categorização rígido e persistente (que resiste à mudança) deste ou daquele grupo humano, que disforma e empobrece a realidade social da qual fornece uma grelha de

leitura simplificadora, e que tem como função racionalizar a conduta face ao grupo categorizado”. De acordo com a fonte que acabamos de citar, “o processo de categorização estereotipante implica, por um lado, uma acentuação das diferenças entre o grupo de pertença e os outros grupos (efeito de contraste) e, por outro lado, uma acentuação das semelhanças no grupo de pertença como nos outros (efeito de assimilação)” (Taguieff, 1997: 131).

Os estereótipos, segundo Pereiro Pérez, são i) traços que se atribuem a um grupo ou a uma pessoa pertencente a um determinado grupo; ii) imagem mental simplificada e partilhada socialmente dos membros de um grupo; iii) simplificam os vários aspectos da realidade; iv) são resistentes à mudança; v) conservam-se apesar das evidências contrárias; vi) simplificam; vii) generalizam; viii) orientam as expectativas (Pereiro Pérez, 2005b: 10).

Segundo a mesma fonte, para explicar a formação dos estereótipos podemos recorrer a três teorias: a Psicanálise, a Antropologia e a Sociocognitivista (Psicologia Social). A primeira acredita que nascem dos impulsos do indivíduo, com o objectivo de satisfazer necessidades inconscientes. A segunda propõe que nascem do meio sociocultural, apreendem-se no processo de socialização, reflectindo a história e a cultura. A terceira sintetiza as anteriores focando que os estereótipos se formam e desenvolvem no interior das pessoas (Psicanálise), mas nascem da percepção social apreendida nos processos de socialização (Antropologia) (*Ibidem*: 10-11).

Os estereótipos formam-se por categorização social, pois, para apreender a realidade organizamo-la em categorias: negros, brancos, judeus, mulheres, as feministas, os Pereira, os meus clientes, etc. A categorização social é um processo de simplificação e sistematização da informação, por comparação social. Os estereótipos exageram as diferenças entre categorias, comparam e organizam a informação. Inventam-se diferenças para criar processos de identificação, por atribuição de características a determinadas categorias, gerando expectativas e condutas (*Ibidem*: 11).

Os estereótipos nascem de estruturas cognitivas partilhadas, debaixo das quais estão sistemas de valores transmitidos pelos agentes de socialização (família, escola, media, etc.) e mantêm-se resistindo à mudança, apesar de evidências contrárias (*Ibidem*).

Os estereótipos funcionam i) por meio de um favoritismo endogrupal valorizando positivamente o grupo de pertença, desfavorecendo-se outros; ii) acentuando-se as diferenças intergrupais e o reforço da diferença em relação aos pensados como “outros”; iii) pela homogeneidade interna exagerada (mecanismo de coesão interna); iv) homogeneizando o exogrupo e desindividualizando os seus membros (Pereiro Pérez, 2005b: 11).

1.4.1 – A MARGINALIZAÇÃO OBJECTIVA FACE AOS CIGANOS

Os estereótipos e preconceitos acerca dos ciganos desenvolveram-se ao longo de anos de afastamento destes com a população maioritária, baseados em comportamentos diversos, não compreendidos, em comportamentos marginais e em comportamentos resultantes da situação de marginalidade em que vivem: cheiram mal, são violentos, são barulhentos, não cumprem os compromissos, estragam tudo, enganam, roubam, são vigaristas (Comissão Parlamentar de Ética, Sociedade e Cultura, 2008: 43).

De uma maneira geral, o preconceito criado a partir de imagens feitas é vulgarizado, muitas vezes, a partir da infância. Através de frases como: “Anda cá/Não vás para aí, senão vem um cigano e leva-te!”²⁸ incute-se, muitas vezes de forma inconsciente, a ideia de que o cigano é um indivíduo perigoso, do qual é conveniente mantermo-nos afastados contribuindo, assim, para a categorização que a sociedade estabelece dos indivíduos (Goffman, 1988: 11).

Na perspectiva de Mendes, os ciganos dão facilmente origem a preconceitos, suspeições e estereótipos, alguns bem seculares, pelo facto de viverem fechados nos seus territórios *ghettizados*, marcados por uma identidade negativa (Mendes, 2005: 12).

A raiz do problema está no desconhecimento que normalmente se tem da cultura e tradição ciganas (Ramirez, 1985: 19). Para o autor, em Espanha, uma boa parte da população não cigana não se interessa pelos ciganos e os seus sentimentos geralmente têm um desejo, que se limita a este pensamento: “Os ciganos quanto mais longe estiverem, melhor” (*Ibidem*: 27).

²⁸ Esta é uma frase que, com frequência, ouvimos os pais dizerem às crianças, com o objectivo de não se distanciarem do local onde eles pretendem permanecer algum tempo.

Num trabalho acerca das relações sociais entre ciganos e não ciganos, levado a cabo num bairro social de Guimarães, os investigadores revelam a existência de sentimentos de indiferença e racismo por parte da população não cigana face aos ciganos aí residentes, atribuindo-lhes características particularmente negativas. Segundo a mesma fonte a população não cigana sobrevaloriza os aspectos negativos dos ciganos, considerando-os muito agressivos (62%), muito falsos/mentirosos (63%), maliciosos (63%) e desonestos (32%) (Silva, Ramos e Mota, 2008: 4).

Numa comunicação apresentada no Congresso Luso-Afro-Brasileiro os mesmos autores mencionam que se verifica um grande desconhecimento de parte a parte e que os ciganos “são rejeitados, excluídos, vistos com desconfiança e despertam uma sensação de insegurança e de receio na população em geral” (LM, 2009).

Liégeois refere que não existem dúvidas em relação ao ambiente hostil que os ciganos sofrem ou sofreram. O autor é da opinião que,

“todas as comunidades ciganas estão profundamente marcadas por condições de existência difíceis. Em toda a Europa, a rejeição, sob diversas formas, continua a ser um elemento dominante das relações entre os Ciganos e o seu ambiente imediato: dificuldades de alojamento, precariedade da saúde, expulsão dos nómadas, proibição de acesso a locais públicos...” (Liégeois, 2001: 14).

Os ciganos são desconhecidos devido às características socioculturais que apresentam e à atitude dos que estão à sua volta. A maior parte das pessoas próximas ignoram de onde vêm, fixam-se nos seus costumes e não sabem nada, projectando neles as suas inquietudes e os seus desejos, o que acaba por constituir uma imagem estereotipada, actualmente secular, que cada um considera como real (Liégeois, 1983: 9).

O mesmo autor afirma que o aparecimento dos ciganos em “sociedades que o Estado tentava organizar e controlar, e face a colectividades locais enraizadas em territórios com horizontes pequenos e fechados, rapidamente a sua presença suscitou a desconfiança, o medo e a rejeição” (Liégeois, 2001: 35).

Ainda, segundo Liégeois, devido à forma como se vestiam, ao seu modo de vida e à sua fala, as populações reagiam de forma negativa²⁹ e,

“construíram rapidamente à volta dos Ciganos uma imagem sombria e repulsiva, que inspirou e, depois, justificou os comportamentos para com aqueles. Esta imagem misturava a feitiçaria, a ladroagem e a propagação de doenças: o Cigano, aos olhos de uma sociedade crédula e facilmente impressionável, ficou condenado para toda a vida” (Liégeois, 2001: 35-36).

De acordo com o mesmo autor, as políticas de exclusão em relação aos ciganos aconteceram um pouco por todo o lado, sendo provável que todos os países as tenham aplicado (*Ibidem*: 36)³⁰. O seu principal objectivo era a negação do indivíduo e da sua cultura. Frequentemente, o simples facto de se “ser cigano” era a razão de todas as perseguições, mantendo-se esta realidade, ainda, nos dias de hoje³¹.

- Então eles aqui são maus, portam-se mal?
- Não, não se metem com ninguém, mas nós é que não gostamos deles!
- Mas eles sempre viveram aqui?
- Não, só foi desde que esse aí de cima lhe vendeu a casa! Escusava bem de lha ter vendido!
- Eles vêm aqui ao café?
- Eles vêm. Eu nem gosto que venham cá porque depois tenho que limpar tudo bem limpo, esquentar as chávenas e tudo!
- Não são maus rapazes, coitados!?
- Nós não gostamos cá deles! (M., 65-70 anos, aldeana, notas DC, aldeia do concelho de Vinhais, 26-10-2005).

Como o exemplo apresentado também o seguinte expressa claramente as acções de marginalização a que são sujeitos: no Alentejo, tal como em Lisboa e provavelmente noutras regiões do país, os proprietários de alguns estabelecimentos comerciais colocam imagens de sapos nas portas ou em sítio

²⁹As diferenças físicas visíveis também levam à rejeição por parte dos não ciganos face aos ciganos. Na opinião de Rex, o fenótipo fornece “uma base para estabelecer diferenças odiosas, muito mais difíceis de contestar do que as diferenças culturais” (Rex, 1988: 41).

³⁰ De acordo com Moscovici e Pérez, em todos os países europeus, sem excepção, os ciganos foram “escorraçados” (Moscovici e Pérez, 1999: 105).

³¹ Por vezes não existe qualquer motivo ou acção que mereça retaliação, simplesmente não se gosta deles por serem ciganos.

visível do exterior, com o fim de impedir a entrada dos ciganos, pois sabem que esse animal é por eles repudiado³².

Na Europa de Leste acusavam-se os ciganos da prática de magia negra, de trazer epidemias, falsificar moeda, atizar fogos, ter um aspecto diferente e sobretudo de serem estranhos e, ainda na actualidade, “são bodes expiatórios quando, em tempos de crises económicas e sociais, é preciso encontrar culpados para desviar dos verdadeiros problemas” (Fienbork; Mihòk e Muller, 1998: 15).

Em relação a Espanha, San Román refere que “a tentativa de eliminação sociocultural ou física dos ciganos que começa no início do século XV é um grande fracasso que se repete a si mesma até à saciedade” (San Román, 1997: 6).

No que diz respeito às perseguições, Fraser destaca Portugal, por ter sido o primeiro país a recorrer à deportação para as colónias ultramarinas como método novo de expulsão, explicando que “as colónias precisavam de gente (a taxa de mortalidade era muito elevada) e os colonos precisavam de mulheres” (Fraser, 2005:174).

Todas as soluções foram tentadas pelo Estado, ao longo dos séculos, para se ver livre dos ciganos, até ao extremo, que foi a sua condenação à pena de morte (Costa, 1995: 13) mas, apesar das sucessivas leis promulgadas, a legislação não era eficientemente aplicada, daí o resultado de um número tão elevado.

Costa constata, ainda, que “A falência histórica da política estatal relativa aos ciganos podemos avaliá-la hoje em toda a sua extensão: os ciganos nunca foram eliminados ou domesticados e também nunca deixaram de ser vistos como gente estranha e «duvidosa» (no mínimo) pela maioria. A «questão cigana» continua por resolver” (*Ibidem*:14).

Em relação ao incumprimento da lei, para Fraser deve-se talvez à “oposição silenciosa por parte de sectores da população ou à venalidade dos

³² Informação obtida no 30º Encontro Nacional da Pastoral dos Ciganos realizado em Fátima, de 21 a 23 de Novembro de 2003.

funcionários menores, decerto por causa da deficiente organização das forças policiais existentes” (Fraser, 2005: 138)³³.

As situações de perseguição e intolerância viveram-se e ainda continuam a existir um pouco por todo o lado, sem que haja qualquer tipo de preocupação ou protecção quando se trata de indivíduos de etnia cigana. Como agravante verifica-se o facto das pessoas não terem consciência desses sentimentos pois quando confrontadas com questões como *Você é preconceituoso (a)?* ou *Você é racista?* a maioria responde, de imediato, de modo negativo. Acrescentam, quase sempre, que preconceituosos e racistas são os outros, nunca eles próprios! (Simões, 1995: 90). No entanto passa-se destas palavras a acções racistas e xenófobas, preconceituosas, intolerantes e discriminatórias, cada vez mais visíveis nos quotidianos de todas as sociedades e culturas actuais e a prova disso é que, cada vez mais, se fala e escreve sobre elas (*Ibidem*).

Numa publicação recente, Bastos (2009) expõe a estratégia dos produtores sociais do efeito de marginalização (empobrecimento, exploração, opressão, racialização, etc.). O autor apresenta as estratégias que “permitem que tal aconteça sem que o grupo marginalizador sinta culpabilidade, uma vez que, *de facto*, entra em contradição com os seus **nobres ideais** (como acontece com os cristãos, com os socialistas e com os comunistas, com os que se dizem não-racistas, com os defensores dos direitos humanos e dos direitos dos grupos minoritários, etc.)”. Assim, segundo a mesma fonte,

“as principais **estratégias de desculpabilização dos produtores sociais dominantes dos efeitos de marginalização de minorias** e da indiferença face a esse facto utilizam habitualmente três estratégias eficazes: a essencialização, a naturalização a ela associada e a acusação.

No caso das relações históricas entre europeus nativos e ciganos, a estratégia de **essencialização** degradou, no «Ocidente cristão», os ciganos, transformando a representação inicial de um grupo nacional em viagem, capaz de entrar em relações

³³ A este propósito Vasconcellos descreve que os magistrados eram acusados de incúria e os meios de que dispunham “corregedores, ouvidores e juizes” eram insuficientes. Acrescenta, ainda, que as prisões eram casas mal apetrechadas, de onde os ciganos, “astuciosos e ágeis” facilmente se evadiam e quem vigiava as cadeias eram agricultores que após um dia árduo de trabalho não tardavam em cair num sono profundo. Assim, os presos “tinham tempo de sobra para forçar as fracas portas dos presídios” em que se encontravam. Além destas razões, segundo o mesmo autor, os povos queixam-se mas, por medo ou generosidade, toleram-nos e as autoridades eram também benevolentes, “os próprios reis concedem-lhes perdões e comutam penas” (Vasconcellos, 1982: 363-364).

diplomáticas entre aristocratas (século XV) na representação de um grupo de marginais perigosos que viviam da criminalidade organizada, pondo em perigo os sedentários, nomeadamente rurais (secs. XVI a XX). Por outro lado, aproveitando o nascimento das ciências sociais e, nomeadamente, da etnologia «evolucionista», a estratégia de **naturalização** atribuiu-lhes o estatuto categorial de «nómadas», assimilou-os etnograficamente aos grupos de nómadas da Amazónia, da Austrália ou do Sahel e considerou-os irremediavelmente, isto é, «vocacionalmente» «fixados» num «estádio primitivo» da «evolução da humanidade», que deveria «ser respeitado» (o «nomadismo» romantizado, supostamente baseado no «amor à liberdade» e à «imersão na natureza») (secs. XIX e XX, nomeadamente em França).

Depois que a grande maioria dos portugueses ciganos começou a ganhar presença urbana sedentarizada, a **estratégia de acusação** (isto é, de desculpabilização do agressor, que os anglo-americanos designam por «*blaming the victim*»), entrando em contradição (não consciencializada) sobretudo com a imputação «primitivista» e subalternizando as acusações de criminalidade organizada, passou a utilizar utilizando o **discurso cívico dominante**, «meritocrático», para os acusar de «preguiça», «mentira» ou «oportunismo», parasitismo social e subsídiodependência e passou a declarar que os ciganos queriam «ter direitos» mas «não cumpriam os seus deveres», numa «contabilidade cívica» suposta já ser (entre os «europeus nativos») e dever ser (no caso dos «ciganos») de soma zero (situação urbana actual). A partir da informação que acumulei, este é o discurso favorito dos **mediadores sociais «brancos»** que buscam a afirmação consolidada do seu «mérito» social (professores, médicos e enfermeiros, autarcas, técnicos «sociais», etc., nas área da habitação, da saúde, da educação, da «segurança social» e do emprego).

A manutenção de alguns milhares de portugueses ciganos na **situação anticonstitucional de nomadismo forçado**, enxotados pela GNR para longe das povoações e/ou para fora dos limites de cada concelho onde param, permite, no entanto, manter ainda hoje a funcionar quer a **essencialização** da sua suposta criminalidade (generalizada) quer a **naturalização** da sua suposta vocação (generalizada) de busca da liberdade junto da natureza, folclorizando, através deles, milhares de outros que buscam sustento na **actividade comercial**, como feirantes ou vendedores ambulantes, não por «amor ao nomadismo» mas porque esse é o nicho social que melhor os defende da perseguição, da pejorativização e da marginalização históricas” (Bastos, 2009).

A situação dos ciganos em Portugal está marcada por sucessivas “tentativas de erradicação total ou parcial dos ciganos nómadas, de destruição das famílias ciganas, de apropriação dos seus bens, de promoção de condições desigualitárias de concorrência económica, bem como, no extremo oposto, mas

com idêntica violência, de medidas promotoras da sedentarização e da assimilação cultural compulsivas, as quais se mostraram quase completamente ineficazes” (Bastos, 2007a: 36)³⁴.

O autor acima mencionado refere que os políticos em Portugal se preocuparam principalmente com as ex-colónias

“não disputadas por outros Estados (como foi o caso das colónias africanas, ao contrário do que aconteceu com Goa, Damão e Diu), isto é, com a relação entre os «lusos» e os provenientes dos PALOP, e não viram qualquer interesse em conhecer e modificar a «má sorte» deste segmento étnico da população portuguesa. Desse modo, continuaram a tratá-los como «ciganos» quando eles gostariam de ser tratados de «portugueses como quaisquer outros» e a tratá-los como «portugueses como quaisquer outros» naquilo em que eles gostariam de que houvesse respeito pela Lei Cigana, desse modo oscilando entre a sua invisibilização (porque são portugueses) e a sua acusação (porque, dizem os acusadores, se julgam culturalmente excepcionais e acham que o Estado português tem obrigações para com eles, e mentem, em vez de estudarem e trabalharem), um ataque identitário que inclui a acusação de se terem tornado naquilo que muitos outros portugueses quiseram que eles fossem (párias desclassificados). Deste modo, torna-se compreensível porque é que o governo português, e a sua antena étnica, o ACIME, apenas acordaram para a problemática da racialização xenófoba dos ciganos portugueses quando o escândalo se tornou internacional e, portanto, político, no rescaldo das perseguições autárquicas, policiais e populares movidas às comunidades locais da Póvoa de Varzim e de Oleiros, a partir de 1993 (Bastos, 2007a: 50).

1.4.2 – A MARGINALIZAÇÃO OBJECTIVA FACE À PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE CIGANOS

A produção científica portuguesa acerca da temática que nos debruçamos revela-se, ao longo dos tempos, muito escassa, tendo essa escassez especial incidência até à década de 90 do século anterior. Como refere Machado, “a pesquisa bibliográfica sobre a etnia cigana e a sua presença em Portugal revela uma falta de interesse sobre este povo que não surpreenderá se tomarmos esse desinteresse por parte da comunidade

³⁴ Ver leis, regulamentos e decisões administrativas em Bastos, 2007a: 37-39 ou mais adiante, capítulo 4.

científica e literária portuguesa como algo que está em perfeita consonância com a atitude generalizada de indiferença para com os ciganos” (Machado, 1994: 53).

Casa-Nova, sem ter realizado qualquer trabalho empírico, aponta algumas hipóteses para a escassez de trabalhos científicos nesta área, como o facto de ser considerada “*uma temática demasiado exótica e de reduzido prestígio*, de interesse marginal quando comparada com outras temáticas, não possibilitando, dentro da academia, a visibilidade e o prestígio proporcionados por outras áreas” (Casa-Nova, 2009:21). Outra hipótese prende-se com a

“*dificuldade de acesso ao campo de investigação*. (...) Uma parte significativa dos estudos realizados sobre ciganos são estudos junto de populações não ciganas acerca das suas representações sociais sobre aqueles; estudos realizados junto de escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico ou estudos junto do grupo sócio-cultural cigano através de inquéritos por questionário ou entrevistas curtas, onde os elementos deste grupo, como estratégia defensiva e/ou como forma de preservação de uma certa imagem face ao exterior, respondem o que consideram mais pertinente face aos seus interesses ou o que consideram adequado face às expectativas do/a entrevistador/a” (*Ibidem*: 21-22).

A última hipótese apontada pela autora diz respeito ao poder político pois, segundo a mesma, “não tem demonstrado particular interesse por este grupo sócio-cultural no que concerne à promoção de um efectivo conhecimento dos seus modos de vida e ao desenvolvimento de um *processo de integração não subordinada*” (*Ibidem*: 22).

A primeira publicação de um estudo acerca dos ciganos em Portugal data de finais do século XIX (1892), da autoria de Coelho (1995) o qual, para além de tratar aspectos culturais, publica legislação, essencialmente, persecutória desde a sua entrada no país e, ainda, um estudo sobre o “calão”. O autor considerava, então, como objectivo desse trabalho “ministrar à ciência os dados essenciais de que ela carecia para completar com o conhecimento dos ciganos de Portugal o dos outros grupos irmãos, já mais ou menos estudados” (*Ibidem*: 31). Pelo que acabamos de descrever verificamos que os estudos avançavam noutros países, enquanto em terras lusas, segundo a mesma fonte, “o assunto era, por assim dizer, virgem, pois apenas aqui e ali se encontrava alguma rara e acidental notícia dos nossos ciganos e acerca da

língua deles nem palavra nos nossos escritores, que até foram sempre escassos no que respeita aos ciganos em geral” (Coelho, 1995: 31). O autor aponta, para isso, uma explicação que se baseia no carácter nacional, convergente com a detecção que faz do grande atraso da questão cigana em Portugal, quando cotejada com o que se passava na vizinha Espanha:

“A história mostra-nos que o carácter dos povos se modifica sob a acção de diversos agentes. (...) O gitano, o cigano experimentaram já nos quatro ou cinco séculos que passaram imergidos no meio peninsular, grandes modificações, algumas das quais pouco próprias para os fazer seguir o caminho do progresso. Na Espanha, a obra da assimilação tem progredido muito mais que em Portugal, para o que contribuiu sem dúvida o interesse que lá tem inspirado o cigano e por ventura certas características comuns ao andaluz e ao cigano; enquanto nós, povo de indiferentes, nada queremos saber do cigano e só sabemos o que o acaso nos obriga a aprender” (*Ibidem*: 174).

O mais interessante desta formulação de Adolfo Coelho prende-se com o facto de que se posiciona numa perspectiva não-essencialista, em termos de relações inter-étnicas capazes de produzirem efeitos regredientes.

Integrados em obras, mas em textos pouco extensos, outros autores referem o caso dos ciganos, tais como Peixoto ([1866-1909] 1990) e Vasconcellos ([1928-1940] 1982) e num contexto regional Alves ([1909-1924] 1982). Todos eles descrevem características preconceituosas que atribuem aos ciganos e à sua forma de viver contribuindo e fomentando, assim, estereótipos acerca deste grupo³⁵.

No início da década de 80 do século anterior, publica-se a primeira edição da etnografia de Nunes (1981), posteriormente revista e aumentada (1996), onde o autor faz uma “abordagem nacional, internacionalmente enquadrada e como aquele que levou mais longe, a partir de uma abordagem antropológica de longa duração, o levantamento de especificidade cultural dos portugueses ciganos” (Bastos, 2007a: 24-25).

Na década de 1990 e seguintes surgem diversos trabalhos, tanto sociográficos como etnográficos, acerca desta questão, nas mais variadas

³⁵ Por exemplo, Vasconcellos afirma “O roubo é neles uma vocação” e mais adiante acrescenta “Roubar é um vício a que não resistem” (Vasconcellos, 1982: 376).

áreas³⁶. Muitas destas pesquisas, como teses de licenciatura, mestrado, doutoramento ou relatórios, apesar da sua conveniência e interesse, nunca se publicaram³⁷.

A partir de 1997, Bastos inicia um enfoque em termos de relações inter-étnicas, dando destaque ao factor histórico na provocação do que designa como o triplo trauma (histórico, sociológico e democrático) que transformou a cultura cigana numa cultura de sobrevivência, ancorada em modos próprios de organização segmentária e na defesa da Lei Cigana (Bastos, 2007a). Esta perspectiva de abordagem da(s) cultura(s) cigana(s) como cultura(s) de sobrevivência vem sendo reforçada com a crítica da hipótese clássica de que seria o 'nomadismo' ou a emigração voluntária de grupos párias da Índia que os teria trazido primeiro para a Pérsia e muito mais tarde para o Ocidente (Hendrick, 2004) ou, pelo contrário, que não passariam de vagabundos europeus (Okely, 1983; Lucassen, 1990).

Esta revisão crítica, que o autor considera fundamental, na medida em que condiciona a compreensão 'etnográfica' realizada sobre os ciganos, baseia-se na descoberta de que as sucessivas arremetidas do Sultão Turco Mahmud de Ghazni teriam, de uma só vez (no ano de 1018), trazido para Kabul e vendido como escravos os mais de 50 mil habitantes da cidade sagrada de Kannauj ('ricos e pobres, claros e escuros [...] muitos deles 'notáveis', artistas e artesãos') para os vender, 'famílias inteiras' de tal modo que pouco tempo depois, o Khorasan (região do Norte do Irão e do Afeganistão de hoje) estava cheio destes indianos (Lamanit, 2007). O seu destino era a Roménia submetidos à escravatura onde, ainda hoje, se regista a maior concentração europeia. Segundo Hancock (2009b), o primeiro registo escrito que descreve os *Roma* como escravos na Roménia data de 1385. A escravatura neste país aboliu-se em 1856, mas só em 1864 foram legalmente livres nos Estados Balcãs, pelo príncipe Ioan Alexandru Couza. O final destes cinco séculos de escravidão originaram uma segunda grande vaga de emigração destes escravos tanto para o Ocidente como para a Rússia e Estados Unidos (*Ibidem*).

³⁶ Ver Bastos, 2007a: 25-26.

³⁷ Alguns trabalhos recentes incluem uma revisão da literatura mais aprofundada, a nível nacional e, por vezes, internacional, tais como Lopes (2006); Bastos (2007a); Mendes (2007); Casa-Nova (2009).

Se considerarmos a região de Trás-os-Montes, particularmente o Nordeste Transmontano, verificamos que os estudos acerca deste grupo étnico são muitíssimo lacunares, uma vez que apenas encontramos escassas referências bibliográficas (Alves, 1982; Patrício, 1999) e poucos artigos em revistas culturais (*Amigos de Bragança*, *Brigantia*), assim como nos jornais regionais de maior tiragem (*Mensageiro de Bragança*, *A Voz do Nordeste*), todos eles com mera incidência local.

Como agravante da escassez de produção científica acerca desta temática na região, os poucos textos e notícias encontradas contribuem para o agudizar de ideias estereotipadas, uma vez que abundam as afirmações de carácter negativo. Vejamos, pois, alguns exemplos:

O Abade de Baçal refere que os ciganos vivem da pilhagem, “pois não se sujeitam a trabalho algum, por mais remunerador que seja” e que “roubar e intrujar” é a sua vida (Alves, 1982: 196 - 197, tomo 5).

No *Mensageiro de Bragança*, em 1945, um artigo sobre esta temática, denomina-os de “povo nómada, eterno flagelo das povoações...” (C., 1945: 3).

No mesmo jornal, Gomes confessa que chegou a ter “horror dos ciganos, como quase toda a gente, negando-lhes a esmola e até aconselhando a que se lhes não desse, pois dizia para comigo: eles têm todos os vícios e defeitos; dar-lhes esmola é fomentar toda a espécie de crápula” (Gomes, 1952: 3).

Na revista *Amigos de Bragança*, Paulo refere que documentos coevos lhes dirigem variadas acusações e consideram-nos

“um flagelo de Deus e dizem que, onde quer que aparecessem, eram olhados como uma maldição e uma peste. Não querendo exercer qualquer actividade laboriosa ou útil, lançavam-se, quais enxames de vespas, sobre os frutos que os seus semelhantes haviam criado mercê de muito trabalho árduo mas honesto. E o resultado era serem perseguidos pelo povo que cheio de honesta cólera, se levantava contra eles. Vagabundos, trapaceiros, daninhos, não tinham qualquer respeito pelas leis e nunca se fixaram em parte alguma” (Paulo, 1965: 43).

Encontramos, ainda, fontes bibliográficas que revelam outras formas que podiam contribuir para o agravar do estigma e a sua consequente rejeição pela população.

A este respeito, Godinho descreve as anotações encontradas nos livros de baptismo, em relação aos filhos de ciganos. O pároco que entre 1945 e 1957 residiu em Vilar registou uma criança baptizada em 1946, filha de um “cigano-ladrão” e mãe “de profissão igual à do homem”. Noutro assento, em 1952, descreve que é filho de pais “amancebados”, ele “latro-cigano” e ela “doméstica-ladra” e tem como padrinhos dois indivíduos “residentes em parte incerta”. Num terceiro caso, registado em 1955, o pai é “cigano-gatuno” e a mãe “ladra”, o padrinho é “tinhoso” e a madrinha “vagabunda” (Godinho, 2006: 105).

Apesar da peculiaridade dos ciganos da região, a quem outros ciganos negam a identidade cigana, atribuindo-lhes uma identidade diferenciada (‘chabotos’ ou ‘recos’), de os próprios se auto-diferenciam dos demais e de ser uma das zonas do país com um elevado número de famílias desta etnia, não os encontramos referenciados na bibliografia disponível a nível nacional (Coelho, 1995; Costa, 1996; Nunes, 1996; Montenegro, 2003)³⁸. Esta ocupa-se, sobretudo, de comunidades residentes em meios urbanos com concentrações em vários bairros sociais, como no Porto (Pinto, 2000; Casa-Nova, 2002, 2009; Mendes, 2007) ou na grande Lisboa (Machado, 1995; Nunes, 1996; Reis, 1996; Blanes, 2006; Lopes, 2006; Bastos, 2007a; Brinca, 2006, 2009). De entre a bibliografia transversal, temática, destaca-se aquela que diz respeito à problemática da escolarização das crianças ciganas (Cortesão, 1995; AA.VV., 2001; Casa-Nova, 2002; Nicolau, 2003; Cortesão *et al.*, 2005; Montenegro, 1999, 2003, 2007).

Tanto a bibliografia internacional (San Román, 1984; Liégeois, 1989; Kenrick, 1998; Moscovici e Pérez, 1999) como a bibliografia nacional, nomeadamente quando focalizam as temáticas do racismo, da marginalidade e da exclusão (Cortesão e Pinto 1995) arriscam-se a criar uma miragem de generalidade que é contrária à elevada diferenciação local dos ciganos.

Em Espanha, algumas fontes bibliográficas³⁹ abordam a questão dos ciganos portugueses residentes no país, uma vez que adquiriram expressão em termos demográficos em determinadas regiões⁴⁰.

³⁸ À excepção de um trabalho não publicado que faz referência a um grupo de ciganos “chabotos”, de origem transmontana, que reside no Porto (Magano, 1999).

³⁹ Como as citadas abaixo.

⁴⁰ Como na Galiza, Astúrias, Catalunha, etc.

Apesar da população cigana portuguesa residente no país vizinho ser oriunda de diversas zonas de Portugal, a grande maioria é natural ou tem ascendentes em Trás-os-Montes, mais concretamente no Nordeste Transmontano.

“Em Pontevedra e Vigo calculam-se em meio milhar, sendo uma boa parte deles provenientes da região de Chaves.

Nas Astúrias e em Santander há núcleos de algumas centenas originários de Bragança, Chaves e Mirandela.

Em Miranda de Ebro encontram-se 200 famílias provenientes de Mogadouro, e em Pamplona, Madrid e Valladolid há colónias de ciganos do Norte de Portugal que ali se radicaram em 1975”. (*Mensageiro de Bragança*, s/ autor, 1991: 3).

Os dados recolhidos em Pamplona, em 1973, por Cano, referentes à zona de origem dos ciganos que aí viviam apontam que 65,4% provinham do distrito de Bragança e os restantes dos distritos de Vila Real (1,6%), de Lisboa (7,4%) e do Porto (2,1%) (Cano, 1987: 45).

Na província das Astúrias, mais concretamente na localidade de Ferrero, em 1990, residiam quarenta e três famílias, com um total de cento e noventa e cinco pessoas, das quais setenta e nove nascidas no Principado das Astúrias, cinquenta e oito em várias partes de Espanha e cinquenta e oito em Portugal, provenientes de diferentes localidades transmontanas (Freire, 2004: 14-15). Destas, catorze procediam de Bragança, seis de Vinhais, vinte e oito de Macedo, duas de Mirandela, duas de Miranda e seis de Chaves (*Ibidem*: 15).

Segundo a mesma fonte, emigraram para esta região nos anos 60 do século passado e são denominados de Portugueses ou Transmontanos, não identificados como ciganos pela população local não cigana (*Ibidem*).

Num estudo acerca dos residentes no acampamento de Riu Sec, Ardèvol (1990) conheceu calés, húngaros e ciganos⁴¹ e descreve que cada um destes subgrupos se define como um colectivo específico e autónomo e com características sociais, culturais, físicas e morais diferentes dos outros.

De acordo com a mesma autora, todos os grupos “reconhecem um substrato cultural comum e uma origem legendária partilhada. No entanto, entre eles há uma grande diversidade cultural e sobretudo limites estabelecidos de

⁴¹ Os calés são de Espanha, os húngaros emigrados da Hungria e os ciganos de Portugal.

interacção no que diz respeito a relações sociais, território, construções simbólicas e uso de estereótipos” (Ardèvol, 1990: 39-40).

A maioria dos ciganos não aceita que se lhes chame «gitanos» pois consideram que os detentores dessa designação «são os outros», ou seja, os calés e os húngaros, mas identificam-se com a palavra «cigano» (*Ibidem*).

A obra *A comunidade xitana en Galicia: 1990-2000* refere-se a emigrantes portugueses alegando que devido às suas precárias condições de vida se assemelham à etnia cigana e podem ser confundidos com eles. Acrescenta que são pessoas provenientes do meio rural, da região de Trás-os-Montes e que vivem em barracas ou instalações abandonadas, como algumas fábricas de conserva (Xunta de Galicia, 2002: 30). Profissionalmente dedicam-se à recolha de ferro velho e ao negócio de equipamentos de atracções em festas, venda ambulante e, por vezes, recorrem à mendicidade ou à venda de lenços de papel e limpezas de pára-brisas nas ruas mas, a mesma fonte, não os considera ciganos (*Ibidem*: 30-31).

Acerca dos ciganos portugueses a residir na Galiza, Andrade menciona tratar-se de um “conjunto de famílias procedentes do norte de Portugal com modos de vida, costumes e peculiaridades próprias que os diferenciam do colectivo cigano de procedência espanhola”. Acrescenta, ainda que para eles não é o mesmo um “cigano” que um “gitano” e a própria comunidade de origem espanhola sabe perfeitamente distinguir-se da portuguesa (Andrade, 2006: 1). Refere, também, que se torna “difícil afirmar que este colectivo pertença à etnia cigana pois em Portugal além do cigano procedente da região de Trás-os-Montes existe um amplo colectivo cigano cujos modos de vida têm relação e grandes semelhanças com os dos ciganos espanhóis” (*Ibidem*).

Quanto aos que vivem em Barcelona, San Román descreve que,

“son paisanos payos del otro lado del Miño, frente a mi pueblo. Otros parecen ser ciganos de verdad, y no payos portugueses, pobres y emigrantes. En el interesante estudio de la Xunta sobre los gitanos de Galicia se asegura que la mayoría de los llamados gitanos portugueses son payos. Elisenda Ardèvol afirma que los asentados en el Riu Sec de Barcelona son ciganos portugueses, gitanos. Y yo, sinceramente, no sé qué pensar. Muchos datos de los que presenta Elisenda Ardèvol nos inclinarían por

concluir que efectivamente son gitanos, por mucho que son de esperar fuertes diferencias con los calés” (San Román, 1997: 79)⁴².

Em relação aos residentes em Navarra, num trabalho não publicado, Loitegui e Telletxea mencionam que,

“ni son portugueses (aunque hablan portugués), ni son gitanos (por lo menos ellos no se consideran gitanos), ni son rumanos (aunque algunos venden la farola), ni son navarros (porque, obviamente, nos encargamos de demostrarles continuamente lo “diferentes” que son)” (Loitegui e Telletxea, 1998: 363, vol. II).

As autoras indicam algumas características sócio-culturais que consideram identificativas do povo cigano mas não do grupo de portugueses transmontanos que habitam na região.

“aunque no se consideran gitanos son conscientes de que son muchas las características que les acercan a este colectivo y han asumido como propios rasgos que se repiten en las situaciones de marginación y pobreza y no comparten otros rasgos a los que fácilmente recurrimos para describir al pueblo gitano como el cante, el orgullo gitano, el patriarcado, la fidelidad y la virginidad de la moza, etc.” (*Ibidem*: 364, vol II).

Como podemos verificar, as referências bibliográficas acerca dos ciganos de origem portuguesa que vivem no país vizinho (Cano, 1987; Loitegui e Telletxea, 1998; Ardèvol, 1990; San Román, 1997; Xunta de Galicia, 2002), apontam para que a população local, hegemónica, construa a «unidade» da identidade cigana a partir daqueles que conheceram e foram configurados como os seus alter-egos ‘não espanhóis’ (nem espanhóis, nem «estrangeiros»), generalizando a partir daí para a «unidade» dos «ciganos» no mundo. Face a outros «ciganos», os portugueses transmontanos, não os reconhecem como «ciganos» e atribuem-lhes um nome nacional ou regional (associado ao seu status de estrangeiros): não são nem espanhóis, nem

⁴² Optámos, aqui e nas citações seguintes, pelo texto original para melhor clarificar o emprego dos vocábulos cigano e *gitano*.

O acampamento estava constituído por quatrocentos e quarenta e três indivíduos de origem portuguesa (79%), setenta húngaros (12%), quarenta e três calés (8%) e seis não ciganos (1%) (Ardèvol, 1990).

gitanos, então são Portugueses ou Trasmontanos. Isto significa que ser «cigano» é uma construção identitária partilhada, entre locais hegemónicos e seus alter-egos, onde não existe espaço para a pluralidade e para a diversidade.

Estes autores partem da suposta continuidade entre '*gitanos*' espanhóis e 'ciganos' portugueses, do centro-sul do país, anotando a diferença que leva a que tanto uns como os outros não considerem os do Norte de Portugal como 'ciganos' (quer por razões associadas ao não cumprimento da Lei Cigana, no que respeita às exigências de virgindade e casamento único, quer por razões profissionais, uma vez que não seriam feirantes e andariam na 'chatarra' ou a mendigar).

CAPITULO 2 – REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO METODOLÓGICO

Ao longo da dissertação de mestrado e finalizada a pesquisa (Nicolau, 2003) surgia-nos, frequentemente, a questão: Quem são os ciganos transmontanos⁴³? As diferenciações que observámos em relação a outros ciganos de Portugal e Espanha, quer através do trabalho de campo efectuado, quer através da literatura explorada, apontavam para uma derivação do grupo designado *Gitano* que, segundo alguns autores, é o que habita a Península Ibérica⁴⁴.

Posteriormente, após algumas incursões pela realidade brigantina onde identificámos grupos heterogéneos aconteceu que, na sequência da pergunta inicial, várias outras se colocaram. De encontro à curiosidade que nos despertava esta temática questionávamo-nos: Em que aspectos se diferenciam os ciganos da região dos restantes? Qual a afinidade (familiar, social, económica, moral, religiosa) dos ciganos do meio rural com os que residem na cidade de Bragança? Numa outra perspectiva surgiam, ainda, as questões: Como interagem com as populações locais? Será da mesma forma, no meio urbano e no meio rural?

Os estudos acerca deste grupo étnico, até à actualidade, quer a nível nacional⁴⁵ quer internacional⁴⁶ produziram-se, na sua imensa maioria, em contexto urbano, deixando de fora os ciganos que habitam no meio rural, que parecem “condenados” ao esquecimento. Ora estes, desenvolveram modos de vida próprios, de acordo com a localidade onde vivem e, ao nível de relações inter-étnicas, criaram dinâmicas variadas que não deveriam ser descuradas pelos investigadores sociais mas, pelo contrário, estudadas e divulgadas.

O Nordeste Transmontano, mais concretamente o concelho de Bragança, foi o contexto por nós escolhido para a pesquisa que nos

⁴³ Na dissertação de mestrado, em Cultura Portuguesa, intitulada *A comunidade cigana portuguesa em Pamplona: Aculturação e preservação dos aspectos culturais do país de origem* verifica-se que a maioria dos ciganos portugueses a residir em Pamplona eram oriundos ou tinham ligações familiares na região de Trás-os-Montes. Ver Nicolau, 2003: capítulo 2.

⁴⁴ Liégeois (1983); Coelho (1995); Nunes (1996); Fraser (1998).

⁴⁵ Tais como Nunes (1996); Casa-Nova (2002, 2009); Costa (2003); Mendes (2005, 2007); Blanes (2006); Bastos (2007a); Brinca (2009).

⁴⁶ Castro e Pozuelo (1989); San Román (1984, 1994, 1997); Lagunas (2005), etc.

propuséramos realizar. Através do estudo que havíamos terminado (Nicolau, 2003), verificámos a existência de sérias lacunas, devido à ausência de trabalhos científicos acerca dos ciganos desta zona. A familiaridade e elos de ligação com a região contribuíram também, de forma decisiva, para a realização do trabalho que agora apresentamos.

Ao querer abarcar diferentes contextos, ou seja, o meio urbano e o meio rural, pretendíamos adquirir um conhecimento abrangente da realidade transmontana. Por um lado conhecer os ciganos da região e, por outro lado, perceber como se processa a dinâmica das relações inter-étnicas no seu meio local considerando, também, uma perspectiva escolar.

A nossa estratégia passava pela reprodução dos discursos dos actores sociais (prática corrente nos trabalhos desta natureza), de forma a “dar voz” aos mesmos uma vez que, até ao momento, se encontravam silenciados e, por muitos, invisibilizados.

O objectivo final seria a divulgação/publicação dos resultados obtidos na pesquisa, para um melhor conhecimento dos efeitos desse processo multigeracional de silenciamento, invisibilização e incúria selectiva por parte da sociedade dominante sobre este segmento da população, de modo a apoiar uma intervenção social ajustada às suas necessidades reais. Concordamos, por isso, com Silva quando afirma que “no caso da investigação de cariz etnográfico faz todo o sentido que ela tenha algum “proveito” para os actores sociais junto de quem ela é levada a cabo” (Silva, 2003: 64).

Os contactos iniciais efectuados com os orientadores, para o acompanhamento da investigação, resultaram num apoio imediato e incondicional por parte de ambos, o que nos levou a avançar com o nosso propósito. Com eles, tivemos oportunidade de discutir e concretizar ideias que funcionaram como eixo de orientação na etapa posterior.

No seguimento destes procedimentos traçámos, pois, um projecto de investigação, com a duração de três anos, que apresentámos ao Conselho Científico da UTAD, o qual foi aprovado⁴⁷.

Para que o projecto de investigação pudesse ser levado a cabo de uma forma aprofundada e sistemática, solicitámos ao Ministério da Educação uma

⁴⁷ Aprovado em Conselho Científico, em Janeiro de 2005. Não iniciámos, de imediato, o trabalho porque a actividade profissional que exercíamos não nos permitiu.

bolsa - Equiparação a Bolseiro⁴⁸ - que nos foi concedida e assim iniciámos a nossa pesquisa, em Setembro de 2005.

No segundo ano, quando efectuámos o pedido de prorrogação da bolsa, informaram-nos que “Tendo em conta as contingências da contenção orçamental, bem como o facto de estar em curso a preparação da revisão da carreira docente (...) torna-se aconselhável suspender durante o próximo ano escolar os procedimentos relativos à equiparação a bolseiro”. O mesmo despacho, proferido pelo Secretário de Estado da Educação, Valter Lemos, propõe que a concessão “seja somente autorizada para os casos de renovação tendo em vista a conclusão de doutoramento, ou seja, para o último ano do mesmo...”.

Com o trabalho de campo a decorrer e para não afectar o seu desenvolvimento, não nos restavam muitas dúvidas quanto à opção a tomar, pelo que decidimos continuar como bolseira. No entanto, a viabilidade de concluir o projecto inicialmente previsto, ficou seriamente comprometida, certamente como os trabalhos, também em curso, de muitos outros investigadores.

Trata-se de uma investigação etnográfica, através da qual, com uma presença prolongada no terreno, procurámos “descodificar o significado duma variedade de objectos e de símbolos, de acontecimentos e situações, de arranjos espaciais e de ritmos, de comportamentos e de estratégias, de declarações e de silêncios, de estilos de agir e de maneiras de pensar” (Costa, 2005: 148), das populações que compunham o nosso objecto de estudo, bem como das suas interacções inter-étnicas com a envolvente hegemónica.

Assim, estamos perante uma etnografia reflexiva que “aceita o etnógrafo como interferindo, influenciando – pela sua mera presença no “terreno” – a “realidade” por si investigada. O etnógrafo torna-se, queira-o ou não, parte integrante da rede de relações sociais que pretende investigar. Torna-se parte e parcela do todo que pretende compreender e interpretar” (Silva, 2003: 35).

Optámos por uma abordagem com uma dupla dimensão, quer histórica, quer sincrónica. A primeira permite-nos um conhecimento do processo de

⁴⁸ Despacho Normativo nº 23/98, de 11 de Março.

evolução do problema estudado e as relações entre o passado e o presente, enquanto a segunda incide numa perspectiva da actualidade.

O trabalho de pesquisa que agora apresentamos assenta essencialmente no método hipotético-indutivo pois, como referem Quivy e Campenhoudt, a sua construção baseia-se na observação, sendo o indicador de natureza empírica e a partir do mesmo constroem-se novos conceitos, hipóteses e o modelo foi submetido ao teste dos factos (Quivy e Campenhoudt, 2003: 144).

Os autores citados afirmam que este método se articula com o hipotético-dedutivo, pois consideram que “qualquer modelo comporta inevitavelmente elementos de estruturação dedutiva, mas também indutiva (por exemplo, na escolha de dimensões e indicadores ou na formulação de hipóteses complementares)” (*Ibidem*).

2.1 – TÉCNICAS DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO

O presente trabalho foi orientado pelo uso de técnicas de pesquisa específicas e diversificadas, abarcando os três procedimentos mais utilizados neste género de investigações, ou seja, a observação etnográfica, a entrevista e o trabalho documental, que implicam formas de trabalho e organizações distintas (Roigé i Ventura; Estrada i Bonell, e Beltrán Costa, 1999), onde o investigador é o principal instrumento de recolha de dados⁴⁹.

Estas técnicas não se aplicaram numa dimensão cronológica, mas foram contempladas no seu conjunto, já que se complementam entre si. Desta forma, testando e comparando os dados recolhidos, pretendia-se atingir a saturação da informação, no sentido de nos garantir fiabilidade e legitimidade na análise a efectuar posteriormente (Pereiro Pérez, 2005a: 6).

Quanto ao “efeito de saturação”, trata-se de “um número suficientemente vasto de observações, de conversas ou entrevistas informais e doutros procedimentos, com vista a que, a partir de certa altura, a informação empírica comece a não trazer nada de significativamente novo acerca dum determinado

⁴⁹ Silva refere que o investigador constitui “o principal, se não exclusivo, instrumento de investigação” (Silva, 2003: 69).

tema ou acerca dum elemento estrutural a que, através daqueles dados, se pretende aceder” (Costa, 2005: 142).

Além das técnicas referidas anteriormente utilizámos, também, i) inquéritos por questionário⁵⁰ para a obtenção de dados relativamente à escolarização das crianças ciganas no concelho de Bragança, no ano lectivo 2005/2006⁵¹; ii) fotografias, principalmente, para “captar” espaços físicos e acontecimentos considerados de interesse e de menor ocorrência. Algumas, no entanto, dizem respeito a imagens de documentos de arquivo, os quais exigiam alguns cuidados no seu manuseamento⁵²; iii) mapas e censos das populações ciganas e não ciganas, do meio urbano e do meio rural⁵³.

A fim de nos aproximarmos e de nos introduzirmos nas temáticas a explorar, assistimos a Encontros Científicos⁵⁴ onde tivemos, também, oportunidade de partilhar ideias e trocar experiências com investigadores detentores de elevados conhecimentos em investigações de carácter idêntico⁵⁵.

A nível local, iniciámos os contactos com indivíduos que, por diversos motivos, se relacionavam e possuíam algum conhecimento da população que pretendíamos estudar⁵⁶.

Em paralelo começámos o trabalho de pesquisa documental nos arquivos locais e de pesquisa bibliográfica especializada referente à temática a abordar, bem como acerca do contexto geográfico e, ainda, de carácter metodológico.

⁵⁰ Ver anexo 1.

⁵¹ Ver capítulo 6.

⁵² Como por exemplo os jornais mais antigos (1940, 1950...) do *Mensageiro de Bragança*, à data, não digitalizados.

⁵³ Ver capítulo 5.

⁵⁴ Tais como: “Realidades Interculturais: Processos de Inclusão Social”, II Jornadas da Pastoral dos Ciganos do Nordeste Transmontano, Bragança (29/30-04-2005); “32º Encontro Nacional da Pastoral dos Ciganos”, Fátima (18/20-11-2005); “Etnicidade, Ciganos e Marginalização Sócio-Cultural”, Seminário, Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho (09-02-2006); “Caminhos da Alteridade: os Ciganos na Península Ibérica”, Jornadas, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL (22/23-04-2006).

⁵⁵ Alexandra Castro; Ana Brinca; André Correia; Daniel Lopes; Olga Magano; Maria José Casa-Nova; Teresa San Román, entre outros.

⁵⁶ Nomeadamente das populações que não conhecíamos.

2.2 – DEFINIÇÃO DAS UNIDADES DE OBSERVAÇÃO

As unidades de observação seleccionadas situam-se tanto no meio urbano, como rural, abarcando diversas localidades do concelho de Bragança tratando-se, desta forma, de um estudo multilocal. A opção poderia haver-se centrado apenas num meio, como acontece em muitos trabalhos desta natureza⁵⁷, no entanto, apesar de um maior esforço previsto e de maiores dificuldades a enfrentar, fomos conscientes na escolha, tendo em vista o conhecimento da realidade local e o enriquecimento do nosso estudo⁵⁸.

Na cidade as unidades de observação encontram-se em três bairros distintos, tratando-se de duas famílias alargadas que se auto-diferenciam entre si. Cada núcleo residencial evocava determinados aspectos, sobretudo de ordem moral, para se auto-valorizar, em detrimento dos demais⁵⁹. No entanto estão ligadas por laços de parentesco comuns, adquiridos através de relações maritais.

Quadro 1 – Unidades de observação em meio urbano

Local	Nº indivíduos
Bairro da Encosta	39
Bairro Horizonte	35
Largo	11
Total	85

Nas entrevistas realizadas, para o trabalho de investigação que levámos a cabo em 2004 com a equipa do CEMME, do qual resultou uma publicação (Nicolau, 2006), verificámos que os discursos produzidos pelos entrevistados, no que diz respeito a determinadas temáticas, não estavam de acordo com as práticas dos mesmos. A este propósito Iturra explica que,

⁵⁷ Dias (1984); O'Neill (1984); Brito (1996); Magano (1999); Casa-Nova (2002); Lagunas (2005); Lopes (2006); Bastos (2007a); Brinca (2009).

⁵⁸ Os critérios de selecção das localidades surgem mais adiante.

⁵⁹ Honestidade, sem regras perante os aldeanos, educação das crianças, mas também higienização dos próprios e limpeza dos espaços envolventes.

“há situações em que nem tudo o que se faz se diz, porque não é culturalmente natural que um estrangeiro o saiba - como é o caso das magias e processos curativos em geral - ou porque é da natureza não ser dito - como as formulas mágicas, que perdem o seu poder se são reveladas; ou há coisas que simplesmente se fazem e não se dizem, porque entram num território perfeitamente individual, quase que escondido do resto do social, mas que o afectam na prática das condutas estabelecidas - tipicamente, as infracções dos tabus de qualquer espécie” (Iturra, 2005: 156).

Compreendemos então que, para um conhecimento exacto desta população e das suas relações inter-étnicas teríamos, necessariamente, de nos introduzir no seio do grupo. Este facto contribuiu, de forma decisiva, para o estabelecimento da unidade social que pretendíamos seleccionar, em contexto urbano.

Quanto ao meio rural, as informações recolhidas apontavam para a existência, no concelho, de várias aldeias onde habitavam famílias de etnia cigana com dinâmicas de interacção diferenciadas, em relação à população local não cigana⁶⁰.

Atendendo à extensão da área concelhia e tendo em conta que nalgumas localidades o número de famílias ciganas residentes não é expressivo⁶¹ e, ainda, porque imperava delimitar as unidades de observação, o critério de selecção baseou-se num dos aspectos que pretendíamos estudar, ou seja, na escolarização das crianças. Pensámos que este indicador nos remeteria para localidades com um número significativo de população cigana residente e assim foi. No entanto, algumas escolas eram frequentadas também por crianças de localidades vizinhas, normalmente pertencentes à mesma freguesia porque, nestas, as escolas encontravam-se fechadas.

De acordo com este critério, seleccionámos as aldeias onde crianças ciganas frequentavam a escola do 1º Ciclo, no ano lectivo 2005/2006, o que

⁶⁰ Para isso contribuiu também o facto de residirmos na zona e conhecermos o meio, assim como o contacto pessoal/amistoso com indivíduos de diferentes aldeias que nos informaram da realidade local e de povoações vizinhas.

⁶¹ Por vezes um ou dois agregados, não ultrapassando os cinco indivíduos a viver na aldeia excepto duas das povoações, com onze e oito pessoas de etnia cigana residentes.

perfaz um total de seis localidades⁶², com o número de indivíduos assinalado no quadro que abaixo apresentamos.

Quadro 2 – Unidades de observação em meio rural

Localidade	Nº indivíduos
Serrania	25
Penedo	39
Ribeira	38
Freixo	16
Fonte	24
Souto	29
Total	171

Tanto em relação ao meio rural, como em relação ao meio urbano, o total de indivíduos apresentado reporta-se ao mês de Janeiro de 2007. Estes números diferem da realidade encontrada no início da observação, que começou em Outubro de 2005, devido a factores variados, tais como nascimentos, óbitos ou mudança de residência⁶³.

2.3 – ENTRADA E INCURSÕES NO TERRENO

A entrada e as incursões pelo terreno assumem um carácter relevante no desenvolvimento da investigação, uma vez que podem “determinar o futuro sucesso ou insucesso do projecto, conforme contribua para abrir as portas certas ou fechar definitivamente as decisivas” (Silva, 2003: 91).

Neste sentido, dotámo-nos de alguns cuidados, no início e à medida que o nosso trabalho avançava, com o intuito de obter o êxito desejado nas diferentes etapas a transpor.

⁶² Não incluímos uma vila situada na área do concelho, onde crianças ciganas frequentavam a escola, pela necessidade de delimitar a amostra e por considerarmos um contexto com especificidades próprias.

⁶³ Optámos por divulgar os dados mais actualizados que correspondem aos últimos meses no terreno.

No que diz respeito aos ciganos do meio urbano que faziam parte do nosso objecto de estudo, o conhecimento prévio e a socialização existentes permitiram-nos avançar para o terreno de imediato.

Se por um lado este aspecto parece vantajoso, por outro lado devíamos ter sempre presentes os riscos eminentes, ou seja, o distanciamento necessário para efectuar uma análise objectiva.

Esta opção foi consciente, no entanto nestes processos é necessária uma preocupação constante para colmatar ideias pré-concebidas, que podem obstruir a realidade (Silva, 1998; Prado Conde, 2005). Como refere o último autor, “a crítica interior é um requisito a ter em conta, junto com uma boa dose de autoconsciência para que o trabalho de investigação não me absorva e dê muitos aspectos por entendidos” (Prado Conde, 2005: 175).

O investigador deveria ser capaz de manter um total distanciamento emocional e psicológico em relação ao objecto de estudo o que, para Rocha-Trindade, é utópico (Rocha-Trindade, 1995: 124). A interferência entre ambos é inevitável, devendo tomar-se as precauções necessárias para a sua minimização.

A nossa pesquisa realizou-se numa área geográfica que não nos era estranha mas onde as pessoas estudadas vivem num mundo sociocultural diferente, com perspectivas diferentes (Burgess, 2001: 24). Assim, apesar da familiaridade, consideramo-nos numa posição exterior em relação ao contexto a estudar (*Ibidem*: 27).

Em espaços dominados pelos não ciganos, como por exemplo na escola, enfrentávamos alguma familiaridade. Perante situações como esta, o autor que acabamos de citar recomenda as seguintes estratégias, que entendemos seguir:

“Em primeiro lugar, os investigadores deveriam constantemente pôr-se questões acerca dos contextos nos quais estão situados. Em segundo lugar, deveriam descrever o mais detalhadamente possível o que observam. Em terceiro lugar, as observações deveriam ser regularmente revistas e cruzadas com outras actividades ou eventos que tivessem sido observados de forma que pudessem ser desenvolvidos temas, por sua vez relacionados com a perspectiva teórica que se adopta no projecto de pesquisa” (*Ibidem*: 29).

Os problemas que os investigadores enfrentam quando trabalham no seu próprio meio social são “o reconhecimento de padrões culturais e situações familiares e a interpretação dos significados ligados a acontecimentos e problemas relacionados com a participação, observação e relações de terreno” (Stephenson e Greer, 1981 in Burgess, 2001: 23). Na perspectiva dos autores citados, “muitos dos princípios sobre os quais assentam estes problemas são, eles próprios, conhecidos dos investigadores de campo e incluem: enviesamentos, simplificação excessiva, juízo prévio e incapacidade de separar aquilo que observa daquilo que sente” (*Ibidem*).

No que diz respeito às unidades de observação seleccionadas em meio urbano, desde o ano 2002 mantínhamos contacto, embora não sistematicamente, com os indivíduos que as compunham, de forma que quando começámos o trabalho de campo não sentimos o “inicial «choque psico-cultural»” (Silva, 1998: 32).

A introdução no seu meio deu-se através da professora do Ensino Recorrente⁶⁴ que, à data, os escolarizava e era a única pessoa da esfera dos nossos conhecimentos que, para além da relação profissional, mantinha com eles, uma relação de amizade.

No início do ano lectivo 2002/2003 começámos a frequentar a escola⁶⁵ e a interagir, pela primeira vez, com esta população. Posteriormente, passámos a acompanhá-la nas visitas que efectuava ao seu domicílio e depressa nos demos conta que ela representava o único elo de ligação, sem qualquer tipo de interesses⁶⁶, com a população não cigana. Com uma dedicação admirável e incansável interagia com eles e tentava, dentro das suas possibilidades, compreendê-los e apoiá-los.

Estas visitas efectuavam-se, em geral, nos fins-de-semana e nos períodos de férias escolares, mas por vezes ao final da tarde, pois alguns dos indivíduos não frequentavam a escola e solicitavam constantemente a sua ajuda na resolução de situações variadas⁶⁷.

Percebemos, em seguida, que se tratava de uma “réplica” dos indivíduos que havíamos conhecido em Espanha, com quem contactámos quando

⁶⁴ Denominação utilizada nessa data.

⁶⁵ A convite da professora. O horário escolar era nocturno.

⁶⁶ Económico, profissional, religioso, ou outros.

⁶⁷ Principalmente leitura de cartas e preenchimento de formulários diversos.

realizávamos a dissertação de mestrado. Impressionou-nos a situação habitacional, assim como o isolamento e exclusão em que viviam, sentimento agravado pela comparação, desvantajosa, com a realidade observada em Pamplona⁶⁸. A sua localização na “berma” da cidade, na periferia dos bairros - num espaço físico afastado - contribuía para a indiferença de quantos passavam diariamente nas proximidades.

Em Fevereiro de 2003 integrámos a equipa do Secretariado Diocesano da Pastoral dos Ciganos de Bragança - Miranda, em regime de voluntariado. Embora já acompanhássemos esta população, passámos a interagir com ela de forma mais próxima e sistemática.

Tal como a “sua” professora, tornámo-nos na professora que os visitava e se interessava/preocupava pela situação em que viviam, com quem eles, a pouco e pouco, começaram a partilhar aspectos do seu quotidiano. Assim, as duas professoras “deambulavam” com alguma regularidade pelos bairros onde habitavam e ouviam as suas preocupações, alegrias, tristezas e tentavam, de alguma forma, ajudá-los, juntamente com a participação dos restantes membros da equipa, no que respeita à resolução dos seus problemas.

A professora que os escolarizava é, ainda hoje, uma clara referência, não só para os ciganos de Bragança, mas para outros do meio rural e também de diferentes concelhos limítrofes que, por vezes, a contactam ao enfrentarem dificuldades para as quais não encontram solução momentânea⁶⁹.

A integração na equipa do CEMME, em 2004, proporcionou-nos um conhecimento mais profundo destes ciganos pois encetámos, com eles, um contacto muito próximo, devido à realização de entrevistas. Estas efectuaram-se a vários membros de diferentes famílias, tendo-nos deslocado aos bairros onde moravam, com regularidade. Aqui situamos um marco na sociabilização com estes indivíduos, pois trata-se de um momento que se caracteriza pelo início de uma relação pessoal/individual já que, até à data, as deslocações e intervenções se tinham efectuado sempre em grupo.

⁶⁸ A título de exemplo mencionamos, apenas, as entidades sem fins lucrativos que, em 2002, trabalhavam, activamente, com a população cigana local: Fundação Secretariado-geral Gitano; Fundação Gaztelan; Associação Lantxotegi; Colectivo de Cultura Popular Alaiz; Caritas Diocesana de Pamplona-Centro Las Flores e Associação de Mulheres Sastipén Talí. Para um conhecimento mais profundo ver Nicolau, 2003: 51-57.

⁶⁹ Trata-se, normalmente, de familiares ou amigos dos ciganos que residem em Bragança.

Para o trabalho actual, a recolha de dados, directa e sistemática neste meio, iniciámo-la em Outubro de 2005 e prolongou-se até Dezembro de 2006, sendo que a partir de Outubro do último ano as visitas começaram a ser mais espaçadas. As razões pelas quais intervalámos as idas ao terreno prendem-se com três motivos, considerando-se o principal a proximidade à “saturação” da informação. Por outro lado iniciámos o contacto, de forma sistemática, com os ciganos do meio rural e dispúnhamos de menos tempo mas, também, porque não conseguíamos “abandonar”, aqueles que durante um ano acompanhámos no seu dia-a-dia e com os quais criámos laços de afectividade. Durante esse período mantivemos contacto estreito com os três núcleos populacionais envolvendo-nos, de forma consciente, em situações do seu quotidiano.

No início do trabalho de campo, as visitas mais regulares não causaram estranheza, mas informámo-los que nos encontrávamos a “estudar”, para dar continuidade ao “trabalho das entrevistas”, feitas anteriormente, porque pretendíamos que as pessoas (aldeanos) conhecessem “como vivem e o que pensam das coisas”.

Quanto ao meio rural, dirigimo-nos, inicialmente, aos Conselhos Executivos dos três agrupamentos de escolas existentes no concelho, que nos informaram quais os estabelecimentos de ensino do 1º Ciclo frequentados por alunos deste grupo étnico.

Localizámos seis aldeias e uma vila⁷⁰ com um número significativo e representativo de famílias ciganas residentes. Por isso, com o intuito de confirmar os dados obtidos, de iniciarmos os contactos e de nos familiarizarmos com a realidade local dirigimo-nos às escolas assim como às Juntas de Freguesia de cada uma das povoações.

A primeira aproximação, com a população cigana de Ribeira e Souto, coincidiu com uma acção de intervenção do Secretariado Diocesano da Pastoral dos Ciganos de Bragança-Miranda, ou seja, com o início do ano lectivo 2006/2007 e a distribuição de material escolar para as crianças que frequentavam a escola.

Esta incursão, de certa forma inesperada, permitiu e facilitou a nossa entrada no terreno. A professora que atrás mencionámos era, também, uma

⁷⁰ Pelas razões atrás apontadas, a vila não faz parte da unidade de observação seleccionada.

referência, uma vez que se conheciam as suas acções junto dos próprios ou familiares próximos, ainda que de outras povoações.

Em três das localidades conhecíamos alguns dos indivíduos de etnia cigana residentes. Em duas das aldeias, Penedo e Fonte, devido a actuações no terreno, no âmbito da equipa do referido Secretariado e na restante, Freixo, porque havíamos acompanhado o processo de escolarização de algumas crianças e jovens.

Em Serrania, uma professora que aí leccionou durante seis anos acompanhou-nos e apresentou-nos às famílias residentes. Estas guardavam na memória a sua passagem pela escola, pois haviam criado fortes laços de afectividade, demonstrados na simpatia e carinho com que a receberam.

Após os primeiros contactos, verificámos que alguns indivíduos tinham procurado informação acerca da nossa pessoa, junto de familiares que residiam noutras aldeias ou na cidade, onde já nos conheciam. Posteriormente faziam alusão a membros da família que habitavam em localidades diversas ou ouvíamos comentários entre eles, tais como: “Dá-lhe um café, ela não tem nojo dos ciganos” ou “Ela está muitas vezes com os ciganos”.

Quando a relação de confiança estava estabelecida explicávamos-lhes que efectuávamos um trabalho acerca dos ciganos da região e que pretendíamos informações acerca da “vida dos ciganos de antigamente e de agora”, “das mudanças que houve até agora”, “da escola” e “outras coisas”. As reacções, em geral, eram espontâneas: “Oh, antigamente! Vivia-se muito mal, muito mal!”, ou “éramos mais felizes do que agora”. Contavam-nos, em seguida, episódios de vida passados e/ou presentes e, por fim, combinávamos que, posteriormente, nos explicariam as suas vivências, de forma mais pormenorizada.

Normalmente usávamos a palavra conversar, em detrimento de entrevista, por considerarmos, esta última, um procedimento não usual no seu meio, podendo-lhes criar algum tipo de desconforto e ansiedade.

A intervenção no meio rural, com visitas alternadas e sistemáticas nas diferentes localidades, iniciou-se em Outubro de 2006 e terminou em Março de 2007.

A entrada no terreno, pelos motivos atrás descritos, foi ponderada, pois pensámos que, se nos tivéssemos apresentado no papel de investigadora, não

como refere Sanchez Ochoa e Cantón Delgado (1995), que as portas se fechassem, mas o tempo de estabelecimento da confiança que pretendíamos criar tornar-se-ia, seguramente, mais moroso.

Neste sentido, Silva afirma que “seja qual for o acesso e o papel escolhido pelo etnógrafo, a selecção dos informantes, etc., ele deverá ter sempre em mente de que *não há posição privilegiada no campo*. Qualquer posição tem vantagens e desvantagens, ilumina e esconde aspectos da realidade social, abre e fecha portas na rede de relações sociais constituída entre o investigador e os “investigados” (Silva, 2003: 57).

A obtenção dos dados está intimamente relacionada com as características e papel ou papéis sociais que o investigador assume no decorrer de todo o processo. Estes aspectos podem permitir ou limitar o acesso a espaços e tempos de determinadas acções condicionando, assim, o desenvolvimento da investigação.

Nas diferentes localidades que compreendiam o nosso objecto de estudo assumimos não apenas um, mas os seguintes posicionamentos:

- a) Investigadora. Esta posição foi pouco valorizada pelos actores sociais, pois não manifestaram curiosidade acerca do estudo que desenvolvíamos, limitando-se a escutar, passivamente, as explicações que julgávamos pertinente proporcionar-lhes;
- b) Professora. Preocupámo-nos com o processo educativo das crianças, auxiliando-as, por vezes, nos trabalhos de casa. Incentivámos e acompanhámos alguns pais à escola que também nos procuravam com o intuito de obterem ajuda e esclarecimentos em relação a situações diversas que surgiam a esse nível, solicitando-nos a leitura de cartas, preenchimento de formulários, etc.;
- c) Membro da equipa do Secretariado Diocesano da Pastoral dos Ciganos de Bragança-Miranda. Acompanhámos e encaminhámos famílias em diversas instituições, como Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, Segurança Social, entre outras, tanto de carácter público ou particular, nos procedimentos de execução de processos variados.

Assim, devido às múltiplas posições assumidas encontrámos, quer em contexto dominado por ciganos, quer por não ciganos, razões para um contacto constante com a população que fazia parte do nosso estudo empírico.

No que respeita à identidade pessoal, os papéis assumidos motivaram também o desenrolar de conversas e, principalmente com a população cigana, em determinados aspectos, consideramos significativas as questões que nos colocavam. O exemplo mais visível relacionava-se com o facto de “na casa” dos trinta anos nos encontrarmos solteira e sem filhos, razão que os levava a proporcionarem-nos sérios conselhos.

No desenvolvimento das relações com os informantes, algumas posições e atitudes que adoptámos revelaram-se facilitadoras e contribuíram para acelerar todo o processo, tais como:

- A disponibilidade para a prestação de alguns serviços (Hammersley e Atkinson, 1994). Frequentemente solicitavam-nos ajuda para a resolução de situações que consideravam facilitadas nas “mãos” de um não cigano⁷¹ ou atribuíam-nos tarefas como a leitura cartas e/ou preenchimento de formulários, como já referimos anteriormente;
- Utilização de uma linguagem simples optando, sempre que possível, por uma maneira de falar idêntica (Taylor e Bogdan, 1984), quer a nível da fonética quer dos vocábulos empregues. Note-se que além das terminologias, directamente relacionadas ou extraídas do seu “latim”, existem regionalismos e diferenciações acentuadas entre o rural e o urbano. Utilizávamos, também, os nomes próprios com que os mesmos identificam os pares, ao nível das relações intra-grupais⁷²;
- Apresentação física simples, de forma a minimizar o contraste com a população estudada. Neste caso, as condições habitacionais e dos espaços envolventes não nos deixavam muitas opções (botas de montanha, casacos e blusões muito

⁷¹ Por exemplo acompanhá-los à Câmara, Junta de Freguesia e outras entidades.

⁷² Em relação aos regionalismos e às diferenciações do rural-urbano, o facto de sermos da região contribuiu para usarmos essas expressões/linguagem com naturalidade. Os vocábulos do seu “latim” e os nomes com que os mesmos identificavam os pares nas relações intra-grupais surgiam com a convivência.

usados), pois, nos períodos de Inverno atravessávamos terrenos lamacentos (nalgumas localidades) e sentávamo-nos na cozinha junto à lareira⁷³. Nalgumas ocasiões, principalmente nesta época do ano, na partida ou regresso do terreno com botas de montanha, por vezes enlameadas e o cheiro a fumo da lareira vivemos situações de um certo incómodo/desconforto. Em determinadas instituições, por onde passávamos⁷⁴, verificámos (ou pelo menos tivemos essa sensação) que as pessoas nos olhavam estranhamente “da cabeça aos pés”. Embora nunca nos tivessem questionado directamente optámos, nalguns casos, por justificar a nossa apresentação;

- Indicação da naturalidade. A procedência de um meio próximo e rural levava-nos ao reconhecimento de pessoas e modos de vida comuns, principalmente em relação às localidades com proximidade geográfica⁷⁵. Conversava-se e comparavam-se as realidades de ambas as povoações, como as principais actividades agrícolas, festas e romarias ou outros assuntos;
- Interesse e preocupação pela sua forma de vida, problemas, assim como valorização da própria pessoa, grupo e aspectos culturais.

O encadeamento, mais ou menos espontâneo, destes factores e uma postura onde imperava a simplicidade e espontaneidade contribuíram para, com alguma rapidez, estabelecer relações de confiança.

⁷³ Era o local onde conversávamos, principalmente nos dias frios e chuvosos. Durante uma das visitas saltou uma fagulha da lareira e quando nos demos conta tínhamos um buraco na manga do casaco que começava a arder!

⁷⁴ Escolas, Juntas de Freguesia ou outras, para pedir informações, marcar entrevistas ou simplesmente conversar.

⁷⁵ A nossa aldeia natal situa-se no concelho de Bragança e dista, aproximadamente, cinco e sete quilómetros de duas das localidades estudadas.

2.4 – OBSERVAÇÃO DIRECTA E PARTICIPANTE

2.4.1 - EM CONTEXTOS DOMINADOS POR CIGANOS

As dinâmicas produzidas ao longo do trabalho de campo assumiram um carácter idêntico, tanto no meio rural como urbano, relativamente a determinados aspectos, tais como:

a) Os momentos de maior sociabilização e intimidade deram-se, na sua maioria, com indivíduos do sexo feminino, fundamentalmente por duas razões. Por um lado, o facto de sermos mulher cria, naturalmente, este tipo de afinidades, com elementos em comum, como as tarefas da vida doméstica, entre outros aspectos. Por outro lado, os homens ausentavam-se com frequência do local de residência condicionando, assim, os momentos de aproximação em relação aos indivíduos que compunham este grupo.

Estamos conscientes que a presença de um investigador (género masculino) definiria outro tipo de interacção com a população masculina, como por exemplo, acompanhando os homens nas suas actividades de mecânica⁷⁶ criando, seguramente, uma proximidade que a nossa condição de mulher condicionou⁷⁷.

Nalguns casos pode ser aconselhável uma equipa da qual faça parte um investigador e uma investigadora (Costa, 2005: 145), no entanto devemos ter em conta que para levar a cabo este trabalho, não se nos apresentava essa opção;

b) Muitas vezes perdíamos a noção de tempo, de tal forma estávamos embrenhados na conversa ou, se prevíamos uma visita rápida, olhávamos o relógio e haviam passado horas. As visitas, depressa se tornaram num prazer, pois tratava-se de pessoas simples e humildes que na sua simplicidade nos

⁷⁶ Aos homens encontrávamo-los frequentemente em arranjos de mecânica nas suas carrinhas. Quando é necessária alguma reparação são os próprios que se encarregam de a fazer. Desde crianças, os rapazes observam os mais velhos e na sua juventude iniciam a intervenção.

⁷⁷ No caso da cidade, os homens encontravam-se, frequentemente, a resolver problemas de mecânica. Neste contexto poder-se-iam acompanhar conversas informais, espontâneas, em grupos familiares, mais ou menos alargados, consoante a situação em causa.

ofereciam um café, inicialmente, com receio que não aceitássemos por se tratar de ciganos⁷⁸.

Com frequência, os nossos familiares e amigos questionavam-nos acerca das visitas e do conteúdo das mesmas, com alguma dificuldade em compreender o bem-estar e satisfação pessoal que normalmente transmitíamos no regresso.

Com o passar do tempo, algumas conversas revelaram-se verdadeiros desabaços, nalguns casos, da vida íntima, de factos actuais ou passados. Sentimos que necessitavam a atenção de alguém exterior ao grupo pois verificámos uma certa ânsia em comunicar-nos sentimentos e pensamentos sem, por vezes, nos darem espaço a qualquer comentário. Nalguns momentos limitámo-nos a ouvir e a dar oportunidade de falar;

c) Sentíamos um contentamento geral à nossa chegada e com a nossa presença, pois recebiam-nos sempre com satisfação convidando-nos, em seguida, para entrar em casa. Obviamente que o grau de afinidade e interacção que se criou foi variável, dependendo das localidades, famílias e indivíduos;

d) A existência de “interlocutores preferenciais” (Costa, 2005: 132), com quem nos sentíamos mais à vontade e passávamos períodos de tempo prolongados permitiu obter o conhecimento de situações que não tínhamos oportunidade de presenciar.

Estes devem ser seleccionados “pelo seu conhecimento de um contexto particular que pode complementar as observações do investigador e apontar para outras investigações que necessitam de ser feitas, por forma a compreender contextos sociais, estruturas sociais e processos sociais” (Burgess, 2001: 81). No entanto, deve ter-se em conta o risco de excesso de uma perspectiva parcial por isso é necessário interactuar com os mesmos (Taylor e Bogdan, 1984: 62).

Na medida do possível adoptámos uma postura neutra e guardámos uma certa equidistância, nomeadamente, quando se tratava de situações pessoais ou interfamiliares⁷⁹, de forma a não nos imiscuirmos nos seus assuntos.

⁷⁸ Alguns dias tomávamos café em excesso ao visitar diferentes famílias. Não tínhamos coragem de recusar ou, perante a insistência, a recusa não surtia efeito.

⁷⁹ Frequentemente comentavam episódios do seu quotidiano onde se referiam a decisões a tomar e confrontos verbais com outros indivíduos ciganos. Limitávamo-nos, dentro do possível,

2.4.2 - EM CONTEXTOS DOMINADOS POR ALDEANOS

Além da observação directa e participante efectuada no seu meio local tivemos oportunidade de os acompanhar e observar as relações que se desenvolviam em contextos dominados por não ciganos, tanto em entidades públicas tais como escolas, Câmara Municipal, Segurança Social, Centro de Saúde, Tribunal, Hospital, como particulares e/ou de Solidariedade Social;

Algumas instituições locais⁸⁰ solicitavam a presença da equipa do Secretariado Diocesano da Pastoral dos Ciganos de Bragança-Miranda, quando tratavam questões relacionadas com este grupo étnico. Este facto permitiu-nos observar e constatar opiniões, acções e actuações dos diferentes actores envolvidos no processo em causa, contribuindo, de forma inesperada, para a aquisição de informação que nos propúnhamos obter.

De encontro ao que acabamos de expor, concordamos com Costa quando afirma que as situações se vão sucedendo, “quase sempre com escasso controlo por parte do investigador, estão sempre a surgir, mais ou menos subitamente, possibilidades de observação inesperadas, não programáveis, singularmente significativas; está permanentemente à mão, e à vista, uma realidade social complexa, em toda a sua espessura e diversidade” (Costa, 2005: 133-134).

Por isso, o trabalho de campo deve ser flexível, sem regras, nem procedimentos rígidos, nem papéis fixados, mas a ser aplicados de acordo com o investigador, os investigados e o contexto em causa (Burgess, 2001: 33);

Por vezes, com “desculpas” de assuntos que não se encontravam esclarecidos na totalidade dirigíamo-nos às mesmas entidades e, de forma individual, abordávamos variadas situações. As conversas informais, que surgiam de forma espontânea, tornaram-se excelentes fontes de informação.

O trabalho que efectuávamos era do conhecimento geral uma vez que no início da investigação tivemos contacto com diferentes técnicos, por

a escutar (por vezes perguntavam a nossa opinião), sem tomar partido e/ou fazer juízos de valor.

⁸⁰ Como as referidas anteriormente.

conhecerem de perto e trabalharem com esta população e informámo-los acerca do estudo que pretendíamos realizar.

A observação directa e participante foi-nos possibilitando a apreensão do quotidiano dos indivíduos que faziam parte do nosso objecto de observação, em relação às suas práticas quer a nível social, quer cultural. O contacto directo e prolongado com a população, facilitava a recolha intensiva e continuada de informações indispensáveis ao (re)conhecimento do sistema societal (Pinto, 2000: 30) que estudávamos.

Nesta perspectiva, devemos ter em conta a “multiplicidade de dimensões do social que aí se observa, o confronto sistemático entre, por um lado, a visão do mundo e da sociedade dos actores sociais locais, obtida através de vários tipos de depoimentos verbais e, por outro lado, os dados obtidos por observação directa e participante” (Costa, 2005: 147).

Para efectuar o trabalho de campo não nos fixámos junto da(s) nossa(s) unidade(s) de observação pois, ao tratar-se de contextos diversificados, inviabilizava esse propósito. Por outro lado, o facto de residirmos nas proximidades permitia-nos uma deslocação, sempre que assim o desejássemos/necessitássemos, sem qualquer tipo de obstáculo. As visitas ao local de residência da população cigana decorriam, normalmente, a partir da hora de almoço e, no caso da cidade, por vezes à noite, sendo o tempo de permanência variável⁸¹.

Com os indivíduos de um dos bairros da cidade participámos, algumas vezes, em festas familiares⁸² entrando, assim, no interior do seu próprio mundo, completamente desconhecido e vedado aos aldeanos, onde imperava um bem-estar mútuo e uma certa nostalgia da nossa parte, no regresso a casa.

Apesar de toda a envolvimento, procurávamos não esquecer o papel de investigadora, tendo uma atenção especial na descrição dos factos observados, aquando do registo no Diário de Campo. Aqui, tão cedo quanto possível, registávamos tudo o que observávamos, assim como as inquietações que nos surgiam no dia-a-dia, comentários, suposições, enfim, as mais variadas notas.

⁸¹ O condicionamento da duração das visitas era motivado pela chegada de familiares, deslocação para feiras, festas, funerais, etc.

⁸² Conjuntamente com a professora atrás mencionada, que mantinha com eles uma relação regular.

Em relação às localidades onde se desenvolveu o trabalho de campo, assim como aos indivíduos que colaboraram neste estudo, ciganos e não ciganos, entendemos que deveríamos optar pelo anonimato. Este procedimento é adoptado em muitas investigações deste cariz⁸³ pelo que, tal como nessas obras, decidimos atribuir-lhes pseudónimos, os quais se encontram isentos de qualquer significação, optando-se por nomes usados nesta região.

Nos contactos iniciais, nomeadamente em localidades onde se verificavam algumas tensões entre ciganos e aldeanos, observámos receios em determinados indivíduos, pois proferiam discursos cuidadosos e inclusive pediam para mantermos a fonte sob sigilo. A mesma situação repetiu-se, posteriormente, quando realizávamos as entrevistas solicitando-nos, por vezes, a não gravação de partes da conversa, como veremos mais adiante.

Para tranquilizar os informantes garantimos-lhes o anonimato pelo que nos cabe respeitar e cumprir com a palavra dada salvaguardando, assim, a privacidade dos sujeitos.

No entanto, este facto não nos autoriza a “falar de todo e qualquer assunto ao abrigo dos nomes falsos” (Lopes, 2006: 15). A este propósito, o autor que acabamos de citar especifica que:

“a protecção garantida pelo anonimato tem um alcance reduzido, mormente a nível local, onde as pessoas que colaboraram com o investigador facilmente se reconhecem e são reconhecidas nas descrições apresentadas. E o facto de essas pessoas poderem exhibir, durante o período do trabalho de campo, algum desinteresse quanto ao que vier a ser dito acerca delas não as impedirá de mudar de opinião ao ser-lhes facultado o produto final. De forma que, além do anonimato, é imprescindível que a informação transmitida nos relatórios, artigos, dissertações, e livros seja objecto de uma gestão criteriosa, procurando evitar que ela se torne prejudicial para as pessoas em questão” (*Ibidem*).

Acerca da nossa permanência no terreno e da acção que aí desenvolvemos surge, então, uma questão: O que se observou durante esse tempo? A resposta a esta pergunta incide em aspectos como o quotidiano do grupo, ou seja, actividades, comportamentos, discursos, reacções, situações,

⁸³ Tais como: O'Neill (1984); Pina Cabral (1989); Pais (1996); Casa-Nova (2002); Godinho (2006); Lopes (2006).

interacções e, tivemos em conta também, questões que os próprios nos colocavam, como referimos anteriormente. Estas podem revelar, de forma indirecta, preocupações, ou aspectos subjacentes às suas normas culturais e sociais (Costa, 2005).

A propósito das observações comportamentais, Schatzman e Strauss referem que os investigadores podem observar i) acontecimentos de rotina, ou seja, as actividades do dia-a-dia; ii) acontecimentos especiais, fortuitos mas previsíveis como a festa de Natal ou da Páscoa e iii) “acontecimentos adversos, incluindo emergências, situações dramáticas e crises não previsíveis” (Schatzman e Strauss, 1973, in Burgess, 2001: 76-77).

No âmbito da observação etnográfica realizada seleccionámos os seguintes aspectos, onde nos centrámos:

Com a população cigana:

- Actividades do quotidiano: tarefas domésticas, actividades económicas, redes comerciais, tempos livres, socialização intra e extra grupo, e formas de resolução de situações variadas;
- Relações intra-grupais: papéis assumidos pelos diferentes elementos da família nuclear, desenvolvimento das relações familiares/sociais no dia-a-dia, envolvimento familiar em situações diversas;
- Relações inter-étnicas: participação em actividades sociais, culturais, de lazer, fora da comunidade; interacção com diferentes instituições; interacção com aldeanos, a nível de relações de vizinhança, comerciais, sociais, ou outras;
- Escolarização das crianças: interesse pela escolarização dos filhos, contactos com a escola/professores, postura perante o processo de escolarização/continuidade, atitudes no que diz respeito à escolarização de género, actividades escolares na sua residência.

Com a população não cigana:

- Percepção acerca dos ciganos residentes: discursos produzidos, conhecimento da situação económica, social e cultural dos mesmos;

- Relação pessoal/profissional: proximidade, ou não, com a população cigana residente, partilha de momentos/situações comuns do próprio ou de outros aldeanos;
- Atitudes de cooperação/rejeição: acções desenvolvidas junto da população cigana residente, quer a nível pessoal, quer profissional⁸⁴, preocupação na resolução de situações diversas, acompanhamento social das famílias.

2.5 – ENTREVISTAS

A opção por esta técnica de recolha de dados justifica-se na medida em que permite obter informações concretas e, de forma simultânea, compreender a interpretação que cada actor atribui a determinados fenómenos sociais. Na perspectiva de Costa, a entrevista é “mais eficiente na obtenção de normas e status institucionalizados, de conhecimento geral e facilmente verbalizáveis” (Costa, 2005: 141).

Os guiões⁸⁵ para cada um dos grupos sociais a entrevistar foram concebidos de forma a conter questões abertas e flexíveis, a submeter aos entrevistados durante uma conversa amigável e tanto quanto possível informal (Rocha-Trindade, 1995: 119).

Nos estudos qualitativos o número de pessoas interrogadas é limitado, tomando como princípio a diversificação, garantindo que nenhuma situação importante foi esquecida. Os indivíduos não são escolhidos em função da importância numérica da categoria que representam, mas devido ao seu carácter significativo (Albarello *et al.*, 1997: 103).

Em relação à cidade, além do material obtido em 2004⁸⁶, que introduzimos e trabalhamos nesta investigação realizámos entrevistas a outros indivíduos que, mais não faziam do que confirmar as informações anteriores atingindo-se, assim, o nível de saturação. Consideramos que o investimento necessário para interrogar mais uma pessoa era demasiado importante comparado com o suplemento de informações recolhidas (*Ibidem*: 104).

⁸⁴ No caso de autarcas, párocos, empregadores.

⁸⁵ Ver anexo 2.

⁸⁶ Os extractos de entrevistas introduzidos no presente trabalho comportam a data e a idade dos entrevistados relativas a esse ano.

Optámos pela entrevista semi-directiva sendo que, por vezes, as perguntas-guias colocadas no guião conduziram a novas questões, por isso, este tornou-se flexível em relação à introdução de questões e à ordem de colocação das mesmas. O nosso papel centrou-se no encaminhamento da conversa e uma das preocupações que mantivemos relaciona-se com a certeza da cobertura de todas as temáticas que pretendíamos explorar.

O local onde se realizaram as entrevistas mereceu a nossa atenção, no sentido de que, as mesmas, se produzissem num ambiente onde as pessoas se sentissem à vontade e de forma a minimizar as perturbações por interferência de terceiros. Assim, muitas vezes por sugestão dos próprios, decorreram em locais como: casa, trabalho, café, escola ou algures no próprio bairro.

No caso dos indivíduos de etnia cigana, nem sempre foi fácil, principalmente quando se tratava de mulheres, uma vez que o cuidado das crianças está a seu cargo e, em idades precoces, a dependência é maior. Por outro lado, nos períodos de Inverno todos os membros da família se concentravam no mesmo espaço, ou seja, na cozinha, junto da lareira⁸⁷ conseguindo-se, esporadicamente, momentos individualizados.

Assim, aguardávamos o momento “ideal” que, normalmente, surgia com dias de sol e temperaturas amenas e pedíamos para nos afastarmos do grupo⁸⁸ ou, como aconteceu com alguns dos entrevistados na cidade e em duas das aldeias, na escola, uma vez que se encontravam em processo de alfabetização⁸⁹.

Por vezes, no início, mostravam-se tímidos e demonstravam algum receio, proferindo exclamações como: “se calhar não lhe sei responder!”. Tranquilizávamo-los, assegurando que não era grave mas que, seguramente, sabiam todas as respostas e lançávamos, em geral, a pergunta: “então conte-me lá, como é que os ciganos viviam antigamente?”. Rapidamente se embrenhavam na conversa que, a pouco e pouco, se desenrolava, de acordo com o ritmo de cada sujeito.

⁸⁷ Ver Godinho (2006), a importância da cozinha e da lareira nesta região.

⁸⁸ O gravador suscitava curiosidade às crianças pelo que, por vezes, não se afastavam e interrompiam.

⁸⁹ Os docentes foram informados do estudo que realizávamos e solicitámos autorização, prévia, para retirar o aluno da sala.

Quando questionados se podíamos gravar, expressavam: “a senhora é que sabe” ou “faça como a senhora quiser/entender”. Todavia informámos, previamente, todos os entrevistados que o conteúdo não se divulgaria na íntegra a terceiros e se manteria o anonimato, procedimentos que mantivemos também com os não ciganos. Com estes, sempre que possível, estabelecemos diversos contactos, anteriores e/ou posteriores à entrevista, uma vez que através das conversas informais podíamos consolidar o conteúdo da informação que nos haviam fornecido. Não deixávamos também de observar atitudes, comentários espontâneos, enfim, uma série de informações preciosas que complementavam a recolha de dados e que registávamos, tão cedo quanto possível, no Diário de Campo.

A presença do gravador não deixou de inibir alguns dos sujeitos, pois constatámos certo receio em divulgar informações ou um discurso demasiado cuidado ou, ainda, o pedido de não gravação no decorrer da conversa.

No início realizámos algumas entrevistas que não gravámos mas, depressa verificámos que o simples recurso à memória levava a uma grande perda de informação, principalmente de pormenores, por isso decidimos optar pelo uso do gravador.

As conversas informais, que intensificávamos quando se tratava de indivíduos que, supostamente, omitiam informação na gravação permitiam-nos desocultar e compreender o verdadeiro significado dos acontecimentos.

As entrevistas iniciaram-se no mês de Maio de 2006 nas escolas do 1º Ciclo do concelho que comportavam alunos de etnia cigana, tanto no meio urbano como rural. Nos primeiros contactos obtínhamos um conhecimento geral da realidade em causa e marcávamos posteriores encontros com o(a) Encarregado(a) de Direcção⁹⁰ e/ou professores.

Inicialmente pensávamos entrevistar vários intervenientes da comunidade educativa, tais como Encarregados de Direcção, professores com alunos ciganos nas suas turmas, professores do Ensino Especial⁹¹ e auxiliares

⁹⁰ Designação que se empregava à data.

⁹¹ Por vezes têm um conhecimento generalizado de todas as situações escolares e pormenorizados dos alunos com dificuldades.

de acção educativa⁹². No entanto, devido à redução do tempo de bolsa optámos por entrevistar o(a) Encarregado(a) de Direcção e os professores com alunos de etnia cigana na sala de aula provenientes dos locais onde decorria o nosso trabalho de campo. O(A) primeiro(a) introduzia-nos no contexto e facultava-nos uma perspectiva, geral e específica, do funcionamento da instituição. Os segundos, por seu lado, forneciam-nos informações concretas sobre o processo de escolarização das crianças ciganas integradas na turma onde leccionavam.

Além dos docentes contactados no meio urbano e no meio rural entrevistámos, ainda, dois educadores de infância que, no mesmo ano lectivo, trabalhavam em jardins-de-infância frequentados por crianças deste grupo étnico em aldeias onde decorria o nosso trabalho empírico.

Durante os meses de Junho, Julho e Agosto do mesmo ano entrevistámos os autarcas de todas as localidades, sucedendo-se as entrevistas aos aldeanos, nas diferentes povoações. Neste grupo populacional, o carácter da amostragem foi intencional, pois pretendia-se uma diversificação que consistia sobretudo em pessoas com contacto próximo dos indivíduos de etnia cigana residentes, quer na actualidade, quer no passado. Assim, além dos Presidentes de Juntas de Freguesia entrevistámos outros membros das mesmas, ex-autarcas, párocos, vizinhos, patrões, enfim as mais variadas pessoas, com conhecimento da realidade, como já referimos. O conhecimento de indivíduos com as características que pretendíamos para as entrevistas obteve-se através de informação dos Presidentes de Junta e dos entrevistados, à medida que se desenvolvia o trabalho, à semelhança do efeito “bola de neve”.

Além da população de etnia cigana (“chabotos”, segundo os *gitanos*) do meio urbano e do meio rural entrevistámos, também, um elemento de uma família de *gitanos*⁹³, assim como caldeireiros e latoeiros⁹⁴.

No quadro que se segue podemos observar o total de indivíduos entrevistados, assim como os grupos sociais a que pertencem.

⁹² Normalmente conhecem a realidade de todos os alunos, uma vez que permanecem na mesma escola vários anos e, por vezes, residem no mesmo bairro ou localidade. Actualmente designam-se de assistentes operacionais.

⁹³ Estava agendada uma entrevista com outro elemento da família que não se realizou devido a imprevistos na sua vida pessoal/familiar.

⁹⁴ Tanto os latoeiros, como os caldeireiros não residiam no concelho de Bragança. Aqui, pelas informações que obtivemos, já não se encontram pessoas que praticam estes ofícios. No entanto, com o intuito de obter informação fidedigna, resolvemos entrevistar os próprios, ainda que doutros concelhos.

Quadro 3 – Grupos sociais entrevistados e número de entrevistas efectuadas

Grupos	Ciganos e aparentados				Não ciganos		Total
	Ciganos urbanos	Ciganos Rurais	<i>Gitanos</i>	Calds/latoeiros	Profs/Educadores	Aldeanos	
N	14	15	1	4	13	28	75

As entrevistas decorreram num período compreendido entre uma e duas horas, dependendo da maior ou menor facilidade de expressividade de cada um dos sujeitos, sendo que optámos pela transcrição integral das mesmas.

O número de entrevistas, por localidade, prendia-se com o ponto de saturação da informação. Se, nalgumas aldeias, o discurso produzido por ciganos e aldeanos, no que diz respeito à temática das relações interétnicas convergia, noutras, as divergências eram evidentes, a vários níveis, pelo que foi necessário dispensar mais tempo no contexto respectivo.

Os entrevistados ciganos tinham idades compreendidas entre os dezanove e os sessenta anos, enquanto os aldeanos entre os vinte e oito e os setenta e nove anos, diversificando-se a amostra, na medida do possível, tendo em conta o género e a idade.

As técnicas de recolha de dados atrás mencionadas são idênticas, no meio urbano e rural, no entanto a intensidade com que cada uma delas se aplicou diverge. Na cidade privilegiou-se a observação directa participante nomeadamente no tratamento de temáticas como as relações intra e extra-grupais, enquanto no meio rural se optou por entrevistas, quer à população cigana, quer aldeana.

2.6 – PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL

Relativamente à pesquisa bibliográfica e documental devemos ter em conta que nos centrámos, essencialmente, em aspectos como a i) bibliografia

nacional e estrangeira para as questões teóricas, metodológicas e no que diz respeito a estudos sobre ciganos e ii) trabalho de arquivo.

Para uma avaliação e estudo das fontes primárias de informação dirigimo-nos a diversos arquivos, de instituições públicas e privadas, com o intuito de proceder ao registo e posterior consulta de eventuais documentos de interesse para o trabalho que desenvolvíamos.

Pela necessidade de delimitar o nosso estudo num marco temporal, optámos pela década de 20 do século anterior, porque nesta data tínhamos já referência que o Nordeste Transmontano era povoado por famílias de etnia cigana, através da obra do Abade de Baçal (Alves, 1982, vol. V). A par deste argumento, tendo em vista o conhecimento do seu passado e uma perspectiva de aspectos variados⁹⁵ até à actualidade, a memória dos próprios - grande maioria - pouco mais ultrapassava os meados do século XX, mas se prolongada à geração dos seus progenitores, poderia reportar-se ao início do século.

Inicialmente recorremos aos arquivos da Câmara Municipal de Bragança, onde consultámos os *Livros de Actas*, *Livros de Correspondência Enviada* e *Livros de Correspondência Recebida*, a partir de 1920.

A pesquisa resultou em duas notícias acerca dos ciganos da região, que se encontravam incompletas, pois aparece o resumo de um ofício mas não o documento recebido e enviado onde, supostamente, se poderia ler todo o conteúdo⁹⁶.

Segundo uma técnica do Arquivo Municipal, este situava-se no rés-do-chão do edifício camarário, onde ocorreu uma inundação, há anos atrás, que destruiu parte da documentação existente. Assim defrontámo-nos com a falta de documentos e outros encontravam-se num deficiente estado de conservação.

Nas Juntas de Freguesia da cidade informaram-nos de que as sucessivas mudanças de instalações, ao longo dos anos, degradaram os arquivos, não existindo documentação de interesse para a nossa investigação.

Também as Juntas de Freguesia do meio rural, questionadas sobre a possibilidade de aí consultarmos documentação informaram-nos de que não possuíam dados para o trabalho que desenvolvíamos.

⁹⁵ Tais como social, económico, migratório, escolar.

⁹⁶ Acerca do conteúdo do mesmo, ver capítulo 4.

Os jornais locais mais importantes, ou seja, o *Mensageiro de Bragança*, publicado a partir de 1940 e *A Voz do Nordeste*, com início de publicação em 1985, forneceram-nos, ambos, notícias de interesse.

O recurso a informação estatística, para um conhecimento mais exacto das povoações onde desenvolvemos o trabalho de campo, foi necessário e para o efeito contactámos o INE via e-mail, que nos enviou os dados solicitados e consultámos, também, a sua página na Internet.

2.7 – TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO RECOLHIDA

Terminado o período de recolha de dados impunha-se um distanciamento do objecto de estudo para, à distância, conseguir uma interpretação objectiva de toda a informação. Como refere Pereiro Pérez, o “trabalho de campo é um requisito metodológico que consiste em ir do distanciamento à proximidade, para logo regressar da proximidade ao distanciamento” (Pereiro Pérez, 2005a: 5).

Assim, optámos pela saída de Bragança para iniciar a nova etapa que se impunha, ou seja, a análise de conteúdo. Este processo tornou-se bastante moroso e também penoso, pois, além de nos criar um sentimento constante de abandono para com a população com quem havíamos criado laços tão estreitos encontrámo-nos, de repente, num mundo de solidão.

Numa primeira fase procedemos à leitura atenta de toda a informação que dispúnhamos, no sentido de detectarmos grandes temas comuns relacionados com os objectivos do nosso estudo. Numa fase posterior, a análise de conteúdo centrar-se-ia na captação do sentido do discurso dos sujeitos entrevistados, cujas unidades de registo se associaram a categorias e subcategorias de significação.

Tentámos efectuar a análise através de um programa informático⁹⁷ preparado para o efeito. No entanto, após algumas tentativas para compreender o funcionamento do mesmo, apercebemo-nos da sua complexidade, por isso, a falta de acompanhamento por parte de alguém especializado e o tempo que deveríamos dispensar para a compreensão do mesmo, levou-nos a abandonar esta instável ferramenta, optando por um trabalho manual.

⁹⁷ Nud ist 4 (Software for Qualitative Data Analysis).

Ainda assim, definidas as categorias e subcategorias, introduzimos no programa os materiais brutos, ou seja, toda a informação relativa ao Diário de Campo e às entrevistas, que desta forma se organizava e apresentava, “em gavetas”, de modo simplificado. O restante trabalho efectuámo-lo com o recurso a grelhas e gráficos, num processo de organização dos dados qualitativos, onde o que conta não é o número de frequências, mas o seu significado.

Por fim, a redacção do relatório final tornou-se também morosa, em parte pelo facto de não usufruirmos da situação de bolseira, sendo que o regresso ao trabalho limitou, de forma contundente, o tempo a dedicar à conclusão desta investigação.

Com o presente trabalho pretendemos dar visibilidade a este grupo étnico que habita no Nordeste Transmontano, em número significativo, pelo que se perspectiva a divulgação dos resultados obtidos, com a intenção de contribuir para uma melhoria das suas condições de vida (Roman e Appçe, 1990 e Lather, 1988 in Bogdan e Biklen, 1994: 70).

Durante todo o processo sentimos o peso do isolamento, principalmente devido às interrogações e inseguranças constantes que nos assolavam. Por um lado, a nossa formação académica de base ⁹⁸ não se inseria no âmbito desta investigação e, por outro lado, tratava-se do primeiro trabalho desta natureza que realizávamos. Os encontros periódicos com os orientadores e outros investigadores não eram suficientes para colmatar o desânimo e dificuldades que surgiam⁹⁹. Para levar a cabo um trabalho desta natureza pensamos que seja necessária a proximidade a um meio académico onde surgem, certamente, oportunidades de interacção com outros investigadores, com uma frequência regular.

⁹⁸ Licenciatura em Professores do Ensino Básico, Variante de Português/Francês e Mestrado em Cultura Portuguesa.

⁹⁹ Silva refere que, também ele sentiu “durante o trabalho de campo de cerca de 18 meses, a falta de um orientador próximo” (Silva, 2003: 181).

CAPITULO 3 – CONTEXTO SÓCIO-GEOGRÁFICO E SITUACIONAL

“P’ra cá do Marão mandam os que cá estão”.

(Adágio popular transmontano)

3.1 – SITUAÇÃO GEOGRÁFICA

A província de Trás-os-Montes e Alto Douro¹⁰⁰ situa-se no Nordeste de Portugal confrontando a Poente com o Minho e Douro Litoral, a Sul com a Beira Alta e a Norte e Nascente com a Espanha.

A sua área total é de 11880 Km² e dela fazem parte os distritos de Vila Real e de Bragança, que ocupam a faixa Norte. O último distrito que mencionámos é constituído por doze concelhos e duzentas e noventa e oito freguesias com 6608 Km², equivalendo a média das áreas dos concelhos a 551 Km².

O Alto Douro situa-se na bacia hidrográfica do rio Douro, à volta do qual se desenvolvem actividades económicas e sociais, com especial importância as que se encontram relacionadas com a produção do vinho do Porto.

¹⁰⁰ Segundo Raposo (1997), em 1933 foram criadas duas províncias, mas em 1936 aglutinaram-se numa só, designando-se Trás-os-Montes e Alto Douro.

Figura 1 – Localização da região transmontana



FONTE: Elaborado por José Padrão.

A Norte do distrito de Bragança localiza-se a denominada Terra Fria, formada pelos concelhos de Bragança, Vinhais, Vimioso e Miranda do Douro¹⁰¹. A Sul, onde o clima é mais ameno, encontra-se a chamada Terra Quente, da qual fazem parte os concelhos de Alfandega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Mirandela e Vila Flor¹⁰².

A primeira destas regiões distingue-se da segunda porque as suas terras são mais montanhosas e porque atinge altitudes de planaltos superiores, normalmente acima dos setecentos metros. Outra característica que as distingue tem a ver com o predomínio da cultura de centeio nos planaltos da Terra Fria e de trigo, nas planícies da Terra Quente. Esta diferença não se deve unicamente às elevadas altitudes e baixas temperaturas da Terra Fria, mas também aos solos mais pobres e rochosos (O'Neill, 1984: 45).

O concelho de Bragança, onde decorreu o nosso estudo empírico, ocupa uma área de 1173,6 Km², limitando a Norte e Leste com Espanha, a Sudeste

¹⁰¹ Para informação detalhada sobre esta região consultar o site <http://www.rotaterrafrica.com> (Disponível Abril 2007).

¹⁰² Para informação detalhada, acerca da Terra Quente, consultar o site <http://terraquentedigital.espigueiro.pt/index1.html> (Disponível Abril 2007).

com o Município de Vimioso, a Sudoeste com o de Macedo de Cavaleiros e a Oeste com o de Vinhais.

Figura 2 – Mapa do concelho de Bragança



FONTE: Câmara Municipal de Bragança.

As freguesias urbanas, assinaladas com cor diferente no mapa, localizam-se na cidade de Bragança numa posição relativamente central, tendo em conta a geografia do concelho. A freguesia da Sé possui uma área total de 10062 Km² e a de Santa Maria de 13999 Km².

A situação geográfica da cidade coloca-a no extremo mais Nordeste do país, o que fez com que ao longo dos anos assumisse uma dupla posição periférica, quer a nível nacional, quer regional. Esta perifericidade foi atenuada pelo facto de ser capital de distrito e sede de concelho, o que conduziu a uma

polarização sobre a sua envolvente externa como centro político, administrativo e populacional encontrando-se, aqui, a sede de algumas entidades e associações regionais bem como algumas delegações e direcções regionais da Administração Central (Câmara Municipal de Bragança, 2007).

Para fins estatísticos integra-se na NUT III do Alto Trás-os-Montes e juntamente com mais dezassete concelhos do Noroeste Peninsular pertence à Associação do Pacto do Eixo Atlântico. Esta tem como objectivo uma aproximação de relações apostando na implementação de estratégias sócio-económicas e culturais comuns entre o Norte de Portugal e a Galiza. Em 1999 constituiu-se, a nível político, uma importante ligação de cooperação com a Espanha, através da qual Bragança se assume como cidade-chave de um espaço europeu particular inserido noutros de maior dimensão, o Arco Atlântico e a União Europeia (*Ibidem*).

Em relação à denominação atribuída a esta província, Castro descreve que lhe deram o nome de Trás-os-Montes porque,

“do Reino de Galiza até ao Douro de Norte a Sul atravessam estes montes muito altos, que parece que cercam o Minho, como fazem os Alpes a Itália, e são tão altos, que em muitas partes tem uma légua de subida de muito áspera terra: sendo que também goza de bons vales, e lugares viçosos, mas não tanto como o Minho” (Castro, 1767: 152 in Godinho, 2006: 41).

Machado também justifica a denominação que se lhe atribuiu à barreira montanhosa que separa a província de Entre-Minho-e-Douro. O autor acrescenta que em tempos recuados se denominou “d’Aquém-dos-Montes” (Machado, 1961: 4).

O nome foi dado “por estranhos à região ou seja pela entidade administrativa central” justificando-se do ponto de vista de quem se situa no centro do país (Mattoso, 1998: 73). O autor refere, também, que significava e significa, ainda na actualidade, distância e inacessibilidade. Na sua opinião “para a maioria dos portugueses, apesar de todos os progressos feitos pelo desenvolvimento das comunicações e dos transportes, Trás-os-Montes continua longe e pouco acessível, em comparação com a rapidez, a facilidade e

a frequência com que se chega, por exemplo, de Lisboa ao Algarve, no extremo oposto do país” (Mattoso, 1997: 5).

3.2 – EFEITOS DE UMA LOCALIZAÇÃO PERIFÉRICA

O Alto Trás-os-Montes¹⁰³ possui características geográficas próprias, sendo que a sua peculiar fisionomia a distingue das outras regiões do país. As razões apresentadas são o isolamento que se vive nas suas montanhas e vales profundos, a inexistência de vias de comunicação acessíveis, a vivência à margem da circulação que anima o país, a sua natureza rude, o solo pouco fértil, uma agricultura primitiva e um clima excessivo (Taborda, 1987: 19).

Em relação ao clima, parece-nos pertinente mencionar o ditado popular que, frequentemente se ouve na região, ou seja, a existência de “Nove meses de Inverno e três de inferno”. Este reflecte a realidade, já que as baixas temperaturas são uma constante ao longo de vários meses e o calor excessivo faz-se sentir durante o Verão.

Neste sentido, Lopo caracteriza o clima de “frigidíssimo no Inverno devido à sua altitude e à proximidade de alterosas serras, quase todo o ano cobertas de neve, principalmente a da Sanábria. O contrário se dá no Verão, que é excessivamente quente, devido a ser uma serra cercada de altas montanhas e onde não chegam brisas refrescantes do oceano, e à falta de arborização, que é muito sensível” (Lopo, 1983: 17).

Na actualidade verifica-se a tendência para um aumento da temperatura de forma que os Invernos deixaram de ser tão rigorosos e prolongados, embora os Verões continuem com temperaturas elevadas.

No que diz respeito às diferenças entre o litoral e o interior, Mattoso refere que a inferioridade do interior foi sempre uma tendência predominante no panorama nacional que, em vez de se atenuar com algumas tentativas de desenvolvimento, não cessa de aumentar (Mattoso, 1998: 81).

¹⁰³ Desta região fazem parte os concelhos de Alfândega da Fé, Boticas, Bragança, Chaves, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Montalegre, Murça, Valpaços, Vila Pouca de Aguiar, Vimioso e Vinhais. Taborda refere que se lhe chamou Alto Trás-os-Montes “preferindo-se esta designação; à falta de melhor, a qualquer outra” (Taborda, 1987: 21).

Relativamente à Terra Fria Transmontana (TFT), Cepeda afirma que o conjunto de políticas de crescimento adaptadas ao país ignorou esta e outras regiões do interior, “mantendo-as afastadas de quaisquer actividades industriais relevantes” (Cepeda, 2005: 11).

Num estudo acerca do Nordeste Transmontano¹⁰⁴, o autor que acabamos de citar explica que “sem estradas e vias-férreas rápidas e seguras, sem ligações aéreas e fluviais, a Região voltou-se para si própria, ensimesmou-se, resignou-se ao isolamento que não conseguia vencer e que acabou por aceitar como algo de intrínseco e imutável” (Cepeda, 1999: 37).

Na actualidade, as vias de comunicação, embora sujeitas a obras de melhoria nas últimas décadas, continuam deficitárias, sendo necessário muito tempo de viagem entre sedes de concelho e as variadas localidades¹⁰⁵. O distrito de Bragança é o único do país que, à data, não possui nenhuma ligação por auto-estrada e o IP4, itinerário transfronteiriço, que liga Espanha ao litoral português, só recentemente foi concluído¹⁰⁶.

Também Genésio é da opinião de que as carências ao nível das infra-estruturas, no que concerne a acessibilidades, transportes e telecomunicações, assim como o envelhecimento da população e o seu baixo nível de qualificação, constituem poderosos obstáculos ao desenvolvimento desta zona (Genésio, 1999: 18).

Na perspectiva de Cepeda, a “inexistência de empregos industriais e a baixa produtividade do sector primário, motivada em boa parte pelo fraco índice de mecanização existente, criaram as condições ideais para a debandada de boa parte da população desta região” (Cepeda, 2005: 12).

¹⁰⁴ Segundo Cabral é comum usar este termo para designar a região que abarca todo o distrito de Bragança (Cabral, 1979: 43).

¹⁰⁵ Na viagem Bragança-Miranda do Douro, opta-se, maioritariamente, por fazer parte do percurso por território espanhol. Embora o número de quilómetros seja idêntico nos dois trajectos, as vias de acesso são melhores e a viagem torna-se mais curta (em termos de tempo), cómoda e económica. Para uma informação detalhada ver <http://www.viamichelin.pt> (Disponível Maio 2008).

¹⁰⁶ Em Julho de 2009 abriu a ponte internacional de Quintanilha. O IP4, que faz a ligação Bragança-Porto, surgiu a partir do plano rodoviário de 1985.

3.3 – EMIGRAÇÃO E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Perante as dificuldades que esta zona apresentava para as suas populações, a emigração surgiu, ao longo dos tempos, como uma alternativa, na procura de melhores condições de vida.

De acordo com Serrão, de 1963 a 1973, decorreu a “mais grave exasperação emigratória de toda a nossa história”. As causas assentam na crise agrícola, resultante do sistema agrário tradicional; na inflação e agravamento das condições de vida dos pobres, assalariados ou não; num serviço militar pesado na perspectiva de mobilização para as guerras de África e na não participação activa das largas massas populares na condução dos negócios públicos (Serrão, 1982: 61).

O número médio de emigrantes, entre 1961-1965, atingiu os 60000 por ano, elevando-se para 126000 no período de 1966-1970. De 1971 a 1975, o fluxo médio anual situou-se em 99000 emigrantes (Cónim e Carrilho, 1989: 75).

De 1890 a 1965 trocaram o distrito de Bragança pelo estrangeiro 112443 indivíduos e pelo ultramar 18601, sendo que as migrações internas rondavam os 30000, entre 1940 e 1960 (Reis, 1968: 17).

O Nordeste Interior Português sofreu, a partir de 1960, um êxodo populacional sem precedentes, assistindo-se a uma debandada contínua da população activa mais jovem caminhando-se, assim, para um processo de desertificação. Esta emigração em massa deve-se às precárias condições de vida dos seus habitantes (Cepeda: 1991a)¹⁰⁷.

Taborda refere que “se há no País região donde se emigra, ela é decerto Trás-os-Montes” e que os emigrantes duma mesma aldeia estabelecidos lá fora, num determinado lugar, mantêm-se estreitamente unidos e vão chamando a si os conterrâneos (Taborda, 1987: 134).

No quadro que a seguir apresentamos, podemos observar a evolução da população residente no distrito de Bragança, a partir da década de 40 do século passado, até 2006.

¹⁰⁷ Segundo o autor, na origem da emigração encontramos a fome, a miséria, a insegurança e as desumanas condições de trabalho pois os assalariados trabalhavam de “sol a sol” (Cepeda, 1991a: 11).

Quadro 4 – Evolução da população no distrito de Bragança, de 1940 a 2006

ANO	DISTRITO DE BRAGANÇA
1940	213233
1950	227125
1960	230266
1970	176246
1981	181375
1991	157809
2001	146944
2006	143337

FONTE: INE.

Ao analisar o quadro verificamos um decréscimo da população até à actualidade, especialmente acentuado entre 1960 e 1970, data atrás apontada como a vaga migratória mais elevada. Quanto ao aumento registado na década de 80 do século anterior, as causas encontram-se no regresso dos emigrantes que, segundo Cepeda, se devem a factores como saudades da família e da terra; necessidade por eles sentida de educar os filhos em Portugal; problemas de saúde; reforma e acidentes de trabalho, entre outros (Cepeda. 1991b: 11-12).

Os efeitos sociológicos da emigração, na opinião de Pina Cabral, foram significativos, uma vez que permitiram a melhoria dos padrões de vida rurais. Assim, segundo o autor,

“A diferença entre os três estratos tradicionais do campesinato - os jornaleiros sem terra, os caseiros e os rendeiros e os lavradores - esbateu-se progressivamente. Hoje, são muito poucos os jornaleiros a tempo completo, porque a sua maioria emigrou e amealhou algum dinheiro que lhe permitiu comprar terra ou, então, assalariou-se na indústria de construção. (...) A emigração introduziu transformações radicais na sociedade camponesa. O crescente bem-estar económico foi acompanhado por um enfraquecimento do sector da subsistência: o camponês depende hoje muito mais de mercadorias compradas” (Pina Cabral, 1989: 40).

Ao fluxo migratório para o estrangeiro temos ainda que acrescentar a saída em massa, tanto do meio rural como urbano, para as grandes cidades portuguesas do litoral, principalmente Lisboa e Porto¹⁰⁸.

Em termos espaciais, o período entre 1960 e 1991, na perspectiva de Machado e Costa, pode caracterizar-se por uma tripla evolução, ou seja, concentração da população no litoral, crescimento urbano e despovoamento do interior do país. Actualmente, quase 80% dos portugueses concentram-se, com uma ou outra descontinuidade, no litoral, do Minho ao Algarve. Os distritos interiores retêm pouco mais de 15% da população e os restantes 5% encontram-se nos Açores e na Madeira (Machado e Costa, 1998: 18-19).

3.4 – ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

Além da emigração, outros factores contribuíram para o decréscimo da população na região, nas últimas décadas, como a diminuição da taxa de natalidade e um elevado índice de envelhecimento que conduz, inevitavelmente, a um aumento da taxa de mortalidade.

O quadro que seguidamente apresentamos mostra-nos alguns indicadores de população que nos parecem significativos no concelho, onde podemos observar, comparativamente, as percentagens relativas ao país, à zona Norte e a Alto Trás-os-Montes.

¹⁰⁸ Apesar da forte emigração nesta década, nos distritos de Lisboa, Porto, Aveiro e Setúbal o número de residentes aumentou devido às migrações internas, ou seja, as saídas foram compensadas com a chegada de migrantes rurais. O interior do país sofreu simultaneamente a perda para o estrangeiro e para as cidades do litoral (Machado e Costa, 1998: 19).

Quadro 5 – Indicadores populacionais

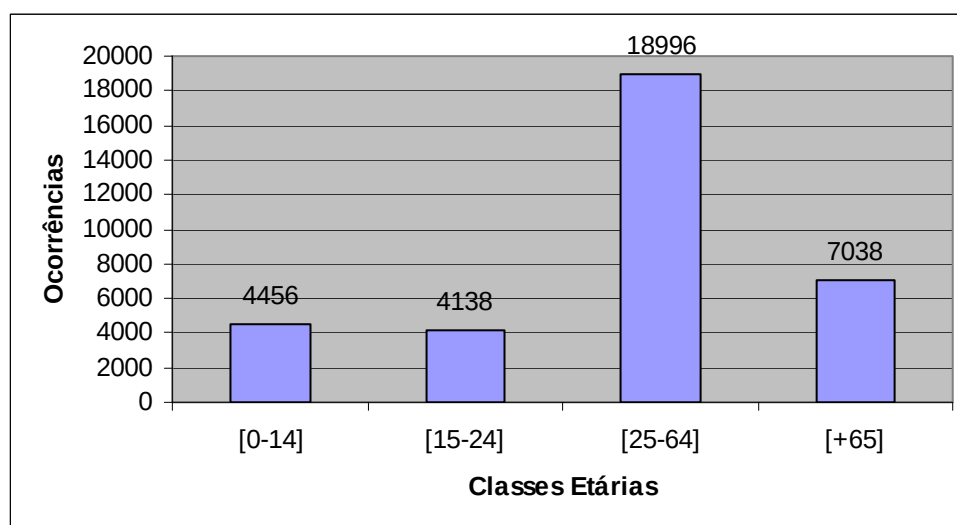
Região	Taxa bruta natalidade	Taxa bruta mortalidade	Índice envelhecimento
Portugal	10,4	9,7	108,7
Norte	10,2	8,3	88,6
Alto Trás-os-Montes	7,1	12,3	191,7
Bragança	9,0	10,9	153,5

FONTE: INE, estatísticas demográficas; INE, estimativas provisórias de população residente 2001, 2002, 2003, 2004; INE, estimativas definitivas da população residente para o período 1990-2000 (adaptado).

O concelho de Bragança apresenta um alto índice de envelhecimento (153,5%), com uma taxa de mortalidade superior à de natalidade. Esta é mais baixa, se considerado o país, em geral, e a região Norte mas, ainda assim, superior a Alto Trás-os-Montes. A taxa de mortalidade, não sendo a mais elevada, está acima da do Norte e da de Portugal e, em idênticas circunstâncias, encontra-se o índice de envelhecimento.

A população residente em 2006 contabilizava-se em 34628 indivíduos e distribuía-se, segundo os grandes grupos etários, de acordo com os dados apresentados no gráfico seguinte.

Gráfico 1 – População residente no concelho de Bragança por classes etárias, 2006



FONTE: INE, Estimativas Anuais.

Os adultos, com idade compreendida entre os vinte e cinco e os sessenta e quatro anos, representam a maioria da população, ou seja, 55% do universo populacional. As crianças, adolescentes e jovens dos grupos etários dos zero aos vinte e quatro anos somam uma percentagem de 25% e os indivíduos a partir dos sessenta e cinco anos representam 20% da população.

O quadro seguinte mostra-nos a evolução da população em meio rural e em meio urbano, no concelho, desde a década de 90 do século XX, até 2001.

Quadro 6 – População residente nas freguesias rurais e urbanas no concelho de Bragança, 1991-2001

FREGUESIAS RURAIS			FREGUESIAS URBANAS			TOTAL		
1991	2001	Diferença	1991	2001	Diferença	1991	2001	Diferença
16645	14707	- 1938	16999	22463	+5464	33644	37170	+3526

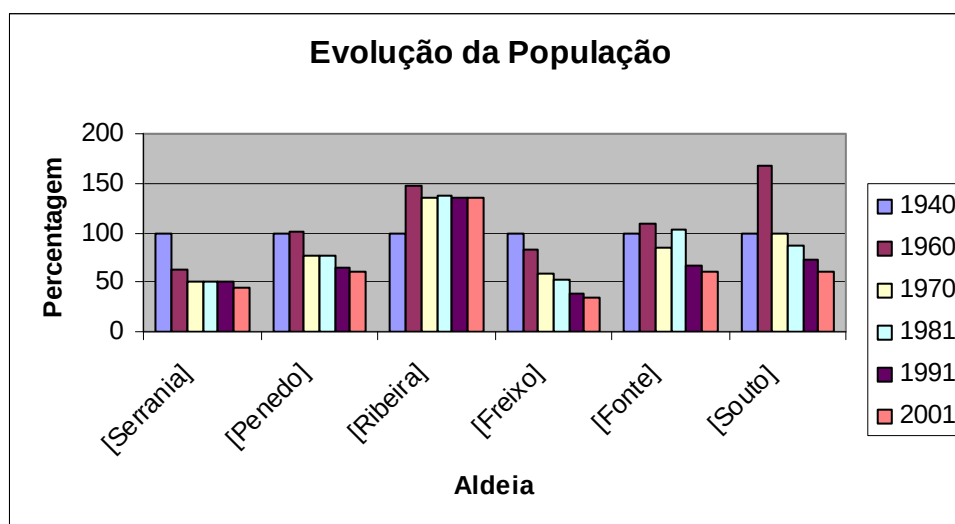
FONTE: Cepeda, 2005: 17 (adaptado).

Pela leitura do quadro verifica-se uma redução da população do meio rural e um aumento da mesma na zona urbana. A cidade de Bragança aparece, aqui, como um pólo atractivo, não só da zona rural do seu concelho mas também dos outros concelhos da Terra Fria (Cepeda, 2005: 18). Esta concentra mais de metade da população do concelho assumindo, assim, a dinâmica da região.

A freguesia da Sé, com 16594 habitantes, apresenta a maior densidade populacional e para isso contribuem os seus limites que incluem uma parte considerável da cidade, onde se concentra a população em idade activa e jovem, atraída pela centralidade e acessibilidade da mesma. A população de Santa Maria contabiliza-se em 3404 habitantes.

Em relação ao meio rural, mais concretamente às povoações onde decorreu o nosso estudo empírico, podemos observar a evolução demográfica das mesmas, a partir da década de 40 do século anterior, até 2001¹⁰⁹.

Gráfico 2 – Evolução da população das localidades rurais, de 1940 a 2001



FONTE: INE.

¹⁰⁹ Segundo informação do INE, os censos da população por lugar não existem no ano de 1950.

À excepção da Ribeira, onde a população residente se mantém desde 1970, nas restantes povoações verifica-se um decréscimo acentuado, ao longo dos anos, atingindo uma redução de 34,7% e 45,5%, em Freixo e Souto respectivamente.

Na década de 80 registou-se um aumento da população em determinadas localidades devido ao regresso de um número significativo de emigrantes, como referimos anteriormente.

Ainda, no que diz respeito ao meio rural transmontano, de acordo com outra fonte, se considerarmos os dados populacionais por freguesias constata-se que em 1950 não existiam freguesias com menos de duzentos habitantes, em 1960 surgiram duas, em 1970 sete, em 1991 vinte e uma e em 2001 quarenta e uma. Estes números reflectem a perda contínua de população na região (Rota da Terra Fria Transmontana, 2007).

Quanto à freguesia a que cada uma das aldeias pertence e à sua localização geográfica, relativamente à sede de concelho salientamos o seguinte:

- Serrania: A freguesia à qual pertence esta aldeia, com uma área de 27564 Km² é composta por três localidades e uma população residente, no seu conjunto, de duzentos e sessenta habitantes, o que equivale a uma densidade média de 9,4 habitantes/Km² (Câmara Municipal de Bragança, 2006b)¹¹⁰.
Relativamente à cidade de Bragança situa-se, aproximadamente, a dez quilómetros de distância, mas a rede rodoviária que a serve encontra-se em mau estado de conservação, tornando as deslocações morosas e incómodas;
- Penedo: Esta aldeia, situada a nove quilómetros de Bragança, faz parte de uma freguesia com a área total de 26615 Km², composta por duas povoações. Tem uma população residente de quinhentos e quarenta e três habitantes, o que equivale a uma densidade média de 20,2 habitantes/Km²;

¹¹⁰ O número de habitantes desta freguesia e seguintes diz respeito aos censos de 2001 e foi retirado da mesma fonte.

- Ribeira: Única localidade que compõe a freguesia, com uma área de 9131 Km². Situa-se a vinte quilómetros de Bragança e usufrui de boas acessibilidades, já que todo o trajecto se pode percorrer pelo IP4. O número de habitantes é de trezentos e sessenta e seis, com uma densidade de 39,8 habitantes/Km²;
- Freixo: A freguesia à qual pertence esta aldeia, com 25504 Km² de área é composta por cinco localidades, uma população residente de quatrocentos e vinte e quatro indivíduos e uma densidade média de 16,5 habitantes/Km². Dista, aproximadamente, vinte e sete quilómetros da sede de concelho e considera-se com boas acessibilidades, uma vez que a grande maioria do percurso se efectua através do IP4;
- Fonte: Esta aldeia faz parte de uma freguesia composta por três povoações numa área de 21973 Km², que se situa a doze quilómetros da sede de concelho. O número de habitantes é de trezentos e vinte, com uma densidade média de 14,6 habitantes/Km²;
- Souto: No que diz respeito a esta povoação, a distância com a sede de concelho é de, sensivelmente, vinte quilómetros. A sua freguesia, com uma área de 25122 Km², integra três localidades e comporta um total de duzentos e três habitantes, tendo uma densidade de 8,1 habitantes/Km².

3.5 – ACTIVIDADES ECONÓMICAS

No concelho de Bragança, a evolução da população activa dos diferentes sectores de actividade sofreu mudanças acentuadas ao longo das últimas décadas. Essa realidade é evidenciada no quadro seguinte, com dados a partir da década de 70, até 2001.

Quadro 7 – População activa por sectores de actividade no concelho de Bragança (%)

Ano	Sector Primário	Sector Secundário	Sector Terciário
1970	64,4%	10,4%	25,2%
1981	38,1%	17,7%	44,2%
1991	16,1%	15,0%	68,9%
2001	10,0%	14,4%	75,6%

FONTE: Cepeda, 2005: 47 (adaptado).

A diminuição da população activa no sector primário é evidente, com tendência para continuar. As razões estão associadas, sobretudo, ao êxodo da população que trabalhava nos campos e ao progressivo abandono da agricultura, assim como a uma política agrícola comum inadequada para esta região (Cepeda, 2005:47).

O sector secundário apresenta um ligeiro aumento, de 1970 a 1980, com tendência, nas décadas seguintes a diminuir, ainda que de forma pouco acentuada. Aqui, trata-se sobretudo de micro-empresas onde o auto-emprego ou emprego familiar é predominante (*Ibidem*).

Na TFT, a indústria tem pouca expressão, “afirmando-se não existir, nesta região, qualquer realidade industrial, dada a sua fraca contribuição para o volume de vendas da indústria transformadora portuguesa (0,05%) e da região norte (0,15%)” (Rota da Terra Fria Transmontana, 2007).

No sector terciário o crescimento da população activa é acentuado devido ao desenvolvimento de numerosos serviços concentrados no único centro urbano regional que é a cidade de Bragança.

Assim, a economia do concelho assenta numa grande dependência do emprego no sector público administrativo e no sector dos serviços, quer sejam estatais ou não (Câmara Municipal de Bragança, 2006a: 12). A mesma fonte especifica, ainda, que as principais debilidades se encontram ao nível do

“fraco aproveitamento do valor acrescentado local (nomeadamente dos seus produtos agroflorestais), resultante das más acessibilidades e da baixa escala de produção; a

falta de capacidade financeira empresarial, de massa crítica empresarial e de iniciativa empresarial local; a fraca interacção com o seu meio envolvente, talvez pela sua distância (100 Kms de Chaves e Zamora e 120 de Vila Real); e a insuficiente capacidade de fixação da sua população jovem devido à baixa oferta de serviços, à reduzida industrialização e à motivação para a migração e, mesmo, para a emigração, graças à consecução de credenciais académicas, desfasadas das necessidades locais” (Câmara Municipal de Bragança, 2006a: 12).

Os dados seguintes dizem respeito à população desempregada no concelho, no ano de 2001, da qual uma grande maioria procura o primeiro emprego. Este facto leva-nos a concluir que nos encontramos perante um fraco dinamismo económico, que se traduz pelas dificuldades em gerar emprego (Cepeda, 2005: 45).

Quadro 8 – População desempregada no concelho de Bragança, 2001

Total desempregados	Procura 1º emprego	%	Procura novo emprego	%
1049	724	69	325	31

FONTE: Cepeda, 2005: 45 (adaptado).

A percentagem de indivíduos à procura do primeiro emprego é elevada e, na perspectiva de Cepeda, deve-se ao número de alunos que anualmente termina o curso no Instituto Politécnico¹¹¹ e pretende permanecer na região, não encontrando resposta no mercado de trabalho local (*Ibidem*: 46).

No meio rural a principal actividade económica desenvolvida pelas populações residentes é a agricultura que, pelas características que assume, é considerada de subsistência.

¹¹¹ O IPB abriu em 1986 com cem alunos oferecendo, nessa data, quatro cursos e dele faziam parte a Escola Superior Agrária e a Escola Superior de Educação. Em 2008 é constituído por cinco escolas, frequentado por mais de 6000 alunos e tem trezentos e setenta e cinco docentes. O número de funcionários passou de doze para duzentos e doze, desde a sua abertura até ao momento (Instituto Politécnico de Bragança, 2008). Para uma informação mais detalhada, consultar a mesma fonte.

Nesta zona predomina a pequena propriedade, com um grande número de pequenos proprietários e a divisão cada vez maior do solo, devido a causas geográficas e históricas (Taborda, 1987: 106).

Em relação aos produtos agrícolas cultivados e ao aspecto paisagístico, Ribeiro refere que:

“O arvoredado retrai-se, rareia nos campos, lisos e vastos, interrompidos por estirões de fraga nua. Debalde se espera ver surgir, na prega do solo, o casal disperso: apenas, de longe em longe, uma aldeia de casas apinhadas à roda de campos e tufos de carvalhos, negrilhos e castanheiros. A rotina agrária segue a alternância do centeio e do pousio. Apenas uma cultura nova se espalhou na região: a batata, regada nas terras de planalto e de montanha; nalguns lugares suprimiu-se o pousio e ela alterna com o centeio” (Ribeiro, 1986: 150).

A região é fértil em cereais, principalmente centeio e trigo e tem pastagens naturais nas quais se criam grandes quantidades de gado de todas as espécies. Produz-se, em abundância, batatas, castanhas e legumes (Lopo, 1983: 17).

Na perspectiva de Taborda os produtos hortícolas não são representativos, no entanto, a cultura da horta considera-se como uma “forma cultural inseparável de toda a casa agrícola”. Esta é constituída por pequenas parcelas de terreno, geralmente próximo das habitações, com fácil acesso a água e cuja produção se limita ao consumo familiar (Taborda, 1987: 87).

O castanheiro, característico de uma parte dos planaltos do distrito, constitui um recurso de importância na economia rural, pois além de madeira produz a castanha, que entra na alimentação do homem e dos animais (*Ibidem*: 88)¹¹².

No trabalho realizado numa aldeia do Nordeste Transmontano, O'Neill verifica que as principais culturas produzidas são o centeio, a batata e o vinho que no decorrer das actividades para a sua produção requerem grandes quantidades de mão-de-obra. Outras culturas, como o trigo, o milho, as

¹¹² Segundo Taborda, a castanha exporta-se do concelho de Vinhais e também de Bragança (Taborda, 1987: 88).

Patrício afirma que o concelho de Bragança, Macedo de Cavaleiros e Vinhais se evidenciam, no distrito, pela produção da castanha (Patrício, 1999: 189). Brito afirma que em Rio de Onor, o castanheiro “é a árvore mais importante que povoa a paisagem tendo no passado ocupado um lugar dominante na própria alimentação dos habitantes” (Brito, 1996: 41).

castanhas, as nozes, e os produtos hortícolas realizam-se com menor esforço (O'Neill, 1984: 146)¹¹³.

O ciclo agrícola anual, que descrevemos seguidamente, baseado na pesquisa efectuada por O'Neill, remete-nos para as principais actividades que se realizam em cada uma das estações do ano¹¹⁴:

Primavera: (Março-Maio) - Poda das vinhas, *estercar (estrumar)* as leiras, primeira cava das vinhas, semear batatas, tosquia das ovelhas, segunda lavra, trabalhos comunais, limpeza dos regos;

Verão: (Junho-Agosto) - Segunda cava das vinhas, rega das cortinhas, ceifa do feno, ceifas do centeio, *acarrejas* (transporte para o local da malha/debulha) do centeio, debulhas¹¹⁵;

Outono: (Setembro-Novembro) - Apanha da batata, colheita da fruta, colheita do milho, *debaga* do milho, vindimas, fabrico da aguardente, terceira lavra e sementeira, colheita das castanhas;

Inverno: (Dezembro-Fevereiro) - Matança dos porcos, rega dos lameiros, primeira lavra, apanha da lenha, apanha do esterco, reparações caseiras, o ferreiro abre a forja (*Ibidem*: 149)¹¹⁶.

Para a realização destas actividades, dependendo das características de cada uma, requer-se mão-de-obra em número adequado para que decorram com normalidade. Assim, preferencialmente, criam-se redes funcionais de parentes, vizinhos e amigos próximos, que se ajudam mutuamente. Este sistema, denominado de “torna-jeira”, vigora desde tempos imemoriais, representando uma forma de assistência e cooperação que perdura até à actualidade evitando-se recorrer à mão-de-obra estranha para não ter de se lhe pagar, pois, “a regra da boa economia está em possuir um canto de terra e fazê-lo produzir com o próprio suor” (Taborda, 1987: 110).

Os baldios, que são terrenos comunais incultos, desempenham um papel importante na economia das aldeias situadas nesta região (O'Neill, 1984)¹¹⁷.

¹¹³ Nesta região O'Neill encontrou “Uma produção de subsistência”, ou seja, uma “enorme variedade de colheitas para consumo da casa” (O'Neill, 1984: 147).

¹¹⁴ Apresentamos a listagem das tarefas segundo o quadro seis: “As principais tarefas agrícolas sazonais” (*Ibidem*: 149). Para o autor existe um grande número de trabalhos menores que não constam desta lista (*Ibidem*: 150).

¹¹⁵ Com a introdução da maquinaria agrícola a ceifa do centeio mecanizou-se reduzindo consideravelmente a mão-de-obra necessária para levar a cabo esta tarefa.

¹¹⁶ As lavras e as sementeiras “ou são etapas intermédias ou fases finais de um ciclo completo de produção de uma dada cultura” (*Ibidem*: 147).

O'Neill refere-se às regras de utilização destes terrenos, por parte dos habitantes das aldeias, assim como às suas funções, explicando que a principal e mais importante é servir

“de pasto para o gado lanígero e caprino ao longo do ano, e para o gado bovino no Inverno. Porém os baldios não são utilizados exclusivamente pelos pobres, como substitutos das terras de prado mais férteis, mas por casas de todos os níveis económicos. Qualquer família pode apascentar nos baldios o seu próprio rebanho, e não existe nenhum sistema de regras estritas através do qual as diversas casas partilhem as tarefas relativas à pastagem diária de um rebanho colectivo ou comunal” (O'Neill, 1984: 70).

Numa listagem dos distritos com maior número de baldios, Basto coloca Bragança na segunda posição e Vila Real na terceira, com 1149 e oitocentos e quarenta e quatro, respectivamente, seguidos da primeira posição onde se encontra Viseu, com 1279 terrenos baldios. Em Bragança constituíam 3,86% da área total, equivalendo a 25233,1605 hectares (Basto, 1942 in Godinho, 2006: 72).

3.5.1 - RELAÇÕES DE ACESSO À TERRA

No que diz respeito à organização estabelecida no acesso ao cultivo de terrenos, o agricultor que possui propriedades pode arrendar ou dar “a meias”¹¹⁷. No contrato “a meias”, o “meeiro” cultivador entra com a mão-de-obra e a metade das despesas da semente, a outra metade fornece-as o proprietário (Taborda, 1987: 110).

A este propósito Godinho esclarece que, embora com diferente relação com o proprietário das terras, os caseiros, os meeiros e os rendeiros¹¹⁹ “têm em

¹¹⁷ Os baldios ocupam “a maior parte das terras mais altas e pobres da aldeia, a importância primordial dos baldios reside nas suas enormes extensões de urzes, mato e outros arbustos selvagens fundamentais para a pastorícia e para as actividades agrícolas” (O'Neill, 1984: 67).

¹¹⁸ Actualmente, devido essencialmente ao envelhecimento da população que perde capacidades de produzir, são cada vez mais os terrenos que não se cultivam. Alguns agricultores cedem essas parcelas para cultivo, com a vantagem de não ficarem ao abandono.

¹¹⁹ Os caseiros conseguem “a posse, sob várias modalidades, de uma habitação, de terras, sementes, alfaías e animais de trabalho, convertendo-se num lavrador através do controlo da terra” (Godinho, 2006: 89). Os meeiros “estabelecem uma relação de parceria com os proprietários, contribuindo com o trabalho e dividindo numa proporção previamente acordada o

comum a circunstância de cultivarem por conta própria as terras dos outros, correspondendo-lhes assim a posse (não a propriedade) dos meios de produção”. Estes, distinguem-se dos jornaleiros ou cabaneiros, cuja principal característica é a venda de trabalho, dirigido e pago por outrem (Godinho, 2006: 88).

A autora especifica que a relação de posse que os rendeiros mantêm com as terras distingue-os dos jornaleiros, “assalariados rurais que, no quotidiano ou sazonalmente, são contratados para trabalhar por conta de outrem em terras que não controlam e frequentemente com instrumentos também alheios” (*Ibidem*: 94).

Os jornaleiros, além do trabalho à jorna, cultivam as suas próprias parcelas, entre as quais se encontra a “horta”. No entanto, os meios de produção próprios não são suficientes para sustentar o seu grupo doméstico, daí a necessidade de exercerem a actividade por conta de outrem, as jornas. (*Ibidem*: 96).

Também Silva verifica a mesma realidade no Minho, onde os jornaleiros apenas possuíam casa e “eventualmente adjunta, uma horta ou quintalejo, entre os quais os seus instrumentos de trabalho: a enxada e a foice” (Silva, 1998: 191).

Em relação a este grupo social, o autor distingue os que formavam grupo doméstico próprio dos que não possuíam habitação e viviam numa situação social de marginalidade (*Ibidem*).

Os jornaleiros, segundo a mesma fonte, esforçavam-se por obter a reputação de “«sérios» e viver «livres de vergonhas»”, assim como “desempenhar na colectividade um papel digno e decente”, com o objectivo de “ganhar a confiança e ser preferenciais pretendidos para criados, jornaleiros, caseiros ou parceiros” (*Ibidem*).

No meio rural transmontano encontrava-se, com frequência, outro grupo social denominado de paquetes ou criados. Tratava-se de indivíduos provenientes de famílias com poucos recursos económicos, cuja função era

produto” e os rendeiros “cultivam terras de outrem, através do pagamento de uma renda estipulada previamente, por um período acordado” (*Ibidem*: 94).

servir em casas abastadas¹²⁰. A preterição desses indivíduos no agrupamento doméstico ao qual pertenciam era a estratégia adoptada por famílias mais pobres “que dessa forma se aliviavam de uma boca suplementar” (Godinho, 2006: 99).

Em relação ao Barroso, Fontes descreve que “Os filhos dos mais pobres iam servir, dentro ou fora da aldeia, mas dentro da região. Quem justava eram os pais, até à maioridade, e recebiam a soldada” (Fontes, 1977: 188 in Godinho, 2006: 99).

De acordo com Silva, a selecção para servir numa das casas ricas locais era “sinal de especial preferência e eventual fonte de favores, as famílias pobres diligenciavam e até emulavam para que o respectivo lugar ou simples período de aprendizagem de vida fosse ocupado por um dos seus próprios filhos” (Silva, 1998: 194)¹²¹.

Na pesquisa efectuada em duas aldeias minhotas, Silva observa que os criados integravam quase todas as casas de proprietários, lavradores abastados e médios e também de “pequenos lavradores - camponeses quando, sobretudo na fase inicial de crescimento do ciclo de vida doméstico, a própria força de trabalho familiar estava ausente ou era insuficiente” (*Ibidem*).

Através do trabalho realizado por Afonso, *Terra, casa e família. Valores em mudança numa aldeia de Terras de Miranda (Sendim, 1944-1994)* verificamos as mudanças sofridas na estrutura social do meio rural transmontano (Afonso, 1997 in Pereiro Pérez, 2005c). Assim, a realidade estudada pela autora, na actualidade, apresenta a seguinte hierarquia social:

a) “Os ausentes”, que possuem casa com jardim e fachadas exuberantes e que interiorizam uma certa ambivalência entre o rural e o urbano;

b) “Os doutores”, entre outras características são considerados citadinos no campo, com casa própria, carro, jardim e horta e redes sociais deslocalizadas em cidades como Lisboa, Porto ou Coimbra e frequentadores de cidades espanholas como Zamora ou Salamanca;

¹²⁰ Na pesquisa efectuada por O'Neill, a maior parte dos pequenos agricultores, assim como os seus pais e avós, eram originariamente jornaleiros ou criados em casas abastadas (O'Neill, 1984: 98).

¹²¹ Em relação aos indivíduos que eram excluídos da possibilidade de ingressarem numa das casas ricas da aldeia, tendo em conta as precárias condições de vida da sua família, ou aceitavam lugar em casas mais modestas ou tinham de mover-se da aldeia (Silva, 1998: 195).

c) “Os regressados”, nome que provém da denominação dada aos antigos emigrantes da década de 1960, que regressaram após um período de cinco a vinte anos no estrangeiro. Actualmente trabalham na construção civil (pequenos empreiteiros autónomos ou assalariados) ou no comércio. Praticam uma agricultura a tempo parcial, para auto-consumo. As casas são mais modestas que as descritas anteriormente, com reboco liso pintado com cores fortes, alumínio metalizado nas janelas, rejeitando os materiais locais que conotam a pobreza de outros tempos. Estes orientam os filhos para actividades não agrícolas;

d) “Os aldeãos agricultores”, entre outras características produzem para auto-consumo e para o mercado usando tecnologia tradicional em paralelo com meios mecânicos. Os filhos trabalham na agricultura com o 9º ano de escolaridade, em serviços como Adegas Cooperativas, Junta, Escola ou em novos ofícios como mecânicos, canalizadores, electricistas, entre outros.

e) “Os aldeões comerciantes”, entre outros aspectos, são proprietários de mercearias, talhos, cafés, restaurantes, etc., sendo que o homem trabalha na agricultura e a mulher gere o comércio. Os filhos estudam fora da região e normalmente no ensino particular mas, no caso de insucesso escolar, é frequente a sua inserção no estabelecimento dos pais, como auxiliar no atendimento.

f) “Os das vacas”, considerados criadores de gado bovino, trabalhando a tempo inteiro e dispõem de ajudas governamentais como incentivo à produção. Realizam grandes investimentos em maquinaria agrícola. Procuram dar aos filhos uma formação académica e habitação.

g) “Os ciganos”, com famílias marginais e segregadas do resto da comunidade, que realizam pequenos serviços domésticos como limpezas, arear caldeiras, etc. As famílias são móveis, pois realizam trabalhos sazonais e são estereotipados como “malandros” e “pobres”, acusando-os de roubo, prostituição e tráfico de droga. Após algum tempo, a comunidade local pratica o paternalismo cedendo-lhes pequenas beiras de hortas. Vivem em casas sem água, electricidade ou esgotos que eram antigos palheiros, vendidos ou alugados e os filhos não estão escolarizados (Afonso, 1997 in Pereiro Pérez, 2005c).

3.6 – TIPO DE POVOAMENTO

O povoamento em Trás-os-Montes considera-se concentrado, sendo as aldeias formadas por núcleos densos de casas. Estas, segundo Dias, “ora se espriam um pouco ao longo de rios e caminhos, ora se aglomeram e apertam umas às outras” (Dias, 1984: 53).

Na opinião de alguns autores¹²², este tipo de povoamento deve-se à pobreza do solo, ao clima inóspito, ao isolamento, às escassas vias de comunicação e, especificam Ribeiro e Lautensach, “como só os arredores mais próximos das aldeias são cultivados, não se justifica a construção de casais isolados” (Ribeiro e Lautensach, 1989: 854, vol. III).

Na perspectiva de Taborda, a concentração deve-se ao facto de nos encontrarmos

“Numa terra que pouco compensava o esforço do camponês, em luta contra um clima inóspito e um solo pouco fértil, num país em que as comunicações são difíceis e cada lugar habitado só pode contar com os seus recursos próprios a exploração rural isolada concebe-se dificilmente.

A necessidade duma luta constante e dura com o meio desfavorável conduz naturalmente ao agrupamento da população. (...) O sistema de colonização, o regime agrário exercem também influência sobre as formas de povoamento” (Taborda, 1987: 126-127).

No seu estudo, O'Neill refere que todas as aldeias da zona têm as casas “muito agrupadas e situam-se a distâncias de dois a cinco quilómetros umas das outras” (O'Neill, 1984: 44)¹²³.

As descrições apresentadas anteriormente contrastam com a realidade do Minho, acerca da qual Pina Cabral descreve que, normalmente, os camponeses vivem em lugares “dispersos pelas encostas, compostos por um conjunto de «casas» cujo número vai de cinco a oitenta, e que possuem uma identidade social definida. Os lugares estão associados a áreas específicas de

¹²² Dias (1984); Taborda (1987); Ribeiro e Lautensach (1989).

¹²³ Em relação ao tipo de povoamento transmontano, Ribeiro e Lautensach descrevem que são “aldeias grandes, compactas, muito afastadas, e *montes*” (Ribeiro e Lautensach, 1989: 153, vol. III).

terra, independentemente desta terra ser possuída ou não na sua totalidade por residentes do lugar” (Pina Cabral, 1989: 31).

A mesma fonte acrescenta que os minhotos “pensam a sua sociedade em termos de um conjunto de unidades sócio-geográficas hierarquicamente ordenadas: as casas agregam-se em lugares, que se agrupam em freguesias, o conjunto das quais corresponde a um concelho; estes estão englobados em distritos que constituem a província do Minho” (*Ibidem*: 153).

Assim, numa descrição pormenorizada, Pina Cabral, menciona que nessa região os lugares se compõem por

“um conjunto de casas que podem estar dispersas pelos campos, embora exista geralmente um núcleo central de habitações. Este centro tende a estar delimitado por uma pequena praça, uma fonte, um altar dedicado às almas do Purgatório, uma capela ou outras áreas similares de uso comunal. Os seus residentes criam laços pessoais íntimos e mantêm-se informados, quase permanentemente, sobre a vida e as acções sociais mais significativas de cada um.

As freguesias partilham também das características de comunidade: os seus membros possuem uma relativa familiaridade entre si e devem cumprir obrigações (tanto específicas como difusas) que são comunalmente definidas. Mas as relações entre os membros da freguesia são mais frágeis do que as relações existentes no interior do lugar, porque o contacto face-a-face é menos frequente e tende a ocorrer apenas no centro da freguesia, ou seja, no cemitério e na igreja localizada nas imediações” (*Ibidem*: 153-154).

Se atendermos à tipologia das casas tradicionais no meio rural transmontano verificamos que, na sua grande maioria, integram um rés-do-chão, onde se encontram os animais e as colheitas agrícolas, “paredes-meias”. Aí se situam os estábulos, chamados vulgarmente de “lojas”, os celeiros e as adegas¹²⁴. Taborda especifica que,

“Os estábulos deitam para um pátio (o *curral*, a *curralada*) que se dispõe ao lado da casa e comunica com a rua por um portão de dois batentes, suficientemente amplo para dar serventia aos carros. Uma escada lateral de pedra cingida à parede leva do pátio à varanda que corre toda a extensão da fachada e para a qual abrem os compartimentos

¹²⁴ Ribeiro e Lautensach caracterizam as casas do Norte com “dois pisos, uma *loja* térrea destinada aos gados e à guarda de alfaías e produtos agrícolas, e um *sobrado* ou andar para habitação, onde ficam a cozinha e os quartos. Estas duas peças, sobrepostas, são todavia independentes” (Ribeiro e Lautensach, 1989: 858, vol. III).

da habitação. Da banda oposta do curral ficam alguns anexos, palheiros, o *cabanal* que abriga os carros e alfaías agrícolas, e às vezes também a serventia da cortinha” (Taborda, 1987: 123-124).

O autor que acabamos de citar acrescenta que nestas construções o desconforto dos interiores é completo, a comodidade e a higiene sacrificam-se às necessidades da exploração e ao desejo da economia (*Ibidem*: 124)¹²⁵.

Na actualidade, a forma das habitações é diversificada, quer nos espaços interiores, quer no aspecto exterior, onde se constata uma grande influência da corrente emigratória.

Em Trás-os-Montes, à semelhança do que ocorreu no Alto Minho, “Ao longo dos anos 60 e princípios dos anos 70, emerge um novo tipo de casa nitidamente diferente, vulgarmente conhecido como «casa do emigrante»” (Pina Cabral, 1989: 73). Estas casas, segundo a mesma fonte,

“ foram construídas sobretudo por emigrantes regressados, mas o estilo veio a ser adoptado em muitas casas edificadas nesse período, mesmo quando pertenciam a pessoas que não tinham emigrado. Há três características que, entre outras, podem distinguir este novo tipo de casa face ao anterior. A mais marcante está ligada ao estilo arquitectónico e à cor. Estas casas exibem muitas vezes referências decorativas a estilos arquitectónicos urbanos dos países de acolhimento dos emigrantes, apesar de ter sido preservado o tradicional plano rectangular de dois pisos” (*Ibidem*: 73).

A cozinha permanece a divisão principal mas, nos edifícios recém construídos ou reformados, por vezes existem duas cozinhas, uma mais rústica, onde se faz a comida e o fumeiro e outra moderna, com móveis de desenho agradável e menos usada (Godinho, 2006: 33).

A autora atrás referida especifica que a cozinha é a divisão mais usada, onde se faz o lume, cozinha, come, faz o fumeiro, vê televisão e se procede a pequenos trabalhos de manutenção e consertos. Também aí se juntam os habitantes da casa e alguns vizinhos que, rotativamente, se encontram em casa

¹²⁵ Ribeiro e Lautensach referem que nessas habitações não existe chaminé, o fumo da lareira sai pela porta e pelo telhado (Ribeiro e Lautensach, 1989: 832, vol. III).

de cada um para os serões, durante o período de Inverno (Godinho, 2006: 33)¹²⁶.

Pina Cabral reforça a importância deste compartimento, afirmando que “numa casa camponesa não é ditada meramente por necessidades práticas: a vida da casa organiza-se em volta da cozinha, onde se encontra a lareira” (Pina Cabral, 1989: 66).

Na descrição de uma cozinha tradicional, Dias explica que “tem um lar de pedra, feito sobre o soalho, de maneira que o fogo fica, às vezes, uns vinte e tantos centímetros acima do chão, o que torna mais cómodo o trabalho da mulher” (Dias, 1984: 62).

¹²⁶ Dias refere que é na cozinha que se reúne a família para comer e durante o Inverno faz-se aí o serão à volta da lareira, juntamente com os amigos (Dias, 1984: 61).

CAPITULO 4 – A HISTÓRIA DOS CIGANOS E O CONTEXTO ACTUAL

A história dos ciganos está marcada pela perseguição de que foram alvo ao longo dos séculos evidenciando-se, este facto, através da abundante legislação produzida para o efeito, como veremos ao longo deste capítulo e de forma mais concreta, o caso de Portugal. As leis persecutórias, utilizadas como um instrumento do poder dominante, visavam a erradicação e/ou assimilação de um grupo estigmatizado, fruto dos estereótipos e preconceitos do “mundo branco”. O processo de interacção entre ciganos e não ciganos foi, então, condicionado desde o seu aparecimento em cada um dos Estados, repercutindo-se os efeitos na actualidade.

A reconstrução da sua história foi possível a partir de documentos concebidos pelos não ciganos¹²⁷, essencialmente de carácter oficial, como a legislação referida anteriormente ou também baseados na tradição oral.

A este propósito, Fraser comenta que as referências históricas vêm invariavelmente de gente de fora e podem ter sido escritas por ignorância, preconceito ou incompreensão (Fraser, 2005: 25).

Para Lamanit, os escritos existentes “não reflectem, obrigatoriamente, a realidade pois deturpavam-se, muitas vezes, os acontecimentos com o intuito de lisonjear um monarca ou justificar uma política” (Lamanit, 2007: 99).

Assim, não é nosso propósito desenvolver esta temática de forma exhaustiva, uma vez que as informações existentes passam, muitas vezes, por suposições e poderão estar aquém da veracidade. Apresentaremos, no entanto, uma breve abordagem acerca desta questão, baseando-nos na perspectiva de alguns autores.

No que diz respeito à origem deste grupo étnico, no século XVIII, os linguistas encontraram semelhanças entre o *rromani*¹²⁸ e línguas indianas. A

¹²⁷ Ver autores como Liégeois (1989); Costa (1996); Nunes (1996); San Román (1997); Fraser (1998); Mendes (2005), entre outros.

¹²⁸ Língua falada pelos ciganos. Podemos encontrar esta palavra escrita com outra grafia: *romani*. Lamanit explica que “os dois “rr” transcrevem a evolução do “d retroflexo” da raiz “Dom”, nome de uma casta de músicos indianos que teria sido generalizado às diversas castas que migraram da Índia. Esta grafia foi adoptada pela União Internacional Rromani durante o Congresso de Varsóvia em 1990” (Lamanit, 2007: 100).

descoberta iniciou-se em 1763, quando o pastor húngaro Stephan Vályi, através de três estudantes originários de Ceilão se apercebeu da semelhança do seu idioma com o dos *Rroms* da sua terra (Lamanit, 2007: 100). Em 1783, Heinrich Grellmann publicou um livro onde evidenciou a origem indiana dos ciganos sendo que, por esta altura, alguns linguistas descobriram parecenças entre o sânscrito e o grego proporcionando o interesse pelo estudo das línguas indo-arianas (*Ibidem*).

Liégeois refere que a linguística “permitirá igualmente, através do estudo do vocabulário e das estruturas gramaticais dos dialectos ciganos de diferentes países, ter uma ideia do itinerário seguido” (Liégeois, 2001: 29).

Até à década de 90 do século passado os estudiosos, baseados nas certezas adquiridas pela linguística, de que os ciganos eram provenientes da Índia e dos escritos que relatavam a sua chegada em grupos numerosos, a países da Europa Ocidental, deduziram a teoria da imigração voluntária de grupos nómadas que partiram da Índia, apontando razões de ordem diversa, como a fome, a guerra, as perseguições ou as invasões¹²⁹.

No entanto, estudos recentes evidenciam uma história diferente, no que diz respeito à diáspora dos ciganos, que se baseia em documentação estudada por um especialista em História da Índia no Inalco, Eric Meyer. Este estabeleceu uma relação entre os ciganos e um manuscrito redigido pelo secretário pessoal do sultão turco, Mahmud de Gazni, que relata as suas conquistas no norte da Índia, particularmente o saque da cidade de Kannauj (1018-1019). Daí, deportou-se toda a sua população para Kabul, onde foi vendida nos mercados de escravos do Khorasan, região onde se situa actualmente o norte do Irão e do Afeganistão (Lamanit, 2007, 103).

A partir dos conhecimentos adquiridos através dos escritos que acabamos de mencionar, Lamanit levantou a hipótese de uma “possível correlação entre os Indianos escravizados pelos Turcos Gaznavidas e os escravos *Rroms*, também de origem indiana, dos Principados Romenos sob a dominação dos Turcos Otomanos” (*Ibidem*).

¹²⁹ Machado (1994); Costa (1996); Liégeois (2001); Fraser (2005), entre outros.

Machado refere que os ciganos foram expulsos da Índia, a partir do século X, devido a perseguições, em diversas vagas migratórias (Machado, 1994: 53).

Para Costa, em meados do século III teriam ocorrido as primeiras migrações de grupos de ciganos, na sequência da conquista do norte da Índia (Costa, 1996: 9).

4.1 – APARECIMENTO DOS CIGANOS NO OCIDENTE EUROPEU

Segundo Lamanit, é nos finais do século XIV que os ciganos se dispersam pela Europa, após a batalha do Kosovo, na qual os Osmanli enfrentam os Sérvios (2007). A mesma autora descreve que “poucos anos depois apareciam na Europa ocidental milhares de refugiados do “Egipto Menor” – uns fugindo para o Império Germânico a norte, outros atravessando o mar Adriático para o sul de Itália” (Lamanit, 2007: 107).

A partir do momento em que saem do Império Otomano e entram no Ocidente Cristão podemos identificar diferentes fases:

a) Século XIV: bom acolhimento por parte das populações locais, às quais se apresentavam como cristãos arrependidos, em penitência e peregrinação por um período de sete anos (Fraser, 2005; San Román, 2007)¹³⁰. Traziam salvo-condutos do Imperador Segismundo (1368-1437), rei da Hungria desde 1387, que os protegia no território do Sacro Império Romano-Germânico. Para usufruírem de uma protecção universal obtiveram salvo-condutos papais (Fraser, 2005), que se redactavam para um indivíduo específico, assim como para os seus seguidores. Neles, segundo Münster,

“contava-se como os seus antepassados no Egipto Menor [*in minori Aegypto*] tinham abandonado anteriormente a religião cristã durante alguns anos e se tinham voltado para o erro dos pagãos e que, depois do seu arrependimento, se lhes impôs a penitência de que, durante muitos anos, alguns membros da família deveriam vaguear pelo mundo e expiar no exílio a culpa do seu pecado” (Münster in Fraser, 2005: 77).

Cada grupo era conduzido por um chefe denominado Conde, Duque ou Voivoda nos países de Este (San Román, 2007: 3-4), com o poder de julgar os seus membros, em caso de necessidade.

Neste contexto, são chamados “egipcianos”, “gregos” e “boémios”, embora surja uma menção a uma origem mais remota e extra-europeia, a indiana.

¹³⁰ Segundo Fraser, na Idade Média considerava-se um dever receber e ajudar os peregrinos na sua viagem. O autor especifica que “desta forma as pessoas que praticavam a caridade podiam beneficiar das benesses que desciam sobre o peregrino, sendo estes instrumentos para ganhar a graça divina” (Fraser, 2005: 75).

b) Do século XV ao XVIII: a imagem de nómadas marginais e delinquentes associada aos ciganos vulgariza-se, tentando-se a sua eliminação sócio-cultural e física (San Román, 2007).

No século XVI inicia-se um processo generalizado de expulsão, punição, retirada de bens, degredo, escravatura com trabalhos forçados, marcação física, “caça ao homem”, pena de morte, etc., que contrastava com um projecto de isentar os assimilados dessa perseguição. Como exemplo desta realidade, o Alvará de 11 de Abril de 1579 refere que:

“... E querendo nisso prover eu por bem e mando que em todos os lugares de meus Reinos se lancem logo pregões públicos, nas praças e lugares acostumados, que os ciganos e ciganas e quaisquer outras pessoas que em sua companhia andarem se saiam dos ditos meus Reinos dentro de trinta dias (...) e acabados os trinta dias qualquer cigano que for achado nos ditos meus Reinos por esse mesmo feito será logo preso e açoitado publicamente no lugar onde for achado e degradado para sempre para as galés (...) os ciganos que tiverem licença do Rei D. João (...), as examine perante um dos Corregedores da minha corte dos feitos civis, o qual se informara de como vivem e de que profissões usam e se são casados e o modo e maneira de suas vidas e costumes e parecendo-lhe que vivem bem e que trabalham e não são prejudiciais, lhe poderão dar licença, não permitindo que vivam juntamente em um bairro, senão em bairros apartados, e que andem vestidos ao modo português” (Coelho, 1995: 201-202).

Esse processo é ambivalente e fracamente prosseguido, tendo sobrevivido a ele, apesar de terem sido praticamente extintos no Norte da Europa.

Fraser refere que “Se se tivessem feito cumprir inflexivelmente todas as leis anti-ciganas que surgiram, inclusive só durante alguns meses, os ciganos teriam sido erradicados da maior parte da Europa muito antes de meados do século XVI. Isto não aconteceu” (Fraser, 2005: 137-138).

A sua deportação, de vários países europeus para as respectivas colónias difundiu-os por outros continentes. Portugal destaca-se por ter sido o primeiro país a deportá-los para as suas colónias do ultramar, como um novo método de expulsão (*Ibidem*: 174).

No final do século XVIII inicia-se a investigação sobre a sua língua, no quadro de um interesse nascente pelo mundo asiático, conduzindo à idealização de um grupo histórico ariano, indo-europeu, de que fariam parte,

como nómadas diaspóricos que, após a saída da Índia, teriam perdido o contacto com as suas origens.

c) Século XIX: A queda do absolutismo, a emergência do liberalismo e da proclamação dos direitos cívicos em Inglaterra e na França (*Bill of Rights*, Constituição Norte-Americana, Revolução Francesa, Constituição Liberal de 1822, em Portugal) e a cisão entre racionalistas (evolucionistas) e românticos (nomeadamente alemães) fecham um período abertamente persecutório e genocida ou de assimilação forçada acompanhada de genocídio cultural. No entanto adoptam-se medidas de supervisão administrativa de um nomadismo vigiado¹³¹ e emerge o interesse científico pela sua língua e costumes e pela idealização do seu amor à liberdade, da qualidade artística e do gosto pela vida que é suposto constituírem o cerne da sua cultura e um modelo de uma época pós-industrial e pós-capitalista a construir (anarquia como forma superior da liberdade). Em países como a Espanha ou a Hungria, a música e a dança ciganas são admiradas e entram na constituição da representação (positiva) da identidade nacional.

No final do século XIX, o terminar de quinhentos anos de escravatura na Roménia origina uma segunda vaga de invasão do mundo ocidental, com extensões para a Rússia e para os Estados Unidos (Hancock, 2009b).

d) Século XX: A vitória das perspectivas racionalistas (do darwinismo social e do evolucionismo “científico”) conduz a novas tentativas de genocídio no espaço nazi.

Em 1935 introduziram-se as chamadas Leis de Nuremberga,

“para estabelecer o marco que governava a elegibilidade para a plena nacionalidade, e especialmente uma vez que os comentários sobre os ciganos começaram a tratá-los, junto com os judeus, como uma perigosa *Fremdrasse* («raça estrangeira») cujo sangue era uma ameaça mortal para a pureza racial alemã, e respondida com a proibição de se misturar em casamento ou em relações fora deste” (Fraser, 2005: 258).

Não é fácil determinar o número de ciganos que morreu no Holocausto (em Romani chamado *Porrajmos*, “paw-RYE-mos”, que significa “o Devorador”), mas estima-se em meio milhão (Hancock, 2009b).

¹³¹ Em Portugal, por exemplo, no reinado de D. Maria II, uma Portaria de 1848 “exige aos bandos de ciganos o uso do passaporte, para poderem transitar pelo reino” (Bastos, 2007a: 39).

A política Checa do período pós-guerra caracterizou-se, segundo Fraser, “de forma diversa por uma mistura de condescendência e impaciência, de paternalismo e despotismo, de benevolente inactividade e de árduas tentativas de soluções radicais” (Fraser, 2005: 277). O autor especifica que algumas das políticas aplicaram-se em sigilo, como a de pressionar milhares de ciganas a submeter-se à esterilização (*Ibidem*: 279).

As duas grandes guerras, a queda do Muro de Berlim e os conflitos balcânicos resultantes do desmantelamento da Jugoslávia produziram novas vagas migratórias.

As transformações políticas que se iniciaram em 1989 criaram novas tensões e rivalidades em toda a Europa (*Ibidem*: 289). Segundo Fraser,

“O abuso por motivos raciais e os ataques descarados encontravam-se frequentemente com respostas débeis dos governos. Começaram a dar-se graves incidentes – casas incendiadas e violência física a famílias ciganas – na Hungria, Polónia, Checoslováquia, Roménia e Bulgária, e continuaram. Houve violência inclusive em lugares onde havia muito tempo que os ciganos estavam sedentarizados e aparentemente aceites” (*Ibidem*).

Na Alemanha, que se tornou o principal destino para muitos ciganos, cometeram-se ataques xenófobos, lançando-se acções ofensivas contra campos e residências de ciganos, assim como de outros refugiados e trabalhadores imigrantes (*Ibidem*: 290). Além disso, “aumentou a pressão para expulsar os que tinham chegado anos antes e que não tinham direito a residência oficial, e para reformular a constituição do país e endurecer a sua lei de asilo político” (*Ibidem*: 290-291).

As populações e os governos europeus persistem em:

a) Ataques físicos por populares, não punidos, visando o seu desenraizamento e expulsão, quer em Portugal, quer em muitos outros países.

Na Itália, por exemplo, em Maio de 2008, o bairro de Ponticelli em Nápoles tornou-se o cenário de uma série de agressões contra os *Roms*, com

incêndios criminosos nos seus campos (Agence des Droits Fondamentaux de l'Union Européenne, 2009b: 24)¹³².

b) Práticas discriminatórias da fixação local na habitação¹³³, na escolaridade, na saúde e no emprego.

Dados actuais, de 2009, apresentados pela Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia referem que,

“Os Roms, os Sintis e os Viajantes aparecem como os grupos mais vulneráveis da Europa e sofrem problemas tais como más condições de habitação, segregação ao nível da habitação, discriminação e expulsões forçadas em mais de metade dos Estados membros da UE. Discriminações sistemáticas são igualmente levadas a cabo contra os Roms no acesso ao emprego assim como nos domínios da saúde e da educação” (*Ibidem*: 117).

(c) Na responsabilização dos ciganos pela sua “inferioridade social” e pela sua própria marginalização (essencialização cultural e moral, acompanhada de uma estratégia de “acusação da vítima”/*Blaming the Victim*, nomeadamente em meios urbanos e por técnicos de serviço social) (Bastos, 2007a).

A essencialização romântica e primitivista dos ciganos como nómadas (que muitos deles defendem como estratégia identitária) (Ibéria) ou como *travellers* (França e Reino Unido, o que implica não reconhecer o seu estatuto étnico mas e apenas a marginalidade do seu modo de vida vagabundo) que optam pela liberdade e recusam a ética do trabalho e a entrada no mercado de emprego, permite desconhecer que na sua grande maioria estão sedentarizados e urbanizados. Profissionalmente, vivem de trabalhos artesanais e do pequeno comércio ambulante e em feiras, bem como de trabalhos rurais sazonais, que se encontram, actualmente, em regressão ou em vias de extinção.

¹³² Os ataques contra os *Roms* são uma realidade em toda a Itália. Para informação detalhada ver “Hostilidade contra os *Roms*” in Agence des Droits Fondamentaux de l'Union Européenne, 2009a: 11-12.

¹³³ Para informação detalhada de situações nalguns países europeus ver Agence des Droits Fondamentaux de l'Union Européenne, 2009b: 45.

Os restantes são alvo de processos de marginalização espacial, tal como a exclusão de bairros sociais e do espaço urbano ou a construção de bairros e escolas para ciganos, entre outras medidas¹³⁴.

O *Público*, de 22 de Dezembro de 2000, noticia que “A autarquia admite recorrer a tribunais para expulsar um acampamento cigano que se encontra nos terrenos onde vai ser construído um parque em Stº António da Charneca, Concelho do Barreiro” (Bastos, 2007a: 68).

O *Jornal de Notícias* e *Público*, de 1 de Setembro de 2000, informam que “Trinta famílias residentes em barracas na Quinta do Geão, foram realojadas em casas novas em Argemil, Concelho de Santo Tirso. A comunidade mostrava-se bastante satisfeita com as novas casas mas entristecidos por terem abandonado o centro da cidade e o contacto com os não ciganos” (*Ibidem*: 67).

O *Público*, de 15 de Novembro de 1996 comunica que “Uma escola primária de Viseu tem estado a funcionar com uma turma constituída apenas por cerca de vinte crianças de etnia cigana. O director da escola ameaça ainda frequentemente os colegas com quem tenha más relações, de que os coloca na “sala dos ciganos”” (*Ibidem*: 56).

Acresce, ainda, a existência de um contexto de nomadização forçada, tal como acontece no Alentejo, onde se podem encontrar alguns milhares, bem como de perseguição jurídica, com taxas de aprisionamento dez a vinte vezes superiores às espectáveis.

Relativamente à situação prisional dos ciganos em Portugal, Bastos apresenta alguns dados e refere que

“constitui um indicador que deve ser repensado. No final de Maio de 1998, encontravam-se detidos em prisões portuguesas, entre preventivos (34,7%) e condenados, 787 pessoas de etnia cigana, mais de dez vezes a taxa de população nacional (não cigana) encarcerada que, em 1997, era de 145 reclusos por 100 mil habitantes e a proporção de mulheres ciganas presas (11,6% de todas as presas) mais do que duplicava a média nacional de encarceramento de ciganos (os quais constituíam 5,5% de todos os presos à data)” (Bastos, 2007a: 49).

¹³⁴ Para informação complementar a este respeito consultar Bastos, 2007.

Este grupo étnico é também alvo de uma condição profissional selectiva, pois, são rejeitados pelo patronato e a função pública nunca os admitiu. Em relação aos ciganos do concelho de Sintra, Bastos menciona que “quando tentam sair do RSI através da procura de empregadores, mal sabem que eles são ciganos, lhes fecham a porta na cara e pressionam os Centros de Emprego para que não lhes enviem ciganos” (Bastos, 2007a: 124).

4.2 – A ENTRADA NA PENÍNSULA IBÉRICA

Na Península Ibérica os ciganos, de acordo com San Román, entram numa primeira corrente migratória pelos Pirenéus, no início do século XV. Nos finais dos anos 80 do mesmo século, aparecem outros grupos pela costa mediterrânica, provenientes de países costeiros então denominados “grecianos”, cujo êxodo pode estar relacionado com a invasão turca de Constantinopla, em meados do século (San Román, 1997: 7)¹³⁵.

O documento mais antigo que faz referência aos ciganos em Espanha assinala a sua presença em Saragoça, tratando-se de um salvo-conduto passado a 12 de Janeiro de 1425, a “«D. João do Egipto Menor» pelo monarca reinante” (Costa, 1996:11). O primeiro documento que os situa na Catalunha é também um salvo-conduto e data de 1447 (Hancock, 2009b) sendo que, de forma progressiva, encontramos referências escritas noutras regiões do país.

Os ciganos portugueses, na perspectiva de Coelho, incluem-se no grupo *Gitano*, de maneira que devem “ser considerados um simples ramo dos gitanos de Espanha” (Coelho, 1995: 31).

4.3 – OS CIGANOS EM PORTUGAL

Em Portugal tenta-se reconstruir o percurso histórico dos ciganos, tal como acontece nos outros países, através de documentos produzidos pelos não ciganos, por isso, também eles, não isentos de suposições.

¹³⁵ Fraser refere que pelo ano de 1470 chegavam a Espanha novos grupos pelo Mediterrâneo, “que já não diziam ser do Egipto Menor, mas que se chamavam a eles mesmo gregos e apresentavam-se fugidos dos turcos” (Fraser, 2005: 108).

Quanto à data de entrada não se encontram registos precisos, no entanto apresentam-se algumas hipóteses. Nunes faz referência ao final do século XIV mas aponta como mais provável o século XV (Nunes, 1996:74)¹³⁶.

O local inicial de passagem dos ciganos para território português pensa-se que se deu através da região da Estremadura espanhola (Vasconcellos, 1982: 55, vol. IV; Machado, 1994: 53; Coelho, 1995: 158; Mendes, 2005: 51).

A este respeito, na perspectiva de Mendes, supõe-se que, em virtude das medidas persecutórias dos Reis Católicos em Espanha, alguns grupos tenham fugido para o país vizinho, devido a uma maior proximidade geográfica (Mendes, 2005: 51).

Na opinião de Coelho, a província do Alentejo encontrava-se excelentemente adaptada ao seu modo de vida, para centro de irradiação e das suas excursões. Os grandes espaços despovoados dessa província, os seus matagais, protegiam-nos contra as perseguições de que eram alvo (Coelho, 1995: 158-159).

O primeiro documento escrito acerca dos ciganos em Portugal encontra-se no *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende que, segundo Costa, data de 1510 e é uma poesia de Luís da Silveira, onde se fala de um “engano” praticado por um cigano. Daí, conclui o autor, não constituir novidade a existência dos ciganos e, já nessa altura, não serem tidos em muito boa conta (Costa, 1995: 13).

Posteriormente, na *Farsa das Ciganas*, representada em 1521 em Évora, Gil Vicente encena os modos de vida que atribuíam aos ciganos: os embustes nos negócios, a mendicidade e a leitura da sina pelas ciganas.

A partir de 1526 a legislação acerca dos ciganos é abundante, devido às perseguições a que foram sujeitos, abrangendo formas variadas de opressão e/ou expulsão (Coelho, 1995; Costa, 1995; Costa, 1996; Nunes, 1996)¹³⁷.

O primeiro diploma a ser promulgado é o Alvará de 13 de Março de 1526 onde indica “que não entrem Ciganos no Reino, e saiam os que nele estiverem” (Nunes, 1996: 75).

¹³⁶ O final deste século é também a data prevista por autores como Coelho (1995) e Costa (1995).

¹³⁷ Acerca desta temática ver Bastos (2007a), onde se incluem documentos actuais.

Segundo Coelho, nas Cortes de 1525 ou 1535, ou nas duas, pois os documentos não são claros, pediu-se ao rei providências contra os ciganos. O texto é esclarecedor, pois refere "...que nunca em tempo algum entrem ciganos em vossos reinos; porque deles não resulta outro proveito, senão muitos furtos que fazem: e muitas feitiçarias que fingem saber: em que o povo recebe muita perda e fadiga..." (Coelho, 1995: 198).

A resposta por parte do soberano foi o reforço, em 1538, da lei promulgada anteriormente:

"Vendo eu o prejuízo que se segue de virem a meus reinos e senhorios ciganos: e neles andarem vagando, pelos furtos e outros malefícios que cometem (...). Mando que daqui em diante nenhuns ciganos assim homens como mulheres entrem em meus reinos e senhorios: e entrando sejam presos e publicamente açoitados com baraço e pregão: e depois de feita neles a dita execução lhe será assinado termo conveniente em que saiam dos ditos reinos e senhorios. E se depois (...) for mais achada alguma das ditas pessoas (...) será outra vez açoitada publicamente (...) e perderá todo o móvel que tiver e lhe for achado: a metade para quem o acusar; e a outra metade para a misericórdia do lugar onde for preso" (*Ibidem*: 198-199).

Em 17 de Agosto de 1557 é promulgada nova lei, que além das penas anunciadas anteriormente, acrescenta a condenação às galés.

Um novo Alvará é publicado em 14 de Março de 1573 em Évora, onde D. Sebastião acrescenta que "como nas mulheres não podia ter lugar a pena das galés, ficariam sujeitas às penas da Lei 24 das Cortes... e que estas penas fossem executadas pelos Corregedores, Juízes de Fora dos Lugares, onde fossem achados, sem apelo nem agravo" (Nunes, 1996: 76).

O Alvará de 11 de Abril de 1579, de D. Henrique, reitera a expulsão, mas refere ainda que sejam examinadas as licenças passadas pelo rei D. João e se considerarem que "vivem bem e que trabalham e não são prejudiciais, lhe poderão dar licença, não permitindo que vivam juntamente em um bairro, senão em bairros apartados, e que andem vestidos ao modo português" (Coelho, 1995: 201-202).

Com Filipe I, a Lei de 28 de Agosto de 1592 agrava as penas, pois os que não saíssem de Portugal num prazo de quatro meses ou " se não avizinhassem nos lugares sem andarem vagabundos...não podendo viver nem

andar mais em ranchos ou quadrilhas. Manda executá-los com pena de morte, sem apelação nem agravo” (Nunes, 1996: 76).

Em 1603, com as Ordenações Filipinas, a lei anterior foi posta de parte e retomou-se a proibição de entrada dos ciganos no reino, mas no caso de entrarem, “que sejam presos e açoutados com baraço e pregão”. Acrescenta, ainda, que “além das sobreditas penas degredados dois anos para África” (Coelho, 1995: 204).

No Alvará de 13 de Outubro de 1613, o rei reconhece que as Ordenações não são cumpridas, pois continuam a ouvir-se queixas de roubos e outros danos provocados pelos ciganos. Manda aplicar as Ordenações e proíbe a passagem de “cartas de vizinhança”, cancelando as que tinham sido concedidas. O monarca concede um prazo de quinze dias para que todos os indivíduos ciganos se retirassem (Costa, 1995: 14-15).

O rei D. João IV, em 1647, ordena fixar residência a alguns ciganos e proíbe-lhes falar “geringonça” (caló), usar trajes ciganos e que sejam obrigados a trabalhar. Os que contrariarem estas ordens serão açoitados, as mulheres, e os homens condenados às galés. Acrescenta ainda, que as mulheres reincidentes se destinam ao degredo, Angola ou Cabo Verde, sem levar os filhos (Nunes, 1996: 77).

Em 1648, chama-se a atenção às pessoas que ajudam os ciganos, pois quem lhes der ou alugar casas pode ficar sujeito a penas.

O mesmo rei, em 1649, publica novo Alvará, onde manda prender todos os ciganos para seguidamente os deportar para os territórios ultramarinos. No entanto exclui os que estão “alistados ao serviço real na fronteira, bem como aqueles que estão naturalizados com carta de naturais e vizinhos de lugares e vilas do Reino” (*Ibidem*: 78).

Com D. Pedro II, em 1686, verifica-se a entrada em Portugal de ciganos vindos de Castela ao que o rei ordena que “sejam exterminados e não se lhe permita habitação nestes Reinos nem qualquer trato” (*Ibidem*). Nesta data, por primeira vez, são enviados para o Brasil. O referido monarca, em 1694 e 1696, determina que todos os ciganos nascidos no reino que não tenham um meio de vida que lhe dê sustento devem sair e restitui, novamente, a pena de morte. O prazo que se lhes concede é de dois meses e se não saírem ser-lhes-á

aplicada a pena de morte, assim como aos ciganos castelhanos que entrarem no reino (Nunes, 1996: 79).

As perseguições continuam no decorrer do século XVIII. Em 1708 um decreto proíbe-os de usarem os seus trajes, língua e modo de vida sob pena de mandá-los para o degredo, sendo que os homens iriam para as galés e as mulheres para o Brasil.

D. João V, através dos decretos de Fevereiro de 1718 e de Julho de 1745, continua a ordenar a sua expulsão, nomeadamente para as colónias.

Em 1756, após o terramoto em Lisboa e porque não havia barco para levar os castigados para Angola, foram condenados a servir nas obras públicas da cidade.

Já no século XIX, em 1800, Pina Manique ordena aos juízes das comarcas que “prendam todos os ciganos de ambos os sexos que vivam sem domicílio e andem vagos no Reino”. Quanto aos filhos manda que se transportem para Lisboa, para a Casa Pia e “nela sejam instruídos na moral cristã e nas obrigações sociais e aprenderem as artes e manufacturas, e aqueles que por seus talentos se recomendarem, as mesmas ciências...” (*Ibidem*: 79-80).

Uma Portaria Circular, de 18 de Abril de 1848 exige aos ciganos o uso de passaporte para poder circular pelo reino.

No século XX, um Regulamento da Guarda Nacional Republicana, de 20 de Setembro de 1920, determina uma vigilância especial, por parte das forças policiais, em relação aos ciganos (Costa, 1995). Segundo o mesmo autor, esta Portaria foi abolida em 1980 por se considerar ser racista, mas aprovou-se a seguinte: “Regulamento da GNR, aprovado pela Portaria nº 722/85, de 25 de Setembro de 1985, veio determinar que esta força policial exerça uma especial vigilância sobre os «nómadas» (art. 81º) ”. Esta decisão foi criticada mas manteve-se considerando-se que nem todos os nómadas são ciganos e nem todos os ciganos são nómadas. No entanto, dever-se-ia exercer vigilância sobre este grupo, considerado como perigoso (*Ibidem*: 17).

Destaca-se, também nesta centúria, o parecer nº 30/54, de 7 de Abril de 1954, da Procuradoria-Geral da República acerca da eventual “Criação de um Documento de Identificação” específico. Essa medida havia sido sugerida ao Ministério do Interior pelo Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana,

dado o perigo que os ciganos constituíam para a ordem e tranquilidade públicas (Costa, 1996:17).

Ainda na mesma década, um despacho do General Comandante-Geral da GNR, de 23 de Outubro de 1955, intitulado: “Ciganos-3 dias de descanso” refere que,

“Os três dias de descanso constituem um processo com seus perigos. É essencial que os ciganos “Gatunos e Meliantes” se não apercebam de tal, porque até ao terceiro dia serão bem comportados, mas, no final, cometerão a delinquência e, antes que a autoridade o saiba, evadir-se-ão para uma área desconhecida, sem que, talvez, se saiba para onde.

Este sistema de 3 dias é favorável à delinquência ...”¹³⁸.

Como podemos verificar, os ciganos em Portugal foram alvo de perseguições diversificadas ao longo dos cinco séculos que permanecem no país, realidade que se mantém na actualidade, nalgumas localidades.

No Nordeste Transmontano, local onde decorreu o nosso trabalho empírico, encontrámos alguma documentação que faz referência a este grupo étnico e ao seu modo de vida, ao longo de várias décadas, até à actualidade.

4.4 – POR TERRAS TRANSMONTANAS

Os testemunhos escritos acerca dos ciganos no distrito de Bragança relatam a vida errante e miserável, assim como as perseguições de que eram alvo e a desconfiança que provocavam nas populações. Também aqui não estão isentos de suposições, pelo contrário, os estereótipos chegam mesmo a ser reforçados, tal como afirma Lopes, a propósito do texto nas *Memórias Arqueológicas do Distrito de Bragança*, do Abade de Baçal (Lopes, 2006:11).

Na obra que acabamos de mencionar, do Abade de Baçal (Alves, 1982, tomo V), encontrámos a referência mais antiga em relação aos ciganos transmontanos, que data da década de 20 do século passado. O autor descreve a forma como vivem e as práticas que, na sua perspectiva, exerciam como modo de sobrevivência,

¹³⁸ Documento adquirido no comando da Polícia de Segurança Pública de Bragança. Ver anexo 3.

“vagueiam de povoado em povoado, no intervalo das feiras, hordas de ciganos que vivem cumulativamente da pilhagem, pois não se sujeitam a trabalho algum por mais remunerador que seja; da exploração da mendicidade que cultivam instintivamente com requintes de tenacidade irresistivelmente enfadonha, aborrecida e teimosa, a ponto de se agarrarem às portas das casas e não saírem por mais que se lhes diga - vão com Deus - sem forçadamente obter esmola, e de intrujar os lavradores e proprietários aos quais impingem os únicos bens que possuem - gado asinino e cavalar podre e mazelado igualmente sustentado pela rapina ou pela pedinque - em trocas e vendas” (Alves, 1982: 196, tomo V).

Pelas averiguações efectuadas por Alves “vagueiam”¹³⁹ pelo distrito de Bragança, nessa época, seiscentos casais com cerca de 3000 indivíduos e afirma que “casam todos ou se amancebam e são mui prolíficos - procriar, roubar e intrujar, é a sua vida - de mantimento tudo lhes serve e o mesmo no vestuário quase sempre esfarrapado, imundo e pés descalços” (*Ibidem*: 197, tomo V).

Em 1932, Vasconcellos aponta como estimativa mais de mil ciganos no concelho de Bragança, que se encontravam sobretudo em Izeda, Morais, Lagoa e Talhas, “as quatro melhores povoações do vale” (Vasconcellos, 1982: 356, vol. IV)¹⁴⁰.

O autor que acabamos de citar apresenta uma listagem de localidades por onde, nos séculos XVI e XVII, os ciganos “vagueavam”¹⁴¹ indicando, em Trás-os-Montes, os concelhos de Vimioso, Mogadouro e Torre de Moncorvo (*Ibidem*: 355, vol. IV).

Em 1945 o *Mensageiro de Bragança*, numa notícia acerca de Vimioso descrevia: “E a praga dos ciganos? Não é raro em qualquer povoado aparecerem vinte, trinta, cinquenta representantes desse povo nómada...” (C., 1945: 3).

Em 1962, a mesma fonte referia-se à mendicidade que se praticava em Miranda do Douro, da seguinte forma: “Pedintes andrajosos, de mistura com ciganos «borrachos» e malcriados, deambulam por ruas e becos, batendo a

¹³⁹ Expressão utilizada pelo autor.

¹⁴⁰ As localidades de Morais, Lagoa e Talhas pertencem ao concelho de Macedo de Cavaleiros.

¹⁴¹ Expressão utilizada pelo autor.

todas as portas numa impertinência que chega a molestar o mais esmoler dos benfeitores...” (C., 1962: 3).

Um documento encontrado nos arquivos da Câmara Municipal de Bragança diz respeito ao regedor da Freguesia de Parada¹⁴², o qual “solicita que lhe sejam dados informes como deve proceder para tirar dali um grupo de ciganos que se encontra há muito ali estacionado” (*Livro para Registo de Entradas*, nº 7, Nov. 1955: 74)¹⁴³. Outro documento emitido pelo Governo Civil de Bragança “refere-se à repressão de ciganos”, mas não especifica o seu conteúdo (*Livro para Registo de Entradas*, nº 14, 1960: 144)¹⁴⁴.

Num artigo da revista *Amigos de Bragança*, Paulo descreve a situação dos ciganos em Trás-os-Montes, onde é frequente verem-se acampamentos e caracteriza-os como pobres, mesmo paupérrimos, especificando que

“não usam argolas de oiro nas orelhas nem trazem libras na saia rodada. Pouco se demoram no mesmo local. (...) Nestas paragens os ciganos vivem como podem, dedicando-se ao contrabando, à pilhagem e à quiromancia. Roubam cavalos e burros, que vão depois vender em feiras distantes; falam uma língua estranha, com palavras portuguesas e espanholas à mistura; vivem na sua maior parte em tendas; e lêem a sina também.

Os ciganos que aqui acampam habitam em vivendas improvisadas, miseráveis, acobertadas por pedaços velhos de folhas de flandres, de tábuas e de serapilheiras. (...) Mas este é o cigano pobre, que se cansou ou não pode continuar na traça do seu instinto milenário – a jornada. É nativo. A pobreza pregou-o à terra. Porém, permanece altivo como os seus de antanho e não abdicou, de todo, dos seus ritos, dos seus sortilégios e dos seus tabus” (Paulo, 1965: 43-44).

Em 1966, o *Mensageiro de Bragança* torna público que “O Comando Distrital da P. S. P. levou a efeito no dia 13 do corrente mês mais uma rusga, com o fim de detectar na área desta cidade e sua periferia a presença de CIGANOS, VADIOS, DESERTORES, MENDIGOS ou qualquer outros elementos suspeitos susceptíveis de perturbar a boa ordem de Bragança...” (*Mensageiro de Bragança*, s/ autor, 1966: 8)¹⁴⁵.

¹⁴² Aldeia que dista 25 km de Bragança.

¹⁴³ Tentámos encontrar o ofício correspondente a esta notícia, mas uma funcionária do Arquivo Municipal, informou-nos que não existia.

¹⁴⁴ Este ofício também não existe.

¹⁴⁵ Anexo 4.

A mesma fonte, em 1984, refere-se ao nomadismo que esta população praticava, descrevendo que no distrito

“são bem poucas as famílias ciganas sedentárias que optam por viver junto dos centros urbanos ou em meios rurais mais desenvolvidos. Abundam, pelo contrário as famílias nómadas que se dispersam constantemente. Arreigados às tradições antigas, os nómadas constituem um clã fechado que se isola dos não-ciganos (...). Os ciganos sedentários são mais abertos, dialogam e convivem com as pessoas sem complexos nem preconceitos” (*Mensageiro de Bragança*, s/ autor, 1984: 6).

Podemos então concluir que a tendência regional está de acordo com a nacional e internacional no sentido de que, as informações existentes provêm da parte dos não ciganos, não isentas de preconceitos e onde se verifica a sua perseguição.

4.5 – OS CIGANOS NA ACTUALIDADE

Não é possível saber o número de ciganos residentes no país, uma vez que a Constituição da República Portuguesa não permite a recolha de dados por etnia, no entanto, algumas estimativas apontam para a existência de 40 ou 50 mil (Bastos, 2007b: 1-2). Estima-se, também, que 90% dos ciganos vivam sedentarizados, contudo, no Alentejo, na actualidade, poder-se-ão encontrar, ainda, famílias nómadas deslocando-se em carroças. Um número elevado transitou dos acampamentos de lona para os bairros de lata periféricos das cidades e, a partir daí, foram encaminhados para bairros sociais, onde residem em apartamentos (Bastos, 2007a: 36).

No que diz respeito à habitação, num estudo coordenado por Costa e Pimenta, sobre as minorias étnicas residentes nalguns bairros degradados da Grande Lisboa (cabo-verdianos, angolanos, guineenses, santomenses, moçambicanos, indianos, timorenses e ciganos), verifica-se uma situação de clara desvantagem dos últimos em comparação com os restantes, em vários indicadores (Costa, Pimenta *et al.*, 1991 in Bastos, 2007a). Em relação, por exemplo, às condições de habitabilidade dos grupos atrás referenciados e, segundo os dados apresentados,

“mais de dois terços dos lares ciganos estudados (68,8%) não dispunham de água canalizada, contra os menos de metade dos lares santomenses (46,4%) em idêntica situação e os menos de um quarto de lares guineenses (22%) e moçambicanos (23,2%).

Sem água havia quase 70% dos lares ciganos, mais que duplicando a situação de outras cinco minorias étnicas (com a excepção dos santomenses que se situavam a meio caminho entre os extremos). Sem electricidade, encontravam-se 45% dos lares ciganos, a grande distância dos lares santomenses (26%) e numa situação de incomensurabilidade com os lares moçambicanos (5,9%). Sem banho, viviam mais de três quartos (75,9%) dos lares ciganos, contra menos de metade (47,4%) dos lares santomenses e menos de um quinto (18,1%) dos lares guineenses. Mas a incomensurabilidade ressaltava sobretudo no que respeitava à falta de retrete, em que os mais de 60% de carência registada nos lares ciganos não tinha nada a ver com os 13,4% de carência, a este nível, nos lares santomenses ou com os 5,3% dos lares indianos” (Bastos, 2007a: 45).

Além das carências expostas verifica-se também a falta de equipamentos domésticos, como frigoríficos (66,1%), fogão a gás (32,1%), aquecimento (98,2%), máquina de lavar roupa (92%) e esquentador (88,4%) (*Ibidem*).

Dados recentes indicam que cerca de 7000 ciganos, equivalendo a 18% da sua população, vive em barracas/tendas, num universo estimado de 40000 pessoas (Comissão Parlamentar de Ética, Sociedade e Cultura, 2008: 22).

A precariedade nesta área verifica-se pela fraca capacidade económica das famílias; falta de vivências com outros grupos e dificuldades em aceitar as normas da vida comunitária; rejeição como vizinhos e no aluguer ou compra de casa, assim como a dificuldade ou impossibilidade de acesso a crédito bancário (*Ibidem*: 33). Segundo a mesma fonte, algumas famílias ciganas são “a expressão da mais profunda miséria” pois vivem em tendas de sacos e plástico (*Ibidem*).

Quanto à sua escolarização registou-se um aumento considerável de alunos ciganos nas escolas devido a uma mudança de mentalidade posterior ao 25 de Abril de 1974, à sua sedentarização, ao alargamento da escolaridade obrigatória para nove anos e à introdução do RMG, que obriga à escolarização das crianças (Bastos, 2007a: 42).

No entanto, apesar de frequentarem a escola verifica-se uma elevada taxa de insucesso, abandono e absentismo escolar, relativamente a outros

grupos minoritários residentes no país e aos portugueses em geral, em todos os ciclos, mas de forma acentuada à medida que os níveis de escolarização aumentam.

O acesso ao mercado de trabalho também é difícil, praticamente fechado, com excepção quase única do sector público, nomeadamente as câmaras municipais através dos POCs. As hipóteses de acesso ao emprego são muito baixas e há apesar de tudo profissionais que não são aproveitados (Comissão Parlamentar de Ética, Sociedade e Cultura, 2008: 22).

As representações negativas, os estigmas (que afectam todos os pobres e não somente os ciganos), não permitem o fácil acesso ao mercado de trabalho (*Ibidem*: 40).

Segundo a mesma fonte, a população cigana é marcada por um número muito elevado de famílias em situação de extrema pobreza e de grande dependência, que cada vez se afasta mais dos níveis médios da restante população (*Ibidem*: 44).

Para além das situações descritas existem outros indicadores que permitem concluir a desvantagem dos ciganos em relação à restante população, como uma esperança de vida com menos quinze a vinte anos e uma mortalidade pós-natal de cerca de dez vezes superior à dos outros portugueses (Bastos, 2009).

Em clara desvantagem surge, também, a sua situação prisional com taxas muito elevadas de aprisionamento relativamente à população não cigana, como verificámos através dos dados acima apresentados.

CAPÍTULO 5 – APRESENTAÇÃO SOCIOGRÁFICA DOS CIGANOS EM TRÁS-OS-MONTES

Na província de Trás-os-Montes encontram-se dois grupos de ciganos que se auto-diferenciam entre si e, segundo os mesmos, com claras distinções a vários níveis, tais como sócio-cultural, económico, linguístico, moral e físico.

Por um lado *gitanos* ou *quitanos* e por outro lado “chabotos” ou “recos”. Estas são as denominações que cada um dos grupos atribui ao “outro”, sendo que ambos se auto-denominam ciganos. Entre eles, os contactos (matrimonial, comercial, social ou outro) são esporádicos, verificando-se um estabelecimento de fronteiras que conduz a um afastamento e à inexistência de interacção entre eles. Cada qual ocupa o seu espaço, que se define com alguma naturalidade, pois, os locais frequentados por um dos grupos são rejeitados pelo outro.

Podemos ainda encontrar os latoeiros, vulgarmente chamados de caldeireiros¹⁴⁶ que, pela itinerância profissional inerente à actividade que outrora desempenhavam e devido a alianças matrimoniais com indivíduos de etnia cigana, por vezes, são associados, por alguns aldeanos, a este grupo étnico.

Em relação aos “chabotos” ou “recos”, grupo por nós estudado, habitam quer no meio urbano, quer no meio rural e apesar de um passado com vivências comuns/idênticas, na actualidade essas vivências são diversificadas, dependendo do meio local onde residem.

Neste capítulo apresentamos alguns dados relativamente aos *gitanos* e caldeireiros, mas incidimos, sobretudo, nos “chabotos”, procurando conhecer aspectos variados do grupo étnico que, maioritariamente, se encontra na região. Debruçamo-nos sobre o seu percurso migratório e residencial, assim como o económico, até à actualidade e efectuámos, ainda, um levantamento demográfico (unidades de observação e concelho), bem como uma perspectiva da sua situação habitacional (unidades de observação).

Expomos, também, as representações sociais dos ciganos, no que diz respeito à sua auto-imagem, à imagem do próprio grupo e em relação aos

¹⁴⁶ Ver mais adiante as diferenciações entre latoeiros e caldeireiros. Ao longo do texto usaremos o vocábulo caldeireiro, já que é o mais comum em ciganos e aldeanos.

“outros”: aldeanos e *gitanos*, ou seja, a sua identidade, consciência de si e sentimento de pertença.

5.1 – “NÓS SOMOS CIGANOS, ELES SÃO *GITANOS*”

5.1.1 - PERCURSO MIGRATÓRIO E RESIDENCIAL

No que diz respeito ao percurso migratório dos ciganos da região (“chabotos”) verificou-se que, em tempos, eram ‘ambulantes’¹⁴⁷, com itinerários normalmente circunscritos a determinadas localidades, tanto do meio urbano como rural. Nos locais onde “acampavam”¹⁴⁸ permaneciam vários dias, dependendo dos meios de sobrevivência que aí podiam adquirir.

Olhe, andávamos aqui e além com os burrinhos! (...) Sabe onde é que é a Torre? Olhe, andávamos por ali por aquela zona (...) antigamente andávamos aqui e além, fomos criados assim (M., 52 anos, cigana, extracto de entrevista, Bairro da Encosta, 12-09-2004).

A pedir, hoje aqui, amanhã além, passado numa aldeia, passado noutra! Com o tacho para que lhe botassem lá azeite! (...) A pedir pelas casas, a pedir um bocado de carne, de batatas, o que lhe davam as mulheres! Às vezes dava agulhas em troca de batatas (M., 24 anos, cigana, extracto de entrevista, Bairro Horizonte, 06-06-2006).

(Os ciganos) Eram ambulantes. (...) íamos a pedir esmola, para fazer de comer! (...) De casa em casa e de aldeia em aldeia. (...) Por ali pela zona de Vinhais (M., 37 anos, cigana, extracto de entrevista, Bairro Horizonte, 09-07-2004).

Antigamente andavam os ciganos por aí, lá andavam pelas portas. (...) lá lhe davam uma esmola. (...) Eram quase sempre os mesmos, aqui. Chamavam-lhe a tia *Maria* que era a mãe da *Alzira*. Essa *Maria* era boa, a gente dava-lhe a esmola sempre! Ela era como sendo já do povo (M., 83 anos, aldeana, notas DC, aldeia do concelho de Bragança, 06-08-2006).

Ainda hoje, persiste na memória de ciganos e aldeanos a itinerância associada a esta etnia, ou seja, famílias que viajavam de terra em terra, com o

¹⁴⁷ Designação utilizada pelos próprios.

¹⁴⁸ Expressão frequentemente usada por alguns indivíduos.

burro puxando a carroça e a prol de filhos atrás, como o ilustra a imagem seguinte.

Figura 3 – Família de ciganos



FONTE: *Mensageiro de Bragança* (1982).

Em parte, o ser 'ambulante' decorria da rejeição que os aldeanos exerciam contra eles, então como agora, recusando ceder-lhes ou alugar-lhes casas a longo prazo, assim como vender-lhas, mesmo que em ruínas.

Por exemplo, algumas aldeias não querem os ciganos, querem comprar casa e não deixam comprar! Porque há aldeias que não deixam comprar casas aos ciganos! Não sei porquê?! Estão a desconfiar que...: Ui, são ciganos! E se calhar vêm para aqui a roubar e vêm a fazer barulhos e vêm isto e vêm aquilo e então eles não deixam comprar! Eu penso que tem de ser assim, na minha ideia tem de ser isso! Nós já fomos três ou quatro vezes para aí a saber de casas velhas para os garotos e logo dizem que não, que a ciganos não vendem nada! Que é que acha? (...) Acha que não querem ciganos porquê? Porque estão sempre a duvidar deles, estão sempre a desconfiar deles! E aqui já não desconfiam tanto deles porquê? Porque já muitos anos que há aqui ciganos a viver! (M., 55 anos, cigana, extracto de entrevista, Ribeira, 26-02-2007).

A vida errante foi alvo da crítica persistente dos não ciganos mas se, por um lado lhes era censurada, por outro era-lhes frequentemente interdito permanecer no mesmo lugar para além de um determinado período de tempo (Fienbork, Mihòk e Müller 1998: 15).

Como ambulantes e posteriormente, permanecendo por largos períodos de tempo em certas localidades, quando eram melhor aceites, ficavam em espaços que lhes eram cedidos pelos aldeanos, como casas antigas desabitadas, palheiros, cabanais, currais, lojas, corriças ou outros¹⁴⁹.

Os Invernos rigorosos da região, com temperaturas frequentemente negativas, encaminhavam-nos para estes abrigos que lhes proporcionavam, apesar de tudo, maior conforto, onde se encontravam, também, outros grupos nómadas¹⁵⁰. Por vezes, como “albergue” restava-lhes os toldes que transportavam e que erguiam nas proximidades das aldeias.

Debaixo dos cabanais, nas corriças e tudo. Agora já não há nada disso (H., 50 anos, cigano, extracto de entrevista, Ribeira, 26-02-2007).

(...) no tempo dantes dormíamos nesses palheiros algumas vezes, que os meus filhos foram criados nos palheiros! (...) quando nos davam alojamento aparcávamos nesse alojamento quando não nos davam tínhamos um tolde, um tolde... um plástico pronto e armávamos assim o barraco e dormíamos debaixo do plástico (...) assim no campo à beira por exemplo duma aldeia, que não fosse muito longe da aldeia, assim perto da aldeia porque nós também não éramos lobos nenhuns para estarmos no meio do monte! (M., 55 anos, cigana, extracto de entrevista, Ribeira, 26-02-2007).

O assentamento numa determinada povoação do meio rural deveu-se a motivos variados¹⁵¹ entre os quais se destacam os trabalhos que exerciam junto dos aldeanos e a sua aceitação por parte dos mesmos (Nicolau, 2006).

¹⁴⁹ Segundo Fontes, no Barroso, o forno da aldeia servia também de albergue para os grupos ambulantes (Fontes in Godinho, 2006). Dias apresenta uma fotografia de ciganos em Rio de Onor que se abrigavam debaixo de uma varanda (Dias, 1984).

¹⁵⁰ Além dos ciganos ocupavam os mesmos espaços, latoeiros, peneireiros, pobres, etc., mas não conjuntamente. As estadias nestes locais não deixavam, por vezes, de ser trágicas. Ver anexo 5.

¹⁵¹ Ver anexo 6.

Porque as pessoas eram boas, sabe? Porque onde é que costumavam ficar os ciganos, as aldeias eram boas. (...) Não eram maus para nós, pronto. Eram boas pessoas. (...) Não se metiam connosco, pronto! Porque um cigano quando andava de aldeia em aldeia e gostava de ir para aquela aldeia e parava lá três ou quatro dias, ou oito dias é porque a aldeia era boa. Porque as pessoas eram boas. (...) Podiam-me dar uma casa para lá ficar, se as pessoas não fossem boas o cigano não ficava lá (H., 40 anos, cigano, extracto de entrevista, Bairro Horizonte, 18-09-2004).

Já antigamente, antes de virem para cá efectivos, eles vinham para aqui muito à arranca das batatas, aqui é uma aldeia com muita produção de batatas, vinham para cá a arrancar batatas, a segar, vinham às malhas e depois, nestas coisas de virem para aqui às batatas (...). Eles acampavam aí nesses caminhos mais vagos e assim e às vezes nessas terras, vinham para cá um mês ou dois. Depois um senhor vendeu-lhe aí uma terra, um desses que vinham a trabalhar para ele (H., 50 anos, aldeano, extracto de entrevista, Penedo, 14-07-2006).

Além dos motivos focados acrescenta-se o facto de residirem famílias numa determinada localidade (embora, por vezes, não de forma permanente) e parte dos descendentes terem organizado aí a sua vida.

Com o decorrer dos tempos estabeleceram relações de confiança e compadrio com os habitantes das aldeias, tendo-se assim proporcionado a aquisição de habitação, comprando determinados espaços (Nicolau, 2006: 237), quer terrenos, onde posteriormente edificaram, quer casas desabitadas.

Na perspectiva de Machado, não era muito frequente que famílias ciganas residissem dentro das localidades, com carácter permanente e minimamente integradas no tecido social dessas povoações. O autor aponta como excepções o caso de Sousel, no Alentejo, onde um grupo de ciganos habita as suas casas dentro do aglomerado urbano mas, de uma maneira geral, o acampamento cigano ficava fora do aglomerado populacional, por vezes em terrenos baldios (Machado, 1994: 59).

Nas localidades rurais que visitámos pudemos encontrar, à data, habitações a) próximas ao aglomerado populacional da aldeia¹⁵²; b) disseminadas no interior da aldeia e c) isoladas da restante população¹⁵³.

¹⁵² Aquando da sua fixação estas habitações encontravam-se isoladas do núcleo populacional da aldeia.

¹⁵³ Ver mais adiante, localização aproximada, das suas habitações.

De uma maneira geral, na sua grande maioria, as condições de habitabilidade são precárias e, por vezes, nulas pois não usufruem de infra-estruturas tão básicas como água canalizada, luz eléctrica, casa de banho, saneamento (Nicolau, 2006: 237) ou, no espaço exterior contíguo às casas, acessos condignos.

As construções, por sua vez, encontram-se inacabadas onde faltam divisões de compartimentos, chão e paredes cimentados e/ou pintados, o que conduz a novos problemas como entradas de humidades no Inverno e, geralmente, não existe o mínimo de conforto.

No entanto, encontrámos casas com condições de habitabilidade razoáveis e outras, na maioria dos casos, propriedade de ciganos emigrados ou de casamentos mistos, com boas condições.

O período de fixação dos ciganos nesta região varia de localidade para localidade, com as datas mais recentes a apontar para um período próximo dos trinta anos, no meio rural. Contudo, nalgumas povoações poderia rondar os cem anos mas, neste caso, as famílias passavam grande parte do tempo praticando a itinerância em busca de meios de subsistência, devido à escassez de recursos no meio local.

Assim a dormir não, mas lá ia a pedir a esmolinha dela porque não é fácil uma mulher ficar viúva com não sei se éramos quatro, se cinco filhos ao pé dela com mais dois netos, não é fácil e agora assim a dormir aqui, a dormir além não porque pelo que ela me dizia desde que me teve a mim prontos. (...) Ficaram ali, fizeram uma casinha (M., 39 anos, cigana, extracto de entrevista, Serrania, 07-03-2007).

Na década de 80 do século passado, algumas famílias provenientes do meio rural, nomeadamente de concelhos limítrofes, deslocaram-se para Bragança, onde se sedentarizaram e ainda hoje residem.

Há dezassete anos. (...) Sempre em barracas (H., 40 anos, cigano, extracto de entrevista, Bairro Horizonte, 18-09-2004).

Eu já vinte. Já mais..., já faz vinte e dois ou vinte e três anos (M., 52 anos, cigana, extracto de entrevista, Bairro da Encosta, 23-11-2004).

As motivações que levaram à deslocação das primeiras famílias para a cidade prendem-se, essencialmente, com razões de ordem familiar e económica. Posteriormente, outros indivíduos provenientes do meio rural estabeleceram relações maritais com os que residiam na cidade e, consequentemente, aí se fixaram.

Desde a sua chegada habitaram sempre em barracas, situação que se mantém na actualidade. Pela especulação imobiliária, quando se encontravam em terrenos edificáveis eram encaminhados, pelas autoridades autárquicas locais, para outros espaços, tendo percorrido vários bairros até se estabelecerem no lugar onde, actualmente se encontram.

(...) depois da Lixeira fomos para Vale d'Álvaro, de Vale d'Álvaro o Presidente precisou do terreno, mandou-nos para aqui, disse que era por uns dias e já levamos anos! (M., 37 anos, cigana, extracto de entrevista, Bairro Horizonte, 09-07-2004).

Primeiro estive aqui numa casa, aqui na linha, na via, ali na linha que estava assim sem telhado, com um toldo, um plástico, que era o que havia. Estive lá muito tempo, depois (...) ali na Quinta da Braguinha, que havia ali uma casa, pois foi onde estive a viver, dois anos e meio (M., 52 anos, cigana, extracto de entrevista, Bairro da Encosta, 12-09-2004).

O *Mensageiro de Bragança*, em 1991, informa da localização de ciganos que viviam em acampamentos de barracas no nosso distrito, particularmente em Bragança, onde ocupavam diferentes espaços.

“... ainda milhares de famílias ciganas que acampam nos arredores de Bragança, Miranda, Mogadouro, Mirandela, Macedo e noutras localidades (...) fomos encontrar barracas ciganas na lixeira, junto à estrada de Donai, e ainda outros já próximos da Quinta do Calaia. Localizámos também pequenas famílias de ciganos acampados sem qualquer protecção contra o rigor do Inverno junto ao Colégio São João de Brito e nas proximidades da mata do Seminário e ainda em Vale d'Álvaro” (Novosti, 1991: 7).

Estes locais, normalmente pobres, conduzem a uma crescente precarização das condições objectivas de vida, discriminação cultural e social, desemprego e, consequentemente, a atribuição pela sociedade de uma identidade negativa e estigmatizante, de quem os habita (Mendes, 2005:17).

5.1.2 - ITINERÂNCIA E EMIGRAÇÃO

Na perspectiva de Machado, o 'nomadismo' “foi bastante estimulado pela perseguição (ou simplesmente intolerância) de que eram alvo” e também pela “impermeabilidade rural” que dificultou a sua fixação e integração, “determinando que os grupos ciganos se remetessem, na melhor das hipóteses, ao *hinterland* da aldeia” (Machado, 1994: 58).

Liégeois afirma que a imagem que torna o cigano sinónimo de errante não é verdadeira mas provém dos movimentos migratórios de ciganos do grupo *Rom* libertados da escravatura dos principados romenos em direcção à Europa Ocidental e Américas, do final do século XIX, até à década de 1950 (Liégeois, 1983: 59).

De acordo com o mesmo autor, uma das causas da redução do 'nomadismo' deve-se ao desenvolvimento do automóvel, que lhes permite deslocarem-se e regressar com facilidade ao local de origem (Liégeois, 2001:59).

Na actualidade, no concelho de Bragança, desconhecemos a existência de 'nómadas', por isso julgamos que todas as famílias se encontram sedentarizadas. No entanto, deve tomar-se em consideração o número dos que pratica o semi-sedentarismo. Estes, segundo Costa, são “todos quantos, em determinado período do ano se deslocam, designadamente, para realizar certas tarefas de carácter sazonal, casos de colheitas ou vindimas nas quais pode participar toda a família, ou de feiras de gado, determinadas festas, etc...” (Costa, 2001: 26).

Os ciganos semi-sedentários das localidades estudadas deslocam-se, de forma regular, sazonalmente, para Espanha e/ou outros concelhos da zona norte do nosso país, em geral, na realização de trabalhos agrícolas e findada a actividade em causa regressam à localidade da sua residência habitual. Estas estâncias prolongam-se de acordo com o tempo de duração da 'campanha', que pode variar segundo a produção em causa/ano.

A emigração, sobretudo para diferentes províncias¹⁵⁴ do país vizinho, arrastou um número elevado de famílias, sendo que algumas regressaram, após vários anos de permanência no estrangeiro, por diversas razões¹⁵⁵.

Lembra-me de vir de Ourense, da Espanha (...) Fui para lá com quatro anos e vim de lá com dezassete anos (...) a minha família estava lá quase toda (M., 24 anos, cigana, extracto de entrevista, Bairro Horizonte, 06-06-2006).

Foi quando me juntei com o *Carlos*, fomos para lá, estive lá uns aninhos (...) tinha já as três raparigas e o *Pedro* e depois vim para cá já nunca mais quis ir para a Espanha (M., 32 anos, cigana, extracto de entrevista, Bairro da Encosta, 19-04-2006).

Um está em Zamora, outro está na Puebla de Sanabria, outro está em Saragoça, tudo espalhado assim. Tenho uma na França, a mais velha (M., 65 anos, cigana, extracto de entrevista, Serrania, 25-01-2007).

Na perspectiva de Liégeois, as razões de ordem económica são apontadas como a principal causa da emigração dos ciganos portugueses, em geral, para Espanha (Liégeois, 2001: 31), nesse aspecto não se distinguindo das camadas autóctones mais pobres, sobretudo quando as crises económicas do capitalismo pioram a sua situação em Portugal, nomeadamente, no Norte e Centro do país.

Em relação a Trás-os-Montes, tal como os não ciganos, a população de etnia cigana emigrou em massa, na procura de melhores condições de vida, já que a região não despertava do empobrecimento em que se encontrava e não satisfazia as suas necessidades.

O destino privilegiado foi a Espanha¹⁵⁶, talvez pela proximidade, mas “arrastados” pelas suas redes sociais de familiares e amigos. No entanto temos conhecimento de ciganos transmontanos que emigraram para outros países como Alemanha, França, Suíça ou Canadá¹⁵⁷.

O *Mensageiro de Bragança*, em 1989, noticia que em Espanha, os ciganos portugueses se fixaram em muitas províncias do país vizinho.

¹⁵⁴ Astúrias, Galiza, etc., como veremos em seguida.

¹⁵⁵ O facto de preferirem viver em Portugal e o regresso para junto de familiares foram as principais razões por eles apontadas.

¹⁵⁶ Conhecemos familiares de indivíduos a residir nas ilhas Baleares.

¹⁵⁷ Informação recolhida ao longo do trabalho de campo.

“radicando-se muito especialmente na Galiza. Em La Guardia, Tuy, El Rosal, Vigo, Orense e Leon constituem mesmo colónias com alguma expressão. Todavia, é nas Astúrias, Vizcaya e na Estremadura onde o seu número é mais significativo.

Só de Trás-os-Montes e Minho (...) haverá mais de 2500 ciganos fixados em Vigo, Pontevedra, Astúrias, Santander, Miranda del Ebro, Vitória, Burgos, Pamplona, Madrid, Valladolid e Barcelona” (*Mensageiro de Bragança*, s/autor, 1989: 7).

Segundo as descrições de Pereira, no mesmo jornal, em Pontevedra viviam cinquenta a sessenta ciganos portugueses provenientes da região de Chaves que se dedicava ao negócio em feiras e festas. Em Vigo calculava-se que fossem quinhentos os ciganos portugueses em actividades marginais. Nas Astúrias foram detectados em Segadas, cerca de uma centena e em Tremanes cento e cinquenta, dedicando-se à mendicidade. Em Santander viviam cento e cinquenta ciganos, provenientes de Chaves e Bragança, inicialmente a trabalhar na construção civil, passando mais tarde para o negócio nas feiras e mercados. Em Miranda de Ebro, cerca de uma centena, provenientes de Mogadouro, encontraram trabalho como cesteiros, pedreiros e trabalhadores agrícolas. Nos anos de crise dispersaram-se por Vitória, Logroño, Burgos e outros centros urbanos. Um grande grupo de ciganos mendigos vivia em bairros de lata, nos arredores de Madrid. Em Valladolid existia outra colónia, assim como em Leão, Sevilha, Zamora, Salamanca, quase todos provenientes do Nordeste Transmontano (Pereira, 1992: 13).

Em Pamplona e arredores, em 2002, contabilizavam-se cento e oito agregados familiares, que correspondiam a um total de quatrocentos e setenta e três indivíduos, (Nicolau, 2003: 39)¹⁵⁸, a grande maioria, com laços familiares em Trás-os-Montes.

¹⁵⁸ Alguns destes indivíduos haviam residido, anteriormente, em diferentes províncias de Espanha (Nicolau, 2003). A este propósito, em relação aos ciganos portugueses de Riu Sec, Ardèvol refere que só um pequeno número provém directamente de Portugal, sendo que a maioria se deslocou de outras zonas de Espanha. A Galiza, Astúrias, País Basco e Navarra são as zonas por eles mais assinaladas como último lugar de residência (Ardèvol, 1990: 34).

5.1.3 - PERCURSO ECONÓMICO

“Dizem muitos não ciganos (e alguns ciganos) que os ciganos não trabalham. Mas a verdade é que trabalham de outra forma, noutro tipo de ocupações, menos horas, com menor continuidade, mas trabalham” (San Román, 1980: 73).

Uma das principais preocupações dos ciganos, em tempos passados, era a sua sobrevivência, ou seja, a procura de bens alimentícios para o dia-a-dia, que conseguiam através da prática da mendicidade, associada à itinerância, em diferentes localidades. Este papel era considerado vexatório para os homens (*Ibidem*), assumindo-o as mulheres e as crianças.

As mulheres iam a pedir e eu quando era garoto, a minha mãe mandava-me a pedir. (...) Andava eu e uma irmã minha, a pedir e os meus irmãos também iam à parte! (...) Nós éramos uns garotos, mandavam-nos a pedir, e nós íamos, senão o meu velho, se calhar, “chegava-me azeite”! (risa) (H., 38 anos, cigano, extracto de entrevista, Penedo, 09-05-2006).

Ainda actualmente, membros de famílias residentes em meio urbano se encontram a pedir, por vezes, junto de hipermercados ou outros locais de grande afluência de população¹⁵⁹. Outra forma usual de mendigar é a procura de bens, pedindo no domicílio das pessoas, normalmente em determinados bairros de moradias, situados nas proximidades da sua zona de residência, onde são conhecidos.

Quanto à mendicidade, Ramirez lembra que, em casos extremos, este é o único recurso honrado de que dispõem, antes de recorrer à violência, para sobreviver. O autor acrescenta que não se pode criticar a mendicidade sem conhecer as causas que levam um indivíduo a essa situação (Ramirez, 1985:130).

¹⁵⁹ Esta situação ocorre quando a prestação do RSI lhes é cancelada e/ou não possuem meios de sobrevivência.

O negócio de animais, asininos e muare¹⁶⁰, o fabrico de cestaria e albardas eram trabalhos a que alguns ciganos se dedicavam em tempos passados. Também produziam outros utensílios, tais como rodela¹⁶¹ e agulhas para fazer meias¹⁶² que trocavam por produtos alimentares, dependendo das necessidades do momento.

A substituição do trabalho do animal pelos tractores e restante maquinaria agrícola, o uso mais vulgarizado do automóvel e a entrada de utensílios de plástico no mercado contribuíram para o abandono de actividades que tradicionalmente exerciam, como as referidas anteriormente.

A prestação de trabalhos agrícolas para os aldeanos não era usual até época recente pois, além da mão-de-obra abundante nas aldeias, os agricultores optavam pelo sistema de *torna-jeira* evitando, assim, o pagamento a estranhos (Taborda, 1987). No entanto, por vezes ajudavam os agricultores nas tarefas do campo, em troca de bens alimentares, como pagamento da jornada.

Com o elevado fluxo migratório das aldeias nos anos 60 e 70 do século passado, o trabalho dos ciganos começou, aos poucos, a ser valorizado pela população local, como veremos mais adiante.

Outra forma de consolidar a procura de alimentos era através da recolha de produtos agrícolas depois de terminada a colheita, em determinadas épocas do ano, que se designa vulgarmente na região de “rebusco”¹⁶³.

Actualmente, ainda mantêm esta prática nalgumas aldeias, assim como em Espanha pois, segundo Andrade, os ciganos transmontanos na região da

¹⁶⁰ Segundo Godinho este comércio tem sempre ciganos como intermediários e “ainda que frequentemente acusados de práticas redibitórias, se tornaram indispensáveis às trocas daqueles animais” (Godinho, 2006: 81).

O facto de negociarem unicamente com este tipo de animais, explica-nos um cigano, dever-se a que “(A vaca)... não come... como come um burro e andam muito pouquinho. Ora bem, se nós levássemos as vacas de aldeia em aldeia a pé, passávamos o tempo todo pelo caminho! (...) Ovelhas também já não as queríamos! Porque as ovelhas pelo calor não andavam e tínhamos que as levar em cima dos burros, em cima das carroças e se levássemos as ovelhas em cima das carroças já não podíamos levar os garotos, está-me a entender? (H., 40 anos, cigano, extracto de entrevista, Bairro Horizonte, 18-09-2004).

¹⁶¹ As rodela¹⁶¹ são feitas de palha e serviam para apoiar cântaros de barro, caldeiras de cobre, etc.

¹⁶² As meias confeccionavam-nas com lã das ovelhas, depois de previamente preparada para o efeito. As agulhas faziam-nas dos guarda-chuvas estragados que encontravam.

¹⁶³ Referindo-se às nozes e às castanhas, O'Neill explicita que o “rebusco” é o que fica por baixo das árvores das casas mais abastadas, após a colheita (O'Neill, 1984: 47).

Galiza “...vêm para a zona de Xinzo de Limia ao rebusco da batata” (Andrade, 2006: 4).

Em relação às actividades laborais desenvolvidas no passado, o “servir” como criado (Godinho, 2006), durante vários anos, em casa de agricultores, também fez parte do percurso económico de alguns indivíduos ciganos, tanto homens como mulheres.

Aos dez anos já andava eu a servir. Morreu a minha mãe e eu tive que me governar. Estive dois anos em casa de um homem, para pôr o jugo a uma junta de vacas, nem lhe chegava! Tinha de pôr umas pedras, para lhe chegar! E comecei logo a lavar. Depois fui para o Douro, por aí abaixo tinha lá para aí duzentas ovelhas por minha conta (...) (H., 60 anos, cigano, notas DC, Bairro da Encosta, 09-03-2007).

Eu fui aos oito anos para lá também, para casa dela, junto com o meu pai, a trabalhar. Pronto, fazia a lida da casa, ia-lhe a lavar roupinha, pronto, até que Nosso Senhor levou a minha madrinha, pronto, mas o meu pai já não trabalhava lá (M., 27 anos, cigana, extracto de entrevista, Bairro da Encosta, 17-09-2004).

No que diz respeito às actividades laborais dos ciganos da região, Patrício constatou que trinta e cinco das sessenta e cinco famílias sedentarizadas no concelho de Bragança se dedicavam a actividades diversas, tais como: agricultura (vinte e quatro); agricultor negociante (três); pastoreio (dois); construção civil (quatro); caldeireiro (um) e funileiro (um) (Patrício, 1999: 453).

Na opinião de Liégeois, um indivíduo poderá exercer, ao mesmo tempo, várias actividades compatíveis; ou poderá exercer uma principal, durante vários meses ou anos, mantendo a possibilidade de exercer uma ou mais actividades ao mesmo tempo ou consecutivamente; ou poderá, ainda, exercer regularmente a mesma actividade, durante alguns meses do ano (Liégeois, 2001: 63).

Nestas condições, os ciganos por nós estudados, se fizemos uma retrospectiva do seu percurso económico verificamos que se dedicaram, também, ao longo dos tempos a actividades variadas. Além das que mencionamos acima podemos acrescentar, ainda, a sua ocupação na construção civil, jardinagem, em Programas de Inserção Social, recolha de ferro velho, venda de balões em festas, corte de madeira, entre outras. Assim,

depreende-se que cada uma delas poderá não ser suficientemente rentável para cobrir as necessidades do agregado familiar (Pinto, 1995: 46).

Quanto aos meios económicos, na actualidade, consideramos que os ciganos do meio urbano e do meio rural vivem realidades distintas, diferenciando-se também, em relação ao meio local onde habitam.

Nas aldeias estudadas, à excepção de duas, os ciganos desempenham um papel importante na realização de trabalhos agrícolas para os agricultores, assim como, em menor grau, em povoações vizinhas¹⁶⁴.

Estes são considerados mão-de-obra indispensável, e «chamados» enquanto tal, uma vez que a população não cigana está cada vez mais envelhecida e perde, gradualmente, a capacidade de produzir. Podem efectuar diferentes serviços, consoante as necessidades do momento e de cada agricultor.

Quando me chamam para as obras, vou para as obras... de servente. Quando me chamam para uma vinha, vou para uma vinha (...) escavar. Quando me chamam a arrancar batatas, vou a arrancar batatas. Quando me chamam para os fardos do feno, vou aos fardos do feno. Quando for para a palha, vou para a palha! (H., 38 anos, cigano, extracto de entrevista, Penedo, 09-05-2006).

(...) não há queixa deles! Mesmo o pessoal daqui, que os chama à jorna, não há queixa. Desempenham o papel deles como seja um aldeano. (...) A gente chama-os à jeira, vão. Aqui eles trabalham o que é que andam muitos efectivos para essas empresas, mas ao sábado, que não trabalham para essas empresas, geralmente vão a arrancar batatas e as mulheres vão a apanhar batatas também, nessa altura (H., 50 anos, aldeano, extracto de entrevista, Penedo, 14-06-2006).

Agora, se a gente tem um obreiro para trabalhar, só pode ser cigano! (...) Porque aldeanos não os há e os ciganos aprenderam a trabalhar! (...) Por exemplo, serviços do campo, apanhar batatas, castanhas, ou qualquer coisa..., morangos, onde é que a gente vai? Às ciganas, porque não há ninguém! (M., 73 anos, aldeana, extracto de entrevista, Fonte, 12-07-2006).

¹⁶⁴ Normalmente os ciganos não possuem bens. Como refere Dias, esses trabalhadores vivem do aluguer dos seus braços, os chamados jornaleiros e recebem o salário estipulado (Dias, 1990: 202).

Actualmente, os agricultores cedem-lhes terrenos onde cultivam a horta, especialmente batatas¹⁶⁵ e hortaliças, mas também os próprios adquiriram algumas parcelas e criam animais para auto-consumo.

(...) nós aqui fabricamos umas batatas, umas couvinhas, umas beterrabas para os porcos. (...) temos (terrenos próprios), logo lá à entrada naquelas beterrabas, para a porquecha. (...) Temos porcos, temos pitas¹⁶⁶ e na cidade não podíamos ter isso! (M., 35 anos, cigana, extracto de entrevista, Fonte, 27-11-2006).

Tenho uma hortinha que me emprestou aí o (nome), para semear as batatas e uns feijões. (...) Tenho um (porco) que me deram eles, ainda o estou a criar. (...) Compro a carne e faço as alheiras e faço os chouriços (M., 65 anos, cigana, extracto de entrevista, Serrania, 25-01-2007).

Passei em Fonte. Estavam carros estacionados ao pé das casas mas não se via ninguém. Apteí, apareceu a *Ângela*, e mais tarde a *Teresa*. Disse:

- Estais tão escondidas!
- Estamos a encher (chouriços).
- Ai é? Também matastes (o porco)?
- Oh, matámos um porquinho! (M., 30 anos, cigana, notas DC, Fonte, 04-01-2007).

Nas duas aldeias que se excluíram, os entrevistados de etnia cigana referem que a oferta de emprego é escassa ou nula e/ou que os agricultores não os contactam, por se verificar redução nas actividades que os próprios exercem. Apenas uma entrevistada mencionou que a falta de emprego se deve, segundo a mesma, à discriminação de que são alvo.

Olhe, era para ir para ver se alguém me via, que me chamassem à jeira, por exemplo, a ganhar uma hora ou duas. Estive todo o dia ali (aponta para um escano,¹⁶⁷ onde diz que se deita). Estou-lhe a dizer que já quatro dias que estou ali (deitado). Estou a olhar, a ver passar carros! (H., 50 anos, cigano, extracto de entrevista, Ribeira, 26-02-2007).

Aqui em primeiro havia (jeiras). Agora não senhora, mas primeiro havia. (...) Agora não há porque aos homens não lhe dá resultado nenhum semearem as batatas. Por isso.

¹⁶⁵ A batata é um dos principais alimentos utilizados na sua alimentação (Nicolau, 2003).

¹⁶⁶ Nome vulgarmente chamado às galinhas.

¹⁶⁷ Banco de madeira, com assento para várias pessoas, normalmente, situado junto à lareira.

(...) Só (semeiam) mesmo para eles e chega (H., 31 anos, cigano, extracto de entrevista, Souto, 08-03-2007).

Não querem saber de nós! Não sei, parece que desconfiam da gente! Oh, são ciganos, não são de confiança, ou assim! Porque muitas das pessoas, aldeanos, desconfiam da gente, não é? “Oh, eu chamava aquela cigana, mas se calhar não é de confiança? E se a chamamos e se nos roubam?” E isto é aquilo? Muitos aldeanos é o que pensam (M., 55 anos, cigana, extracto de entrevista, Ribeira, 26-02-2007).

Outra actividade desempenhada por alguns elementos deste grupo de ciganos é a pastorícia. Tanto no passado como na actualidade optam, em geral, por dividir as crias (os lucros) a meias (Godinho, 2006), cabendo-lhes cuidar do rebanho do outro meeiro, que se assume como proprietário.

(...) andei eu com umas cabras, ali de (nome da aldeia vizinha) (...) Andei três anos. (...) As criações era a meias. (...) Por exemplo, metade dos cabritos eram metades meus e metades do patrão (H., 47 anos, cigano, extracto de entrevista, Souto, 06-03-2007).

(...) os cordeiros anda tudo de rasto, nem neles falam, mas se for lá alguém a comprar os cordeiros, quando for à noite, a minha parte logo ma dá. (...) O gado é do patrão, nós só temos é metade da criação, dos cordeiros, agora o gado é do patrão. (...) Eu vou lá todas as manhãs, quando a senhora chegou ainda não havia um quarto de hora que tinha chegado. Olhe, é de manhã, chego lá, a primeira coisa que fazemos é “chegar”¹⁶⁸ os cordeiros, depois dos cordeiros, estrumá-los, depois botar-lhe produto, depois água, depois venho para baixo, se parir uma ovelha, toca a virar para trás a levar a ovelha para a corriça (M., 38 anos, cigana, extracto de entrevista, Freixo, 11-02-2007).

Alguns indivíduos encontraram emprego estável em empresas locais, de construção civil, como calceteiros ou actividades afins, onde trabalham há vários anos, de forma estável.

O meu homem e o meu irmão andam no mesmo patrão, eles têm patrão fixo. (...) Sim, andam, andam, já muitos anos que lá andam! Já quê? Já mais de doze anos que lá andam! Tenho um irmão que é nosso condutor, conduz a carrinha do patrão, tem a carta, vem-nos a buscar, vem ao meio-dia a trazer e à noite e assim (M., 35 anos, cigana, extracto de entrevista, Fonte, 27-11-2006).

¹⁶⁸ Pô-los a mamar na mãe.

Quanto aos ciganos que residem na cidade, as dificuldades em arranjar emprego são elevadas e uma das razões prende-se com o facto desta população não possuir escolarização ou formação para competir no mercado de trabalho urbano, por isso, o desemprego ou o emprego temporário e precário tornaram-se numa constante.

As oportunidades de emprego são escassas, uma vez que estamos perante indivíduos, como já referimos, com qualificação académica e profissional baixa ou nula, acrescido do factor rejeição, por parte da sociedade maioritária, que lhes recusa a inserção no mercado de trabalho.

Como constata Mendes, na cidade as minorias étnicas pobres “inserem-se profissionalmente nos segmentos instáveis e periféricos do mercado de trabalho, ficando numa situação de marginalização” (Mendes, 2005: 42).

Na opinião de Rodrigues, a maioria dos empregadores só contrata membros de grupos étnicos minoritários (particularmente os de cor), quando não há outra mão-de-obra disponível. Os membros dos grupos étnicos minoritários são vistos como indesejáveis e dar-lhes trabalho é um mero infortúnio necessário (Rodrigues, 1995: 63).

No que diz respeito aos jovens ciganos não se perspectivam mudanças nas próximas gerações pois com habilitações académicas ou profissionais idênticas às dos progenitores não terão acesso a algo diferente. Assim, é difícil romper o “ciclo vicioso de marginalização e segregação para as gerações mais jovens e vindouras, admitindo-se a reprodução neste grupo de posições sociais desfavorecidas” (Almeida, 1992: 219).

Devemos ter em conta que para o povo cigano, orientado para o mundo do comércio e dos negócios, o trabalho subalterno não é idealizado da mesma forma que na sociedade não cigana, o que conduz a atitudes menos compreensivas por parte destes últimos. Neste sentido, para os ciganos, segundo San Román, é melhor “se se ganha mais, no menor tempo possível, com o menor esforço possível com a maior liberdade para o fazer como e quando se queira, sem imposições externas” (San Román, 1980: 79).

Por vezes, para os ciganos, também há modas nas actividades económicas que desempenham pois, de acordo com Acton e Kenrick, “num determinado momento, todos querem colocar alcatrão, depois todos parecem

querer consertar telhados e, depois ainda, todos querem exportar antiguidades” (Acton e Kenrick in Liégeois, 2001: 64).

A realidade exposta também era usual nos ciganos que compunham a nossa unidade de observação. A maioria, tanto do meio urbano como no meio rural, efectuou ou efectua pontualmente trabalhos agrícolas, como a recolha de lúpulo, vindimas, apanha da batata, castanha, azeitona ou outros produtos e alguns homens, trabalharam na construção civil. Algumas destas actividades são praticadas em aldeias do concelho, mas para outras deslocam-se para diferentes concelhos e/ou Espanha.

Em relação aos trabalhos sazonais no país vizinho, em geral, acorrem às vindimas e apanha de fruta, mas também aos “mamões” (corte de rebentos indesejados na videira) e poda.

Vamos, mais lá para o fim do mês. Temos de “chamar”¹⁶⁹ para o patrão a ver quando começam as vindimas e depois é que vamos (M., 23 anos, cigana, notas DC, Bairro da Encosta, 25-08-2006).

Aqui não fica ninguém, vai tudo embora para a Espanha! Agora só estamos cá daqui para aí a um mês. (...) Vamos todos os anos (M., 50 anos, cigana, notas DC, Ribeira, 04-09-2006)¹⁷⁰.

Normalmente viaja a totalidade da família e quando a tarefa termina regressam ao local de residência habitual. O mesmo acontece em relação aos ciganos de Badajoz pois Castro e Pozuelo constataram que a norma geral é que todos os membros da família se desloquem à vindima, apanha de azeitona, tomate, uma vez que percorrem várias aldeias da província (Castro e Pozuelo, 1989: 37).

Na opinião de Liégeois, os trabalhos sazonais são apreciados tanto pelos ciganos como pelos patrões que, neste caso, dão importância à mobilidade da mão-de-obra (Liégeois, 1983 : 120).

A sua deslocação para o país vizinho ou outras regiões verifica-se quando a localidade não lhes faculta os meios ou actividades necessárias para a sua subsistência, como oferta de emprego ou ajudas sociais.

¹⁶⁹ Palavra proveniente do castelhano, *llamar*, que significa telefonar.

¹⁷⁰ Refere-se aos outros ciganos que habitam no bairro.

Quanto às ajudas sociais, o RSI (Rendimento Social de Inserção), desde que foi instituído, tornou-se numa importante fonte de rendimento para algumas famílias ciganas que viviam em situação de pobreza extrema, sem forma de exercer qualquer actividade.

Relativamente a esta medida, Almeida *et al.* consideram que seria necessário reflectir atentamente acerca das suas repercussões na população carenciada uma vez que a pobreza nalguns sectores sociais tende a prolongar-se ao longo dos anos e torna-se,

“em grande parte geracionalmente transmissível. Se faz sentido falar aqui de círculo vicioso, é que, nesses sectores, às carências objectivas vem somar-se um certo sentido de inutabilidade e da desistência” (Almeida *et al.*, 1994: 111).

Reportando-se ao antigo RMG (Rendimento Mínimo Garantido), Costa explicita que, devido a não terem sido previstas exigências complementares, em certos casos, torna-se um elemento perturbador, justificando que lhes é “de imediato, e com regularidade, paga a prestação pecuniária devida, sem que o concomitante projecto de vida seja, ao mesmo tempo, posto em funcionamento, o que envolve um carácter em simultâneo anti-pedagógico e anti-ético” (Costa, 2001:30). Na perspectiva do mesmo autor, a aplicação desta medida, no que diz respeito ao povo cigano em Portugal precisa de “ser melhor conhecida fora da esfera dos gabinetes que a aplicam, para que a sua verdadeira dimensão possa ser equacionada” (*Ibidem*).

A respeito das ajudas sociais, das quais também os ciganos são beneficiários, Liégeois afirma que

“essa ajuda não é suficiente e não deve ser exclusiva, além de nem sempre ser, nas formas de que se reveste, o meio mais adequado para ajudar os Ciganos. Por outro lado, o desenvolvimento das políticas de assimilação produziu, em vários locais, a hipertrofia da ajuda social, o que, para muitas famílias, teve como resultado a criação de uma situação de dependência e de inércia” (Liégeois, 2001: 6).

De acordo com a mesma fonte podem-se acrescentar outros efeitos negativos, como o facto de, nalguns países, o sedentarismo ser condição para

se poder receber ajuda. A mínima tentativa de trabalho, que deveria ser fomentada, é minada pela supressão imediata da ajuda (Liégeois, 2001:6).

Ainda no que se refere à ajuda social, o mesmo autor destaca outros efeitos negativos pois, em geral, o apoio que lhes é dado fomenta a acusação de que são «parasitas» porque não queriam trabalhar.

“a ajuda encontra-se tecnicamente mal adaptada aos Ciganos e Viajantes, o que leva a que estes nem sempre recebam as prestações a que têm direito ou a que recebam menos do que os outros. No entanto, a imagem inversa é a mais difundida entre a opinião pública e mesmo entre a administração. Os Ciganos seriam uma população “parasita”, que viveria sem fazer nada; à custa do estado e das colectividades locais” (*Ibidem*: 67).

Esta situação verificámo-la frequentemente ao longo do trabalho de campo, tanto na cidade, como no meio rural. Embora a população não cigana tenha a percepção de que uma percentagem elevada de ciganos é beneficiária do RSI, os números reais apontam noutro sentido, de acordo com informações referentes a diferentes datas.

Segundo Brito, em 1996 14% dos beneficiários do RMG eram de etnia cigana, “passando a 6% com a generalização a todo o País em 1997, pois muitos deles regressaram às terras de origem” (Brito, 2003: 4)¹⁷¹.

Em 1999, o jornal *A Voz do Nordeste*, menciona que a Comissão Local de Acompanhamento do Concelho de Bragança para o RMG aponta o número de quarenta e seis famílias de etnia cigana apoiadas por esta medida, o que significa 12,4% da população beneficiária total (*A Voz do Nordeste*, s/ autor, 1999: 9).

Dados mais recentes, de Abril de 2003, esclarecem que no distrito de Bragança se apoiavam 2612 indivíduos, que correspondiam a oitocentos e setenta e dois agregados familiares, dos quais cento e setenta e nove, ou seja 20%, seriam de etnia cigana (Brito, 2003:4).

Ainda nesta região, concretamente nos concelhos de Macedo de Cavaleiros e Alfândega da Fé, em 2008, o total de processos de RSI em

¹⁷¹ No concelho de Bragança, o RMG iniciou-se em Julho de 1996 como Projecto-piloto, o que atraiu familiares dos ciganos que residiam em Bragança, provenientes de outros concelhos (Brito, 2003: 4).

acompanhamento era de cento e doze e abrangiam duzentos e noventa e quatro beneficiários. Deste número contavam-se vinte e três famílias de etnia cigana, que representavam 17% da população apoiada (Arina; Cordeiro; Morais e Alves, 2008).

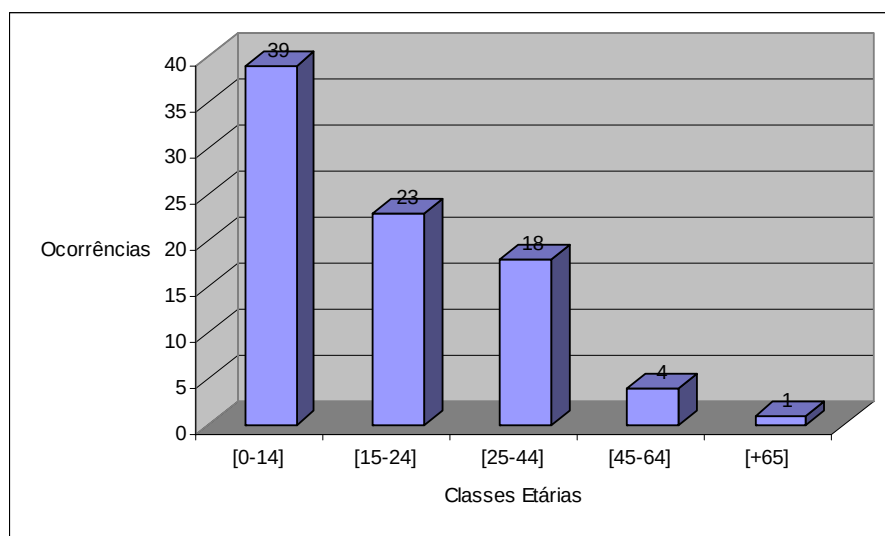
5.1.4 - CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS E HABITACIONAIS NA ACTUALIDADE

5.1.4.1 - Situação demográfica e habitacional (unidades de observação)

5.1.4.1.1 - Meio urbano

As unidades de observação em meio urbano situavam-se em três espaços diferentes, por nós designados bairro Horizonte, da Encosta e do Largo. No primeiro residiam oito agregados familiares, com um total de trinta e cinco indivíduos. No segundo morava o mesmo número de famílias que perfaziam trinta e nove pessoas e no terceiro moravam três agregados, compostos por onze pessoas¹⁷².

Gráfico 3 – População cigana do meio urbano, por classes etárias



FONTE: Elaboração própria.

¹⁷² Dados relativos ao início de 2007.

Através dos dados apresentados é possível verificar o elevado número de crianças até aos catorze anos, que representam 46% desta população. Se lhe acrescentarmos os adolescentes e jovens, até aos vinte e quatro anos, obtemos um total de 73%, muito acima da percentagem referente à população não cigana do concelho, que não ultrapassa os 26%, nas mesmas faixas etárias. Os adultos representados no gráfico anterior, dos vinte e cinco aos sessenta e quatro anos, somam 26%, sendo de destacar, a partir dos quarenta e cinco anos, a existência de apenas quatro indivíduos. Estes números estão muito abaixo da população não cigana do concelho, da mesma faixa etária, que representa 54%. A partir dos sessenta e cinco anos contabiliza-se apenas um indivíduo, número residual, muito abaixo dos 20% quando consideramos a população total do concelho¹⁷³.

Os três bairros onde efectuámos o trabalho de campo (Encosta, Horizonte e Largo) localizam-se na área da Junta de Freguesia da Sé, com uma distância máxima de três quilómetros, aproximadamente.

¹⁷³ Os dados da população não cigana reportam-se ao ano de 2006.

Figura 4 – Localização dos bairros



FONTE: Google Earth – Image © 2008 DigitalGlobe.

Os bairros Horizonte e Encosta situam-se numa zona periférica, tornando-se imperceptíveis para muitos brigantinos, enquanto o bairro do Largo se localiza num sítio com alguma visibilidade, junto de uma via movimentada da cidade.

As condições de habitabilidade são as piores, pois existem famílias a residir em casas em avançado estado de degradação, assim como em barracas. Estas são construídas pelos próprios com diferentes materiais como lata, aglomerado de madeira, zinco, entre outros.

Figura 5 – Aspecto das barracas e casas degradadas



Como o interior das barracas e das casas degradadas é pequeno e os agregados familiares normalmente são numerosos adquirem caravanas e carrinhas que os próprios adaptam e ocupam para dormir e/ou suprimir outras carências.

Figura 6 – Interior das carrinhas/caravanas



Não senhor, uns vivem nos carros, portanto a *Teresa* e o meu *João* vivem nos carros. E eu e os quatro solteiros é que vivemos dentro da casa! (M., 50 anos, cigana, extracto de entrevista, Largo, 24-05-2004).

Ali tenho que deitar os filhos na rua! Já viu? Uma casa tão pequenina como é aquela, ter de pedir um carro emprestado para deitar os filhos! (...) Olhe, ainda lá tenho as camas feitas para os garotos, o *Armando* dorme lá! (M., 52 anos, cigana, extracto de entrevista, Bairro da Encosta, 23-11-2004).

No Inverno, com temperaturas frequentemente negativas, por vezes a rondar menos dez graus centígrados, o único espaço com algum aconchego situa-se junto da lareira, ao redor da qual se reúne a família, assim como as visitas. No Verão, o calor também é difícil de suportar devido às elevadas temperaturas e à fragilidade dos materiais com que constroem as barracas. Além destes aspectos, os seus habitantes estão expostos à presença constante de todo o tipo de animais, rastejantes e roedores, que dificilmente se conseguem eliminar.

Eu fui obrigada de ir ao rio, apanhar areia e pedra e de a cimentar que a mim corria-me água, pareciam nascentes. E no verão não se pode lá dormir que dormimos numa caravana velha, senão as cobras comem-nos lá! Ainda hoje a *Judite* matou um lagarto, que eu aos lagartos não lhe tenho medo, agarro neles e tudo, mas as cobras, morro de susto! (M., 24 anos, cigana, extracto de entrevista, Bairro Horizonte, 06-06-2006).

Vivemos num barraco que isto chove cá, isto de Inverno é uma pobreza, estamos aqui numa situação..., o chupão, olhe, de Inverno não posso ter a lareira acesa, de Inverno..., de Inverno não dormimos aqui no barraco, dormimos aí numa caravana ali, aquilo também está tudo escacharrado. De Verão não podemos cá estar dentro por causa dos bichos! É cobras, é lagartos, é de tudo! (M., 23 anos, cigana, extracto de entrevista, Bairro Horizonte, 16-10-2004).

No contexto da localização da totalidade do bairro, as habitações das famílias que residem em Horizonte encontram-se afastadas da “vista” de quem passa nas proximidades tornando-se, mesmo para alguns habitantes de Bragança, imperceptíveis, como já referimos anteriormente. O terreno onde se construíram as barracas pertence à autarquia que lhes colocou uma torneira com água no recinto, para o abastecimento geral. Não têm instalação de luz eléctrica e também não têm casas de banho nem saneamento.

Figura 7 – Aspecto do bairro Horizonte



FONTE: Google Earth – Image © 2008 DigitalGlobe.

O *Projecto Dignidade - Relatório* descreve e ilustra bem a realidade em que se encontram estas famílias, pois fazendo alusão ao bairro, onde há anos se encontrava a lixeira da cidade, refere que existem situações graves e que este é um dos distritos,

“... com mais casos de acentuada exclusão, sendo que os ciganos encontrados na cidade de Bragança de tal forma marginalizados e excluídos pela própria autarquia que, necessitando esta dos terrenos em que os ciganos residiam, para construção, os colocou na antiga lixeira sem qualquer tipo de assistência. (...) A desmoralização desta comunidade é tão grande, afastados de tudo, de todos e no meio do lixo, que até desmotivados para os mínimos hábitos de higiene, confundindo-se as pessoas com a imundice em que estão inseridas e vivendo pior que os próprios animais” (Obra Nacional da Pastoral dos Ciganos, 2000: 12).

No extremo de outro bairro da cidade encontram-se as habitações das famílias residentes na Encosta. Numa casa, em avançado estado de degradação, propriedade da autarquia, reside um casal e vários filhos, que ocupam parte do espaço envolvente com carrinhas e caravanas onde dormem parte deles, por sua vez, com os seus filhos. Esta habitação é a única dotada de água potável e luz eléctrica. Do lado oposto da estrada, em terrenos cuja propriedade é de particulares, vivem os restantes moradores de etnia cigana em barracas construídas pelos próprios, sem água (devem ir buscá-la à referida vizinha ou a uma escola do 1º Ciclo que existe nas proximidades), sem instalação de luz eléctrica, casas de banho, saneamento, ou qualquer tipo de conforto.

Figura 8 – Aspecto do bairro da Encosta



FONTE: Google Earth – Image © 2008 DigitalGlobe.

Em relação ao Largo trata-se de uma casa, em avançado estado de degradação, propriedade da autarquia. Cada um dos três agregados familiares que aí reside adaptou um espaço para cozinha onde construiu uma lareira, sendo que todos necessitam de caravanas e carrinhas para dormir.

Figura 9 – Aspecto do bairro do Largo



FONTE: Google Earth – Image © 2008 DigitalGlobe.

No local existe uma torneira de água potável para abastecimento geral, mas não têm instalada a luz eléctrica nem possuem casas de banho.

Em todos os bairros, para além da precariedade habitacional, os acessos e os espaços circundantes carecem de condições para que o dia-a-dia aí decorra com normalidade, já que não estão pavimentados. Esta situação é especialmente crítica no Inverno porque com o tempo chuvoso, toda a área fica

enlameada dificultando a passagem quer dos veículos, quer das pessoas quando se deslocam a pé.

Segundo Ramirez há que viver no subúrbio, conhecê-lo, manchar-se de barro e de porcaria, saber o que é não ter água corrente, não ter casa de banho para fazer as necessidades e ser obrigado a fazer tudo em oito ou nove metros quadrados, para poder julgar com objectividade o que é a vida noutros lugares (Ramirez, 1985: 97).

Como afirma o mesmo autor, a vida no subúrbio deixa marcas irreparáveis a quem viveu aí muitos anos. O simples reconhecimento de proveniência deste lugar fecha portas, impedindo qualquer promoção que permita a adopção de outras formas de vida (*Ibidem*: 101).

Esta situação é vivida e sentida pelos ciganos de Bragança que fazem parte do nosso objecto de observação, sem que lhes surjam ou lhes ofereçam oportunidades para mudar de vida¹⁷⁴.

Olhe, eu estava no tribunal com os garotos e uma mulher começou a meter-se com eles, a brincar com eles. Perguntou-lhe onde moravam e os garotos disseram-lhe, pois virou costas e nem até logo disse, quando viu que éramos ciganos! (M., 26 anos, cigana, notas DC, Bairro Horizonte, 31-08-2006).

Ramirez afirma que a vida de um cidadão no subúrbio é duplamente trágica pois, por um lado sofre o desprezo e a desconfiança dos cidadãos e por outro contempla de forma impotente a indiferença de alguns poderes públicos para com ele (*Ibidem*: 100).

Além das carências económicas, o facto de residirem nestas condições degradantes faz com que a sociedade os marginalize e sejam conotados negativamente. Esta estigmatização torna os locais onde eles vivem em espaços segregados sujeitos ao isolamento social e por vezes físico (Filho, 2002: 180).

¹⁷⁴ A este propósito julgamos que se criou um círculo vicioso que lhes dificulta a saída da situação em que se encontram. Durante o trabalho de campo acompanhámos o processo de uma mulher do bairro Horizonte que pretendia alugar uma casa e sair do bairro, por ser viúva, com um filho de oito anos e ter dificuldades de deslocação para a cidade. Como possui poucos recursos económicos solicitou-se à Câmara Municipal ajuda, no sentido de lhe encontrar uma casa com uma renda acessível. Esta instituição encaminhou-a para a Junta de Freguesia, a qual, por sua vez, a mandou dirigir-se à Câmara. A mulher mantém-se, ainda, no mesmo bairro, sem que ninguém se preocupe em ajudá-la.

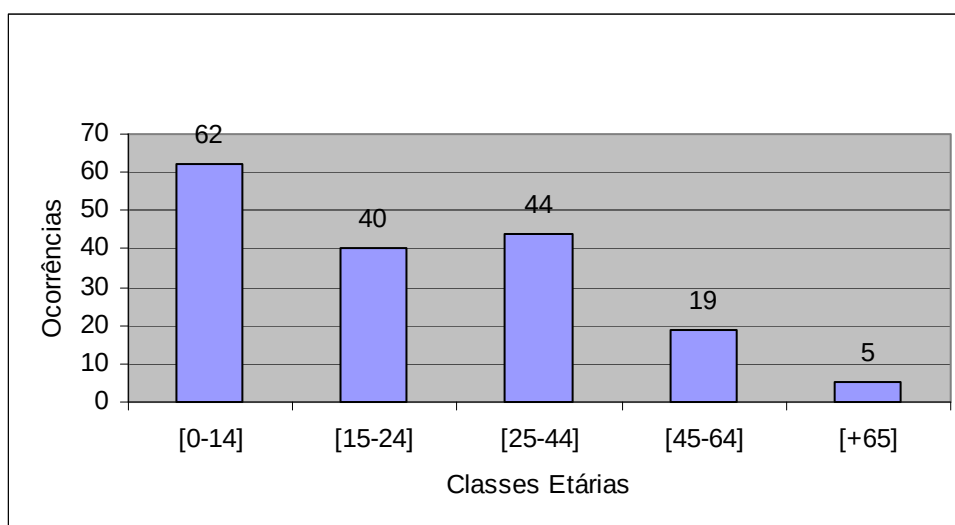
5.1.4.1.2 - Meio rural

Apesar da heterogeneidade do ponto de vista socio-económico e cultural que se verifica nas aldeias onde levámos a cabo o estudo empírico, de uma forma geral, enquadram-se no âmbito das descrições e dinâmicas expostas no capítulo 3.

Os dados que seguidamente apresentamos remetem-nos para uma informação centrada e precisa acerca da população cigana, assim como das condições habitacionais em que se encontram na actualidade¹⁷⁵. Em relação a este aspecto devemos salientar que não se efectuou um trabalho minucioso, uma vez que se distanciava dos objectivos previstos para esta investigação.

No gráfico seguinte apresentamos uma perspectiva geral, considerando as classes etárias, da totalidade da população cigana das seis aldeias onde realizámos o trabalho de campo.

Gráfico 4 – População cigana das aldeias estudadas, por classes etárias



FONTE: Elaboração própria.

¹⁷⁵ Dados do início de 2007.

Ver anexo 7, tipologias de habitação em meio rural. À excepção de Ribeira, onde residem agregados familiares em barracas e carrinhas/caravanas, nas restantes povoações, a grande maioria das casas obedece às tipologias apresentadas. Exceptuam-se, também, pelas condições razoáveis de habitabilidade, as casas de indivíduos com algum poder económico, normalmente, fruto da emigração ou casamentos mistos.

Os dados expostos permitem-nos observar um elevado número de jovens que, somando as duas classes etárias até aos vinte e quatro anos representam 60% da população, com o número de crianças até aos catorze anos claramente superior. Os adultos dos vinte e cinco aos sessenta e quatro anos representam 37%, sendo que 26% corresponde à faixa etária dos vinte e cinco aos quarenta e quatro anos. Os idosos com mais de sessenta e cinco anos representam apenas 3%.

Pelos dois gráficos apresentados (números 3 e 4) verificamos que a população cigana estudada no concelho de Bragança se caracteriza por uma taxa elevada de crianças, adolescentes e jovens. A percentagem de adultos é inferior e se atendermos à faixa etária a partir dos quarenta e cinco anos nota-se uma redução acentuada. De referir, ainda, o reduzido número de idosos, com mais de sessenta e cinco anos.

SERRANIA

Os ciganos residentes nesta aldeia correspondem a um total de vinte e cinco indivíduos, repartidos por nove agregados familiares, dos quais seis são mistos (67%), ou seja, onde um dos cônjuges é aldeano (um com homem cigano e cinco com mulher cigana).

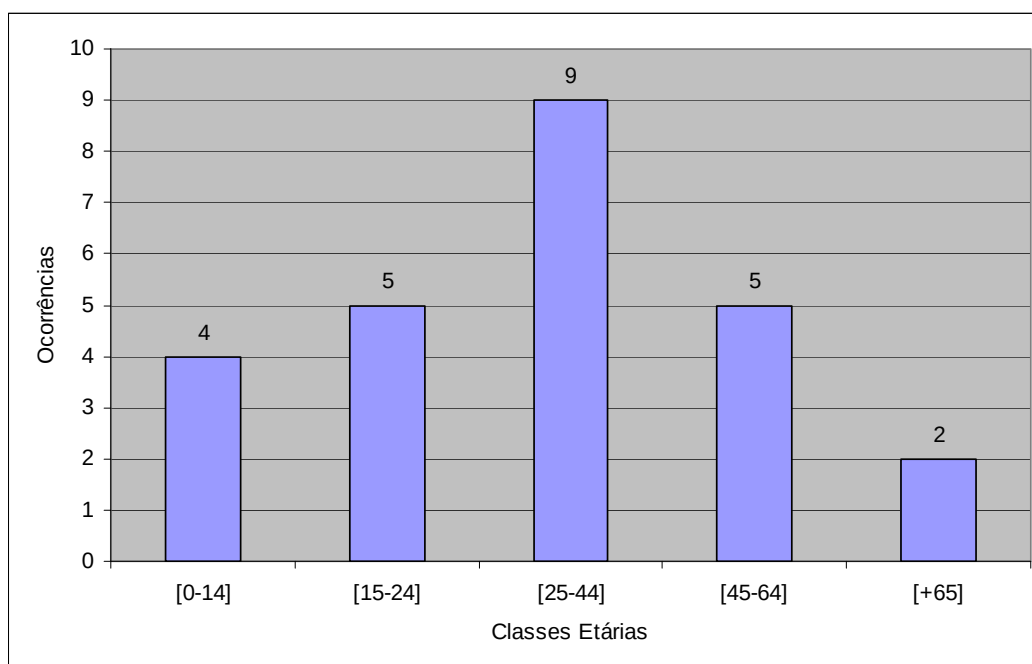
Em Serrania contabilizam-se, ainda, quatro agregados familiares a residir em Espanha mas com habitação própria na aldeia e outros que emigraram para França. Os primeiros deslocam-se, habitualmente, à localidade por altura do feriado de Todos os Santos e no Verão. Dos residentes no estrangeiro encontram-se também casamentos mistos, assim como numa povoação da freguesia, onde dois homens ciganos de Serrania casaram com mulheres aldeanas¹⁷⁶.

No gráfico abaixo apresentado podemos observar a distribuição da população cigana de Serrania, por classes etárias¹⁷⁷.

¹⁷⁶ Oriundos desta localidade residem em Bragança dois homens ciganos que casaram com aldeanas.

¹⁷⁷ Os dados reportam-se ao início de 2007.

Gráfico 5 – População cigana de Serrania, por classes etária



FONTE: Elaboração própria.

Os dados expostos mostram-nos uma população maioritariamente adulta, pois o somatório dos indivíduos entre os vinte e cinco e os sessenta e quatro anos representa 56% do total. Parece-nos importante realçar o número de crianças e jovens, que não é tão elevado como nas restantes localidades, como constataremos através dos gráficos seguintes. Os indivíduos com mais de sessenta e cinco anos representam 8%, número abaixo dos 20%, se compararmos com a população não cigana do mesmo grupo etário, a nível do concelho.

Relativamente às suas habitações verificamos que se dispersam por diferentes bairros da povoação, onde pode residir mais de um agregado familiar.

Figura 10 – Localização da população cigana de Serrania (aproximação)



FONTE: Google Earth – Image © 2008 DigitalGlobe.

As casas são propriedade dos mesmos, que adquiriram ou construíram depois de vários anos a residir na localidade. De uma forma geral, as condições de habitabilidade dos agregados residentes na aldeia podem considerar-se razoáveis, embora possamos encontrar algumas construções com acabamentos básicos¹⁷⁸. No entanto verificam-se carências, ao nível das estruturas e infra-estruturas das habitações de casais mais jovens, que necessitam obras de melhoramento¹⁷⁹.

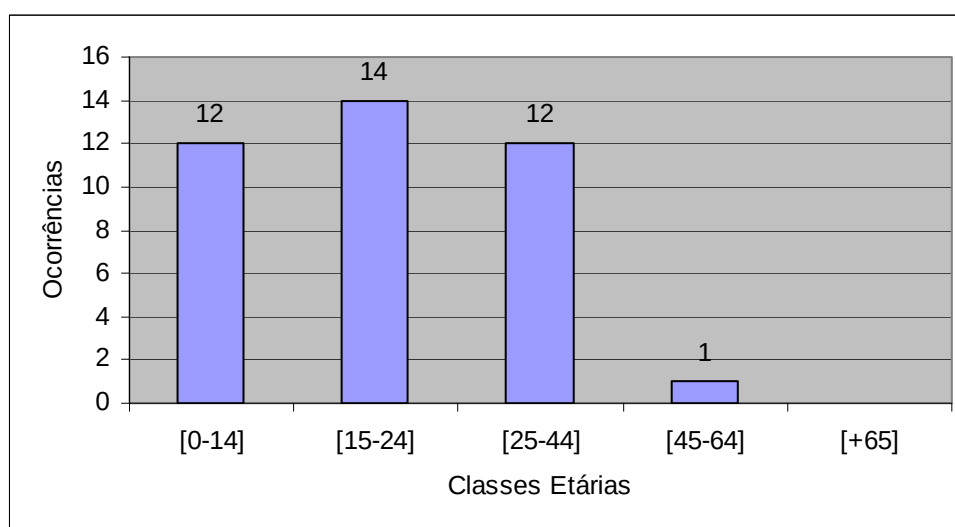
¹⁷⁸ Não estão pintadas, nem por dentro, nem por fora; o chão está cimentado, sem mosaicos ou outros materiais, etc.

¹⁷⁹ Por exemplo casa de banho ou telhado novo, uma vez que chovia dentro de casa. Trata-se de casas antigas, de pedra.

PENEDO

Nesta localidade encontram-se nove agregados familiares que totalizam trinta e nove indivíduos. Uma família que habitualmente reside em Espanha, possui aqui casa, para onde se desloca temporariamente. Na outra povoação que pertence à freguesia reside também um agregado familiar composto por dois elementos, tratando-se de um casal de idosos.

Gráfico 6 – População cigana de Penedo, por classes etárias

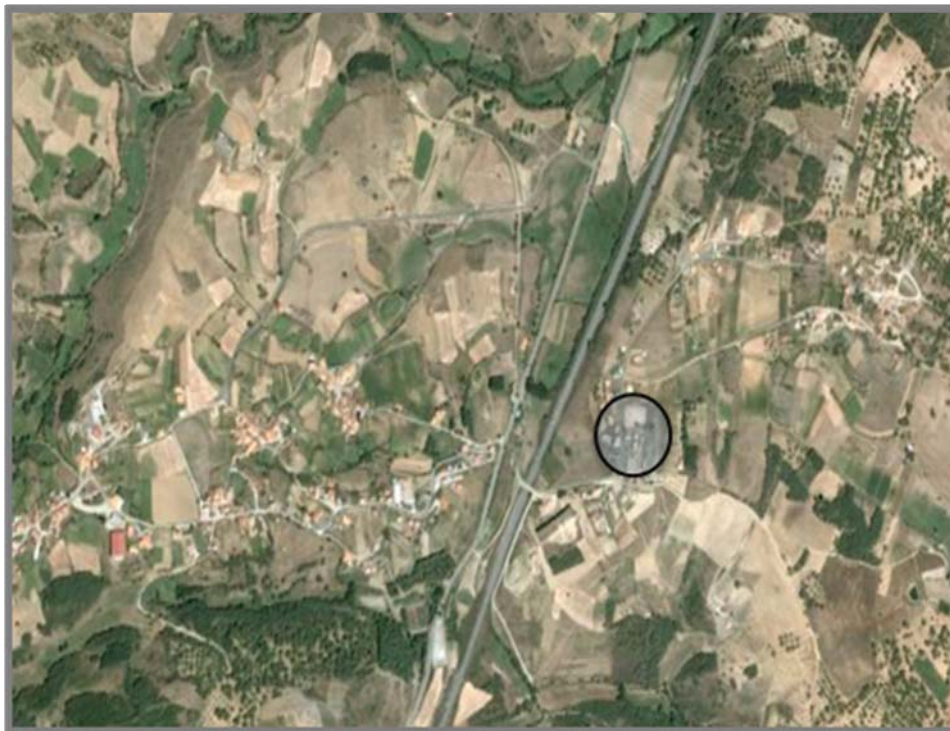


FONTE: Elaboração própria.

Se olharmos atentamente para os dados acima expostos verificamos o elevado número de crianças, jovens e adolescentes, até aos vinte e quatro anos, que representam 66% da população. Os adultos, se considerarmos os grupos etários dos vinte e cinco aos sessenta e quatro anos representam os restantes 34% da população. Destaca-se a existência de apenas um indivíduo, a partir dos quarenta e cinco anos e a ausência de população idosa.

As habitações concentram-se num único bairro e situam-se, à data, próximas a alguns vizinhos, ao contrário do início da sua fixação que se encontravam isoladas do núcleo habitacional da aldeia.

Figura 11 – Localização da população cigana de Penedo (aproximação)



FONTE: Google Earth – Image © 2008 DigitalGlobe.

As casas são simples, térreas, possuem água canalizada, luz e saneamento, mas com algumas carências, principalmente a nível de comodidade e conforto¹⁸⁰. Os espaços exteriores circundantes sofreram obras de melhoria, recentemente, a cargo da Junta de Freguesia que se encarregou do seu calçamento.

RIBEIRA

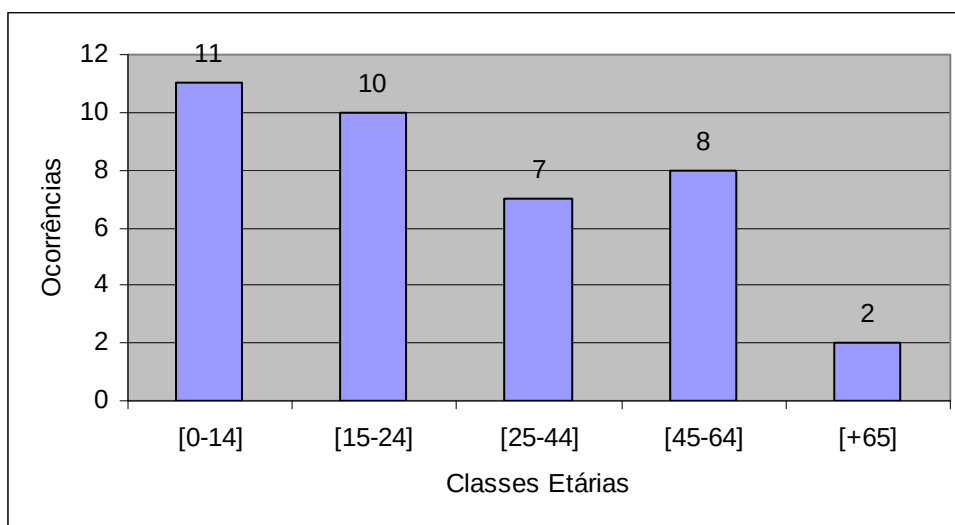
No que diz respeito aos ciganos residentes nesta aldeia encontramos trinta e oito indivíduos distribuídos por dez agregados familiares, dos quais três mistos (dois deles de mulheres ciganas com caldeireiro e um de mulher cigana com aldeano). Os descendentes de uma das uniões cigana-caldeireiro estabeleceram relações maritais com indivíduos de etnia cigana, sendo considerados pela população local e pelos próprios como ciganos, enquanto os

¹⁸⁰ Falta construir o tecto nalguns compartimentos, rebocar, pintar, colocar materiais como mosaicos, etc.

descendentes da relação cigana-aldeano contraíram matrimónio com aldeanos, sendo considerados pela população como tal.

No estrangeiro residem duas famílias que possuem casa nesta localidade, para onde se deslocam em determinadas épocas do ano, principalmente na apanha da castanha, Santos e Verão.

Gráfico 7 – População cigana da Ribeira, por classes etárias



FONTE: Elaboração própria.

As crianças, adolescentes e jovens somam um total de 56% da população de etnia cigana desta localidade. Os adultos, se somarmos os dois grupos etários estabelecidos representam 39% dos indivíduos e, a partir dos sessenta e cinco anos, obtemos uma percentagem de apenas 5%.

As habitações dos ciganos residentes na Ribeira distribuem-se por diferentes bairros, no entanto é de salientar que, de um total de dez agregados familiares, cinco concentram-se no mesmo lugar. Este sítio, embora com algumas construções nas proximidades, localiza-se na periferia da aldeia, afastado do restante aglomerado populacional.

Figura 12 – Localização da população cigana de Ribeira (aproximação)



FONTE: Google Earth – Image © 2008 DigitalGlobe.

Nesta aldeia, além de uma família a residir em casa alugada, dois agregados possuem habitação própria com condições razoáveis. No entanto, os restantes defrontam-se com situações gravosas, tais como i) realojamento efectuado pelos serviços camarários, há anos atrás mas, na actualidade, além da sobrelotação seria necessária manutenção a vários níveis, como paredes, telhado, etc.; ii) indivíduo a residir numa corriça¹⁸¹ nas proximidades da povoação; iii) construções concentradas num bairro, com três casas inacabadas onde faltam divisões de compartimentos, cimentar chão e paredes, pintar, etc. e, em todas elas, não existe o mínimo de conforto; iv) duas barracas, construídas pelos próprios, com diferentes materiais como chapas de zinco, aglomerado de madeira ou outros. À excepção da primeira, para além da

¹⁸¹ Construção ampla, apenas com as paredes laterais e telhado, onde se guardam os rebanhos.

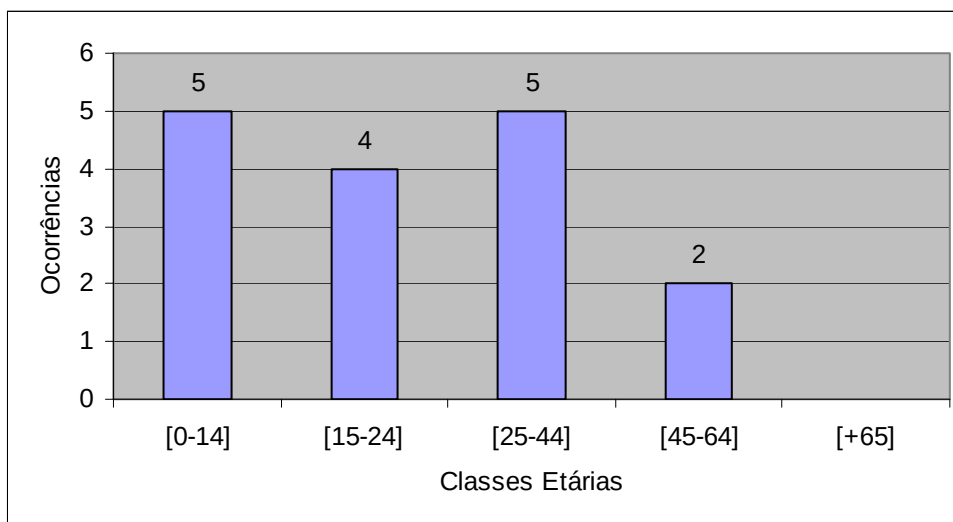
precariedade das edificações, verifica-se a inexistência de instalação de luz eléctrica, água canalizada no interior, casas de banho e saneamento.

Por outro lado, neste bairro, os acessos também são deficitários porque nunca se pavimentaram, tornando-se a situação crítica quando chove, uma vez que toda a área fica enlameada.

FREIXO

As várias povoações que compõem esta freguesia são habitadas por famílias de etnia cigana, sendo que não se concentram numa só. Assim, uma das localidades é habitada por doze indivíduos que correspondem a quatro agregados familiares e outra por três agregados familiares que representam um total de nove pessoas. Em Freixo residem dezasseis indivíduos que compõem quatro agregados familiares, dos quais três mistos, ou seja mulheres ciganas casadas com homens aldeanos¹⁸².

Gráfico 8 – População cigana de Freixo, por classes etárias



FONTE: Elaboração própria.

¹⁸² Recorde-se que pela necessidade de selecção de localidades do meio rural com população cigana a residir, optámos por estudar as povoações onde havia, no ano lectivo 2005/2006, crianças ciganas a frequentar a escola do 1º Ciclo.

As crianças e jovens até aos vinte e quatro anos representam 56% da população, percentagem acima da dos adultos entre os vinte e cinco e sessenta e quatro anos que representam 44%. Note-se o número reduzido de indivíduos a partir dos quarenta e cinco anos, assim como a ausência de população com mais de sessenta e cinco anos.

Nesta aldeia, três das habitações encontram-se inseridas dentro do aglomerado populacional. Da sua totalidade, à excepção de uma, as restantes apresentam algumas carências habitacionais, por se tratar de casas antigas a necessitar de manutenção, como telhado, paredes, soalho, ou outros aspectos.

Figura 13 – Localização da população cigana de Freixo (aproximação)



FONTE: Google Earth – Image © 2008 DigitalGlobe.

Um dos agregados familiares não possui habitação própria, reside numa casa que lhe cederam temporariamente, sem as mínimas condições de

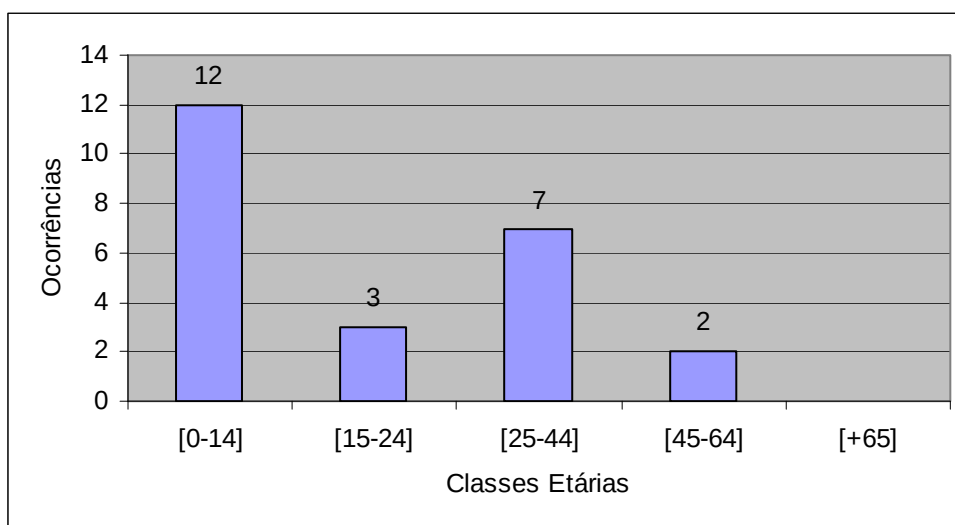
habitabilidade, como água canalizada, luz eléctrica, casa de banho, saneamento, ou qualquer conforto¹⁸³.

FONTE

Quanto aos ciganos de Fonte, os sete agregados familiares residentes na aldeia correspondem a um total de vinte e quatro indivíduos.

Noutra localidade da mesma freguesia residem familiares destes ciganos, contabilizando-se cinco indivíduos e, ainda, dois casamentos mistos, de mulheres ciganas com homens aldeanos.

Gráfico 9 – População cigana de Fonte, por classes etárias



FONTE: Elaboração própria.

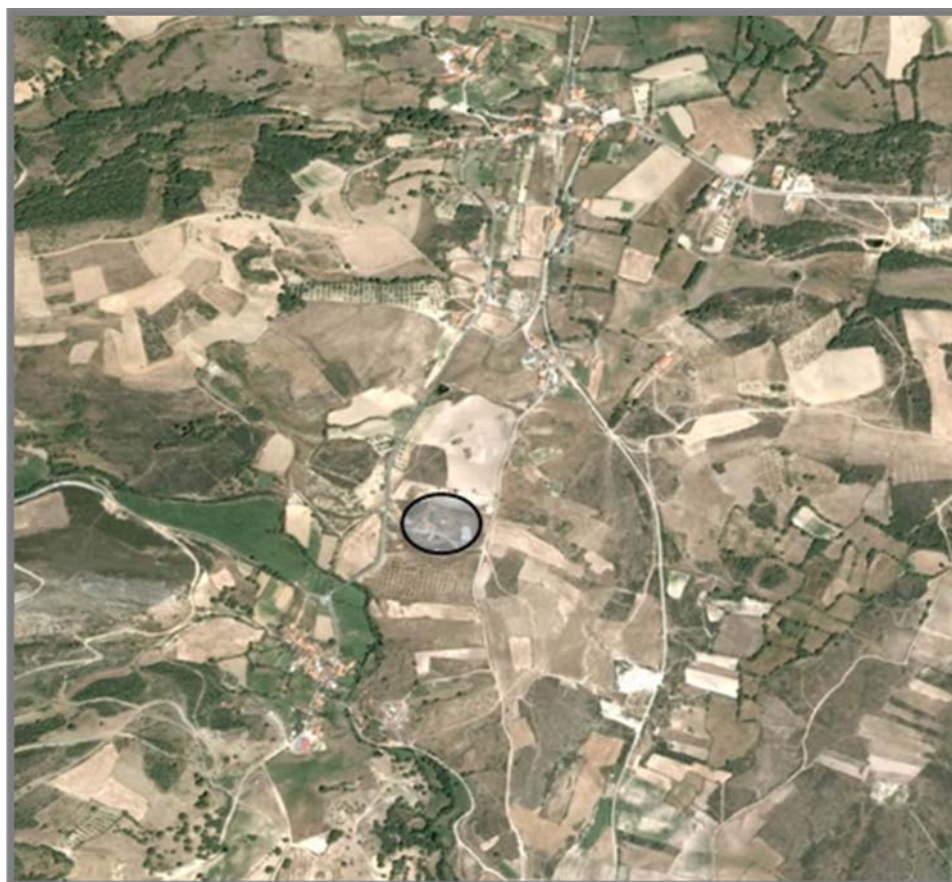
As crianças até aos catorze anos representam 50% dos residentes e se acrescentarmos a faixa etária dos quinze aos vinte e quatro anos obtemos 63% da população. Os adultos, se somarmos os grupos etários dos vinte e cinco aos sessenta e quatro anos, verificamos que representam 37%. De salientar o

¹⁸³ Casa antiga de pedra.

reduzido número de indivíduos a partir dos quarenta e cinco anos, assim como a inexistência de pessoas com mais de sessenta e cinco anos.

As suas habitações mantêm-se, ainda hoje, isoladas, ou seja, afastadas do núcleo populacional de duas aldeias próximas que compõem a freguesia.

Figura 14 – Localização da população cigana de Fonte (aproximação)



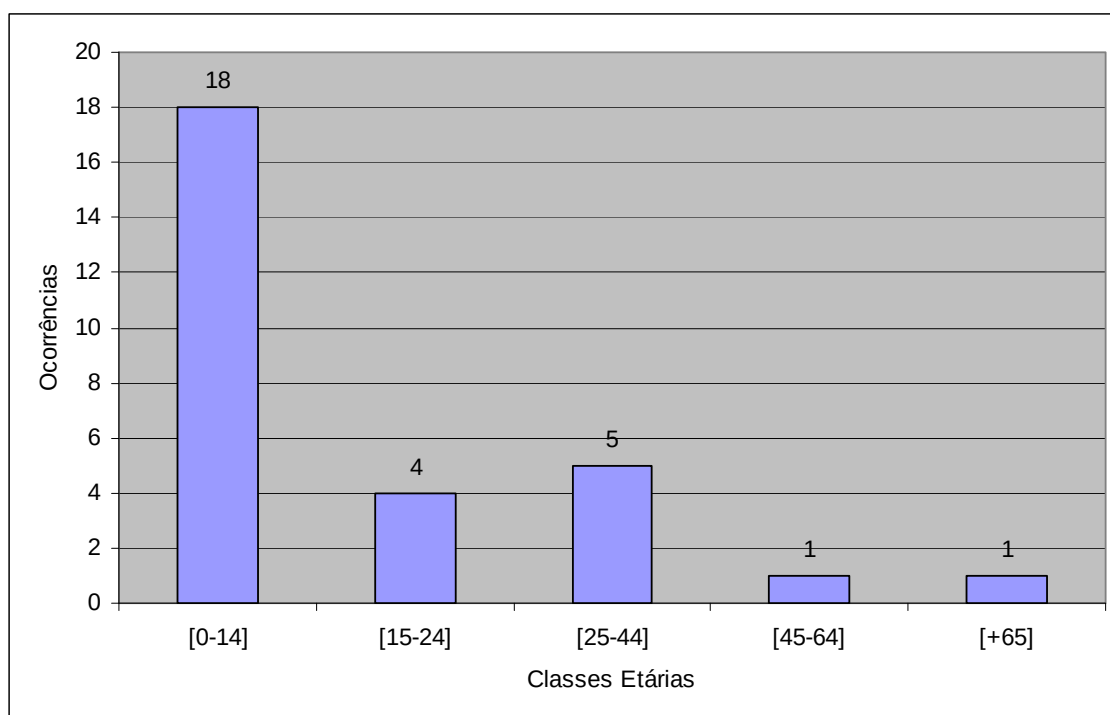
FONTE: Google Earth – Image © 2008 DigitalGlobe.

As casas são propriedade dos próprios e, à excepção de uma, onde recentemente se efectuaram obras de melhoria apoiadas pela Junta de Freguesia, as restantes apresentam graves carências habitacionais. As edificações estão inacabadas, apenas com telhado, sem soalho ou chão cimentado, não estão rebocadas, destacando-se o facto de não existirem casas de banho.

SOUTO

No que diz respeito aos ciganos que habitam nesta localidade, distribuem-se por cinco agregados familiares e perfazem um total de vinte e nove indivíduos, como podemos verificar no gráfico que se segue.

Gráfico 10 – População cigana de Souto, por classes etárias



FONTE: Elaboração própria.

Através dos dados expostos concluímos que o número de crianças até aos catorze anos é elevado, representando 63% da população. Se a estes lhes somarmos os adolescentes e jovens até aos vinte e quatro anos obtemos um total de 77%, o que significa que a restante população representa 23%. Aqui, devemos salientar a existência de apenas dois indivíduos, um com mais de quarenta e cinco anos e outro com mais de sessenta e cinco anos.

Nesta localidade, o aglomerado populacional cigano concentra-se numa rua localizada na periferia de um dos bairros sendo que, nas proximidades, se constata a presença de vizinhos aldeanos.

Figura 15 – Localização da população cigana de Souto (aproximação)



FONTE: Google Earth – Image © 2008 DigitalGlobe.

As habitações, adquiridas pelos próprios, são antigas, de pedra e não possuem as mínimas condições de habitabilidade e conforto para se residir. Um dos agregados familiares mora num palheiro no seu estado original, tratando-se de um espaço amplo, sem divisões de compartimentos. As casas, na sua maioria, não foram sujeitas a obras, pelo que carecem de infra-estruturas tão básicas como casas de banho, chaminé, água canalizada ou saneamento.

5.1.4.2 - Dados demográficos (concelho)¹⁸⁴

Durante o percurso da investigação surgiam-nos, frequentemente, algumas questões que entendemos pertinente inseri-las no trabalho, tais como: qual o número total de ciganos que habita no concelho? Quantas famílias? Onde se localizam?

No ano de 1980, Nunes aponta para a existência de cento e setenta e uma famílias com um total de 1230 indivíduos que habitavam neste distrito, sendo que no concelho de Bragança se contabilizariam quarenta e oito famílias correspondentes a trezentos e vinte e sete indivíduos (Nunes, 1996: 426)¹⁸⁵.

Algumas fontes locais fazem alusão ao número de ciganos que habitavam na região. O *Mensageiro de Bragança*, informava que na “área de Bragança” se daria como certa a existência de noventa e oito famílias com trezentos e oitenta e quatro membros, das quais sessenta e cinco sedentários e trinta e três nómadas que fariam a sua vida em Espanha e Portugal, num vaivém constante (*Mensageiro de Bragança*, s/ autor, 1989: 7).

Dez anos mais tarde, Patrício expõe os mesmos dados acrescentando, no entanto, que a sua localização no concelho “era bastante irregular, concentrando-se essencialmente em Bragança (cidade) 26, em Izeda 24, em Carragosa 11, em Vale de Nogueira 8, em Rebordãos 4 e em Rebordainhos e Freixeda 3 em cada. Isso significava que em apenas 8 localidades se albergavam 79 famílias, isto é 80,6% da totalidade” (Patrício, 1999: 453).

Em 2003, Brito contabiliza 2000 ciganos sedentarizados ou entre 3000 e 3500 em épocas sazonais, como nos períodos de Inverno e de Todos os Santos, reportando-se à região de Trás-os-Montes (Brito, 2003: 1-2)¹⁸⁶.

Para um censo demográfico da população cigana que habita no concelho de Bragança questionámos indivíduos deste grupo étnico, informação que

¹⁸⁴ Não existem dados oficiais sobre o número de ciganos em Portugal, uma vez que a Constituição Portuguesa interdita a recolha de dados étnicos e religiosos. Segundo Bastos, “as estatísticas escolares permitem inferir que sejam cerca de 50 mil, distribuídos por todo o continente (ao contrário das restantes minorias étnicas, concentradas ao redor da capital), com concentrações proporcionalmente relevantes no Interior Norte (Bragança e Guarda), no sul do país (Beja e Faro) e em torno da capital (Lisboa e Setúbal) onde, em termos absolutos, se agregam cerca de um terço” (Bastos, 2007a: 41).

¹⁸⁵ Para informação detalhada de todos os concelhos do distrito de Bragança ver Nunes, 1996: 426.

¹⁸⁶ Num estudo recente, através de um questionário enviado às Câmaras Municipais, Castro (2004) refere que, contando apenas as respostas que obteve, o distrito de Bragança é habitado por 1156 indivíduos de etnia cigana.

cruzámos com a obtida junto de não ciganos de diversas localidades do concelho. Nalgumas povoações do meio rural telefonámos aos Presidentes de Junta que, via telefone, nos forneceram os dados que necessitávamos e noutras aldeias conhecíamos indivíduos não ciganos que contactámos e nos puseram a par da realidade local.

Da informação recolhida devemos realçar as seguintes variáveis, em relação às diferentes aldeias do concelho:

- a) Nunca houve ciganos residentes;
- b) Na actualidade não se encontra nenhuma família, embora no passado residissem na povoação;
- c) São proprietários de casas mas moram no estrangeiro (sobretudo Espanha);
- d) Encontram-se famílias residentes.

Na única vila pertencente ao concelho de Bragança moravam, nesta data¹⁸⁷, doze agregados familiares que correspondiam a um total de quarenta e dois indivíduos, sendo que alguns se deslocavam e viviam, periodicamente, em Espanha¹⁸⁸. Informaram-nos, ainda, da existência de sete agregados familiares com casa na localidade, que regressavam, normalmente, na época de Todos os Santos e/ou Verão.

Quanto ao meio urbano a população de etnia cigana reside em diferentes pontos da cidade em barracas, casas próprias ou alugadas, apartamentos em bairros sociais e casas que ocuparam, propriedade da autarquia e de particulares, as quais se encontram em avançado estado de degradação. A sua presença é notória em determinados bairros, onde se encontram também habitações de indivíduos residentes em Espanha que regressam ocasionalmente ao país.

Relativamente à população cigana residente no concelho de Bragança, no início de 2007, contabilizámos cento e trinta e seis agregados familiares que correspondem a um total de quinhentos indivíduos. No entanto, devemos ter em conta que quarenta e quatro destes agregados (32,3%) são mistos, ou seja, pelo menos um dos cônjuges não é cigano, representando uma maioria os

¹⁸⁷ Início de 2007.

¹⁸⁸ Segundo as informações recolhidas, a periodicidade variava - sujeito/ número de meses do ano.

casais com mulher cigana (61,4%) em relação aos casais com homem cigano (38,6%)¹⁸⁹.

Os números apresentados anteriormente reflectem uma aproximação à realidade local pois concordamos com Liégeois quando afirma que os ciganos economicamente bem sucedidos tornam-se “invisíveis” para a generalidade da população e, na maior parte dos países europeus ocidentais, não se encontram incluídos nas estatísticas governamentais relativas à população cigana (Liégeois, 2001: 56).

5.1.5 – AUTO-IMAGEM E AUTO-IMAGEM GRUPAL

Quanto à auto-imagem, a percepção pessoal dos entrevistados centra-se em características, sobretudo de ordem moral, associadas à sua personalidade, tais como: ser trabalhador, agradável, delicado, honesto, solidário e asseado.

Se calhar por trabalhar! (...) Se calhar por isso, por trabalhar! Não mexo nada de ninguém! (...) E prontos não há complicações! As vezes, quando estou meio pingote, eles brincam comigo e eu brinco com eles! (H., 38 anos, cigano, extracto de entrevista, Penedo, 09-05-2006).

Pronto, se vejo..., se vejo aí meninos chamo-os a comer, chamo-os para dentro e eles aí agradam-se. De facto que aquela não é como algumas e assim e assado, chama os meninos, dá-lhe de comer, dá-lhe tudo e eles aí agarram a uma pessoa amizade (M., 33 anos, cigana, extracto de entrevista, Bairro da Encosta, 19-04-2006).

Eu não sou mal-educada, pronto...porque há pessoas aí... num lado qualquer tratam mal as pessoas! Eu não trato mal ninguém! Só se aquela pessoa me tratar muito a mim, isso é que..., pronto, é diferente! Mas se ninguém... eu ali dos vizinhos eu não tenho nada a dizer, nem eles de mim! (...) Olhe, eu vou-lhe dizer uma coisa e vou-lhe a ser sincera. Há ciganos que ...pronto, há-os limpos e há-os porcos, não é? Temos que dizer mesmo assim! Às vezes quem tem as condições não lhe puxa a eles de fazerem as limpezas e quem não temos puxa-nos, não é? (M., 50 anos, cigana, extracto de entrevista, Largo, 24-05-2004).

¹⁸⁹ Do total apresentado, três mulheres ciganas têm ligações maritais com filhos de latoeiros, todos com descendentes. Destes, os adultos contraíram matrimónio com indivíduos ciganos.

Eu nunca fui destas raparigas de me meter nas outras encrencas. Casei e nunca fui destas mulheres de ouvir aqui e contar além. Sempre gostei de estar no meu cantinho. (...) Eu sempre dizia aos meus filhos e digo: “Vós nunca deixeis de ser quem sois! Podeis andar com calças remendadas, mas limpinhas! Porque não há coisa pior do que estar ao pé de alguém a cheirar mal!” É como pedir. Cá, às vezes, roubavam, eu sempre disse: “Eu não quero ninguém à porta a dizer que vós roubastes seja lá o que for. Se tiverdes fome, bateis à porta”. Nunca ninguém me veio a dizer que puseram a mão nisto (M., 39 anos, cigana, extracto de entrevista, Serrania, 07-03-2007).

Questionados acerca das perspectivas para o futuro, os ciganos residentes na cidade manifestaram o desejo de possuírem uma casa, com condições habitacionais mínimas, salientando a importância da casa de banho.

Nós gostávamos de ter era uma casa como os aldeanos. Uma casa normal. Como as outras pessoas. Gostávamos de viver numa que tivesse condições, porque aqui não temos condições nenhuma. Os garotos, alguns têm que dormir connosco (H., 25 anos, cigano, extracto de entrevista, Bairro da Encosta, 26-02-2006).

(...) os meus filhos vão para a escola, às vezes dizem assim: ai, porque os ciganos não podem ir para a escola! Isto é mesmo assim! Porquê? Porque nós não temos condições para nos..., para nos lavar, para nos amanhar, como se amanhã quem tenha um chuveiro, quem tenha uma casa de banho em condições! E nós que é que temos? Nada! Nós lavamo-nos numa banheira, não podemos ficar como quem se lava numa banheira e a correr água, não é? Agora no Verão menos mal que se lava a gente com água fria e no Inverno? (...) eu digo-lhe, eu só queria assim, queria uma casa para me meter eu e os filhos. Não que fosse uma casa de luxo, mas pelo menos que tivesse uma casa de banho e para os deitar e dizer assim: pronto aqui deito-os e não chove e para ter pelo menos um conforto de estarem a dormir e não terem que se andarem a pôr a pé de noite! Eu não queria mais nada, nem queria riqueza, nem nada. Eu só queria um conforto para os meus filhos! (M., 50 anos, cigana, extracto de entrevista, Largo, 25-05-2004).

No meio rural, os indivíduos com casa própria mas com condições habitacionais precárias apontam, também, melhorias habitacionais no sentido de conseguirem, num futuro próximo, suprimir as carências e obterem uma habitação com um nível mediano de comodidade e conforto.

Além do aspecto que acabámos de mencionar, alguns ciganos, tanto das aldeias como da cidade, fazem alusão à possibilidade de arranjam um emprego estável, que lhes proporcionaria maior segurança económica.

A primeira coisa era uma casinha e eu também queria outra, para a veia da minha velhice! E para eles também, porque eles, tendo casa eles e dando-lhe um emprego! Não é emprego nenhum de doutor ou de advogado, mas, olhe... um emprego para ganhar pão, para cada dia! Nós hoje em dia não temos, nós não temos! Nós só é esta coisa do RMG, ao cabo de nada, estão sempre a tirá-lo! (M., 37 anos, cigana, extracto de entrevista, Bairro Horizonte, 18-09-2004).

Quando as condições anteriores, ou parte delas, se consideram reunidas (realidade que se verifica nalgumas povoações do meio rural), a saúde, ou seja, usufruir de boa saúde, surge como um aspecto fundamental nas vivências presentes e futuras, dos inquiridos, assim como dos seus familiares próximos.

A identificação étnica, na perspectiva de Vermeulen, relaciona-se com o facto “de saber se um indivíduo se considera ou não como membro de um grupo étnico e com a intensidade dessa identificação”. De acordo com o mesmo autor, a identificação implica uma classificação e

“pressupõe um ‘nós’, mas também um ‘eles’ (Epstein; Tajfel): ao identificar-se com um determinado grupo, uma pessoa determina também a sua posição face aos outros grupos. Por formação de imagem, entendo a atribuição de característica a grupos. Estas características podem referir-se ao carácter, à cultura ou ao *status* do grupo. A atribuição de características ao grupo étnico ‘próprio’ surge como resultado de um processo de comparação com outros grupos (Tajfel, 1978c), pelo que a formação da imagem do próprio grupo não pode ser vista separadamente das opiniões sobre outros grupos. A formação de imagens tem, para além disso, sempre um aspecto valorativo (positivo, negativo ou neutro)” (Vermeulen, 2001: 133).

Em relação à identidade cigana, Sousa (um membro do grupo étnico) é da opinião de que “esta se constrói com o outro, reconhecendo-se a si mesmo no outro e com o outro”. Os ciganos têm “consciência de pertença de um grupo étnico - o cigano -, que se diferencia dos outros grupos sociais existentes na comunidade portuguesa e, simultaneamente, têm sentimentos de pertença a um *todo nacional* de que são parte” (Sousa, 2001: 35). Mas Sousa esclarece

que a identidade cigana “não é homogénea, definitiva e estanque no agir temporal e espacial: ela transforma-se ou altera-se, em função de inúmeras circunstâncias, endógenas umas, exógenas outras”. Segundo o autor que acabamos de citar, combinando “a tradição com a inovação, a identidade cigana transmuta-se num processo de destradicionalização” (Sousa, 2001: 35).

Para Dubar, a identidade constrói-se ao longo da vida, em diferentes momentos, dependendo tanto dos julgamentos dos outros como das suas próprias orientações e autodefinições. Por isso, a identidade é um produto de sucessivas socializações (Dubar, 1997: 13).

Os ciganos da região usam as imagens dos *gitanos*, a partir das quais estabelecem os seus valores salientando a sua condição de inferioridade económica mas valorizando, sobretudo, aspectos de ordem moral, em relação aos mesmos.

Eu não é por...por agora eu estar a falar mas dos melhores ciganos, mais..., mais melhores e que não são tão maus, nem... nem atraem tanto as pessoas é o cigano, nós, nós, a nossa raça! (...) Nós, a raça... da nossa raça, somos nós os melhores! Mas também somos da raça mais pobre (H., 40 anos, cigano, extracto de entrevista, Bairro Horizonte, 21-10-2004).

Os ciganos sempre somos melhor uns para os outros! Por exemplo, se tivermos fome numa barraca, ajudamo-nos uns aos outros: Aquela não tem, diz, vamos-lhe a dar um bocado. Dividimos a comida uns com os outros e “aquilo” (*gitanos*) não, nós nunca convivemos com eles. Eu “aquilo” não sei o que é! (M., 23 anos, cigana, extracto de entrevista, Bairro Horizonte, 16-10-2004).

Eles (*gitanos*) já se vestem melhor do que nós, já se querem com todas as condições, alquilar casa, ou dão-lhe casa ou compram casa, porque eles já têm dos dinheiros, donde é que nós não temos. Por isso que nós somos sempre o cigano mais pobrezinho (M., 37 anos, cigana, extracto de entrevista, Bairro Horizonte, 18-09-2004).

A imagem dos aldeanos contribui, igualmente, para a definição de características a atribuir ao próprio grupo, onde se destacam, no geral, tal como acontece com os *gitanos*, aspectos económicos e morais.

Por vezes, o grupo familiar alargado que habita nas proximidades serve de referência para a definição de aspectos valorativos de um núcleo familiar mais restrito em aspectos como os que acabamos de mencionar¹⁹⁰.

As mudanças, a nível económico, associadas à perda de valores, tais como a solidariedade, considerada um dos valores emblemáticos do povo cigano (Lagunas, 2005) e o individualismo, que desencadeia sentimentos como o egoísmo, são factores, na opinião de todos os ciganos entrevistados, cada vez mais presentes no interior do grupo. Estes aspectos são perspectivados como um processo que afecta, de modo contundente, as relações intra-grupais, de tal forma que, actualmente, se encontram, segundo os mesmos, fragilizadas.

O passado reveste-se de uma certa nostalgia moral sem, contudo, se haverem perdido memórias de tempos difíceis. Se por um lado se considera positivo o partilhar do quotidiano que se verificava noutros tempos, por outro lado a pobreza e a exclusão social em que viviam tornaram-se, agora, inaceitáveis, apesar de no presente não existir uma situação ideal, no que diz respeito à sua condição económica e de inserção social.

A principal causa de controvérsia e conflitos no seio do grupo, segundo os mesmos, é o factor económico, no sentido de o poder de compra ter aumentado, levando à competitividade, principalmente, na aquisição de determinados bens pessoais ou do âmbito familiar. Os mesmos fazem alusão ao RSI, considerando ser uma das principais causas das desavenças e relações conturbadas que se verificam na actualidade.

Sei lá, sei lá, por invejas, sei lá! Agora há muita diferença do que era antigamente. Antigamente éramos muito humildes uns para os outros, muito! Aquilo..., nós não éramos capaz de comer um bocadinho de pão uns sem os outros, mas agora já não senhora. (...) Eu sei lá! Será por receberem o Rendimento Mínimo, eu sei lá! (M., 52 anos, cigana, extracto de entrevista, Bairro da Encosta, 23-11-2004).

Muito mais, porque não havia alojamento como há agora! Muitos agora já têm boas casas, já não se importam tanto como dantes. Em primeiro andávamos mais juntos, porque andavam na mesma situação que andava eu! Andavam com um burro, como eu! Mas agora já vão para a Espanha, já vão para a França, já vão para o estrangeiro, já ganharam mais a vida deles do que nós, não é? Pronto, já têm outra vida. (...) Agora

¹⁹⁰ Como a crítica de algumas famílias em relação à falta de hábitos de higiene de outras ou em relação à falta de honestidade em actividades laborais, etc.

as pessoas estão a ficar mais..., quer dizer sentem-se com aquele orgulho de serem ricas e já não ligam tanto aos pobres. Toda a pessoa que chegue a rica não liga nada ao pobre. (...) Mais egoístas, e mais..., mais vaidades, só têm aquela vaidade (M., 55 anos, cigana, extracto de entrevista, Ribeira, 26-02-2007).

A inveja sobressai nos seus discursos, como uma justificação para o afastamento que os próprios referem existir ao nível das relações intra-grupais e também familiares.

No que diz respeito a este sentimento, no estudo efectuado numa aldeia do Alto Minho, Pina Cabral menciona que a inveja é considerada como “fonte principal do conflito social e da desigualdade” (Pina Cabral, 1989: 32). O autor especifica que os minhotos recorrem frequentemente a este conceito para explicar a existência do conflito que os rodeia, assim como de outros infortúnios (*Ibidem*: 202). Tal como para os minhotos, no grupo populacional que estudámos, a inveja é “nefasta e relaciona-se com a percepção das diferenças em termos de riqueza e de fortuna” (*Ibidem*), o mesmo será dizer que, ao perceberem a sua pobreza relativa, canalizam para o seu objecto de referência desafectos e afastamento.

Oh, agora! Agora só há invejas! Não me agrada nada disto! Antigamente era uma coisa por demais! Quando vinha o Natal juntávamo-nos todos, fazíamos uma festa grande e agora não, agora cada casal está nas suas casas! (...) agora todo o mundo bota *Dodots* aos garotos e quando eu tive a garota mais velha, sabe o que é que botei? Botei ainda fraldas de cobertor, que não tinha nada! Para comprar para a garota ia a pedir. Até das camisas, fiz fraldas das camisas e botava-lhas à garota. Agora não, botam as *Dodots*! (M., 34 anos, cigana, extracto de entrevista, Penedo, 10-05-2006).

Porque antigamente a gente juntava-se toda, fazíamos uma sociedade! Se muito bem calhasse juntávamo-nos aí num prado qualquer, num largo qualquer e a gente juntava-se toda, fazíamos uma sociedade e agora não! Agora já todos têm barraco, já lá estão enfiados no barraco. (...) Cada um já vive mais a sua vida, do que era antigamente. (...) antigamente nunca a gente estava sozinha. Andava sempre a gente coligada uma com a outra e agora não. Agora, a um modo de dizer, vê-se uma pessoa sozinha! (...) Bem, a gente depois começou o tempo de mudar. (...) Começaram os garotos a estudar e vimos que isso era a coisa mais certa que devíamos fazer e fizemos por vias de uma pessoa organizar melhor a vida (M., 44 anos, cigana, extracto de entrevista, Penedo, 05-05-2006).

Porque a gente parece que até se tornava mais...mais alegre! E éramos mais humildes, éramos mais compreendidos, coisa que já não o somos, porque se houvesse um bocado de pão era para todos e aqui já não senhora. Aqui parece que já estamos sempre afastar uns dos outros! (...) Familiares. Mesmo entre os próprios familiares dos ciganos. (...) Porque se um tem uns sapatos se a outra não tem, parece que enquanto não traga os sapatos para casa, não estão nelas! (...) Dá mais saudades, era mais humilde e era mais honesta, que hoje não somos. Éramos mais honestos, que hoje não somos! (M., 37 anos, cigana, extracto de entrevista, Bairro Horizonte, 18-09-2004).

Na perspectiva dos entrevistados, no nível económico, a vida melhorou de forma considerável, pois fazem alusão à época em que tinham que ser 'ambulantes' e viviam, essencialmente, da mendicidade. Na actualidade consideram vantajosa a sua sedentarização, uma vez que têm acesso a variados serviços, como a educação, saúde, serviços e ajudas sociais, entre outros. Nalgumas localidades do meio rural valorizam, também, o facto de possuírem habitação (ainda que a viver em condições muito precárias) e trabalho.

Porque já trabalhamos para comer e já se vive melhor e no outro tempo não ganhávamos nada... uma jeirinha..., quase que não havia, vá. E agora já trabalhamos..., quem quiser trabalhar, vá (H., 38 anos, cigano, extracto de entrevista, Penedo, 09-05-2006).

Muitos ... andávamos só à mancheia da lenha, para aquecermos os filhos, sabe Deus, às vezes à neve, outras vezes à água, isso era conforme, não é? (...) Agora vive-se muito melhor! (...) Agora dão esta ajuda, à uma que dão esta ajuda, antigamente não davam, tinha que se andar a trabalhar! (H., 43 anos, cigano, extracto de entrevista, Souto, 06-03-2007).

Segundo Lagunas, as razões avançadas por um indivíduo de etnia cigana para a falta de solidariedade estão relacionadas com o trabalho, pois como têm de trabalhar para conseguir pagar as despesas, ficam com menor tempo de ócio para confraternizar (Lagunas, 2005: 61).

Os ciganos com condições económicas razoáveis e os marginalizados, em geral, não se relacionam entre si (San Román, 1997: 82), pelo contrário, optam por percursos e espaços diferentes.

O poder económico, quando obtido, dá-lhes um sentimento de superioridade em relação a outros ciganos (Lagunas, 2005) e conduz a um distanciamento do restante grupo.

5.1.6 – HETERO-IMAGENS

Os “chabotos” identificam “outros” grupos étnicos na região transmontana, com os quais estabelecem fronteiras que se encontram vincadas de ambas as partes servindo-se, para isso, de argumentos de índole variada.

Além dos aldeanos, ocupam um espaço próximo ao seu, os *gitanos*, e os caldeireiros reconhecendo, ainda, outras “raças”¹⁹¹, como os “Pretos” ou os “Marroquinos”. Os dois últimos, embora sem muitas referências, uma vez que o seu número não é significativo na região são, todavia, percepcionados e posicionados numa escala social inferior.

Em relação aos *gitanos*, os “chabotos” reconhecem-nos como ciganos mas de «outra raça», com grandes diferenciações, a vários níveis, na medida em que, para eles, os *gitanos*:

a) Vivenciam e cumprem com maior rigor determinados aspectos específicos da cultura cigana, como por exemplo a celebração de casamentos ou o culto dos mortos. Quanto ao primeiro aspecto, nesta região, a grande maioria pratica a fuga¹⁹², sendo que a união do casal, por vezes, não é definitiva. A este respeito Gonçalves descreve a conversa com um indivíduo cigano, em *Retalhos da vida transmontana no passado e no presente*: “De propósito lhe perguntei: (a um cigano doente na aldeia de Gralhós) «É casado?» Ao que ele respondeu: «Já tive dezassete mulheres» e quantos filhos tem? «Ao certo não sei...»” (Gonçalves, 1981: 154);

No que diz respeito ao culto dos mortos, aquando da morte do marido, em geral, a mulher *gitana* corta o cabelo curto e cobre a cabeça com um lenço, veste de preto para o resto da vida e não volta a casar. A mulher “chabota” não corta o cabelo, passados alguns anos deixa de vestir de preto e pode voltar a casar.

¹⁹¹ Expressão usada pelos próprios.

¹⁹² Ver Nicolau, 2003.

b) Profissionalmente dedicam-se à venda de roupa nas feiras e possuem poder financeiro, sendo por isso possível a aquisição de carros e casas de um valor económico considerável.

c) Linguisticamente, cada grupo desenvolveu o seu “latim”. Alguns indivíduos afirmam existirem semelhanças nalguns vocábulos, enquanto outros são da opinião que se distingue completamente¹⁹³.

São ciganos, o que é que é outra raça, não é a mesma raça... são ciganos mas não é a mesma raça de nós, já têm outro sangue. (...) são mais...são mais coisados eles. Guardam mais o luto e têm mais respeito pelas pessoas. (...) Não, só que respeitam mais, não entram num café a tomar um café. Se têm que tomar um café, mandam a quem não esteja de luto e tomam-no na rua, nós não, nós somos capaz de estar dois meses sem entrar num café, passados dois meses já entramos num café a tomar café e eles não, eles em mentes andem de luto não entram num café a tomar um café. E por eles, as mulheres por exemplo, morre-lhe o marido, elas cortam logo o cabelo, todinho! É diferente, o luto deles é diferente do nosso, o deles é mais rigoroso! (H., 40 anos, cigano, extracto de entrevista, Bairro Horizonte, 18-09-2004).

Não, o cigano conhece-se bem! (...) O andar, o falar (...) (M., 50 anos, cigana, extracto de entrevista, Largo, 24-05-2004).

Eles (*gitanos*) estão a falar e vê-se mesmo, o falar deles não é como o nosso! Porque os ciganos pronto, os aldeanos têm um modo de falar, os ciganos não falam como os aldeanos e os *gitanos* já têm outra maneira de falar (...) Os ciganos vivem de andar a pedir, uma jeira, hoje aqui, amanhã além, de aldeia em aldeia, de cidade, pronto mais em aldeias. Os *gitanos* já não, os *gitanos* andam nas feiras a vender, já é diferente a vida deles. Eles andam pelas feiras, correm o mundo e os ciganos é diferente (M., 20 anos, cigana, extracto de entrevista, Largo, 07-10-2004).

d) No aspecto moral atribuem-lhes um carácter e actos agressivos, o que contribui, certamente, para o estabelecimento de fronteiras mentais que actuam como barreiras, reduzindo ao mínimo a interacção entre ambos os grupos¹⁹⁴.

¹⁹³ Acerca do calão dos ciganos do distrito de Bragança e sua significação, consultar Alves, 1982: 198-201 e Freire, 2004: 36-39. Nunes apresenta um glossário cigano, que denomina *Dialectos Romanés*, 1996: 449-458. A propósito desta temática ver, ainda, Coelho, 1995.

¹⁹⁴ A aplicação da Lei dos Contrários, apenas dentro do grupo étnico, é a causa número um das mortes entre ciganos (Bastos, 2007a: 167). O mesmo autor refere que os “contrários” “emergem aquando do desafio à honra de uma das famílias” (*Ibidem*: 168). Este “pode acontecer, por exemplo, quando uma jovem cigana que já se encontre comprometida (pelos seus pais) a um jovem cigano rompa esse acordo fugindo com outro rapaz. Em regra, qualquer acto que desonre a outra família pode originar contrários” (*Ibidem*, nota rodapé 113).

Porque são maus, o sangue deles é mais vivo do que o nosso! Por tudo e por nada já pegam a tiro! Nós não, nós os ciganos dos nossos, eu não tenho memória que nós, a nossa raça, que matasse nem cigano nem aldeano a tiro, nem à porrada, nem nada. Também se metem pouco, mas é à porrada, é com a mão, mas não puxam nem de pistola, nem de faca, nem nada! Nós...nós os ciganos, da minha raça é raro... é raro que um cigano dos nossos esteja preso, donde é que os deles..., quando vinte dos nossos estão na cadeia, os deles estão duzentos! Por aí já se vê que são mais maus, do que nós! (...) Eles são mais maus do que nós, mesmo entre a família! Eles andam sempre em zaragatas! (H., 40 anos, cigano, extracto de entrevista, Bairro Horizonte, 18-09-2004).

(...) cada um tem o seu nome, por exemplo, é como os *gitanos*, eles também são ciganos mas lá está, já têm o nome deles, são *gitanos*. Nós também já não temos convivência com essa gente, porque essa gente é muito, muito ... marota e essa gente não dá para conviver. O nosso cigano não dá para conviver com um *gitano*. (...) São muito marotos, então aí se vê um cigano,... se lhe dá para nos malhar, batem-nos! (...) Pode crer que é verdade! Por exemplo uma filha nossa com essa gente, nós mais a queremos morta que com essa gente. (...) São ciganos sim, eles também são ciganos só que são *gitanos*, pronto são doutra..., doutra raça (M., 55 anos, cigana, extracto de entrevista, Ribeira, 26-02-2007).

Oh, isso é uma raça muito marota! É outra... como hei-de dizer? São mais maus, já é outra raça, já não é como a nossa. A nossa, os ciganos é uma raça, eles já é outra (...) São ciganos mas são *gitanos* (M., 24 anos, cigana, extracto de entrevista, 06-06-2006).

e) Em termos de religiosidade os “chabotos” identificam-se com a igreja católica tradicional, direccionando as suas práticas para cerimónias de baptizados, funerais e missas que mandam celebrar pelos seus defuntos. Os *gitanos* aderiram à Igreja Evangélica, mas como a mesma não tem expressão a nível local têm de se dirigir a províncias limítrofes para a prática do culto¹⁹⁵.

Assim, cada grupo ocupa o seu próprio espaço, evita ligações maritais ou outras e guarda uma distância considerada prudente, de forma a não gerar ou a

No grupo dos ciganos “chabotos” não se pratica/aplica a Lei dos Contrários.

¹⁹⁵ Em Pamplona os ciganos transmontanos aderiram, também, à Igreja Evangélica (Nicolau, 2003).

evitar situações conflituosas. Só uma circunstância de extrema necessidade pode levar a uma interacção entre ambos¹⁹⁶.

Nós não nos queremos com os *quitanos*, nem os *quitanos* se querem connosco (M., 37 anos, cigana, extracto de entrevista, Bairro Horizonte, 09-07-2004).

Não sei como é que é, que eu por acaso nunca coliguei com eles, não sei (M., 44 anos, cigana, extracto de entrevista, Penedo, 05-05-2006).

Ai, os *gitanos* são marotos! (...) Nada, nós não queremos nada com eles! (M, 42 anos, cigana, extracto de entrevista, Bairro da Encosta, 12-06-2004).

Quanto aos caldeireiros verifica-se, segundo os ciganos, uma determinada similitude uma vez que, em tempos passados, também eram 'ambulantes' nesta região, existindo momentos vivenciais com características idênticas.

Os “chabotos” identificam os caldeireiros, maioritariamente, como não ciganos, embora refiram que alguns ciganos, antigamente, se dedicavam também a esta profissão.

Então, claro que sim (que se assemelham) porque são ambulantes como nós. Todo o que seja ambulante como nós é cigano (M., 55 anos, cigana, extracto de entrevista, Ribeira, 26-02-2007).

Já era aldeano, porque já era caldeireiro. Caldeireiro é como sendo um aldeano, não é como nós cigano. Só que eles andavam hoje aqui, amanhã além. É como o pai da *Cristina*, é caldeireiro, mas a mãe é cigana legítima. A *Cristina* é metade cigana e metade caldeireira. O sangue da *Cristina* já não é igual ao meu, porque já é metade cigana e metade caldeireira (M., 24 anos, cigana, extracto de entrevista, Bairro Horizonte, 06-06-2006).

O caldeireiro é aldeano. (...) há caldeireiros que se juntam o caldeireiro com a caldeireira e há o caldeireiro que se junta com a cigana ou com o cigano. (...) Agora já há pouquinhos, pelo menos que andem assim ambulantes, só conheço uma, agora. Já tudo deixou essa arte, já tudo querem outras melhores vidas do que as que tinham,

¹⁹⁶ No Verão de 2004 um membro da família de *gitanos* que habita em Bragança esteve cerca de quinze dias a viver junto dos “chabotos” do Bairro da Encosta, por desavenças com a sua família.

porque a vida do caldeireiro também não era muito fácil! (M., 37 anos, cigana, extracto de entrevista, Bairro Horizonte, 18-09-2004).

Devem ser aldeanos, alguns, vá! Também há latoeiros ciganos, há latoeiros, também aldeanos... Havia aqui um (...) não era cigano, era aldeano e era latoeiro (H., 38 anos, cigano, extracto de entrevista, Penedo, 09-05-2006).

Nos diferentes bairros existem casamentos mistos entre indivíduos dos dois grupos. Embora o caldeireiro(a) se distinga do cigano, o facto de viver num ambiente cigano não o distingue dos outros ciganos, adoptando o “Nós” (ciganos) em contraposição aos “Outros” (aldeanos)¹⁹⁷.

Em relação à imagem associada aos aldeanos encontramos-nos perante ideias contraditórias. Por um lado colocam-nos numa escala inferior usando argumentos de ordem moral, contrastando a união que se verifica entre os ciganos com o individualismo existente entre os aldeanos.

Os aldeanos, vá calculo eu que não são tão coisados como são os tais ciganos porque os ciganos são muito mais unidos, porque se houver por exemplo uma festa, aqui há cinco vizinhos ciganos já vêm aqueles cinco vizinhos para casa dum, já armam aquele baile estão até às tantas (M., 49 anos, cigana, extracto de entrevista, Ribeira, 26-02-2007).

Sei lá eu? A gente não convive com eles, não sabemos como eles são, não é? Por exemplo eu encontro que um aldeano seja... pois, como nós! (...) São mais invejosos e querem ter a vida mais orgulhosa e têm outra vida que não temos nós e então eles não se querem comparar a nós. O aldeano nunca se quer comparar ao cigano, bem longe de nós! Afastar! (M., 55 anos, cigana, extracto de entrevista, Ribeira, 26-02-2007).

Por outro lado, exibem aspectos pessoais que na sua opinião os identifica com os aldeanos, como já referimos, quando os próprios avaliam a sua imagem.

Para mim um cigano é como as outras pessoas, igual... temos tudo igual como as outras pessoas, temos que nos compreender (...) os aldeanos alguns são muito maus. Há-os maus. Como os ciganos, o mesmo: Há os que são muito bem respeitados e há

¹⁹⁷ Buezas refere que ciganos a viver em barracas terão um comportamento sociocultural mais parecido a não ciganos que vivem em barracas do que com a elite cigana de artistas e antiquários (Buezas, 1980: 13).

os que são muito mal respeitados (M., 33 anos, cigana, extracto de entrevista, Bairro da Encosta, 19-03-2006).

Mas alguns indivíduos realçam comportamentos pessoais que, na sua opinião, se encontram próximos aos dos aldeanos, valorizando essas afinidades, em detrimento de uma desvalorização de atitudes que identificam como próprias do grupo.

Eu praticamente em Ribeira, eu fui criada no meio dos aldeanos. Praticamente. E depois ia para a escola e já convivia muito também. Com aqueles miúdos como eu. Dali também vim para aqui e também nunca andei com cigano daqui, cigano de além. Eu era mais no meio dos aldeanos que eu convivi. E até à data. Pronto. Eu sempre fui um bocado diferente (M., 39 anos, cigana, extracto de entrevista, Serrania, 07-03-2007).

Por exemplo, eu já não falo tão cerrado como muitos ciganos, porquê? Porque eu não fui criada ao pé dos ciganos (M., 50 anos, cigana, extracto de entrevista, Largo, 24-05-2004).

Depois casei-me, o meu marido não foi criado com os ciganos (...) foi criado a servir. Ora ele estava habituado andar a trabalhar, pronto, casámo-nos, fomo-nos logo embora eu e ele (...) pronto, fomos depois habituados ao trabalho, habituamo-nos ao trabalho e já não queríamos andar ao pé dos ciganos (M., 52 anos, cigana, extracto de entrevista, Bairro da Encosta, 23-11-2004).

A imagem dos aldeanos que usufruem de boas condições habitacionais e económicas e que discriminam os ciganos continua presente na mente dos que residem em meio urbano, criando-lhes sentimentos de revolta. Na opinião dos mesmos, as acusações de que são alvo são injustas e, quando se trata de uma acção com repercussões negativas, praticada por um indivíduo deste grupo étnico é imediatamente generalizada aos restantes elementos da mesma etnia¹⁹⁸.

¹⁹⁸ A pobreza, assim como a discriminação são aspectos focados sobretudo pelos ciganos que habitam no meio urbano.

De acordo com Weinrich, a estigmatização e a discriminação podem levar à criação de uma auto-imagem e identidade negativa, presumindo-se que "se processa uma interiorização dos estereótipos negativos do grupo dominante o que, por sua vez, conduz a uma auto-desvalorização. (...) Uma tal perspectiva distingue de forma insuficiente a imagem que um indivíduo tem de si próprio como pessoa (imagem do eu) e a imagem que ele ou ela faz do grupo ao qual pertence (imagem do nós). Para além disso, esse ponto de vista assenta

(...) nalguns sítios há muito rancor das pessoas, que a gente entra e nota logo. Não falam bem com uma pessoa como têm que falar com as outras pessoas. (...) O rancor deles e aquelas palavras que dizem contra os ciganos. Isso é muito feio para eles e para nós. Estão a dizer coisas que uma pessoa não as faz, não as diz, claro, uma pessoa também custa, revolta, de ouvir sem fazer aquelas coisas! (M., 33 anos, cigana, extracto de entrevista, Bairro da Encosta, 19-04-2006).

Mas temos que compreender que eles não gostam da nossa palavra. Por sermos ciganos é diferente. (...) Só que não sei o que é que há aí para saberem que ele é cigano, é isto, é aquilo. Muitos aqui, se vão pedir trabalho nem lhe dão trabalho que por serem ciganos têm medo que lhes roubem certas coisas (H., 25 anos, cigano, extracto de entrevista, Bairro da Encosta, 26-02-2006).

Aqui já sabe como é que é! É cigano, isto e aquilo, não o queremos! Já se sabe que é mais difícil para um cigano ajeitar um emprego, do que para um aldeano. Há sempre aquela diferença, sempre pela apresentação diz: “Oh, é cigano, não o que queremos”. Diz: “não, não, já temos”. É sempre assim! (M., 23 anos, cigana, extracto de entrevista, Bairro Horizonte, 16-10-2004).

Os ciganos/“chabotos” além de se encontrarem por toda a área geográfica transmontana deslocaram-se também para outros distritos do país. Em Trás-os-Montes, como por exemplo no concelho de Valpaços e Chaves, temos conhecimento de familiares de ciganos residentes em Bragança, que visitam sobretudo em situações de carências, doença ou festividades.

No distrito do Porto residem algumas famílias que Rodrigues (2006) identifica possuírem relações de parentesco com os ciganos, por ele estudados, em Carrazeda de Ansiães.

Na pesquisa realizada num bairro do Porto, Magano (1999) refere que os ciganos que faziam parte do seu objecto de estudo se consideravam diferentes dos outros ciganos. Segundo a autora, os outros “chamam-lhes “chabotos”, “beirões”, ou então “ciganos portugueses”. Por seu turno, quando estes se referem aos outros ciganos que não os do grupo a que dizem pertencer, designam-nos de “espanhóis” ou “guitanos” (modo como pronunciam *gitano*) (*Ibidem*: 178). Entre “chabotos” e *guitanos*, tal como sucede em Bragança,

excessivamente no pressuposto de que os membros de uma minoria étnica se orientam tomando como referência a cultura dominante” (s.d., Weinrich in Vermeulen, 2001: 155).

“normalmente não há comunicação entre estes dois grupos de ciganos” (*Ibidem*). De acordo com a mesma fonte, “o tipo de grupo cigano a que esta comunidade defende pertencer, estende-se sobretudo pela região norte de Portugal, sobretudo no interior Norte (Trás-os-Montes). Muitos deles terão emigrado para Espanha” (*Ibidem*).

Os “chabotos” que compõem a comunidade do Laranjal, em Coimbra, provêm da zona de fronteira com Espanha, dos concelhos e vilas adjacentes a Miranda do Douro que se deslocaram para essa região e aí se estabeleceram (Gonçalves, 2001).

Os *gitanos/quitanos* e, na perspectiva de Gonçalves, os ciganos mais incluídos, para se diferenciarem do fraco estatuto que têm na sociedade, apelidam-nos de “chabotos”. Esta palavra, de origem espanhola, misturada com o romani significa pessoas que vivem em *chabolas*, ou seja, em barracas (Gonçalves, 2001: 209)¹⁹⁹.

5.2 – “CIGANOS SOMOS NÓS, ELES SÃO “RECOs”, “CHABOTOS”!”

De fazer feiras, das feiras. Pelo menos a nossa tradição é de feirantes. (...) Nós... Você olha para nós, temos outra aparência da deles, mesmo na maneira de estar e essas coisas assim. (...) Nós somos ciganos, eles são “recos”! (H., 26 anos, *gitano*, extracto de entrevista, Bragança, 08-02-2007).

No concelho de Bragança reside, de forma permanente, estabelecida em meio urbano, uma família de ciganos feirantes, que os ciganos da região

¹⁹⁹ Tal como acontece com outros grupos sócio-históricos, os ciganos tendem a criar as suas próprias genealogias míticas. Um indivíduo, pastor da Igreja Evangélica, a residir em Lisboa, é da opinião que, “chaboto” provém de Xavier, homem com descendência numerosa, a residir no Norte de Espanha que praticava o nomadismo. Os seus descendentes entraram em Portugal, instalando-se no Norte do país, dos quais, supostamente, derivam os ciganos transmontanos. Um outro, de origem espanhola, a residir em Espanha, refere que poderemos estar perante um grupo que se deslocava em peregrinação a Santiago de Compostela e, por algum motivo, haver desviado a rota instalando-se, desde então, na região adaptando-se às características da mesma (notas esporádicas. Maio 2005). Estas genealogias religiosas ‘purificam’ a imagem dos “chabotos”, que deixam de serem acusados de inferioridade moral e económica. No trabalho de campo realizado em Sintra (Bastos, 2007a), a acusação era explícita. Um ‘tio’ cigano alentejano referiu espontaneamente os “chabotos” ou “recos” como sendo aqueles ciganos do Norte que não cumpriam a Lei Cigana, casavam e depois abandonavam a mulher e os filhos e faziam um novo casamento (comunicação particular).

denominam de *gitanos/quitinos*, a qual se constrói identitariamente diferenciando-se dos “chabotos”.

Esta família não é oriunda da região de Trás-os-Montes, mas da Beira Alta. Instalou-se em Mirandela há várias décadas e, posteriormente, na década de 90 do século passado deu-se um desmembramento, devido à formação de “contrários”. Assim, alguns dos seus membros deslocaram-se para Bragança, onde ainda hoje residem.

Os dois agregados familiares residentes, no início de 2007, perfazem um total de nove indivíduos, como verificamos no quadro que seguidamente apresentamos.

Quadro 9 – Total de agregados e indivíduos residentes em Bragança

<i>Gitanos</i>	Número agregados	Total indivíduos
	1	6
	1	3
Total	2	9

No entanto, na região podemos encontrar *gitanos* um pouco por todo o lado, os quais, para além de viverem noutras cidades ou vilas do distrito, também habitam no meio rural.

Profissionalmente, os *gitanos* que conhecemos dedicam-se à venda ambulante, nas feiras. Em tempos passados deslocavam-se às localidades onde comercializavam os seus produtos mas, em épocas posteriores, ocuparam lugar nas feiras. Antigamente, como meio de transporte usavam animais ou o comboio, pois o uso do automóvel estava pouco vulgarizado.

Sempre, primeiro era de porta em porta. (...) Os meus pais já andavam, foi com eles que aprendi. (...) Nós andávamos de terra em terra com uns burros a vender as coisas (M., 60-65 anos, *gitana*, notas DC, aldeia do concelho de Mirandela, 04-01-2007).

Pelo menos a nossa tradição é de feirantes. (...) Por exemplo há a venda da mala, são toalhas da Madeira, carpetes, talheres em prata, chama-se isso uma venda, que

arrancava com um carro e vai pelas aldeias a tentar fazer uma venda. (...) Burro, mesmo nas carroças e com as trouxas às costas, muitas vezes. (...) Andavam assim nessas aldeiazinhas, assim mais pequeninas, mais próximas da área, como não havia meios de transporte! E alcançava-se o comboio, para ir comprar, estava-se algum tempo noutras zonas (H., 26 anos, *gitano*, extracto de entrevista, Bragança, 08-02-2007).

Na perspectiva dos *gitanos* as diferenciações com os “chabotos” são claras, acentuando sobretudo razões de ordem moral (diferenças de estatuto e de atitude civilizacional), para justificar o afastamento em relação aos mesmos.

São outras famílias diferentes. São famílias que vivem de esmola, de caridade. Por exemplo, eles são capaz de estar dez ou quinze famílias, não têm aquela alimentação como nós temos, como hoje em dia qualquer pessoa tem e têm uma maneira de viver diferente das nossas, que é aquela maneira de viver nas barracas e pedir. (...) Claro, muito diferente, eles dedicam-se à esmola. Por exemplo no latão, roubar castanhas, viver de miséria, por isso é que é o nome deles recos. “Recos”, “chabotos”. Porque eles são capaz, por exemplo, mesmo a sociedade hoje em dia, se lhe der uma casa, eles são capaz de estar em sua casa mas não terem limpeza, nem higiene, nem horas para comer! É tudo muita fé e fé em Deus, não é assim como dizem? (risa) É tudo a monte (...) É raro (convivência). Vimo-los vir, até já me perguntaram se era dessas famílias, muitas vezes: “Oh pá, tu és cigano!” “ Mas sou cigano diferente, eu sou cigano parecido com o aldeano e eu não sou “reco”! Que é o caso de muitos. E mesmo as mulheres, as mulheres ciganas da nossa tradição gostam muito de se produzir e essas coisas e a mulher do “reco” não! É que elas..., elas não têm..., mesmo uma pessoa olha para elas não sente aquela... “Ai que cigana tão linda!” Enquanto que a nossa tradição já é diferente! (as mulheres deles) não fascinam. (...) Porque eles têm outras maneiras de viver. Eles vivem noutras culturas diferentes, mesmo. Mesmo dos hábitos, dos costumes, mesmo a pessoa em si, é diferente. Nós, você olha para nós, temos outra aparência da deles, mesmo na maneira de estar e essas coisas assim. (...) Mas eles podem ter aos mil, dois mil contos no bolso, mas eles preferem estar numa instituição a pedir! (risa) É verdade, eles se tiverem dinheiro..., mas não querem tentar dizer assim, “hoje em dia vou ter a minha casa, vou mobilá-la e criar aqui um espaço de lazer para mim e para a minha família”. Não, eles se for preciso têm ali o dinheiro, vêem as crianças, não as metem na escola, não lhe dão educação, mandam as mulheres mendigar enquanto eles vão para os tascos beber! (risa) (H., 26 anos, *gitano*, extracto de entrevista, Bragança, 08-02-2007).

Ainda agora andam! Uma pessoa vai ao cemitério estão lá a pedir à porta, que vão trabalhar! Que vergonha! Eu não era capaz de andar a pedir, porque é que não vão

trabalhar! (...) Esses não são dos nossos, que vergonha, andar a pedir! (M., 60-65 anos, *gitano*, notas DC, aldeia do concelho de Mirandela, 04-01-2007).

Para os *gitanos* a “autenticidade” do cigano, centra-se no grupo ao qual pertencem. Os “recos” ou “chabotos”, segundo afirmam, só se encontram em Trás-os-Montes e associam-nos a um grupo diferente.

Eles são tipo daquelas pessoas das aldeias, mais. Algum traço cigano mas não são ciganos, eles só são ciganos porque estão a viver no monte e as pessoas pensam que eles são ciganos. Eles não são ciganos mesmo, eles são recos, “chabotos”. Ciganos somos nós, eles são “recos”, “chabotos”. Como é que eu hei-de explicar? Nas aldeias há muitos ciganos desses mas esse cigano só é usado em Trás-os-Montes, não há em mais lado nenhum. Eles vivem na sociedade, assim, por exemplo eles vão para Espanha a viver para o cartão, para o cobre e assim essas coisas todas, chegam a Portugal não fazem nada, por isso é que é o cigano “chaboto”, é só isso, mais nada. E aquelas coisas que eu lhe falei, das maneiras, dos hábitos e isso. (...) Muito diferente. Nós somos ciganos, eles são “recos”! Não é cigano, é “reco”, “chaboto”! Vem da palavra *chabola*, que é cigano de barraco! Por exemplo, nós vivemos dentro da sociedade, mesmo que sejamos discriminados vivemos dentro da sociedade, eles não, eles vivem num lameiro. Eles são capaz de acampar em qualquer sítio e ficarem lá, à esmola. Como às vezes..., a maior parte das vezes, eles esperam que os hipermercados fechem e andam à espera de ir para os caixotes do lixo e às vezes até se vêem as crianças a mexer nisso, que eles não sabem o mal que isso faz! (H., 26 anos, *gitano*, extracto de entrevista, Bragança, 08-02-2007).

Estes ciganos identificam-se, em vários aspectos, com os ciganos espanhóis, no seu modo de vida e costumes. Outra das semelhanças acontece na linguagem ou calão por eles utilizado, que designam de *romanó* e, na sua opinião, não é idêntico ao dos “chabotos”.

Alguma coisa, mesmo na música, flamenco, nós gostamos muito. E mesmo os casamentos ciganos, é quase igual aos nossos, dos espanhóis, é tal e qual, nos costumes. O *romanó*, nós temos o *romanó* que é aquelas palavras nossas que nós utilizamos no nosso dia-a-dia, o cigano espanhol é quase igual ao nosso, enquanto o do “reco”, o cigano “reco” é diferente! “Ah, tu! Vai buscar a touça!” (Imita com outro tom de voz) Nós já é diferente, nós usamos o nosso calão mas em certas e determinadas situações. (...) E mais parecido com o espanhol, porque nós não temos nada a ver com os “recos”, é outra maneira diferente (H., 26 anos, *gitano*, extracto de entrevista, Bragança, 08-02-2007).

Quanto à sua inserção social sentem-se discriminados pela sociedade, principalmente pelos bragançanos, pois referem que estes não lhes dão as mesmas oportunidades que dão à restante população não cigana.

Nos estabelecimentos comerciais e lugares públicos sentem mais o peso da discriminação por isso isolam-se no seu grupo, dando grande valor às relações familiares.

(...) sim, porque somos discriminados. (...) Fechamo-nos no nosso local e criamos aquele ambiente entre nós. (...) Não (não importam). Não porque nós não convivemos com eles (não ciganos). Precisamos deles, claro, quando vamos à feira e essas coisas, mas no nosso modo de viver não (H., 26 anos, *gitano*, extracto de entrevista, Bragança, 08-02-2007).

A falta de convivência é um dos principais factores que conduz ao desconhecimento e à construção de representações sociais preconceituosas e, consequentemente, ao afastamento que se verifica existir em relação aos não ciganos.

(...) não é assim, vamos conhecer a pessoa, lidamos com ela e depois é que vamos julgar! Mas para isso tem que haver aquela convivência, aquela oportunidade de nos ouvir! Se uma pessoa tivesse aquela liberdade de expressão, as coisas eram diferentes. Porque na América o preto é advogado, é cantor, é juiz, é 'rep', os melhores tenistas são pretos. Só aqui em Portugal é que se vê isso! (...) Falta de conhecimento. (...) Deviam ter outra opinião sobre nós, por exemplo não deviam: "Ah, o cigano é mau!" Não. Depois de se conviver é que se deve julgar! (...) (Gostava) que nos soubessem ouvir! (...) Gostava de dizer que não nos discriminassem tanto, que nos dêem uma oportunidade para demonstrar aquilo que valemos. (...) Viver com os nossos hábitos, eles vão aprender a nossa cultura e um dia mais tarde também vão querer estar connosco, numa festa e isso. Até achava bonito um Presidente da Câmara ir a um casamento connosco e lidarem connosco para tirarem esse pensamento! (H., 26 anos, *gitano*, extracto de entrevista, Bragança, 08-02-2007).

Não é nosso intuito estudar, de forma exaustiva, a cultura e forma de vida dos *gitanos* que residem em Bragança, uma vez que, na nossa opinião e

pelo conhecimento que possuímos deste grupo, se enquadram no protótipo de estudos já realizados²⁰⁰.

5.3 – CALDEIREIROS

Os ciganos *Kalderash* ocupam o terceiro lugar na escala social dos *Rom* (ciganos de leste) e continuaram a tradicional ocupação do artesanato de metais, do cobre e estanho (Nunes, 1996: 159).

Na opinião de Peixoto, os ciganos colaboraram “em grande parte na difusão dos metais, sendo mesmo esse talvez de onde se destacaram os artistas que, peregrinando, importaram o bronze para a Europa” (Peixoto, 1990: 45). A mesma fonte especifica que,

“Quase todos os ciganos do Oriente se ocupam no trabalho do ferro; e os ciganos de Granada e de um certo bairro de Sevilha, posto que se não conheça a origem do ferro que empregam, a ferramenta, os seus processos de trabalho e os seus diversos produtos, dão-se ao mesmo mister. Mas não é para reparo ver ainda os ciganos da Galícia e da România, além dos da Hungria, fundidores do bronze, do latão e da prata, quase três mil anos depois que o bronze, suplantado pelo ferro, cessou de ser um metal de uso corrente e popular? – perguntava um etnologista distinto procurando atribuir aos ciganos o papel de introdutores dos metais entre nós” (*Ibidem*).

Por toda a Europa, e também na direcção da Rússia e das Américas, os *Rom* de Leste constituíram, cinco séculos depois da primeira, uma segunda grande vaga de emigração para Ocidente, após a queda da escravatura na Roménia, na segunda metade do século XIX. Em Portugal são por vezes, ainda hoje, referidos como «os húngaros», nomeadamente no Sul.

No *Elucidário Madeirense*, Vasconcellos refere que «a 9 e 22 de Maio de 1912 desembarcaram no Funchal várias famílias de Ciganos... [e que] os homens eram caldeireiros...» (Vasconcellos, 1982: 382).

Em relação às actividades que os ciganos praticavam, o autor afirma que “em tempos remotos eram peritos na arte de trabalhar os metais e se entregavam com predilecção ao ofício de caldeireiros” (*Ibidem*). No que diz respeito à região de Trás-os-Montes acrescenta que “ainda há relativamente

²⁰⁰ Coelho (1995); Nunes (1996); Mendes (2005); Lopes (2006).

pouco tempo assentavam banca em Sacóias, no distrito de Bragança, e aí trabalhavam de caldeireiros e deita-gatos. Modos de ganhar a vida dos ciganos” (*Ibidem*)²⁰¹.

Os *Kalderash*, segundo Nunes, mantinham melhores relações com os *gadgé*, por estarem habituados a viver muito tempo junto deles e a trabalhar para eles. São pacíficos e calmos e vivem misturados com os *gadgé*, havendo alguns cruzamentos com eles, à falta de mulheres no seu grupo étnico, sendo que “muitos nem denunciam a sua origem cigana” (Nunes, 1996: 156).

Para o mesmo autor, outros grupos itinerantes podem ser facilmente confundidos com os ciganos, pois por vezes, misturam-se com eles. No nosso país menciona os tendeiros, bem como, em Espanha, os *Quincalheiros* (*Ibidem*).

Também Liégeois trata a questão de se confundirem alguns grupos viajantes europeus com ciganos, especificando que,

“os Viajantes de origem indiana encontraram Viajantes de origem local, que tinham desenvolvido uma identidade, uma organização social e um dialecto que os distinguia das populações que os rodeavam. Foi o caso dos nómadas irlandeses, denominados a partir do século XII, *Tinklers* ou *Tynkers*; dos *Quinquís*, que surgiram em Espanha no século XVI, ou dos *Jenish*, surgidos na Alemanha no século XVII. Destes encontros resultaram por vezes, trocas culturais ou casamentos mistos. Logo a partir do século XVI, por vezes, formaram-se grupos culturalmente marcados por elementos de origem indiana (designadamente a língua que falam, o *Romani*) e de origem local, que desenvolveram uma identidade étnica e linguística originais mantida até aos nossos dias” (Liégeois, 2001: 30).

No caso de Trás-os-Montes, na actualidade, encontramos um grupo com uma identidade ambígua, devido ao facto da profissão ou profissões (caldeireiro e latoeiro) terem sido desempenhadas tanto por ciganos como por aldeanos e de se terem registado muitos casamentos mistos, sobretudo entre caldeireiros itinerantes (ciganos) e aldeanas. Vulgarmente, são designados por caldeireiros ou latoeiros e, na sua grande maioria, não se auto-identificam nem são identificados (quer por ciganos, quer por aldeanos) como ciganos. No entanto,

²⁰¹ Sacoias pertence ao concelho de Bragança, dista aproximadamente 10 km da cidade. Quanto ao trabalharem de “deita-gatos”, questionámos ciganos e não-ciganos e não obtivemos qualquer explicação.

neste grupo conhecem-se vários casamentos mistos com indivíduos de etnia cigana, o que faz com que parte da população os associe à etnia cigana, acrescido ao facto de, no passado, praticarem a itinerância, tal como acontecia então com os ciganos.

Os caldeireiros não eram ciganos, mas eram mais ou menos da família dos ciganos! Andavam assim pelas aldeias, lá paravam em casa das pessoas que lhe davam pousada e andavam assim (M., 70 anos, aldeano, extracto de entrevista, Fonte, 12-07-2006).

Raro. Eu em toda a minha vida só conheci um rapaz, que era dali de ao pé de Mogadouro, que era cigano e é que trabalhava de caldeireiro, mas não encontrava ciganos que andassem (H., 74 anos, latoeiro, extracto de entrevista, aldeia do concelho de Alfândega da Fé, 17-07-2006).

Os caldeireiros eram aqueles que andavam de povo em povo a compor latos,... os latos, esses é que são os caldeireiros. (...) Aí já há uma mistura entre..., entre cigano e aldeano. Tanto dão ao cigano como dão ao aldeano. Aí já dão uma mistura muito grande, está-me a entender? Tanto são ciganos como aldeanos, por exemplo, o latoeiro até é capaz de estar com aldeana. Um latoeiro é capaz de estar... aí há misturas mais..., está-me a entender? Aí...nem são ciganos, nem são aldeanos, é tudo assim...é um traçado, está-me a entender? (H., 40 anos, cigano, extracto de entrevista, Bairro Horizonte, 18-09-2004).

A ambiguidade identitária assenta em que uns seleccionam como critério o modo como entendem a autonomia ou não das duas profissões artesanais aparentadas enquanto outros mencionam o maior ou menor grau de identidade cigana e a existência de uma estratégia de casamentos mistos, de caldeireiro com aldeana. O facto de os caldeireiros terem uma designação profissional e não uma designação étnica permite ocultar melhor esta última.

Caldeireiro, normalmente, é um indivíduo qualquer que tem uma cigana, está com uma cigana. (...) Inclusive agora, um indivíduo que anda com uma cigana há quem diga: “Olha, este gajo é caldeireiro!” O caldeireiro tinha sempre uma cigana, a mulher era sempre cigana, esta é a imagem que eu tenho e não só eu (H., 48 anos, aldeano, extracto de entrevista, Fonte, 03-01-2007).

(...) são assim meios aciganados! (H., 64 anos, latoeiro, notas DC, Macedo de Cavaleiros, 24-08-2006)²⁰².

Independentemente de se verem e/ou serem vistos como ciganos, os caldeireiros tendem a defender a sua identidade artesanal: eles são os que trabalham o cobre e identificam como exterior um grupo de artesãos que trabalha a lata e o zinco, os quais denominam de latoeiros, referindo que não têm qualquer relação com esse grupo²⁰³. Actualmente encontram-se sedentarizados mas em tempos passados eram ambulantes, deslocando-se de terra em terra, no desempenho da sua actividade.

Caldeireiro é uma coisa, o latoeiro é outra. O latoeiro é aquele que faz caldeiras de zinco e essas coisas. Agora o caldeireiro é diferente, só trabalha em cobre. (...) De uma maneira geral só trabalha no cobre (...) nós dedicamo-nos mais a trabalhar no cobre, a fabricação do cobre (H., 71 anos, caldeireiro, extracto de entrevista, aldeia do concelho de Vimioso, 30-07-2006).

O caldeireiro trabalha o cobre, tem de ter uma forja (H., 64 anos, latoeiro, notas DC, Macedo de Cavaleiros, 24-08-2006).

Pelo contrário, muitas outras pessoas identificam o ofício de latoeiro e caldeireiro como sendo único, inclusive os próprios latoeiros. A profissão de latoeiro tende, para muitos, a abranger as duas antigas profissões, quer porque se use cada vez menos o cobre, quer porque se oculta melhor a provável ascendência cigana de muitos filhos de caldeireiros.

Desse modo, os antigos caldeireiros *Rom* que chegaram a Portugal foram quase totalmente assimilados, ao longo das gerações, possivelmente porque eram pouco numerosos e viveram dispersos, como convém à profissão, misturando-se mais com os aldeanos do que com ciganos, quer com *gitanos* quer com “chabotos” que, como vimos, se evitam entre si.

É a mesma coisa, chamar-lhe caldeireiro e chamar-lhe latoeiro é igual. Fazem caldeiros, há quem chame caldeiros e há quem chame latos. Portanto o caldeiro e o

²⁰² Embora nos tivessem indicado este latoeiro como sendo cigano, ele não se identificou como tal.

²⁰³ Ver anexo 8: Oficina de caldeireiro com materiais em cobre.

lato é a mesma coisa. Uns chamam-lhe caldeireiro outros chamam-lhe latoeiro (H., 75 anos, aldeano, extracto de entrevista, Ribeira, 17-01-2007).

É a mesma coisa (latoeiro e caldeireiro). Quer dizer, dantes era constado, o caldeireiro era em caldeiras de cobre, está a compreender? E o latoeiro trabalha numa coisa e na outra. Trabalha nas caldeiras de cobre e trabalha nos cântaros e naquilo que sai (H., 72 anos, latoeiro, extracto de entrevista, aldeia do concelho de Macedo de Cavaleiros, 16-01-2007).

Em tempos passados, no decorrer da sua actividade ausentavam-se de casa por largos períodos de tempo. Deslocavam-se também às feiras da região, onde vendiam os utensílios produzidos, que eram variados, desde caldeiras, frigideiras, braseiras, potes de aguardente entre outros²⁰⁴.

As caldeiras dantes vendiam-se muito porque havia muitos lavradores, muitas casas que tinham os leitões, os porcos. As caldeiras serviam para ao lume cozer por exemplo a batata, as abóboras, as beterrabas, coziam a comida assim aos leitões. (...) As caldeiras dos latoeiros utilizavam mais para aquecer água ou para terem com água ou qualquer coisa do género (H., 70 anos, caldeireiro, extracto de entrevista, Vimioso, 30-08-2006).

Os caldeireiros desenvolveram um dialecto, provavelmente de origem *romanó*, por eles designado de “latim”, conhecido apenas pelos que praticavam a arte, encontrando-se actualmente em vias de extinção.

Não, não, também têm o “latim” diferente. Cada raça tem seu “latim” diferente. Eu tenho um “latim”, o latoeiro tem outro, o *gitano* tem outro, está-me a entender? (H., 40 anos, cigano, extracto de entrevista, Bairro Horizonte, 18-09-2004)

É diferente, é muito diferente. Por exemplo agora, um cigano está a falar comigo, está a falar com outro qualquer na fala deles eu entendo-os e se falar eu e outro caldeireiro eles não nos entendem a nós, está a compreender? Chamava-se isso um “latim” e o “latim” do cigano é um e o do caldeireiro é outro, é diferente (H., 72 anos, latoeiro, extracto de entrevista, aldeia do concelho de Macedo de Cavaleiros, 16-01-2007).

²⁰⁴ Actualmente conhecem-se apenas dois, no concelho de Vimioso que, por simpatia à arte, a continuam a praticar.

Os latoeiros trabalham a lata e o zinco e autodenominam-se latoeiros ou caldeireiros²⁰⁵. Antigamente eram itinerantes, pois deslocavam-se pelas aldeias onde acampavam vários dias, até satisfazer as necessidades da população local, quer no fabrico, quer nas reparações de utensílios usados.

No meu tempo havia chapa zincada e folha Flandres, que era a lata e havia a chapa de zinco e o cobre toda a vida o houve. O meu pai falava que no tempo dele, que quando ele começou a trabalhar não havia chapa de zinco, era só chapa de lata e depois então é que..., era só folha Flandres e cobre, depois é que inventaram a chapa zincada (H., 72 anos, latoeiro, extracto de entrevista, aldeia do concelho de Macedo de Cavaleiros, 16-01-2007).

O latoeiro bota uns pingos e tapa onde for preciso, lá a obra que lhe apareça. O latoeiro sabe fazer um cântaro de lata, sabe fazer um funil, sabe fazer um balde de zinco, que dantes vendia-se muito e os regadores e era assim. (H, 70 anos, caldeireiro, extracto de entrevista, Vimioso, 30-08-2006).

Acampavam pelos campos ou na povoação, em locais que lhes eram cedidos pelos residentes e onde podiam exercer a sua actividade com segurança, uma vez que trabalhavam com o fogo.

Esta profissão decaiu com a entrada dos plásticos no mercado e a consequente diminuição da compra de utensílios em lata. Alguns latoeiros ainda a exercem, não como actividade principal, mas simplesmente por gosto e passatempo. Outros arranjam novas alternativas de vida como a venda nas feiras, que conhecemos vulgarmente por tendeiros.

Tanto os caldeireiros, como os latoeiros enfrentam a realidade dos seus descendentes ou outras pessoas não quererem aprender esta arte, por isso estamos perante o desaparecimento, num curto período de tempo, destes artesãos²⁰⁶.

²⁰⁵ Ver anexo 9: Oficina de latoeiro com materiais em lata e zinco.

²⁰⁶ Podemos verificar que a idade dos caldeireiros é avançada.

CAPÍTULO 6 – CIGANOS E NÃO CIGANOS: INVESTIGAÇÃO DE UM IMPASSE INTER-ÉTNICO

“É muito fácil dizer que os ciganos não querem integrar-se na sociedade dos não ciganos e não parar para pensar quais podiam ter sido as causas dessa atitude”
(Ramirez, 1985: 176).

Em termos de ideais para um conveniente desenvolvimento do processo de inserção social dos imigrantes, há décadas atrás, pressupunha-se o abandono da própria cultura para adoptar a do país de acolhimento (Costa, 1998: 74). Este projecto de assimilação foi ensaiado nos EUA, na primeira metade do século XX, extensível, também, às minorias étnicas, que falhou, sendo substituído por uma época de revivalismo étnico e de políticas da identidade.

De acordo com Peres, a partir da década de 60 o fenómeno multicultural tem sido tratado, numa perspectiva de resposta multidimensional, a partir das seguintes posturas ideológicas: assimilacionista, integracionista, pluralista e interculturalista (Peres, 1999: 48). Especificando cada uma delas, o autor refere que,

“Na primeira – *assimilacionista* – a diversidade e a diferença são entendidas como ameaças à coesão da sociedade de acolhimento, cuja cultura é considerada como dominante e dominadora. Este posicionamento, em sociedades de tecido social marcado por diferenças étnicas e linguísticas fortes, tem conduzido a situações de conflito larvar e, nalguns casos, a conflitos armados (veja-se os acontecimentos da região das Balcãs em 1993) (...).

A segunda forma de encarar ideologicamente o problema do multiculturalismo - postura *integracionista* – afirma a igualdade de direitos para todos os cidadãos, tratando de promover a unidade através da diversidade, mas move-se em espaços ambíguos, embora imbuída de boas intenções.

Por isso apregoa a luta pela igualdade de oportunidades, sem clarificar a que é igual o igual e abençoa a Teoria da Deficiência explicativa dos défices das minorias, dando, assim, à luz a teoria do «*melting pot*», a qual não assume o respeito pela diferença (...). Esta postura admite que a diversidade é um elemento importante da identidade, contudo a identidade das minorias deve pautar-se pela ideologia do grupo dominante.

A terceira postura ideológica em análise – *pluralista* – afirma-se respeitadora da diferença cultural e entende-a como valência positiva. Além do direito à diferença, cada grupo deve conservar e desenvolver as suas características culturais, no contexto da sociedade de acolhimento (...).

A quarta e última postura ideológica – *intercultural* – permite aceitar e valorizar a diferença e a possibilidade de comunicação, afirmação e diálogo multiculturais. Trata-se de construir uma sociedade aberta, consciente do choque de culturas, mas igualmente receptiva ao exercício da crítica e da postura ética, na defesa de princípios e valores humanos que respeitem a alteridade (Peres, 1999: 48-49).

Na actualidade aposta-se na construção equilibrada de uma sociedade pluricultural, “que implique o diálogo entre culturas, em vez de repressão de uma cultura sobre a outra”. Esse diálogo deve assentar na aceitação do outro tal como ele é e no reconhecimento que “o diferente não é necessariamente inferior - pode ser igual, ou mesmo superior. Um diálogo em que, de parte a parte, se respeite, no outro, o *direito de ser diferente*” (Costa, 1998: 74). Assim, de acordo com a mesma fonte,

“O verdadeiro desafio cultural para a Europa do futuro parece estar na escolha entre uma sociedade *multicultural* - em que as diferentes culturas convivem no mútuo respeito e na solidariedade - e uma sociedade *intercultural*, em que as culturas se não limitam a uma convivência pacífica, mas interactivam umas nas outras, através do diálogo, do conhecimento mútuo, da abertura ao universal, sem prejuízo da originalidade própria” (*Ibidem*: 75).

No entanto, apesar da idealização e luta para a construção de uma sociedade equilibrada verificamos, com frequência, através dos meios de comunicação social, episódios de intolerância e racismo contra determinados grupos populacionais minoritários. Estes apresentam, na perspectiva de Giddens, algumas características comuns como o facto de, normalmente, se encontrarem física e socialmente isolados do resto da comunidade, concentrando-se em determinados bairros, cidades ou regiões de um país. O autor refere que “existem poucos casamentos entre grupos minoritários e majoritários, ou entre membros de grupos minoritários diferentes. As pessoas pertencentes a estes grupos promovem activamente a endogamia de forma a salvaguardar a sua própria identidade cultural” (Giddens, 2004: 250-251).

Para Vermeulen, o facto de se ser “considerado como membro de um grupo étnico é, muitas vezes, um fardo para os membros de uma minoria que ocupa uma posição socioeconómica baixa e traduz-se, sobretudo, numa redução das possibilidades de escolha, em parte como consequência da exclusão e da discriminação” (Vermeulen, 2000: 138).

As relações e interações que os indivíduos constroem prendem-se com o lugar que ocupam na sociedade devido ao resultado da combinação de diferentes factores como o económico, social, cultural e simbólico, de que são possuidores. Nessa medida, privilegiam-se as aproximações que lhes conferem maior segurança e equilíbrio em detrimento de outras (Saint-Maurice, 1997: 111). Para a autora “desenvolvem-se solidariedades práticas entre os “seus” (diferentemente determinados) e criam-se tácticas de indiferença (entenda-se, de defesa) para com os “outros”, que os ameaçam e desvalorizam” (*Ibidem*).

Quanto ao grupo étnico cigano, na perspectiva de Ramirez, a principal razão do distanciamento entre ciganos e não ciganos tem origem no desprezo a que os primeiros foram vetados pela sociedade dominante. Esta perseguiu-os, quis exterminá-los usando a força da “sua Lei” e difundindo na mentalidade das pessoas imagens tão duras e repulsivas que provocaram, forçosamente, o desprezo para com todos os ciganos (Ramirez, 1985: 176).

A cultura ocidental tem contribuído para a marginalização dos ciganos, considerando-os culpados do que de mau acontece e apresentando-os como “insociáveis, delinquentes, embusteiros, selvagens e vadios, sem analisar que nem todos são iguais” (Nunes, 1996: 194).

Assim, ao sentirem sobre eles o peso da injustiça e não encontrando na comunidade que os rodeia uma resposta para as suas inquietações vitais, eles debruçam-se sobre a sua identidade, alheando-se e marginalizando-se. Esta atitude parece-nos evidente pois, como explica Nunes, um indivíduo, “ao sentir que não recebe resposta adequada dos outros membros da comunidade, passa a formar um grupo com outros que sentem como ele e dirige os seus interesses para estes, isolando-se da comunidade” (*Ibidem*: 196).

Segundo Ramirez acusam-se os ciganos de serem insociáveis, culpam-se da sua própria marginalização e dizem que se negam a integrar-se na vida comunitária. Também se encontram opiniões, expressando que aos mesmos

lhes importa pouco o progresso colectivo e acusando-os de serem parasitas da sociedade (Ramirez, 1985: 76).

Desta forma justifica-se quem lhes nega o direito a participar nos benefícios comunitários que a sociedade gera. Asseguram que o diálogo é impossível porque o seu comportamento difere do da maioria e recriminam-nos por terem colocado à sua volta uma barreira que os protege das agressões do exterior (Ramirez, 1985: 77).

A obra *Juventud gitana: esperanzas y problemas* menciona que, no que diz respeito às relações entre ciganos e não ciganos, o conflito encontra-se cada vez mais presente e

“Alcança nos últimos anos novas formas específicas, indicadoras de um conflito social crescente, sobretudo nas zonas urbanas. Sociologicamente pode-se esperar que os conflitos cresçam em número, intensidade e gravidade. (...) Nas condições de miséria, em que viveram e ainda vive a minoria cigana, sociologicamente haveria que esperar mais delinquência cigana e em particular maior número de actos delitivos levados a cabo pelos jovens” (*Juventud Gitana: Esperanzas y Problemas*, 1980: 280-281).

Na opinião de Pinto, ao longo dos tempos a interacção dos portugueses ciganos com a sociedade hegemónica intensificou-se, tendo para isso contribuído a sua sedentarização. Os ciganos encontram-se divididos entre a necessidade de integração numa sociedade pouco tolerante à diferença e o desejo de preservação da sua identidade e autonomia étnica, por isso vão mantendo, tanto quanto possível, um isolamento defensivo. Procuram sobreviver como minoria étnica, perpetuando valores, práticas e modos de vida que, por serem pouco consentâneos com a sociedade moderna ocidental, contribuem para reforçar os contrastes existentes entre o seu sistema societal e a sociedade que os rodeia (Pinto, 2000: 17).

De acordo com Gaya, os ciganos na actualidade, quase todos sedentarizados, sentem necessidade de se integrar e sair da marginalização. O cigano tem a sensação de que está isolado e de que à sociedade não lhe importa, por isso pensa que não há possibilidade de mudança desta para com ele. Sente-se marginalizado mas quer integrar-se e viver como a restante população (Gaya, 1980: 276).

Ao conhecer a realidade das relações inter-étnicas do concelho de Bragança, que expomos ao longo deste capítulo, verificamos que existem ciganos marginalizados que simultaneamente se auto-marginalizam e fecham (Cortesão e Pinto, 1995), enquanto outros criaram laços de confiança e uma boa interacção com a população não cigana, embora com algumas diferenciações, dependendo da localidade em causa.

6.1 – RELAÇÕES INTRAGRUPAIS

No meio urbano, as relações sociais dos indivíduos ciganos limitam-se, maioritariamente, ao espaço dos bairros onde residem, como refere Costa num círculo de convivência restrito (Costa, 1998). No entanto, por vezes, visitam familiares que habitam nas proximidades, na cidade, e também se deslocam a outras localidades²⁰⁷ onde moram parentes e amigos.

A persistência da endogamia constitui um ideal cultural, defendido pela Lei Cigana. Por um lado, encorajam as ligações maritais dentro do próprio grupo, por outro lado, conduzem a sociabilização primária e até secundária dos seus, de modo a reduzir esse contacto com indivíduos exteriores ao grupo, para evitar o abandono cultural pelos seus juvenis²⁰⁸.

Para nós, para casar é o cigano. Os ciganinhos uns com os outros! (...) Porque nos entendemos, é da nossa cor! Tem outros modos de vida, temos outra compreensão que os aldeanos não têm! (...) Para mim era uma desfeita muito grande! Para nós era uma desfeita muito grande! Um garoto ou uma garota se saísse com um aldeano! Nós queremos é ciganinhos, pobres, porque nós não somos ricos, não podem ir a buscar nenhum rico! Pobres, mas queremos um ciganinho! (M., 37 anos, cigana, extracto de entrevista, Bairro Horizonte, 18-09-2004).

Não, não. Eu mais quero um cigano porque..., sei lá? Tem a gente mais convivência, sei lá! (...) penso que não faria caso de nós, o genro ou o carai. Penso que..., sei lá por ser cigana, que fosse mal tratada... (M., 55 anos, cigana, extracto de entrevista, Ribeira, 26-02-2007).

No meio rural, em Penedo, Ribeira, Fonte e Souto, onde as famílias se agrupam e/ou residem num espaço contíguo, de um modo geral, a sua

²⁰⁷ Como aldeias do concelho ou concelhos limítrofes e outros distritos.

²⁰⁸ À excepção de Souto e Penedo, nas outras localidades existem casamentos mistos.

sociabilização ocorre num contexto intra-grupal, ou seja, entre as famílias da mesma localidade.

Em Serrania e Freixo verifica-se um desmembramento dos agregados familiares, devido a motivos vários²⁰⁹, o que levou a que elementos do mesmo se estabelecessem em diferentes localidades do concelho, distrito, outra zona do país ou no estrangeiro. Este facto afectou a dinâmica com a família alargada que, actualmente, vai perdendo terreno, a favor da família nuclear, onde se concentram todos os esforços.

Nós vivos somos onze. Cada um para seu lado, o *Jorge* está em Bragança, a minha *Ana Maria*, a mais nova, está em Macedo, a *Judite* está cá, a *Alzira* está em Ribeira e o *Duarte* está para a Espanha, o *Manuel* está para a Espanha também. Agora está o mais novo ao pé da minha mãe e está lá outro em (aldeia do concelho de Mirandela) também, que é o *Pedro* (M., 38 anos, cigana, extracto de entrevista, Freixo, 11-02-2007).

De encontro a esta realidade, em Coimbra, Gonçalves verificou que a mudança de residência para apartamentos alterou comportamentos em relação à coesão do grupo, tornando-se as famílias mais autónomas,

“proporcionando-lhes seguir as suas próprias ideias, ultrapassar ou mesmo transformar hábitos, costumes e leis ciganas. A ida para os apartamentos faz perder indirectamente a unidade de comunidade, passando esta a unidade familiar; deixa de haver patriarcas, passando alguma influência apenas para os homens de respeito. Estes são normalmente pessoas mais velhas e com algum poder económico que são procurados para dar conselhos na tentativa de apaziguar os problemas” (Gonçalves, 2001: 208).

Na dinâmica da família nuclear, a mulher surge como um pilar importante, uma vez que nela assenta a estabilidade do lar e a transmissão de conhecimentos inerentes à sua cultura.

De acordo com Costa e de encontro à realidade transmontana, a mulher cigana assegura o desempenho das tarefas domésticas e, em caso de perseguição, prisão ou doença do marido, cabe-lhe sustentar a família. Também é da sua responsabilidade a educação dos filhos e a procura de resolução de situações nos organismos públicos e sociais (Costa, 2001: 27).

²⁰⁹ Tais como emigração, ligações maritais noutras localidades, ou outros.

Em termos económicos, no meio rural, o seu contributo tem um peso determinante para o sustento do agregado familiar uma vez que, além do cuidado com a casa, o marido e os filhos, trabalham na agricultura, como jornaleiras.

(os homens) ficam ali à espera, às vezes agarram nos miúdos. Eles assim a papelada não gostam de tratar, diz que dá muito trabalho! (risa). Depois para estar à espera dos papéis e ser atendido e logo nas Finanças! É uma trabalhadeira, ai Jesus! (...) A mãe está mais tempo em casa, a mãe é que está com eles, é que cuida deles, é quem lhe dá de comer e assim (M., 23 anos, cigana, extracto de entrevista, Bairro Horizonte, 16-10-2004).

Eu sempre semeei as minhas batatinhas e os meus feijões. (...) Emprestaram-me sempre a hortinha para eu poder semear e eu sempre tratei disso eu sozinha que o meu homem só mos metia à terra e tirava, que do resto mais nada. Eu ia à jeira de tudo: das batatas, das castanhas, de tudo. (...) Eu chegava a levar os meninos para ir a regar. Levava um xailezinho, deitava-os no chão e eu lá cavava e regava e fazia tudo, nunca tive ninguém que me pusesse a mão. (...) Eu depois acabavam as castanhas eu ia ao rebusco com os meus filhos. O carrinho deles era a minha carreta, metia-os à carreta, levava um bocado os garotos outro bocado as sacas, andava assim, porque os meus filhos nunca tiveram um carrinho de andar a passear (M., 39 anos, cigana, extracto de entrevista, Serrania, 07-03-2007).

Aqui vamos ganhando uma jeira, quando nos aparece! (...) Por exemplo, para mim, é para as batatas, para a azeitona, para a castanha. (...) Não é uma coisa certa. Castanha, o muito que poderá dar, alguns oito dias, quinze, depende daquilo que houver (M., 44 anos, cigana, Penedo, extracto de entrevista, 05-05-2006).

Na perspectiva de Costa, é através da mulher que “alterações de vulto na sua forma de vida se hão-de conseguir, como já está demonstrado em alguns países, caso de Espanha, onde existe mesmo um certo número de associações de mulheres ciganas” (Costa, 2001: 27).

As raparigas mantêm uma ligação estreita com o elemento feminino - a mãe - e, desde cedo, entram em contacto com as tarefas que competem às mulheres. Uma vez iniciada a puberdade assumem a aprendizagem dos trabalhos domésticos, nomeadamente a confecção das refeições, a arrumação/limpeza e o cuidado dos irmãos mais novos. À medida que crescem,

a sua liberdade é restringida à casa e ao bairro, numa tentativa de preservação da virgindade, elemento culturalmente valorizado pelo grupo.

Os rapazes, por seu lado, não vêem o seu campo de acção delimitado podendo, se assim o entenderem, frequentar espaços exteriores ao bairro. De uma forma geral, terminado o período de infância, inserem-se no grupo do pai, irmãos ou familiares mais velhos, com os quais iniciam e adoptam o mesmo modelo de vida.

O homem ocupa o papel de chefe da família, assumindo a autoridade e o poder de decisão. No seu quotidiano ausenta-se com frequência do local de residência, integrando e interagindo em redes de parentes e conhecidos com os quais, além dos momentos de sociabilização, estabelece e concretiza negócios.

As relações intra-grupais desenvolvem-se de forma complexa embora a ideia generalizada, entre a população não cigana, seja a de que existe uma estreita união e solidariedade. Assim, manifestam, frequentemente, vontade de afastamento e isolamento do grupo étnico, repetindo que preferiam viver entre os aldeanos.

Olhe, só queria era uma casinha. A primeira era essa, para depois a gente, olhe para se tirar desta ciganada, só por isso! (M., 52 anos, cigana, extracto de entrevista, Bairro da Encosta, 23-11-2004).

Mais queria uma casa sozinha. Mais longe estivesse, melhor. Mais queria estar sozinho. Porque esta gente agora, os ciganos, só têm inveja. Não se pode fazer... não se pode dizer "hoje fiz aquilo" que amanhã ou passado vão a contar ainda mais do que o que é (H., 25 anos, cigano, extracto de entrevista, Bairro da Encosta, 26-02-2006).

Olhe, eu até preferia que fosse noutro sítio (eventual aquisição de habitação)! Aqui já há muita gente, sabe? É muito cigano! (M., 30 anos, cigana, notas DC, aldeia do concelho de Vinhais, 15-11-2005).

No quotidiano vivem-se situações algo conturbadas, onde o corte e restabelecimento das relações entre os membros da família alargada se tornam uma constante. Um dos principais motivos prende-se com enfrentamentos protagonizados pelas crianças que surgem, muitas vezes, a partir das brincadeiras iniciadas pelas mesmas.

No entanto, apesar das discórdias e desavenças familiares, os momentos difíceis como por exemplo a morte ou hospitalização de um cigano, assim como alguns eventos comemorativos, vivem-nos contando com a solidariedade de todos.

“Cerca de mil ciganos vindos de todo o distrito, da Espanha, França e Alemanha encheram a sala de audiências, os átrios do Tribunal e largo fronteiro àquele edifício. Depois do julgamento e lida que fora a sentença, os ciganos cantaram e dançaram pelas ruas da cidade, indo acabar a festa, ao fim do dia seguinte, na freguesia de Izeda...” (*Mensageiro de Bragança*, s/ autor, 1981: 9).

Enchem logo o hospital, logo se vai a ver o que é que se passou, o que é que foi, porque é que foi e assim. Os aldeanos só se lá vai por amigo ou se tiver amizade a outra pessoa e já não é assim aquela fé, como é connosco. E são mais chibateiros os aldeanos uns para os outros, do que somos nós os ciganos! Nós, o cigano não! Nós, o cigano, há um barulho, há uma coisa, uma delícia: “Vós conheceis fulano”? “Não, não conheço. Não sei, não conheço, não deve ser de cá”. E ele está ali connosco! E por o aldeano não: “olhe fulano mora além. Está lá, está, a tais horas entra e a outras sai” e nós aqui não! Nem connosco nem com raça nenhuma cigana, é isto! (M., 37 anos, cigana, extracto de entrevista, Bairro Horizonte, 09-07-2004).

Na continuação do que acabamos de expor, verifica-se que quando um cigano, individualmente, ou uma família se sente ameaçado/a, por parte de indivíduos exteriores ao grupo, todos se unem em sua defesa e apoio, independentemente das relações familiares e de possíveis questões controversas que possam existir no momento.

6.2 – RELAÇÕES INTER-ÉTNICAS NO MEIO LOCAL

6.2.1 – INTERACÇÕES EM MEIO URBANO

Na cidade a interacção entre ciganos e aldeanos assenta, essencialmente, em relações institucionais e comerciais, como veremos em seguida. Cada grupo mobilizou uma estratégia de simetriação (Bastos e Bastos, 2005), criando e utilizando argumentações diversificadas em relação ao “Outro”, como forma de o responsabilizar pela inexistência de comunicação.

Na opinião de Liégeois, as representações das populações acerca dos ciganos determinam, frequentemente, atitudes e comportamentos a seu respeito, baseando-se em preconceitos e estereótipos (Liégeois, 1994: 35). Segundo a mesma fonte, “qualquer pessoa interrogada exprime uma opinião, muitas vezes categórica, sobre eles, pois crê conhecê-los” mas, na verdade, são desconhecidos e o pior é que a realidade é largamente encoberta pelo imaginário (*Ibidem*).

6.2.1.1 - Na opinião dos ciganos...

Os ciganos residentes na cidade, que integram o nosso objecto de observação, caracterizam-se pela exclusão em que são forçados a viver, a qual abarca vários aspectos do seu quotidiano.

O espaço físico onde habitam, empurrados para a periferia da cidade e dos próprios bairros é já por si um forte factor de exclusão, aliando-se à falta de uma habitação minimamente adequada às suas necessidades e à precariedade dos espaços envolventes.

As carências habitacionais arrastam-nos para situações difíceis, abrindo portas para o agudizar do conflito com os não ciganos. Nesta perspectiva surgem, de forma imediata, problemas relacionados com a higienização quer do próprio indivíduo quer, principalmente, das crianças que frequentam a escola. A discriminação, ilegal mas não responsabilizada juridicamente, de que são alvo nos estabelecimentos de ensino, bem como na via pública e nas lojas, segundo os mesmos, é uma das principais consequências²¹⁰, fazendo com que se sintam maltratados ou tratados como um «lixo».

Há pessoas que, pronto, tratam mal as pessoas porque somos ciganos, porque cheiramos mal ou..., não é? Há sempre um ambiente. Só que nós às vezes não damos ouvidos às pessoas, porque se damos ouvidos impeça uma discussão e assim... eles estão a falar e a gente passa... só que às vezes não consegue isso. Há pessoas que não..., pronto. Nós por exemplo, eu posso andar tão bem como uma pessoa que tenha boas condições? Não pode ser! Não é? Por isso já é uma crítica para nós! (...) Porque os ciganos cheiram mal! E porque os ciganos, pronto, têm isto, porque os ciganos não podem estar ao pé de minha casa, não podem entrar a um café, ou... que eu entro

²¹⁰ Ver, ainda, extractos de entrevistas em “A escola vista pelos ciganos...”.

poucas vezes ao café, mas pronto! Isto para nós é uma desfeita, não é? Porque assim estão... estão-nos a pôr como somos um lixo, igual! Eu ao menos penso assim, não é? E quase toda a gente pensa igual. Porque se eu for a um lado qualquer e que aquela pessoa me rejeite, eu já fico mal, não é? (M., 50 anos, cigana, extracto de entrevista, Largo, 24-05-2004).

Os ciganos atribuem as responsabilidades da sua situação habitacional actual às autoridades autárquicas locais, uma vez que no decorrer dos sucessivos governos as promessas de atribuição de habitação foram contínuas. Estas, de facto, nunca se concretizaram, pois as autarquias onde a ciganofobia é mais acentuada tendem a não cumprir as orientações legais, quando se trata de realojar estes portugueses. Segundo eles, em vésperas de eleições, durante a campanha eleitoral, são visitados por alguns dos candidatos que lhes prometem mudanças.

Dizem eles isso para não nos porem lá, mas nós bem a queríamos! Nunca nos disseram se queríamos ou não. Eu ia para um lado qualquer. Quando é dos Partidos temos lá muita visita, vão lá e prometem mundos e fundos, mas nem o caminho compuseram! (M., 24 anos, cigana, extracto de entrevista, Bairro Horizonte, 06-06-2006).

Vêm cá e fazem promessas, que depois logo que entrem, se entra aquele fulano, que logo de seguida... que nós... vai tratar de nós e não se esquece de nós. Votamos, temos votado, nunca... nunca nos fizeram nada. Mas não votamos, agora, mais! (...) Agora, em mentes não tivermos melhores condições, em mentes não nos tirem daqui, não votamos mais. Temos votado sempre, até aqui, mas agora daqui em diante não votamos. Perda quem perder, ganhe quem ganhar (H., 40 anos, cigano, extracto de entrevista, Bairro Horizonte, 18-09-2004).

A nível social e cultural, hostilizados durante inúmeras gerações, evitam aproximar-se de modos de viver de onde foram excluídos, a não ser muito apoiados por «brancos» que mostrem desejar a sua participação ou presença²¹¹.

Nós damo-nos assim com os ciganos e assim. Mas com os aldeanos, sem ser com a professora *Antónia* e a professora *Ângela*, não temos relações com mais ninguém. (...)

²¹¹ Ver anexo 10.

Convivemos, convivemos uns com os outros (M., 23 anos, cigana, extracto de entrevista, Bairro Horizonte, 16-10-2004).

Olhe, nós nunca vamos para ao pé de um aldeano, nunca saímos daqui de casa, estamos longe dos aldeanos (M., 27 anos, cigana, extracto de entrevista, Bairro da Encosta, 17-09-2004).

O sentimento de rejeição por parte da sociedade maioritária, que interiorizam a partir de determinadas atitudes expressas ou implícitas no comportamento dos aldeanos, está presente no seu quotidiano.

Sim, porque se vão a um sítio qualquer, mesmo para comprar uma casa ou um sítio qualquer, ou assim, se sabem que é para ciganos, se estiverem para vender por cem contos ou assim, se sabem que é para ciganos, já pedem quinhentos ou mil, só para não vender! Se sabem que é para ciganos (M., 20 anos, cigana, extracto de entrevista, Largo, 07-10-2004).

As relações extra-grupais assumem um carácter económico e institucional, como já referimos anteriormente. No primeiro caso, principalmente, através da compra de bens, sobretudo alimentícios, algum vestuário, mas também de animais, automóveis, ou outros, assim como a venda destes últimos. As relações institucionais prendem-se com a frequência de determinados serviços quer públicos, quer de cariz particular ou de solidariedade social. Por vezes cultivam relações de compadrio com indivíduos de algumas instituições, normalmente com algum status social, para se sentirem apoiados, em caso de necessidade.

Apesar do distanciamento (social) em relação aos aldeanos, percebem uma mudança de atitude por parte dos mesmos no sentido de, na actualidade, se verificar uma maior aceitação para com os indivíduos deste grupo étnico e frequentarem determinados espaços.

(...) agora já vimos todos para uma escola, prontos, até impeçamos por aqui e dantes não era assim. Donde cem ciganos havia um que sabia estudar e agora não, agora já é tudo geral. Quem quiser..., quem quiser não, são obrigados a ir à escola! E mesmo as pessoas, dantes fugiam de nós e agora não (M., 50 anos, cigana, extracto de entrevista, Largo, 25-11-2004).

(...) mandam-nos por exemplo à Caixa, vamos. Mandam-nos à Junta, vamos e ali já se coisa melhor a gente, já falam melhor e tudo. À escola é o mesmo, temos mais conviver agora do que primeiro (M., 33 anos, cigana, extracto de entrevista, Bairro da Encosta, 19-04-2006).

Profissionalmente, o mercado de trabalho urbano, cada vez mais exigente em relação à qualificação da mão-de-obra, deixa-os à margem, pois as habilitações académicas e profissionais destes indivíduos são baixas ou nulas. Acresce ainda, na opinião dos ciganos, o factor discriminação que se verifica por parte das entidades empregadoras.

No Centro de Emprego, apesar de se encontrarem inscritos há anos, o que significa disponibilidade para emprego registam-se, esporadicamente, “chamadas” para os indivíduos deste grupo étnico.

Muitos aqui, se vão pedir trabalho nem lhe dão trabalho que por serem ciganos têm medo que lhes roubem certas coisas (H., 25 anos, cigano, extracto de entrevista, Bairro da Encosta, 26-02-2006).

Ainda outro dia a *Judite* foi à procura de emprego e não lho deram por ser cigana. Ainda outro dia fui ao Desemprego: “Vinha aqui a ver se me ajudavam a assinar uma carta”, estava lá um homem que disse: “Olhe, se não sabe, vire costas e vá-se embora, se não sabe aprenda”! (M., 24 anos, cigana, extracto de entrevista, Bairro Horizonte, 06-06-2006).

6.2.1.2 - Na opinião dos aldeanos...

Os aldeanos, em geral, consideram que os ciganos usufruem de todos os direitos como os demais cidadãos, mas no que diz respeito ao cumprimento dos deveres, ficam muito aquém da restante população. A permissividade e o facilitismo, em relação aos mesmos, por medo de retaliações, afirmam,²¹² conduzem ao incumprimento da lei sem que lhes sejam exigidas contrapartidas.

²¹² Convém tomar em consideração a experiência antropológica, em situações culturalmente paralelas, que mostram que o grupo hegemónico tende (nos EUA) a permitir ou até a estimular as infracções do grupo minoritário (no caso, os descendentes dos ex-escravos negros) para confirmar e substantivar a opinião de que são delinquentes e marginais, sem lugar na sociedade (hegemónica e excludente), reforçando desse modo o racismo pré-existente.

Quando um deles cometeu um crime, ou quando um deles passa com um carro que não está legal e a própria justiça olha para o lado, para não ter problemas, chega a esses locais e são postos na rua para não ter problemas? Está mal, alguma coisa está mal, começa pela justiça! (H., 53 anos, aldeano, extracto de entrevista, Bragança, 29-06-2006).

Ninguém exige deles! Nós vemos, se tu passas com o teu carro sem inspecção, pagas multa! Se andas sem seguro pagas multa, se andas com o carro a cair aos bocados, não podes e eles podem tudo! Eles podem! Eles podem tudo! Ainda outro dia eu ia ao (nome de hipermercado) e quem se mete a passar? A carrinha deles, sem pisca, sem nada! Se calhar nem tem pisca, nem tem nada! Estavam ali os senhores agentes naquela rotunda do (nome de hipermercado), e eu disse: pronto, aquela carrinha não pára, mas eu vou parar! Autêntico! Eles passaram e a mim: alto! Eu estive para lhes dizer! É que eles não trazem documentos, nem carta de condução, nem documento nenhum! Portanto, são estas facilidades que se lhes dão que contribuem para isso e depois as pessoas, claro que têm de ficar revoltadas! Nós temos de cumprir tudo a rigor e eles nada! É tudo dado! (M., 51 anos, aldeana, extracto de entrevista, Bragança, 18-07-2006).

O RSI tornou-se numa ajuda social que veio agravar as tensões para com os ciganos uma vez que, na opinião dos aldeanos, cria dependências e falta de hábitos de trabalho. Este é um dos factores que interfere, de forma contundente, para uma imagem negativista em relação a este grupo étnico, acusando-se os mesmos, da situação de pobreza em que vivem (Monreal, 1996).

Na cidade, acho que..., o cigano da cidade não quer trabalhar! Porquê? Porque tem o RM e governa-se à boa vida! (...) Porque é que hão-de dar..., aliás, eu não sou racista, porque é que hão-de dar aos de etnia cigana sem trabalharem? Eles não precisam de trabalhar! E portanto eu digo-lhe que há famílias que estão a receber um dinheirão! (M., 50 anos, aldeana, extracto de entrevista, Bragança, 09-06-2007).

Mas acho que o RM veio aqui a descompor um bocadinho a situação! Dar-lhe dinheiro, sem os obrigar a trabalhar, é muito complicado! Não sei como é que isso se poderá fazer, mas... eles deviam ter..., ao receber deviam ter uma obrigação, uma ocupação que lhe dava, dando-lhe o dinheiro, esse dinheiro tinha que os obrigar a fazer alguma coisa e acho que não está a correr bem isso! Está a criar vícios e outras coisas (H., 50 anos, aldeano, extracto de entrevista, Penedo, 06-07-2006).

(...) há os outros que vivem nestas barraquitas, sem água, sem luz e sem nada e não fazem nada para mudar! Porque têm lá os subsídios, têm o RM, têm essas coisas, a pedinchice continua..., eles continuam a pedir e vão-se governado assim, com a vida fácil! (...) É por minha vontade ou por tua que eles vivem sem lutar por nada, sem nada lhes faltar? Com certeza que não! Até gera revolta, uma pessoa luta, trabalha e eles andam aí a estender a mão! E ainda têm todos os apoios, subsídios e isso! (...) Quer dizer, nós trabalhamos, pagamos impostos, tudo e mais alguma coisa e a eles dão-lhe tudo de bandeja! (M., 51 anos, aldeana, extracto de entrevista, Bragança, 18-07-2006).

Olhe, deixe-me lá de ciganos que estou farta deles até aos olhos! Já não os posso ver. Na segunda-feira vou telefonar para a Protecção de Menores, que lhe cortem o RM a um, porque eles só vão à escola quando lhe apetece, vão porque lhe dão o RM e vão para ir comer, mais nada! Depois somos nós que os andamos a sustentar porque isso do RM quem o paga somos nós! (M., 52 anos, aldeana, notas DC, Serrania, 24-11-2006)²¹³.

Estes ciganos são percepcionados, quer na cidade, quer na região, como indivíduos que praticam alguma agressividade para conseguirem os seus propósitos, o que provoca rejeição e afastamento por parte da população não cigana.

(...) já não se pode ter grandes convivências com eles e eles já se têm..., pensam eles que já são mais evoluídos e depois são mal-educados. Já não se pode..., tem que se pôr um bocado à parte. Embora se fale com eles, tal e tal, mas..., confiança, zero! (H., 62 anos, aldeano, extracto de entrevista, Souto, 03-07-2006).

sei que aqui na cidade são extremamente agressivos e mal educados, até batem nos professores, por isso é que têm a Escola Segura! Por causa dos ciganos! (M., 40 anos, aldeana, extracto de entrevista, Souto, 09-06-2006).

dali ninguém sai, mas também ninguém entra! Também nem permitem que ninguém entre! Ninguém tem o atrevimento sequer de entrar naquele acampamento! (...) Portanto, nem as autoridades entram lá no espaço deles, quanto mais outra pessoa! Não entram! Ali não entraram! E não foi a primeira vez, que eu já vi mais casos! Andam por ali perguntam, mas não entram! (M., 51 anos, aldeana, extracto de entrevista, Bragança, 18-07-2006)²¹⁴.

²¹³ Refere-se a crianças que frequentam a escola em Bragança onde desenvolve a sua actividade profissional.

²¹⁴ Refere-se ao Bairro Horizonte.

6.2.2 - INTERACÇÕES EM MEIO RURAL

Em relação ao meio rural, a interacção que se estabeleceu entre ciganos e aldeanos no concelho de Bragança abrange situações variadas, tendo em conta o meio local onde os indivíduos desta etnia residem.

Nalgumas povoações criaram-se dinâmicas activas entre portugueses ciganos e não ciganos e a presença dos primeiros é assinalada de forma positiva por parte dos segundos.

Noutras localidades, no entanto, a interacção desenvolvida traduz-se num distanciamento entre ambos mas, apenas, expresso nas entrevistas realizadas aos indivíduos não ciganos.

6.2.2.1 - Na opinião dos ciganos...

Em quatro das seis povoações estudadas, a opinião de ciganos e aldeanos converge pois, de uma forma geral, ambos os grupos consideram que mantêm uma relação amistosa e uma interacção positiva.

Em Penedo e Fonte, o facto das suas habitações se concentrarem no mesmo espaço, algo afastadas do núcleo populacional, condiciona a sua socialização que se verifica, maioritariamente, no próprio grupo. No entanto, interagem com os aldeanos através de actividades várias, tais como laborais, de lazer²¹⁵, ou religiosas.

Eu às vezes até ao domingo, vá, não é sempre! Não é sempre todos os domingos! Às vezes vou até lá em cima ao café e estou lá entretido a jogar às cartas! (H., 40 anos, cigano, extracto de entrevista, Penedo, 09-05-2006).

O resto do tempo passamos em casa, a tratar do almoço, a arrumar a casa e a tratar dos garotos e assim. (...) as pessoas de cá andaram-nos a dizer que era bem que fizéssemos a Primeira Comunhão, que era bonito e que, pronto, que ficávamos bem na Comunhão. Elas andam na catequese. (...) Por exemplo, vamos à missa de um enterro, no domingo há uma festinha somos capazes de ir à missa porque tem uma procissão, vamos à comunhão, vamos a baptizados da nossa família e mais nada (M., 35 anos, cigana, extracto de entrevista, Fonte, 27-11-2006).

²¹⁵ Como por exemplo, os homens, através do jogo das cartas, nos cafés da aldeia.

Em Serrania e Freixo, a realidade diferencia-se da que acabámos de expor mas consideramo-la algo idêntica entre si, uma vez que, em ambos os casos, existe um elevado número de casamentos mistos, o que poderá reflectir-se numa convivência amistosa entre os dois grupos. Estes ciganos identificam-se, cada vez mais, com os aldeanos relativamente às suas vivências do quotidiano²¹⁶. Com as habitações disseminadas pela povoação, as relações sociais e/ou laborais desenvolvem-se no seio da aldeia, com os vizinhos, bem como na família nuclear, em detrimento do grupo/família alargada.

(...) quer dizer, como já estão os ciganos com as aldeanas e as aldeanas com os ciganos, já querem dizer (os aldeanos em geral) que são arraçados. Já querem dizer até que são mais aldeanos do que ciganos. Já está aquela mistura feita diferente (M., 39 anos, cigana, extracto de entrevista, Serrania, 07-03-2007).

É verdade, já não nos tratam como ciganos! (...) Está esse aí, o vizinho..., dizem os garotos: "aqueles são ciganos". "Não lhe chameis ciganos que eles não são ciganos, eles são como nós, não são ciganos"! (M., 65 anos, cigana, extracto de entrevista, Serrania, 25-01-2007).

Aqui já não nos consideram ciganos, já ninguém diz que somos ciganos! (M., 20 anos, cigana, notas DC, Freixo, 11-02-2007).

(...) mas eu aí não lhe posso dizer nada, porque eu já não estou metida nessa matilha dos ciganos! Porque eu já fui mais habituada ao lado dos aldeanos, do que ao lado dos ciganos (M., 38 anos, cigana, extracto de entrevista, Freixo, 11-02-2007).

No que diz respeito a Ribeira e Souto, os ciganos entrevistados expressam sentimentos de bem-estar e a manutenção de relações cordiais para com a restante população, à excepção de uma família que reside em Ribeira²¹⁷. No entanto salientam as suas atitudes e comportamentos que consideram adequados e correctos para a manutenção da situação que relatam.

²¹⁶ Nas suas actividades laborais, na maneira de vestir, entre outros aspectos.

²¹⁷ No seu discurso, um dos indivíduos revela que: "Não querem saber de nós! Não sei, parece que desconfiam da gente! "Oh, são ciganos, não são de confiança, ou assim!" Porque muitas das pessoas, aldeanos, desconfiam da gente, não é? "Oh, eu chamava aquela cigana, mas se calhar não é de confiança? E se a chamamos e se nos roubam?" E isto e aquilo? Muitos aldeanos é o que pensam (M., 55 anos, cigana, extracto de entrevista, Ribeira, 26-02-2007).

Devemos aqui referir que a opinião dos aldeanos entrevistados nestas povoações diverge, como veremos mais adiante.

Ah, é boa gente (os habitantes da aldeia)! (...) Gostam (dos ciganos) sim senhora e os ciganos dos aldeanos, vamos lá a ver! Eles também não tratam mal ninguém, nem os ciganos tratam mal os aldeanos, não é? (H., 47 anos, cigano, extracto de entrevista, Souto, 06-03-2007).

Aqui vive-se bem. As pessoas são bem-educadas, nós também somos para os outros. (...) Pelo menos eu dou-me com todos, aqui. (...) Há de tudo (aldeanos), há aí dois ou três que se não pudéssemos cá estar não nos queriam cá. Só que há três ou quatro que não gostam, só que os outros gostam todos (H., 31 anos, cigano, extracto de entrevista, Souto, 08-03-2007).

A gente do povo, eu não tenho tido queixas nenhuma, já aos anos que estou cá, não tenho tido queixas nenhuma. (...) Olhe agora já muito tempo que eu não vou, mas quando vou ver a minha prima lá baixo, sempre vejo ali as pessoas, estou a falar com elas um bocadinho depois vou à minha vida (M., 49 anos, cigana, extracto de entrevista, Ribeira, 26-02-2007).

Pelo que podemos concluir, as relações entre ciganos e aldeanos, que os primeiros consideram normalizadas, traduzem-se em diálogos casuais e/ou, por vezes, alguma troca de serviços.

Cada grupo ocupa o seu espaço, no que diz respeito às relações sociais e de vizinhança sendo que, por residirem num meio pequeno, de fácil controlo social, esse facto faz com que se entendam e se respeitem mutuamente.

6.2.2.2 - Na opinião dos aldeanos...

Nas aldeias onde a interacção entre os dois grupos étnicos se desenvolve de forma amena, para os não ciganos uma das principais causas do bom entendimento prende-se com o facto de se tratar de indivíduos que trabalham com regularidade.

As localidades do meio rural necessitam do recrutamento de obreiros para efectuar as tarefas agrícolas, principalmente algumas delas que requerem um número elevado de trabalhadores (O'Neill, 1984).

Como vimos anteriormente, os fluxos emigratórios elevados nesta região, principalmente a partir dos anos 60 do século passado, levaram à saída sobretudo da população jovem das aldeias. Neste sentido, como explica Pina Cabral em relação à realidade observada no Alto Minho, as consequências surgiram de forma imediata:

“o número de homens jovens que desejavam dedicar-se à agricultura foi diminuindo rapidamente. Os que prosseguiram os estudos integraram-se na vida da vila (não há liceus nas áreas rurais) e, posteriormente, os que ingressaram na universidade integraram-se na vida das cidades. Os que não possuíam meios para continuar a estudar, tentaram obter empregos assalariados que, geralmente, os afastaram mais da vida do lugar e do trabalho agrícola. Este processo foi ainda mais facilitado pela acessibilidade dos meios de transporte” (Pina Cabral, 1989: 158).

Assim, a população cigana, devido à escassez de mão-de-obra local nas aldeias transmontanas começou, pouco a pouco, a desenvolver variados trabalhos agrícolas para os agricultores. Progressivamente, ganhou conhecimentos e a confiança dos empregadores, de forma que a sua situação melhorou e mantém-se o nível de empregabilidade, até aos dias de hoje²¹⁸.

Não trabalhavam, também não havia quem lhe desse trabalho. Eles também não trabalhavam porque não havia quem lhe desse trabalho. Na altura quem lhe dava trabalho? Não havia trabalho. (...) Havia a mão-de-obra em casa e alguma jeira que havia de algum rico que tinha muita propriedade, mas havia operários à farta, a sobrar nas aldeias. Cá por exemplo, eu recordo-me, morava aqui em cima..., só neste bairro, havia quinze ou dezasseis obreiros, não precisavam de ir a mais lado nenhum. (...) havia muita mão-de-obra nas aldeias. Faziam pouco, depois mais tarde, a partir de 75 começou a haver mais porque também o pessoal tinha ido para África, outros para o estrangeiro e então eles já começavam a trabalhar, já lhe davam muitas segadas (H., 73 anos, aldeano, extracto de entrevista, Penedo, 12-03-2007).

Actualmente, os ciganos são considerados mão-de-obra essencial tanto na aldeia onde habitam como, nalguns casos, em povoações vizinhas uma vez que asseguram, uma parte importante dos trabalhos agrícolas.

Na aldeia onde O'Neill realizou o seu estudo “os habitantes lamentam a situação das casas de proprietários abastados com excessos de terra e

²¹⁸ Ver anexo 11.

dificuldades em arranjar mão-de-obra”. Estes não possuem força de trabalho suficiente nos seus grupos domésticos e é-lhes difícil contratar jornaleiros, pois, “já passaram os tempos em que as casas abastadas podiam manter quatro ou cinco criados, dado que emigraram muitos dos pobres que trabalhavam para elas” (O’Neill, 1984: 157). O mesmo autor refere, ainda, que “uma grande parte das propriedades destes fogos está por cultivar e coberta de mato” (*Ibidem*).

Os trabalhos a desempenhar são os mais variados, sendo que muitos proprietários lhes cedem terrenos que os próprios cultivam para auto-consumo, situação que os proprietários preferem a ver os terrenos abandonados e incultos.

Vão aos fardos, cavar as vinhas, as oliveiras, limpar castanheiros. A época das castanhas, apanham as castanhas a meias para as outras pessoas, pessoas que não apanham, dão-lhe a meias, eles apanham. Portanto eu acho que estão completamente integrados na povoação (M., 33 anos, aldeana, extracto de entrevista, Serrania, 14-12-2006).

As vezes arrendam-nas, a esses emigrantes que estão na França. Olha, trabalhai aquela terra, fabricai aquela terra! É assim. (...) Fabricam, a horta, batatas, feijão, cebolas, isso que pertence à horta (M., 76 anos, aldeana, extracto de entrevista, Freixo, 26-01-2007).

Agora, se a gente tem um obreiro para trabalhar, só pode ser cigano! Porque aldeanos não os há e os ciganos aprenderam a trabalhar! Eu mesma tenho um afilhado cigano que às vezes vem trabalhar para nós, mas é só Sábado ou Domingo porque ele tem outro trabalho. Só Sábado ou Domingo é que ele não está nesse compromisso e às vezes vem para nós. Depois eles aprenderam a trabalhar. Também, as pessoas eram obrigadas, porque já não havia mais ninguém, então tinham de se limitar ao trabalho do cigano..., coitadinho, porque ele não tinha prática, ninguém o ensinava. Depois lá foi aprendendo, lá foi e esses que estão por aí agora já trabalham bem! (M., 73 anos, aldeana, extracto de entrevista, Fonte, 12-07-2006).

O clima de confiança que se estabeleceu entre os dois grupos tornou-se fundamental para a criação de uma relação sólida, que se repercute num ambiente de tranquilidade entre ambos. Os habitantes das aldeias caracterizam-nos com alguns atributos, tais como a boa educação, honestidade, o facto de serem trabalhadores e mostrarem humildade.

São pessoas honestas como outra qualquer, trabalhadoras, tanto ou mais do que outras, pronto! (H., 58 anos, aldeano, extracto de entrevista, Serrania, 16-11-2006).

Muito respeitadores, muito respeitadores! Se às vezes faltar alguma coisa ou alguma coisa errada, que ninguém tome a culpa aos ciganos, que eles não fazem coisa errada aqui! A gente também os respeita, por exemplo ele vai para minha casa, eles vão para minha casa trabalhar..., aqui não é uso, agora só paga a jeira, mas o meu marido não gosta de andar a trabalhar e depois mandá-los a comer a casa deles. Então o dia que vão trabalhar para nós faz-se a comida para todos, todo o mundo come ali à mesa, come e bebe, igual às outras pessoas, não há distinção entre os ciganos e os aldeanos. O meu filho é íntimo amigo dos ciganos, não há nenhum cigano que não seja amigo dele (M., 73 anos, aldeana, extracto de entrevista, Fonte, 12-07-2006).

Não, toda a gente tem confiança neles! Toda a gente tem confiança neles! (...) Estes aqui são sérios, muito amigos de ajudar, deixam de fazer o trabalho deles para nos vir a ajudar a nós! São pessoas sérias! (M., 33 anos, aldeana, extracto de entrevista, Freixo, 26-01-2007).

Em Souto os aldeanos consideram que não existe interacção com os ciganos aí residentes. O facto dos agregados familiares viverem maioritariamente do RSI, não exercendo nenhuma actividade profissional e a falta de hábitos de higiene dos próprios, assim como de espaços públicos próximos às suas habitações, são os principais motivos, segundo os entrevistados, que levam ao afastamento.

Não..., sei lá..., é assim, são os ciganos, somos nós. Se os chamamos para trabalhar um dia eles vão, convivem connosco, só que depois, pronto, vão para a comunidade deles e é aquilo mesmo, não se adaptam à nossa vida. (...) Só que é a tal conta, pronto, nós cá e eles lá. Não há aquela, pronto... como uma vizinha normal por exemplo, que conversamos, convivemos, que nos ajudamos, que partilhamos as nossas coisas. (...) Passamos, damos o bom dia ou boa tarde e eles respondem e mais nada. Como toda a gente do povo. Lá há uma..., pronto, ou então, ou assim, ou andando, ou "o miúdo está melhor", ou... e pronto, não há mais nada (M., 40 anos, aldeana, extracto de entrevista, Souto, 08-03-2007).

O povo está contra porque não são limpos. (...) É isso, mais nada, porque não são mal-educados nem nada! E estragam muito. Estão-lhe a dar dinheiro e estragam muito. (...) O povo o que queria é que eles convivessem e que fossem limpos e mais nada, não

queríamos mais nada. Não queríamos mais nada deles. Porque eles não mexem em nada, são educados. (...) Eu quanto a mim não estão integrados..., não sei, não sei explicar bem (M., 61 anos, aldeana, extracto de entrevista, Souto, 06-12-2006).

Muito pouco (convívio). Eles vivem a coisa deles, mesmo quando há um funeral, eles lá fazem o funeral e as coisas deles. (...) Mas de resto não se juntam assim muito. Claro, ao café vão e essas coisas todas, mas do resto não acompanham assim muito com o pessoal da aldeia. Há sempre aquela diferença. (...) Aqui as pessoas da aldeia não são pessoas racistas. Desde que eles não se metam com ninguém, o pessoal também não se mete com eles! (...) Não querem trabalhar, porque às vezes podiam ter (“horta”). Há aí até campos abandonados que lhos cediam, mas o cigano não está habituado a essa maneira de viver (H., 62 anos, aldeano, extracto de entrevista, Souto, 03-07-2006).

Em Ribeira os aldeanos, em geral, consideram que os ciganos não vivem incluídos no espaço rural, por serem os próprios a não querer adaptar-se a um estilo de vida padronizado. As acusações são variadas, desde insociáveis, preguiçosos, oportunistas, considerando-os, até, perigosos²¹⁹.

A maioria das famílias pratica o semi-sedentarismo deslocando-se, sazonalmente, para Espanha e/ou outras regiões do país, em trabalhos agrícolas, uma vez que, segundo os mesmos, na localidade não conseguem meios suficientes para cobrir as suas necessidades. Esta realidade não é percepcionada pelos aldeanos uma vez que a opinião generalizada dos entrevistados é que “não querem trabalhar”, “não fazem nada” ou “vivem do Rendimento Mínimo”.

Em Ribeira a situação... eu não posso criticar só as pessoas de etnia cigana. Eu acho que os responsáveis e os que têm tido nas mãos a direcção dos destinos desta terra têm tido também, talvez, um bocadinho de culpa. (...) Outra coisa, eu acho que deveria haver aquela coisa..., em vez de haver aquela repugnância, daqui e dalém, aquela coisa, dizer: “meus amigos, vocês estão aqui, são nossos mas têm de se integrar e têm de viver como nós e para viver como nós os senhores têm de tentar trabalhar, têm de tentar organizar-se para poder ter uma casinha, para poder ter uma casa de banho e não viver nessas barracas grupos de oito e dez pessoas e essa coisa toda”, não é? Nós não vivemos num país de terceiro mundo, no meu entender! (...) As pessoas do povo..., todas as pessoas estão contra! (H., 64 anos, aldeano, extracto de entrevista, Ribeira, 14-07-2006).

²¹⁹ À excepção de um agregado monoparental, de casamento misto, e dos indivíduos (dois) que, por vezes, realizam trabalhos na localidade.

Pouca relação. (...) Tanto é que o cigano, se morrer um aldeano, ninguém vem ao enterro do aldeano. (...) O povo não pensa nada. Anda para aí a ciganada, anda isso aí e isso é um perigo com eles. E é, com alguns é um perigo. Com alguns é um perigo. (...) Não são de confiança. (...) vão (ao café), mas claro, lá estão mas não têm relação com ninguém. Podem entrar e saem mas vão-se embora. Não, o cigano não tem grande relação. (...) O que afasta é a pouca cultura deles. Pois. Eles têm uma mania de que são ciganos e não querem saber. Querem viver na miséria e não se querem adaptar à vida dos outros. (H., 75 anos, aldeano, extracto de entrevista, Ribeira, 17-01-2007).

Aqui na aldeia fala-se muito nos c's. O pessoal diz: "um c, passou ali um c"! Porque não dizer um cigano? Se eles são, temos que chamar! (...) Mas o simples facto de dizer, passou ali um c, já se vê uma maldade (M., 27 anos, aldeana, extracto de entrevista, Ribeira, 29-05-2006).

Apesar da inexistência de interacção entre ambos os grupos nesta localidade, verifica-se um suposto aproveitamento quer político, quer a outros níveis²²⁰, evidenciado em atitudes diversas por parte dos aldeanos.

Aqui os ciganos foram usados, tanto pelo PS, como PSD, como por todos, porque quando é na altura das eleições andam atrás deles, até o gasóleo lhe pagavam para vir de Zamora cá a votar e cabritos e tudo! (M., 44 anos, aldeana, notas DC, Ribeira, 11-04-2006).

No ano em que eu estive em Ribeira tive dificuldade para manter o grupo para o ano seguinte e recordo-me na altura de me terem falado que residiam ali perto (ciganos) e que tinham dois ou três filhos (interrupção) ... e disseram-me para ir ter com eles para a manutenção do lugar, mas estavam para Espanha (H., 46 anos, aldeano, extracto de entrevista, Bragança, 17-07-2006).

À excepção dos indivíduos entrevistados em Ribeira, nas restantes povoações do meio rural, a opinião dos aldeanos converge no sentido de particularizarem, pela positiva, os ciganos da localidade. Assim, verificamos existir um duplo padrão avaliativo, que torna os conhecidos numa «excepção»

²²⁰ Como por exemplo o que está expresso no extracto de entrevista seguinte (H., 46 anos, aldeano, em 17-07-2006): Para a manutenção de um posto de trabalho no Jardim-de-infância da aldeia (cobiçado, pela proximidade a Bragança), "vai-se ter com os ciganos", mas não se vai ao encontro deles por se considerar benéfico frequentarem este nível de ensino.

ao estereótipo negativo. Este facto permite manter os preconceitos no nível verbal, sem entrar em contradição com a prática social.

A minha preocupação maior não é com os ciganos que tenho cá a viver, é com esses que vêm de fora. Esses é que por vezes vêm cá a fazer os desacatos e os espalhafatos. Os que estão cá a residir, a não ser o lixo, não tenho grandes problemas com eles. (...) na cidade tem mais possibilidade de fazerem o que eles querem. De fazer o que eles querem não é bem assim mas de vadiagem e de roubar, têm mais possibilidades, porque na aldeia é mais complicado para eles, porque na aldeia se são apanhados estão sujeitos a enchertarem-nos! (...) O cigano da cidade já não se pode ter grande convivência com eles (H., 62 anos, aldeano, extracto de entrevista, Souto, 03-07-2006)

Bem, nós até que nem podemos dizer nada, porque por aí abaixo há cada um! Estes ao menos não se metem na droga e não roubam! Nunca desapareceu nada, eles roubar não roubam e até são trabalhadores, alguns! Olha, o João, acabou agora o curso e já foi lá a pedir-me emprego! (H., 50 anos, notas DC, Penedo, 14-06-2006).

Dentro dos ciganos, são dos melhores ciganos que há! (...) São gajos que normalmente não roubam. Se não estiverem com os copos são educados e respeitadores e parte dos ciganos são ladrões, roubam por sistema e aqueles ali não, estão mais ou menos enquadrados ao habitat ali da parvónia, não é? (...) Os do Bairro Horizonte são mais para o vigaro, não têm tanto a ver com estes. (...) esses de Ribeira só andam no gamanço. Ali não, estes têm um comportamento melhor, não é? (H. 48 anos, aldeano, extracto de entrevista, Fonte, 03-01-2007).

De uma forma geral, mesmo nas localidades com maior nível de interacção entre os dois grupos, apesar de não se verificarem animosidades, o estigma de “ser cigano” prevalece na mente das populações, tardando em desvanecer-se. Este sobressai, por vezes, no quotidiano em variadas situações.

Fomos arrancar as batatas para uma senhora de cá, depois o cigano era dali da (nome da aldeia). (...) Os ciganos quando é para trabalhar andam ali... arrouça, arrouça, quando vão a trabalhar já é tarde e mal! Diz assim o *Manuel*:

- Quem é que vai arrancar as batatas à *Rita*?

- É o *António*.

- “Oh carai, só vos sabeis meter com ciganos”! - Eu estava lá, nada, não lhe disse nadinha, calei-me e não respondi! – “Só vos sabeis meter com os ciganos, ainda se lhe dissesses ao *Joaquim*, agora foste-lhe a dizer aos ciganos, olha logo com quem te foste

a meter, com os ciganos e tal"! - Pronto, aquilo passou, lá veio o *António*, lá arrancámos as batatas. Naquela semana começou a querer chover, veio aqui a minha casa:

- Ó *Alzira*?

- Diga.

- Podes vir para mim às batatas?

- Quando?

- Na quarta.

- Não senhora, que os ciganos não podem ir para você! Você tal dia disse isto, então não posso ir! - Não fui, a sério, não fui para lá (M., 38 anos, cigana, extracto de entrevista, Freixo, 11-02-2007).

(...) como eu já lhe disse tenho a minha irmã mais nova, tem dez anos menos do que eu, casou com um descendente de ciganos. (...) Inicialmente não são bem aceites e eu posso falar, senti-o na pele! Foi um desgosto! (M., 52 anos, aldeana, extracto de entrevista, Serrania, 30-11-2006).

Apesar da aceitação dos indivíduos ciganos em determinados contextos do meio rural transmontano, persistem as agressões, tanto verbais, como atitudinais para com os mesmos, de forma sistematizada, marcando pela exclusão aqueles que as sofrem. Este tipo de reacções faz com que continue presente uma diferenciação com a restante população da localidade, ou seja, por um lado os ciganos e por outro, os aldeanos.

6.3 – RELAÇÕES INTER-ÉTNICAS EM CONTEXTO ESCOLAR

6.3.1- ALGUNS DADOS SOBRE O ATRASO ESCOLAR PORTUGUÊS

A alfabetização das populações tornou-se uma das principais preocupações dos sucessivos governos, para onde se canalizam variados esforços ainda que, por vezes, se revelem insuficientes. O analfabetismo, abandono e absentismo, assim como o insucesso escolar constituem problemas de difícil resolução e mantêm ainda, na actualidade, índices elevados. As medidas adoptadas, até ao momento, não se mostraram suficientemente eficazes, nomeadamente no que diz respeito a determinados grupos populacionais²²¹.

²²¹ Como a população feminina, rural e algumas minorias étnicas.

Em relação às taxas de analfabetismo, Almeida *et al.* descrevem que em 1985 cerca de 17% dos portugueses com quinze e mais anos eram analfabetos, mas este valor aumenta significativamente para 21% quando considerada a população feminina, separadamente²²². Conclui-se, pois, que Portugal apresenta taxas elevadas de analfabetos, se comparado com outros países europeus (Almeida *et al.*, 1994: 56).

Dados do Ministério da Educação indicam que se passou de uma taxa de analfabetismo de 20, 6%, em 1980, para 16%, em 1989, mas em Setembro de 1988 ainda se estimavam valores na ordem dos 18% (*Ibidem*)²²³.

Em 1991, os analfabetos com idade superior a dez anos correspondiam a cerca de um milhão de pessoas, equivalendo a 11% do total da população, segundo informação de Machado e Costa. Os autores mencionados acrescentam que estes números “colocam Portugal ao nível em que se encontravam as regiões mais avançadas da Europa no início do século XX” (Machado e Costa, 1998: 24).

Quanto ao concelho de Bragança verifica-se uma redução do número de analfabetos nos últimos anos, tal como aconteceu no resto do país²²⁴, mas com taxas de analfabetismo superiores às nacionais.

Veja-se, por exemplo, o caso da minoria étnica cigana. Em Bragança no ano lectivo 2008/2009 funcionava, num dos agrupamentos da cidade, uma turma de alfabetização de adultos, do 1º Ciclo do Ensino Básico constituída por vinte e seis alunos, dos quais vinte e quatro de etnia cigana.

²²² O analfabetismo nas mulheres continua a ser mais elevado, segundo os últimos censos. Em 2001 os analfabetos, em Portugal, situavam-se em 9%, sendo 6,3% homens e 11,5% mulheres (Ine, 2008a).

²²³ A redução da taxa de analfabetismo em Portugal é uma evidência, de acordo com as informações de Machado e Costa que especificam que em 1960 havia 33,1%; em 1970: 25,6%; em 1981: 18,6% e em 1991: 11,0% (1998: 26). Note-se que os dados apresentados por Almeida *et al.* (1994) e Machado e Costa (1998) diferem consideravelmente.

²²⁴ De acordo com Reis, no distrito de Bragança, a taxa de analfabetismo em 1950 era de 45, 8%. Em 1962/63 a taxa de alunos inscritos no ensino secundário, por cada 1000 habitantes era de 19% (Reis, 1968: 23).

Quadro 10 – Taxas de analfabetismo no concelho de Bragança e no país, 1981-1991-2001 (%)

Ano	% Concelho	% Nacional
1981	23	18,5
1991	15,3	11
2001	12,2	9

FONTE: Cepeda, 2005: 37 (adaptado); INE, 2008a.

Em relação à região, Cepeda refere que as causas da diminuição da taxa de analfabetismo podem estar relacionadas com a substituição de gerações, já que as mais antigas são as menos alfabetizadas e ainda com a abertura de cursos em regime pós-laboral (Cepeda, 2005: 37).

O Ensino Recorrente de Adultos desempenhou um papel importante na escolarização das populações, principalmente no meio rural, onde as oportunidades são escassas²²⁵.

Nos dados que seguidamente apresentamos podemos observar os níveis de ensino atingidos pela população do concelho de Bragança e pela população da totalidade do país.

²²⁵ O artigo 20º da Lei nº 46/1986, de 14 de Outubro, para além doutros aspectos, refere que “Este Ensino é também destinado aos indivíduos que não tiveram oportunidade de se enquadrar no sistema de educação escolar na idade normal de formação, tendo em especial atenção a eliminação do analfabetismo”.

Quadro 11 – Níveis de ensino atingidos pela população residente no concelho de Bragança e país, 2001

Nível de Ensino	Nº Concelho	% Concelho	% Nacional
Nenhum	5542	15,9	14,4
1º Ciclo	12085	34,7	34,3
2º Ciclo	3587	10,3	12,4
3º Ciclo	3466	9,9	10,5
Secundário	4921	14,1	15,4
Superior	5151	14,8	10,6
Total	34752	100	97,6 ²²⁶

FONTE: Cepeda, 2005: 38 (adaptado); INE, 2009.

O contexto concelhio, embora com valores inferiores, aproxima-se das taxas nacionais, à excepção do 1º Ciclo que supera, ligeiramente, os escolarizados a nível nacional e também do ensino superior, com valores favoráveis ao concelho.

6.3.2 - O AGRAVAMENTO DO ATRASO NA ESCOLARIZAÇÃO EM MEIO RURAL E EM FAMÍLIAS COM RENDIMENTOS PRECÁRIOS E INSUFICIENTES

Na perspectiva de Almeida *et al.* associam-se à pobreza “níveis de escolaridade mais fracos e tardios, saídas precoces do sistema educativo e reprovações, tudo isto resultando numa maior proporção de analfabetos e de pessoas com muita baixa escolaridade” (Almeida *et al.*, 1994: 17)²²⁷.

Segundo o mesmo autor, “A incidência do analfabetismo intensifica-se particularmente em algumas fracções da população rural onde a subsistência da família se apoiava também no trabalho dos membros mais jovens e onde a

²²⁶ O INE atribui a restante percentagem ao Ensino Médio.

²²⁷ O abandono escolar, em 1991, situava-se em 12,6%, descendo para 2,7%, em 2001 (Ine, 2008a).

escola se encontrava muitas vezes a distancias que dificultavam a presença regular” (Almeida *et al.*, 1994: 56).

Numa investigação realizada sobre a pobreza em Portugal onde se analisaram os níveis de escolaridade completa da população pobre verificou-se que “o baixo nível de escolaridade continua a ser uma característica estrutural da sociedade portuguesa. Em 2000, 90% dos indivíduos pobres em pelo menos um ano do período 1995-2000 tinha completado, no máximo, o 3º ciclo do ensino básico, e apenas 2% haviam completado o ensino superior” (Costa, 2008: 150).

Estudos europeus, dos EUA e Canadá, apontam as periferias urbanas e as zonas rurais com um índice mais elevado de alunos que abandona o sistema educativo. Aqui encontram-se os filhos de trabalhadores agrícolas, operários, artesãos, emigrantes e minorias étnicas (Carneiro, 1997: 319).

Segundo a mesma autora, o perfil do aluno em risco, em geral, centra-se em aspectos variados, tais como,

“um “atraso” escolar significativo; *ausência de ambições escolares* – os pais/encarregados de educação não consideram a escola como um valor, mas sim como algo que não traz grandes benefícios...; *ausência de interesse pela escola, pelas matérias e pelas aulas e ambições quanto ao mundo do trabalho*. O aluno em risco é em geral mais velho que os colegas do mesmo grau de ensino, fruto das repetências, *não parece ser apoiado pelas famílias, vive num meio familiar e intelectualmente desfavorecido e tem em geral um rendimento escolar insuficiente*” (*Ibidem*).

O rendimento económico das famílias condiciona, em grande medida, o prosseguimento dos estudos, “sendo das famílias de mais baixos rendimentos que provém a esmagadora maioria dos alunos que abandonam a escola”. De referir, ainda, que “em certos meios rurais do interior a distância da casa à escola continua a constituir obstáculo importante, revelando e confirmando as graves assimetrias de desenvolvimento do país” (Almeida *et al.*, 1994: 57).

6.3.3 - O AGRAVAMENTO DO ATRASO NA ESCOLARIZAÇÃO EM MINORIAS ÉTNICAS

Num estudo levado a cabo nos EUA acerca do desempenho escolar de algumas minorias, Ogbu conclui que poderá estar relacionado com o facto destas não acreditarem na igualdade de oportunidades com os brancos americanos para triunfar através da educação (Ogbu, 1987: 352)²²⁸.

Segundo a mesma fonte, a escola contribui, de forma intencional ou não, para os problemas académicos das crianças de minorias, uma vez que opera de acordo com as normas da sociedade dominante (*Ibidem*: 319). Este autor acrescenta que

“A investigação comparativa e histórica mostra que sempre foram os factores dentro das escolas e das salas de aula os que influenciam as crianças das minorias na sua actuação académica. (...) Mediante o subtil mecanismo que se encontrou em muitas situações, os professores e directores têm baixas expectativas. Outro mecanismo com expectativas significantes é a rotulagem das crianças de minorias como tendo “handicaps” na sua educação. Devido a isto, um número desproporcional de crianças de minorias são conduzidas para a Educação Especial, que é uma educação inferior” (*Ibidem*).

Além dos problemas académicos, as minorias enfrentam, ainda, dificuldades a nível interpessoal e intergrupar tendo como causas as diferenças culturais e linguísticas, conflitos ou descontinuidades. Na perspectiva de Ogbu esta situação deve-se a “um complexo de forças comunitárias que dificultam as minorias involuntárias de superar os seus problemas escolares iniciais”. Uma das razões prende-se com as “dificuldades nas fronteiras cultural e linguística devido à oposição natural do seu marco cultural de referência e identidade”. Assim, as crianças de grupos minoritários vêem as diferenças culturais que encontram na escola como “marcas de identidade a manter, e não como barreiras a superar. Acresce ainda o facto de que as minorias involuntárias tendem a igualar a aprendizagem escolar com o marco cultural de referência dos brancos americanos e a igualar e seguir as práticas standard e a relacionar

²²⁸ O autor refere-se aos imigrantes e minorias involuntárias ou de casta. Estas dizem respeito aos indivíduos que foram trazidos para os Estados Unidos através da escravatura, conquista ou colonização que posteriormente “foram relegadas a posições de criados e negada a sua verdadeira assimilação à corrente principal da sociedade” (Ogbu, 1987: 321).

as actividades da escola que reforçam o êxito académico e o ajustamento social com a “actuação branca” (Ogbu, 1987: 330).

Na perspectiva de Althusser, na escola aprende-se, unicamente, “a reprodução da força do trabalho” (Althusser, 1975: 113, in Prado Conde, 2005: 77). Outros autores concordam, também, que a escola serve para levar a cabo a “reprodução sociocultural da sociedade e, assim, a manutenção da estrutura económica”, sendo os mais influentes Bourdieu e Passeron. Estes defendem que os alunos da classe baixa “encontram-se com obstáculos de índole cultural e a reprodução social leva-se a cabo em termos linguísticos, de género, origem social”, contribuindo os professores para o agravamento desta situação (Bourdieu e Passeron, 1977 in Prado Conde, 2005: 77).

Num estudo realizado na Galiza acerca do baixo rendimento escolar dos alunos procedentes do meio rural, Prado Conde conclui que “a instituição educativa, ligada ao sistema social mais amplo, reproduz as desigualdades sociais, já que os empregos de maior estatuto social estão relacionados com os habitantes urbanos” (*Ibidem*: 84).

De acordo com o mesmo autor, o fracasso escolar e os baixos rendimentos académicos das populações “não pertinentes”²²⁹ na escola associam-se à socialização familiar de certos grupos que não têm relação com a cultura escolar (*Ibidem*: 112).

O conceito de cultura escolar atribui à escola a selecção de uma série de conhecimentos e práticas e a eliminação de outros (Apple, 1986, 1994; Giroux, 1990; Perrenoud, 1990 in Prado Conde, 2005: 108). Por outro lado, os indivíduos que “têm relação nos seus grupos domésticos com a cultura escolar partem de uma situação de vantagem que os levará a maiores possibilidades de êxito” (Bourdieu e Passeron, 1997; Bernstein, 1990; Lahire, 1993 in Prado Conde, 2005: 108).

²²⁹ Trata-se de alunos que chegam às “instituições educativas e se encontram numa situação de desconhecimento da “cultura escolar” porque nos seus grupos domésticos a distância com esta é o suficientemente ampla para que não cheguem a conhecer os aspectos principais que a constituem” (Prado Conde, 2005: 107).

6.3.4 - O ATRASO NA ESCOLARIZAÇÃO DAS MINORIAS CIGANAS

A escolarização das crianças ciganas tem décadas de atraso em relação à restante população iniciando-se, sobretudo, a partir da década de 70 do século anterior.

Os factores que, normalmente, se associam ao fraco rendimento e assistência escolar dos alunos deste grupo étnico e que os fazem diferentes e/ou “deficitários”, em relação aos restantes e os conduzem ao fracasso são, na perspectiva de Abajo, os seguintes:

- a) “Psicológicos (capacidades ou motivações menos desenvolvidas ou muito diferentes; por exemplo: - “Só têm inteligência prática”);
- b) Sociológicos (teorias sociológicas da reprodução social: condições de alimentação e sanidade precárias, habitações pouco apetrechadas para estudar; falta de hábitos e estímulos de leitura e escolares na família, necessidade de colaborar no sustento da família... que os conduz *irremediavelmente* ao fracasso escolar);
- c) Culturais (diferença entre a cultura familiar cigana e a escolar...);
- d) Linguísticas (meio familiar e social de onde procedem com um código linguístico restrito: só conhece a linguagem vulgar, vocabulário escasso, sintaxe e fonética incorrecta, não familiarizado com a linguagem culta ou formal usada nos livros e na escola...).

(...)

Outros estudos e opiniões fazem referência aos métodos *didácticos* (sistemas de ensino mais ou menos eficazes) e à falta de adaptação curricular da escola às peculiaridades do aluno ou, segundo outros, não têm em conta as possíveis carências ou limitações do meio sócio-económico-cultural-linguístico de onde provém a criança cigana)” (Abajo, 1995: 139-140).

Para o autor que acabamos de citar, as variáveis socio-económicas, culturais e didácticas, em determinadas circunstâncias, funcionam como condicionantes nas diferenças dos resultados escolares mas, por si sós, não explicam tudo, nem a totalidade dos casos (*Ibidem*: 141).

A propósito dos resultados escolares das crianças ciganas, Casa-Nova afirma que estas “apresentam as mais baixas taxas de aprovação no ensino obrigatório” (Casa-Nova, 2005b: 188)²³⁰.

Os resultados escolares das crianças ciganas ficam muito aquém dos obtidos pelos alunos de outros grupos minoritários/culturais a residir em Portugal, com taxas de desistência e aprovação superiores.

Quadro 12 – Resultados escolares das crianças de etnia cigana, no ensino básico e secundário, 1997/1998

	4º ano		6º ano		9ºano		12ºano	
	T.Des ^a	T.Aprov	T.Des ^a	T.Aprov	T.Des ^a	T.Aprov	T.Des ^a	T.Aprov
C.Verdianos	5,1	78,9	14,5	72,1	20,1	78,6	45,2	62,0
Angolanos	10,9	87,9	15,5	85,2	18,2	79,3	29,0	55,1
Guineenses	-2,6	84,6	18,6	84,2	21,2	78,5	14,5	52,1
S.Tomenses	2,3	81,1	11,5	83,4	25,2	79,7	46,7	68,8
Moçambic	-1,8	91,4	22,1	86,2	21,9	82,4	37,0	65,4
Indi-Paqs	- 0,8	94,7	17,0	89,2	10,1	83,9	33,3	65,4
Macaenses	15,4	90,9	21,7	100,0	11,1	100,0	40,0	66,7
Timorenses	5,3	94,4	6,9	88,9	7,7	83,3	0,0	100,0
Ciganos	10,8	55,4	10,5	75,3	35,3	63,6	-100,0	100,0
Total	0,4	87,7	-0,3	88,5	1,9	86,5	14,2	65,8
Brasil	5,1	91,3	12,0	88,7	11,3	89,5	40,0	61,5
U. Europeia	-5,2	87,2	18,5	86,3	20,1	86,1	36,4	66,3
Ex-Emigrs.	13,1	90,8	17,9	91,9	18,7	88,8	42,8	60,7

FONTE: Base de Dados Entreculturas in Bastos e Bastos, 1999: 148.

²³⁰ Refere-se ao 1º, 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico.

Na pesquisa efectuada por Pires, na Escola Básica 1, Jl S. João de Deus situada num bairro do Porto, onde analisa o aproveitamento escolar dos alunos ciganos e não ciganos de 1999/2000 a 2002/2003 verifica-se que as taxas de retenção dos alunos de etnia cigana são claramente superiores às dos restantes alunos. Considerando a totalidade dos alunos de etnia cigana nesta escola nos diferentes anos escolares, em 1999/2000, cinquenta e um foram aptos e setenta e dois retidos (Pires, 2005: 74). No ano lectivo 2000/2001, sessenta e três alunos aprovaram e sessenta e oito ficaram retidos. Em 2001/2002 cinquenta e três crianças foram aprovadas e setenta e duas retidas e em 2002/2003 cinquenta e um alunos foram aptos e oitenta e dois retidos (*Ibidem*: 76-78). Nesta escola, durante o mesmo período, verificou-se um elevado absentismo escolar que se traduz em insucesso, derivado em parte ao grande número de retenções que afecta principalmente o 2º ano de escolaridade, uma vez que a legislação não permite a retenção de qualquer criança no 1º ano (*Ibidem*: 79).

A percentagem de alunos com aproveitamento no final do 4º ano fixa-se em 55,4%, muito abaixo dos 78,9% dos cabo-verdianos, que se sucedem com os piores resultados. No 6º ano, a taxa de 75,3% está próxima aos 72,1% dos cabo-verdianos que são os que obtiveram os resultados mais baixos e no 9º ano, os ciganos continuam a ser o grupo étnico com menor índice de aproveitamento. O número de alunos que frequenta o ensino secundário é reduzido.

A situação escolar das crianças ciganas é idêntica em quase todos os distritos do país com a concentração do maior número de alunos no 1º Ciclo e um decréscimo acentuado na passagem aos ciclos seguintes e taxas de aproveitamento muito baixas. No entanto existem algumas exceções, como o distrito de Coimbra onde a taxa de aproveitamento atinge os 79,1% e Leiria com 85,5% de aprovados no final do 1º Ciclo.

Quadro 13 – Situação escolar das crianças ciganas, 1997/1998

	1º Ciclo			2º Ciclo			3º Ciclo			Secundário		
	Tot.	4º	%Ap.	Tot.	6º	%Ap.	Tot.	9º	%Ap.	Tot.	12º	%Ap.
Continente	5420	856	55,4	374	95	75,3	102	17	63,6	[20]	[4]	100,0
V. Castelo	67	[12]	58,3	4	2	0,0	1	-	-	-	-	-
Braga	316	[51]	58,8	[12]	[4]	100,0	2	1	100,0	-	-	-
Vila Real	156	23	57,9	8	2	-	-	-	100,0	-	-	-
Bragança	336	66	58,7	41	13	90,9	13	4	50,0	1	-	-
Porto	493	76	42,9	36	[8]	62,5	8	-	-	-	-	-
Aveiro	299	69	33,3	11	1	100,0	2	-	-	-	-	-
Viseu	183	20	55,6	8	3	100,0	2	[1]	100,0	1	-	-
Guarda	214	40	61,8	[11]	3	100,0	9	-	-	-	-	-
Coimbra	132	25	79,1	7	-	-	[2]	[1]	100,0	-	-	-
C. Branco	163	21	66,7	8	2	100,0	4	1	-	-	-	-
Leiria	112	[14]	85,7	17	[8]	75,0	1	-	-	1	-	0,0
Santarém	241	36	66,7	19	[6]	83,3	8	3	0,0	-	-	-
Lisboa	1330	213	56,7	97	27	60,0	31	5	75,0	12	2	100,0
Setúbal	557	90	53,2	56	13	63,6	7	3	0,0	[4]	[2]	100,0
Portalegre	136	11	33,3	[7]	[5]	80,0	-	-	-	-	-	-
Évora	88	13	40,0	3	-	-	1	-	-	-	-	-
Beja	158	14	18,2	4	-	-	-	-	-	-	-	-
Faro	439	69	63,9	29	6	100,0	13	-	-	1	-	-

FONTE: *Base de Dados Entreculturas* in Bastos e Bastos, 1999: 142.

Numa investigação recente, levada a cabo no concelho de Sintra, Bastos (2007a) indica as taxas de diplomação das crianças ciganas no distrito de Lisboa, de 1992/1993 a 2000/2001. As variações são acentuadas, quer nos diferentes concelhos, quer ao longo dos sucessivos anos lectivos.

Quadro 14 – Taxas de diplomação das crianças ciganas, no distrito de Lisboa, 1992/1993 a 2000/2001

		92/93	93/94	94/95	95/96	96/97	97/98	98/99	99/00	00/01
Continente (ciganos)		66,5	62,2	53,1	53,9	49,4	57,7	69,9	75,1	79,1
Distrito	Total	85,7	95,0	89,6	84,2	82,8	82,8	79,7	78,9	77,3
Lisboa	Ciganos	59,6	53,2	45,2	50,9	46,3	57,8	64,6	70,1	77,9
Lisboa		59,2	51,1	44,6	48,3	48,8	50,7	58,2	69,7	73,3
Loures		47,8	53,8	41,4	50,0	58,6	82,6	62,5	60,0	72,7
Odivelas							66,7	75,0	71,4	71,4
Amadora		33,3	44,4	43,5	51,6	28,1	70,0	87,5	62,5	94,4
V. Franca Xira		77,8	77,8	66,7	60,0	35,7	28,6	100,0	92,9	66,7
Oeiras		66,7	20,0	37,5	80,0	56,3	80,0	77,8	83,3	100,0
Cascais		85,7	35,7	39,1	46,7	32,4	48,6	36,8	23,1	56,3
Sintra	Total	88,4	95,3	88,7	85,4	81,4	87,1	82,7	82,0	80,8
	Ciganos	66,7	60,0	53,8	53,8	57,9	65,0	70,6	92,3	100,0
Torres Vedras		100,0	100,0	53,3	40,0	75,0	25,0	100,0	83,6	100,0

FONTE: *Base de Dados Entreculturas* in Bastos, 2007a: 86-87.

As discrepâncias das taxas de diplomação dos alunos do distrito de Lisboa em geral e das crianças de etnia cigana são evidentes, atingindo 44,4 pontos percentuais em 1994/1995. Nos restantes anos lectivos também existem disparidades acentuadas, à excepção de 1999/2000 onde se verifica uma aproximação e 2000/2001 em que a taxa de diplomação dos alunos ciganos (77,9%), em ascensão, ultrapassa ligeiramente o todo distrital (77,3%), em decréscimo nos últimos anos.

Nos diferentes concelhos e sucessivos anos lectivos verificam-se grandes disparidades como, por exemplo, em Vila Franca de Xira, no ano lectivo 1997/1998 com 28,6% de diplomados e no ano seguinte 100% ou em Torres Vedras com 25,0% em 1997/1998 e 100,0% no ano seguinte.

Nalguns casos, as taxas de diplomação são de 100,0%, como em Oeiras, Sintra, Torres Vedras, no ano lectivo 2000/2001, entre outros concelhos

e anos lectivos, o que revela percentagens acima da média nacional e concelhia.

Num estudo realizado em Espanha, onde se comparam os anos lectivos 1984/1985 e 1992/1993, Abajo conclui que tanto o grau de instrução como o de escolarização melhoraram substancialmente mas, apesar das melhorias, as crianças ciganas continuam com um rendimento escolar inferior ao dos restantes alunos (Abajo, 1997 in Prado Conde, 2005: 130).

Na opinião de Liégeois, no que concerne à educação das crianças deste grupo étnico, devemos ter em conta que para os ciganos se desenvolve de forma colectiva, uma vez que a socialização das mesmas ocorre no seio da sua comunidade, entre três ou quatro gerações, assegurando valores como a coesão, a coerência, a continuidade e a segurança (Liégeois, 2001: 69). Para os ciganos tudo gravita em torno da família que se apresenta como unidade de base da organização social, económica e educativa e “em situações de mutação e de precariedade, a família é um elemento de permanência e de estabilidade. O indivíduo nunca está só e não pode ser solitário; está envolvido por uma vasta rede de relações afectivas intensas. A solidariedade social é uma segurança social e uma segurança psicológica” (*Ibidem*).

A escolarização das crianças ciganas pode considerar-se em vias de normalização, apenas nos últimos anos pois, anteriormente, eram mantidos à margem da instituição escola²³¹. Esta realidade relaciona-se directamente com o facto de i) terem sido mantidas como nómadas²³², condição que lhes veta o acesso à escola; ii) quando sedentarizados, atribuía-se-lhes um nível igual ou inferior aos estratos sociais mais baixos, que só recentemente começam a ter acesso à escola; iii) quando entraram nas escolas, “como ciganos”, foram na maior parte dos casos, tratados como “ciganos” e não como crianças a escolarizar.

Na perspectiva de Montenegro, alguns indivíduos deste grupo étnico, normalmente de nível socioeconómico desfavorecido, não se integram no sistema escolar, tornando-se a escola indiferente e inútil. Desconfiam das comunidades ditas “civilizadas, aculturadas, ocidentalizadas”, geradoras de

²³¹ Os teóricos referem a necessidade de passarem três gerações para a completa alfabetização de um grupo ou colectividade (Xunta de Galicia, 2002: 155).

²³² Ver anexo 3, Circular nº 168 da 3ª Repartição do Comando-Geral da G.N.R., onde se verifica que eram forçados ao nomadismo.

fenómenos de intolerância, de desagregação das estruturas de coesão tradicionais, de exclusão social (Montenegro, 1999: 21). Segundo a mesma autora para outros ciganos, embora em número reduzido, geralmente, de nível socioeconómico mais elevado, a escola tem uma função positiva e sujeitam-se às regras do sistema escolar. Estes consideram que são os ciganos “pobres, incultos e não evoluídos” que contribuem para uma má imagem da “sua raça”, impedindo-a de aceder às regras do jogo das sociedades ocidentais (*Ibidem*).

Nalgumas localidades do meio rural transmontano constatámos a existência de indivíduos, actualmente, na faixa etária dos quarenta/cinquenta anos que, excepcionalmente, frequentaram a escola em crianças. Tratava-se de famílias que residiam em povoações onde o seu processo de sedentarização ou de estâncias prolongadas no local ultrapassa os cinquenta anos.

6.3.5 - O SISTEMA ESCOLAR NO CONCELHO DE BRAGANÇA

No que diz respeito à escolarização de crianças e jovens no concelho de Bragança podemos observar, no quadro que se segue, o número de estabelecimentos de ensino público em funcionamento, no ano lectivo 2005/2006.

Quadro 15 – Estabelecimentos de ensino público no concelho de Bragança, em 2005/2006

	Pré-Escolar	Ensino Básico			Ensino Secundário	Escolas Profissionais	Ensino Superior
		1º Ciclo	2º Ciclo ²³³	3º Ciclo			
BGC – CG – N	9	53	3	6	3	1	4

FONTE: Elaboração própria²³⁴.

²³³ No concelho de Bragança, o Ensino Básico Mediatizado (EBM), onde se ministravam o 5º e 6º anos, funcionou até ao final do ano lectivo 2003/2004, em escolas do meio rural.

²³⁴ Os dados apresentados acerca do ensino Pré-Escolar, 1º e 2º Ciclos foram-nos fornecidos pelos Conselhos Executivos dos três agrupamentos de escolas. Note-se que um dos agrupamentos se situa numa vila do concelho, com oferta educativa do Pré-Escolar ao 9º ano.

Quanto ao Pré-Escolar, no ensino público dois dos nove Jardins-de-infância situavam-se na cidade, em nosso entender insuficientes para cobrir as necessidades da população²³⁵. Por um lado deve atender-se ao elevado número de crianças e por outro lado aos horários de trabalho dos progenitores e às dificuldades em arranjar um local de acolhimento para os filhos durante o seu período laboral. Os restantes Jardins-de-infância encontravam-se em diferentes localidades do concelho, assegurando a escolarização das crianças que aí residiam e de povoações vizinhas para onde eram transportadas.

No 1º Ciclo, a realidade aproximava-se aos dados obtidos em relação ao ano lectivo 2003/2004 no qual, das cinquenta e nove escolas em funcionamento onze situavam-se na cidade e quarenta e oito em meio rural. Do total dos estabelecimentos, quarenta eram frequentados por um número inferior a onze alunos (Câmara Municipal de Bragança, 2006: 29)²³⁶.

O 2º e 3º Ciclos eram ministrados nos dois agrupamentos de escolas da cidade, assim como na vila que integra o concelho de Bragança. O 3º Ciclo também fazia parte da oferta educativa dos três estabelecimentos de Ensino Secundário que existem em meio urbano.

O quadro que abaixo apresentamos elucida-nos acerca do total de alunos escolarizados, do Pré-Escolar ao 2º Ciclo, no ensino estatal, relativamente ao concelho de Bragança, no ano lectivo 2005/2006.

Quadro 16 – Total de alunos do Pré-Escolar, 1º e 2º Ciclos/Ensino estatal, no concelho de Bragança, 2005/2006

Nível de Ensino	Pré-Escolar	1º Ciclo	2º Ciclo
Nº de alunos	282	1089	764

FONTE: Elaboração própria.

Passaremos a considerar essa localidade como rural, tal como acontece no estudo que mencionamos em relação ao ano lectivo 2003/2004: Câmara Municipal de Bragança, 2006.

²³⁵ Quando se trata de grupos populacionais economicamente desfavorecidos o acesso a estabelecimentos de ensino privados torna-se difícil ou impossível.

²³⁶ O número de escolas na cidade mantém-se, sendo que a ausência de alunos no meio rural leva ao encerramento de estabelecimentos de ensino em diferentes localidades.

No que diz respeito ao ensino Pré-Escolar, dados respeitantes ao ano lectivo 2003/2004 revelavam que a taxa de cobertura no concelho se situava nos 81,28%. Das novecentas e noventa e quatro crianças em idade pré-escolar, oitocentas e oito frequentavam a educação infantil, números acima da taxa de escolarização a nível nacional, que não ultrapassava os 74% mas, ainda assim, insuficiente (Câmara Municipal de Bragança, 2006: 28).

Segundo a mesma fonte, setecentas e quinze crianças frequentavam o Jardim-de-infância na cidade e noventa e três, nas sete localidades rurais onde este nível de ensino se encontrava implantado. No meio rural, a responsabilidade pela educação é do Estado e da Autarquia, enquanto na cidade essa responsabilidade é, em 68,56%, do ensino não estatal (*Ibidem*).

No ano lectivo 2005/2006, de acordo com os dados que obtivemos nos três Agrupamentos, o número de crianças a frequentar o Pré-Escolar, no ensino estatal, era de duzentas e oitenta e dois. Destas, cento e sete encontravam-se distribuídas pelos sete estabelecimentos de ensino do meio rural e cento e setenta e cinco nos dois Jardins-de-infância públicos existentes em Bragança.

Quanto ao 1º Ciclo, no ano lectivo 2003/2004 frequentavam a escola 1416 crianças, das quais trezentas e trinta e três (23,48%) nas localidades rurais e 1086 na cidade. Do último número apresentado, trezentas e treze (28,82%) frequentavam estabelecimentos não estatais (*Ibidem*: 53).

Ainda neste nível de ensino, em 2005/2006 o número de crianças no ensino estatal fixava-se em 1089, das quais duzentas e sessenta em meio rural, distribuídas por quarenta e duas escolas e oitocentas e vinte e nove nos onze estabelecimentos existentes na cidade.

No ano lectivo 2005/2006, em todas as localidades rurais onde desenvolvemos o nosso estudo empírico funcionava a escola do 1º Ciclo e nas aldeias Penedo, Ribeira e Freixo também o Pré-Escolar.

A partir de 2006/2007 pretende-se a concentração em Escolas Integradoras e de Acolhimento, pelo que encerraram muitos estabelecimentos de ensino, entre os quais os das aldeias Serrania, Penedo e Fonte. Os alunos são transportados e devem ingressar na Escola Integradora e de Acolhimento próxima da sua área de residência. Neste ano lectivo passaram a funcionar, no concelho de Bragança, dez Escolas Integradoras e de Acolhimento no meio rural e os mesmos onze estabelecimentos de ensino na cidade.

6.3.6 - AS CRIANÇAS CIGANAS NO CONCELHO DE BRAGANÇA

No que diz respeito à escolarização das crianças ciganas, a nível nacional, regista-se um progressivo aumento, a julgar pelos dados publicados, que correspondem ao período de 1992/1993 a 1997/1998.

Quadro 17– Evolução do número de crianças ciganas escolarizadas, de 1992/1993 a 1997/1998

	92-93	93-94	94-95	95-96	96-97	97-98
Inscritos	4280	4499	4963	5096	5466	5930
4ª classe	620	614	860	859	831	873
6ª classe + EBM	43	64	78	66	92	101
9º ano	18	4	12	10	9	15
12º ano	---	---	4	12	22	14

FONTE: *Base de Dados Entreculturas* in Bastos, 2007b: 7-8.

Em *Sintrensens Ciganos - Uma abordagem estrutural - dinâmica*, o mesmo autor acrescenta os dados relativamente aos anos lectivos 1998/1999, 1999/2000 e 2000/2001 com 6306 alunos ciganos inscritos no ensino obrigatório, 4300 e 4623, respectivamente (Bastos, 2007a: 84). A partir de 1999/2000 verifica-se uma quebra significativa, que tanto pode ser atribuída a uma matriculação decrescente, como a uma saturação de uma fase inicial em que grupos de irmãos deram entrada no sistema de ensino, quer ainda a uma perda de fidedignidade da base de dados, que sofreu mudança de critérios e transferência para um ministério diferente, deixando de ser publicada (*Ibidem*).

Os factores que contribuíram para a crescente escolarização de alunos pertencentes a esta minoria étnica são, na perspectiva de Bastos, de ordem variada tais como:

“a mudança de mentalidades posterior à revolução de 74, associada à sedentarização em curso, ao posterior alargamento da escolaridade obrigatória para nove anos, bem

como ao estabelecimento, muito recente de um Rendimento Mínimo Garantido para os mais pobres, o qual fica dependente de as crianças irem à escola, tem progressivamente levado a um aumento exponencial de crianças ciganas nas escolas públicas (mais de 72,2% em cinco anos), para cerca de 6 mil em 1997-98” (Bastos, 2007b: 7).

O distrito de Bragança, com trezentos e noventa e oito alunos matriculados, que representam 6,7%, no início de 1997/1998, coloca-se em quinto lugar, nos distritos com mais população cigana. Antecede-lhe Lisboa, Setúbal, Porto e Faro, com 1470, equivalente a 24,8% seiscentos e vinte (19,4%), quinhentos e trinta e sete (9,1%) e quatrocentos e oitenta e dois (8,1%), respectivamente (Bastos e Bastos, 1999: 141).

Do número de alunos matriculados no distrito de Bragança, nesse ano lectivo, trezentos e trinta e seis pertenciam ao 1º Ciclo, quarenta e um ao 2º Ciclo, treze ao 3º Ciclo e um ao Ensino Secundário, como se pode verificar no quadro 12, acima apresentado.

Se compararmos o total de alunos matriculados no final do mesmo ano lectivo, embora se registre um aumento no 1º Ciclo, para trezentos e quarenta e sete, verificamos que o abandono é evidente nos dois ciclos seguintes, com vinte e quatro e sete crianças no 2º e 3º Ciclos, respectivamente. No Ensino Secundário mantém-se a frequência do mesmo aluno (AA.VV.: 307)²³⁷.

No concelho de Bragança, em 2005/2006, frequentavam a escola cento e quarenta e uma crianças de etnia cigana, repartidas pelos diferentes níveis de ensino.

²³⁷ O percurso escolar dos alunos ciganos em Espanha também não se pode considerar satisfatório. De acordo com Salinas, os dados relativos ao ano de 2001 esclarecem-nos que 50% dos alunos têm uma assistência às aulas regular dos quais, 30% têm rendimentos normalizados; 35% uma assistência com absentismo esporádico, com um fracasso de 60% a 70%; 10% com absentismo extremo e abandono escolar prematuro: 30% antes do 2º ano da ESO (o Ensino Primário em Espanha prolonga-se até ao 6º ano, o 2º ano da ESO (Ensino Secundário Obrigatório) corresponde ao 8º ano); um pequeno número de não escolarizados, na ordem dos 5% que se situa nas grandes cidades e nas zonas mais marginalizadas (Salinas, 2001: 8).

Quadro 18 – Alunos de etnia cigana escolarizados segundo o nível de ensino, no concelho de Bragança, 2005/2006

Pré-Escolar	Ensino Básico			Ensino Secundário	Ensino Profissional	Ensino Superior	Total
	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo				
13	84	18	19	3	2	2	141

FONTE: Elaboração própria.

Julgamos que os números anteriormente apresentados se aproximem da realidade, uma vez que nalgumas escolas nos afirmaram não existir matrícula/frequência de alunos de etnia cigana. No entanto, através do cruzamento de dados, pudemos obter certezas e pelas respostas/afirmações perceber o que determinava tal procedimento. Tratava-se de alunos ciganos com um percurso escolar normalizado, por isso, os indivíduos a quem solicitámos a informação insistiam em respostas como: “Esses já não são considerados ciganos”, acrescentando: “Andam sempre limpinhos” ou “Portam-se bem, não dão problema nenhum na escola”.

De encontro a esta realidade, Montenegro afirma que os professores “negam a identidade étnica daqueles que não respondem aos estereótipos: o cigano que não parece cigano serve a quem sustenta o estereótipo para adaptar-se à mente individual sem renunciar ao conceito colectivo. O cigano que vá limpo, que não falte às aulas, que faz os deveres de casa ou que se integre na marcha do grupo, já não é cigano, não parece cigano, não se comporta como um cigano” (Montenegro, 2003: 82).

Em relação ao Pré-Escolar, apenas dois alunos frequentavam o Jardim-de-infância na cidade²³⁸ encontrando-se os restantes no meio rural, nas aldeias

²³⁸ Tratava-se de dois irmãos. No ano lectivo 2008/2009 a situação alterou-se verificando-se um aumento para um total de nove crianças, nalguns casos provocado pelo facto dos pais (ambos) frequentarem cursos de formação em regime diurno, assim como os familiares mais próximos. Em 2009/2010 mantêm-se as matrículas, quer por iniciativa dos próprios, quer devido a acções contratualizadas nos Programas de Inserção no âmbito da medida de RSI.

Freixo, Fonte, Ribeira e na vila²³⁹. Das treze crianças inscritas, oito (61,5%) eram filhos de casais, ambos de etnia cigana e cinco (38,4%) descendentes de casais mistos, cigano(a)-aldeano(a) ou cigano(a)-latoeiro(a), ou seja, um dos progenitores não era cigano.

No 1º Ciclo, dos oitenta e quatro alunos matriculados trinta e oito (45,2%) frequentavam a escola no meio rural e quarenta e seis na cidade (54,7%). Neste nível de ensino a frequência é, claramente, a mais elevada, o que parece apontar para uma “mentalidade orientada genericamente para a obtenção da 4ª classe” (Bastos, 2007b: 8), a avaliar pela quebra aquando da passagem ao 2º Ciclo e restantes níveis de ensino.

A situação escolar dos estudantes deste grupo étnico no 1º Ciclo pode considerar-se como a mais normalizada, apesar de ainda não se verificarem as condições ideais, uma vez que as taxas de retenção, absentismo e abandono escolar são elevadas, como veremos adiante.

Nas famílias que menos valorizam a escola, o RSI torna-se um dos factores que contribui, de forma decisiva, para a frequência da mesma. A este respeito, Enguita é da opinião que a assistência às aulas é possível, às vezes, porque se converteu directamente numa forma de trabalho ou de contribuição económica (Enguita, 1999: 21).

Na passagem para o 2º e 3º Ciclos e restantes níveis de ensino cai drasticamente o número de alunos que continua a frequentar a escola. Actualmente os cursos CEF (Cursos de Educação e Formação) apresentam-se como uma nova oportunidade, para os quais se orientam também alunos de etnia cigana. Esta oferta educativa tem como objectivo “incentivar o prosseguimento de estudos e permitem o desenvolvimento de competências profissionais ajustadas aos interesses dos jovens e às necessidades regionais e locais de emprego” (Instituto de Emprego e Formação Profissional, 2007: 2). O público-alvo são jovens, com idade igual ou superior a quinze anos, em risco de abandono escolar ou que abandonaram o sistema de ensino sem concluir a

²³⁹ Em Fonte não havia Jardim-de-infância, pelo que as crianças eram transportadas para Ribeira.

escolaridade obrigatória ou que não possuem uma qualificação profissional que pretendem para ingressar no mercado de trabalho²⁴⁰.

Quanto aos alunos que frequentavam o Ensino Secundário, trata-se de jovens inseridos em cursos profissionais, equivalentes ao 10º ano, provenientes da Casa de Trabalho Drº Oliveira Salazar. Esta instituição, por ordem dos tribunais, acolhe crianças do sexo masculino, oriundas de todo o distrito, que se encontram em situação de risco.

Em Junho de 2006 albergava um total de sessenta e três rapazes, dos quais quinze de etnia cigana (23,8%). Com idênticas funções, mas para crianças do sexo feminino, o Lar de São Francisco acolhia em Maio de 2006 cinquenta e nove raparigas, das quais dez de etnia cigana (16,9%)²⁴¹. A finalidade destas duas instituições é idêntica e, como afirma o responsável pela Casa de Trabalho Drº Oliveira Salazar, trata-se de crianças, vítimas de negligência familiar, que para aí são encaminhadas por razões diversificadas.

(...) sobretudo por ordem do tribunal, aliás tem de ser sempre por ordem do tribunal. (...) São sobretudo vítimas de negligência. Não há maus-tratos, mas há sobretudo..., ou porque não há alimentação, ou porque não andam bem vestidos, ou porque não há habitação. (...) Todos os que nós temos são do meio rural. (...) Mas normalmente quem faz (denúncias) são as escolas e a população também, alguma população faz. Eles não têm condições e as pessoas também vêem isso e também querem o melhor para estas crianças (H, 38 anos, aldeano, extracto de entrevista, Bragança, 25-10-2006).

No Ensino Superior encontravam-se dois alunos, ambos na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança (IPB). Uma, proveniente do Lar de São Francisco, a frequentar o 3º ano do curso de Educadores de Infância e o outro, o curso de Professores do Ensino Básico, variante de Educação Física²⁴².

²⁴⁰ Para uma informação mais pormenorizada acerca dos cursos CEF, consultar <http://portal.iefp.pt/portal/page> (Disponível Novembro 2007).

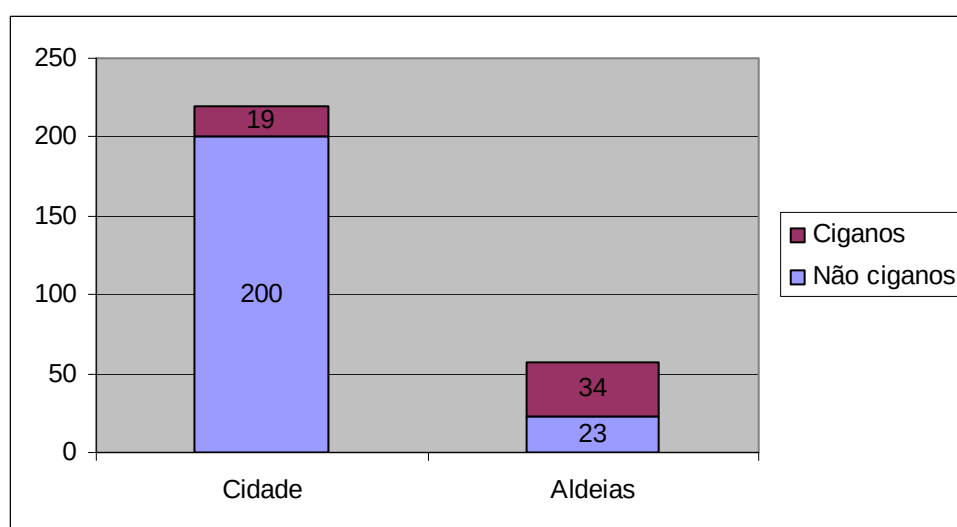
²⁴¹ Nas duas instituições, por vezes, trata-se de crianças provenientes do mesmo agregado familiar.

²⁴² O último aluno é oriundo de uma família do concelho de Vinhais, da qual uma filha recentemente concluiu o curso de Engenharia Química na Escola Superior de Tecnologia, do IPB. Acerca desta aluna, ver anexo 12.

6.3.7 - DESCENDO AO LOCAL

O gráfico seguinte mostra-nos o número de crianças ciganas a frequentar o 1º Ciclo, nas localidades onde se desenvolveu o nosso estudo empírico, tanto na cidade, como no meio rural e o número de alunos não ciganos que frequentavam o mesmo estabelecimento de ensino, no ano lectivo 2005/2006.

Gráfico 11 – População escolar das localidades estudadas, 2005/2006²⁴³



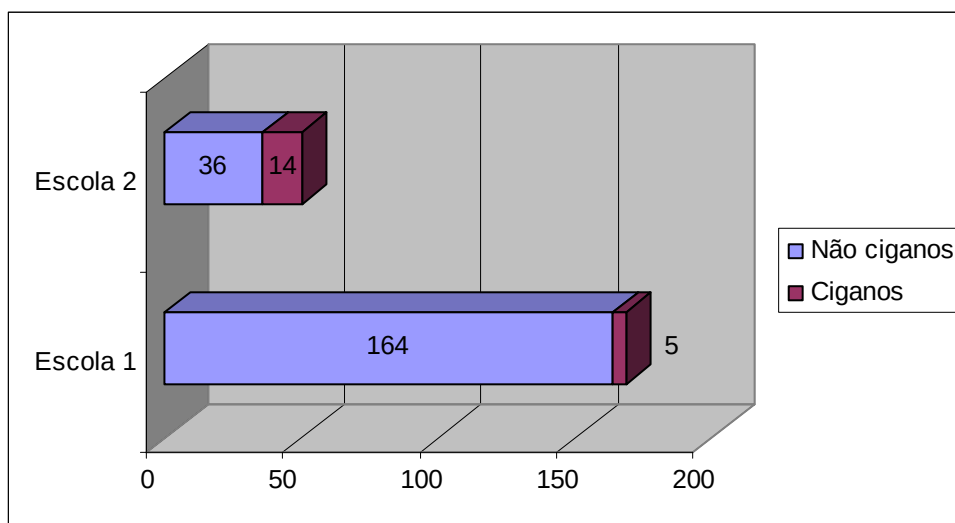
FONTE: Elaboração própria.

Através dos dados apresentados salientamos, sobretudo, o número de crianças ciganas a frequentar a escola no meio rural, claramente, superior à população escolar não cigana.

Quanto ao meio urbano, as crianças ciganas dos bairros onde efectuámos o estudo empírico matriculadas no 1º Ciclo frequentavam, no ano lectivo 2005/2006, duas escolas da cidade, distribuindo-se de acordo com o gráfico que se segue.

²⁴³ Na cidade o número de alunos diz respeito, apenas, às duas escolas frequentadas pelas crianças dos bairros onde efectuámos o trabalho de campo.

Gráfico 12 – População escolar de duas escolas em Bragança, frequentadas pelos alunos ciganos dos bairros estudados, 2005/2006



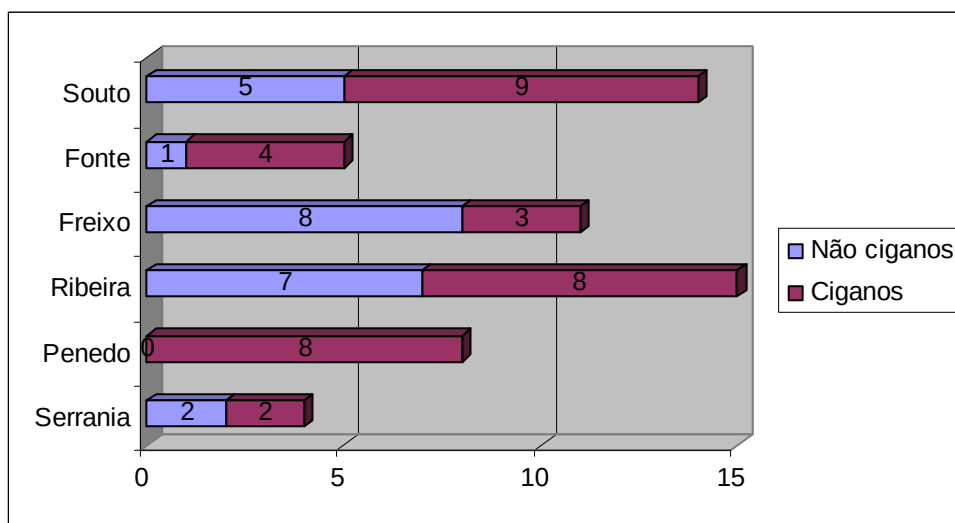
FONTE: Elaboração própria.

Nestes dois estabelecimentos de ensino, os alunos de etnia cigana representavam 9% da população escolar. No entanto devemos ter em conta a distribuição dos mesmos, uma vez que a grande maioria (catorze), frequentava a Escola 2, onde o total de aldeanos era de trinta e seis. Aqui funcionavam apenas três turmas, pelo que concentravam um número significativo de crianças deste grupo étnico, enquanto na Escola 1, com duas turmas em cada ano de escolaridade, se diluíam sem qualquer agrupamento.

Por opção dos pais, as crianças do bairro Horizonte frequentavam, maioritariamente, o estabelecimento de ensino próximo ao bairro da Encosta, onde se situa a primeira das escolas referidas. Esta, embora mais afastada do seu local de residência, constituía uma opção para evitar desavenças familiares. Segundo eles, na Escola 2 encontravam-se crianças do seu meio familiar que consideravam envolver-se, com frequência, em situações problemáticas, tal como violência física e/ou psicológica para com os mais novos.

No que diz respeito ao meio rural, a realidade observada difere consideravelmente uma vez que a presença de alunos ciganos nas escolas é significativa, em relação aos não ciganos.

Gráfico 13 – População escolar nas localidades estudadas no meio rural, 2005/2006



FONTE: Elaboração própria.

O número de alunos de etnia cigana a frequentar o 1º Ciclo ultrapassa a população escolar não cigana, à excepção de duas localidades, onde é equivalente e inferior. Os casos mais representativos verificam-se na escola de Penedo, com todos os alunos pertencentes a este grupo étnico e na Fonte, apenas com uma aluna aldeana.

Figura 16 – Escola do 1º Ciclo situada em Penedo



Figura 17 – Escola do 1º Ciclo situada em Fonte



O professor a leccionar em Penedo não considerava vantajosa a situação que acabamos de descrever, pelo contrário, afirma que

é mau porque há uma uniformidade muito grande e eles deixam de contactar com os não ciganos. Não quero com isto dizer que devam, que devam eles ter que mudar em relação aos outros, que acho que é essa a ideia geral das pessoas, que os ciganos..., que os ciganos é que têm que mudar. Se calhar têm de mudar nalgumas coisas, noutras não têm, mas acho que a riqueza está na diversidade e a diversidade aqui não existe, são todos de etnia cigana. Penso que era mais enriquecedor para eles e, se calhar para os outros também, que houvesse alunos não ciganos (H., 47 anos, aldeano, extracto de entrevista, Penedo, 19-05-2006).

O quadro seguinte elucida-nos acerca do ano de escolaridade frequentado pelos alunos provenientes das localidades onde levámos a cabo o nosso estudo empírico, ou seja, cinquenta e três crianças, quer do meio rural, quer urbano.

Quadro 19 – Alunos de etnia cigana das localidades estudadas, segundo o ano de escolaridade, 2005/2006

Ano escolaridade Localidade	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	Total
Bairro Encosta	2	4	-	2	8
Bairro Horizonte	3	3	3	-	9
Bairro do Largo	1	1	-	-	2
Serrania	-	1	-	1	2
Penedo	2	4	-	2	8
Ribeira	2	3	3	-	8
Freixo	1	-	1	1	3
Fonte	1	1	1	1	4
Souto	4	-	4	1	9
Total	16	17	12	8	53

FONTE: Elaboração própria.

Como podemos verificar, no 1º e 2º anos concentra-se o maior número de alunos reduzindo, de forma significativa, quando se trata do 3º e para metade no 4º ano de escolaridade.

Estes dados poderão apontar para um indício de abandono escolar? A resposta a esta questão exigiria, talvez, o mesmo tratamento de informação em diferentes anos lectivos, que na actualidade não possuímos.

O quadro seguinte esclarece-nos acerca do número de crianças do sexo masculino e feminino a frequentar a escola, nas localidades estudadas.

Quadro 20 – Alunos de etnia cigana das localidades estudadas, por género, 2005/2006

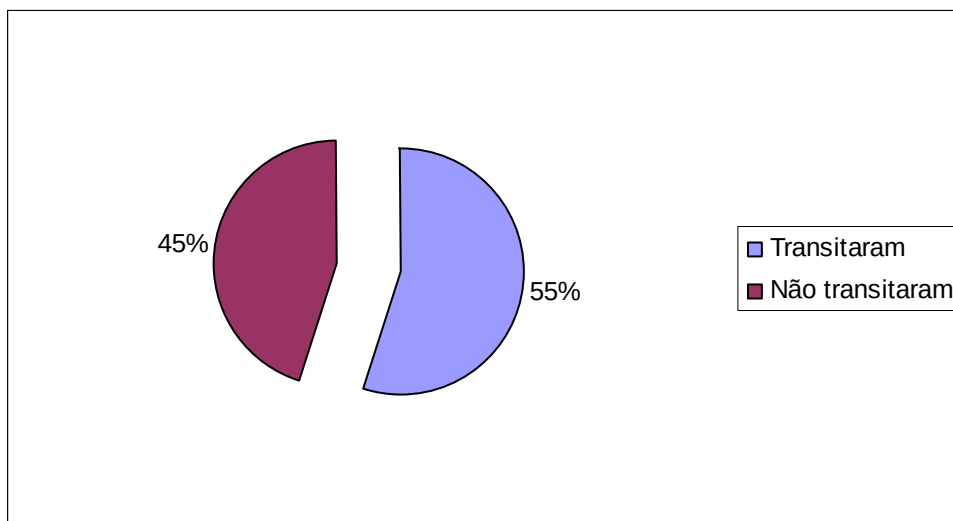
Ano escolaridade	Sexo	
	Masculino	Feminino
1º ano	9	7
2º ano	10	7
3º ano	6	6
4º ano	1	7
Total	26	27

FONTE: Elaboração própria.

Assim, constata-se uma grande proximidade relativamente ao número de crianças do sexo masculino e feminino, mas devemos salientar a disparidade existente no 4º ano, onde a percentagem de raparigas é claramente superior. Algumas destas crianças foram sujeitas a sucessivas retenções, de tal forma que se encontram no 1º Ciclo com a idade de doze, treze, catorze ou quinze anos. Enquanto os rapazes têm mais liberdade nas suas acções e poderão abandonar a escola, sobre as raparigas exerce-se maior controlo, pelo que poderemos aqui encontrar uma das razões da predominância do sexo feminino neste ano de escolaridade.

No que diz respeito ao aproveitamento escolar podemos observar, no gráfico seguinte, a percentagem de aprovações e retenções relativamente a estes alunos, no final do ano lectivo 2005/2006.

Gráfico 14 – Sucesso escolar dos alunos de etnia cigana das localidades estudadas, 2005/2006²⁴⁴



FONTE: Elaboração própria.

A taxa de alunos que não transitou de ano é elevada, atingindo 45% da população cigana escolarizada no 1º Ciclo. Dos alunos que não transitaram de ano devemos ter em conta duas situações, segundo os registos de avaliação final. Uma tratava-se de abandono, onde se contabilizavam oito crianças²⁴⁵ que representavam 15,0%, considerando a totalidade da população escolar das localidades estudadas²⁴⁶.

A outra situação estava relacionada com o absentismo, atingindo cinco crianças (9,4%) e os registos efectuados pelos professores, na avaliação final, esclareciam que não frequentaram a escola num dos três períodos lectivos²⁴⁷. Tratava-se de famílias que se deslocavam, sazonalmente, para Espanha e/ou

²⁴⁴ A terminologia “Aprovado(a)” / “Não aprovado” utiliza-se no 4º ano, ou seja, em final de ciclo, sendo que nos restantes anos se usa “Transita” / “Não Transita”. Empregaremos a segunda, uma vez que não especificamos os anos.

²⁴⁵ Sem registo de presenças. Trata-se de quatro irmãos residentes no Bairro da Encosta, uma criança do Largo, uma da Ribeira e duas do Souto. Nos registos de avaliação pudemos ler: “Não tem dados para avaliação”, “Sem registo” ou “Sem dados”.

²⁴⁶ De acordo com os dados apresentados por Bastos, em 2000/2001, a taxa de desistência dos alunos ciganos em Portugal continental situava-se em 7,7% (sensivelmente metade), no distrito de Lisboa em 6,5% e 12,0% em Sintra (Bastos, 2007a: 87-88).

²⁴⁷ Os professores registaram: “Faltou o terceiro período” ou “Não frequentou o segundo período”, ou ainda “Sem avaliação. Foi para Espanha, deixou de frequentar no dia oito de Maio. Não Transitou”. Quatro crianças eram da Ribeira e uma do Bairro da Encosta. O registo de faltas confirma as informações.

outras regiões do país onde realizavam trabalhos agrícolas, uma vez que na localidade onde residiam não encontravam meios de subsistência.

Com a transferência para a escola próxima à localidade onde efectuam os trabalhos agrícolas, poder-se-ia colmatar o processo atrás referenciado, ou seja, o absentismo escolar, mas seria necessário que a escola, em conjunto com a família, levasse a cabo este procedimento²⁴⁸.

A este respeito Liégeois refere que em todos os países existem variações sazonais ligadas, designadamente, às deslocações e às actividades económicas. Assim, enfrentam-se, por vezes, com períodos de escolarização cíclicos, com um bom nível de assiduidade durante alguns meses do ano, seguindo-se um absentismo significativo. Estes ocorrem na sequência de períodos de dificuldades como devido à existência de problemas económicos, tornando-se a escolarização uma preocupação secundária (Liégeois, 2001: 106-107).

Opinião idêntica é partilhada por Enguita, quando afirma que a descontinuidade do trabalho de muitos ciganos, assim como as variações na intensidade quotidiana dos trabalhos mais regulares, o recurso à força do trabalho infantil traduz-se sobretudo em absentismo (Enguita, 1999: 21). Segundo o autor,

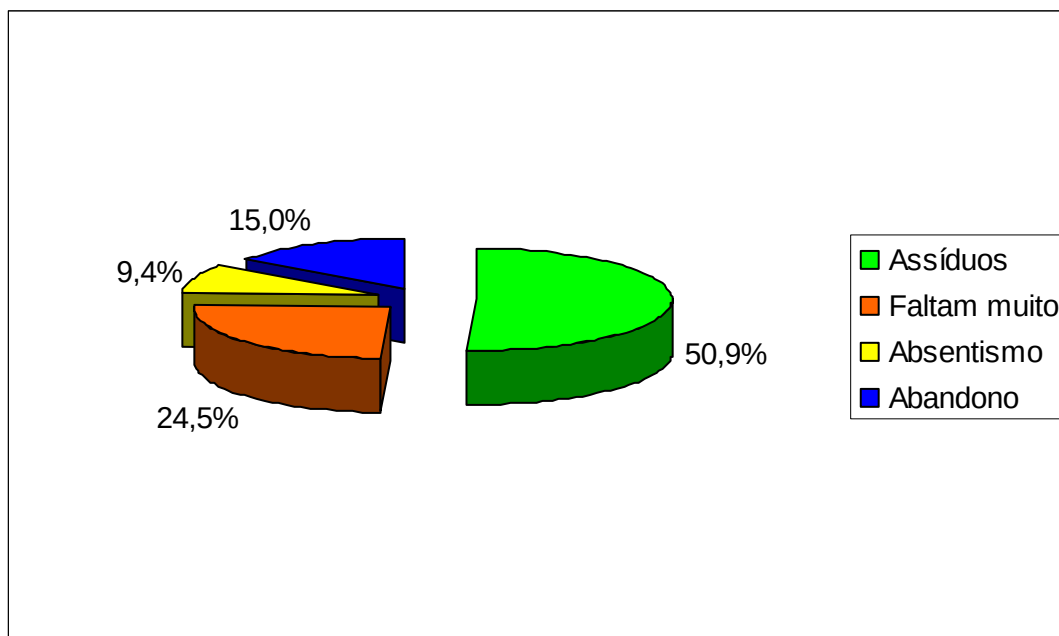
“As crianças estão matriculadas, os pais proclamam vontade de que assistam, mas à parte de outros factores relacionados com celebrações, problemas familiares, deslocações, ondas passageiras de pânico ou a simples falta de vontade, as colheitas, as feiras, as temporadas turísticas e os contratos ocasionais são motivos de absentismo escolar” (*Ibidem*).

Em relação à assiduidade dos alunos que fazem parte do nosso objecto de estudo apresentámos, anteriormente, a percentagem de abandonos (15,0%) e absentismo (9,4%) escolar. No entanto, na continuação da análise dos dados recolhidos encontrámos um grupo, composto por um total de vinte e sete crianças (50,9%), com assiduidade regularizada ou seja, que não ultrapassou o número de faltas segundo a legislação em vigor, nesse ano lectivo. Além deste,

²⁴⁸ Conhecemos apenas uma família a residir no Bairro da Encosta com dois filhos em idade escolar que se deslocava anualmente para o concelho de Mirandela à apanha da azeitona e efectuava o pedido de transferência.

outro grupo, composto por treze crianças (24,5%) ultrapassou o limite de faltas permitido por lei²⁴⁹.

Gráfico 15 – Assiduidade dos alunos de etnia cigana das localidades estudadas, 2005/2006



FONTE: Elaboração própria.

O facto de 50,9% dos alunos revelarem uma assiduidade normalizada não significa que obtenham sucesso escolar²⁵⁰. Por outro lado, o número elevado de faltas poderá não conduzir à retenção pois, a lei prevê que, por decisão do Conselho Pedagógico, precedido do parecer do Conselho de Docentes/Turma o aluno possa transitar de ano²⁵¹.

No concelho de Bragança a população escolar do 1º Ciclo (ensino estatal), no ano lectivo 2003/2004, era de 1103 alunos, tendo-se verificado quarenta e duas retenções, correspondente a 4,0% e dezanove abandonos que representavam 1,7% (Câmara Municipal de Bragança, 2006: 37). Se compararmos os dados apresentados relativamente à população escolar

²⁴⁹ *Diário da República*, 2ª série – Lei nº 30/2002, de 20 de Dezembro, artº 21º.

²⁵⁰ Dos vinte e sete alunos, sete não transitaram de ano.

²⁵¹ Lei 30/2002, de 20 de Dezembro, artº 22º. Nesta situação encontram-se oito dos treze alunos.

cigana, em 2005/2006, ou seja, uma percentagem de 45,0% (que representa vinte e quatro indivíduos) de retenções e 15,0% (oito indivíduos) de abandono concluímos que o insucesso e abandono marcavam, negativamente, de forma contundente o percurso escolar dos alunos ciganos no concelho.

Quadro 21 – Indicadores escolares dos alunos ciganos e não ciganos do concelho

	CONCELHO DE BRAGANÇA			
	POPULAÇÃO ESCOLARIZADA [1º ciclo, 2003-04]		PORTUGUESES CIGANOS NAS ESCOLAS [1º ciclo, 2005-06]	
	N	%	N	%
Nº DE ALUNOS	1103		61	
ASSÍDUOS			27	
POUCO ASSÍDUOS			13	
ABANDONOS	19	1,7	8	15,1
RETENÇÕES	42	4,0	24	45,3

FONTE: Câmara Municipal de Bragança (2006) e dados pessoais.

Em relação à escolarização das crianças deste grupo étnico, Montenegro afirma que “continuam a ser as que apresentam maior taxa de absentismo, insucesso e abandono escolar, não conseguindo, um grande número, prosseguir os seus estudos para além do 4º ano de escolaridade. Na raiz desta realidade parece estar o conflito entre duas culturas: a cultura cigana e a cultura escolar” (Montenegro, 1999: 17).

As causas associadas ao absentismo e insucesso escolar, de acordo com Carneiro, são diversificadas, tais como:

1. “Tradicionalmente o nomadismo era apontado como uma das principais razões; actualmente já não é dos motivos principais, uma vez que grande parte dos Ciganos

se sedentarizou, ou são semi-nómadas. Contudo, as condições de extrema pobreza de muitas famílias, que vivem em condições sub-humanas sem quaisquer condições sanitárias tornam-se incompatíveis com hábitos de estudo.

2. A distância da escola e falta de transportes reforçam, muitas vezes, a fraca predisposição de frequentar a escola.
3. A situação de analfabetismo dos pais que não mostram interesse pela escolarização dos filhos.
4. O deficiente acolhimento na escola e o próprio ambiente escolar que é, por vezes, desfavorável à criança cigana. Muitas vezes as professoras encaram-nas como um estorvo para o melhor andamento da classe.

A estes obstáculos acrescem questões culturais muito difíceis de ultrapassar. A educação da criança cigana, realizada no seio de três ou quatro gerações, é baseada na oralidade: usos, costumes, normas, valores, etc., são transmitidos de geração em geração por via oral, não existindo qualquer tipo de contacto com livros. Assim, longe de estimular o gosto pela escola esta educação vai, ainda mais, afastar as crianças daquela instituição” (Carneiro, 1997: 41-42).

As razões para as crianças ciganas não frequentarem a escola, na perspectiva de Cortesão, prendem-se com o facto de poderem acontecer coisas mais interessantes e importantes fora da sala de aula e devido à inexistência de pressão social para que cumpram a escolaridade obrigatória ou para a sua alfabetização. Acontece, ainda, apreenderem que,

“ «não são capazes de aprender», que não «dão para os estudos», interiorizam a sua incapacidade face à escola e, através desta socialização, interiorizam também que os saberes que eles e o seu grupo de pertença têm não são aceites, e muito menos valorizados, na escola, e são, portanto, saberes que, arbitrariamente, são considerados pela restante sociedade como sendo de «inferior» qualidade” (Cortesão, 1995: 30).

Quanto ao absentismo, Casa-Nova é da opinião que a sua origem pode associar-se também aos conteúdos curriculares ministrados nas escolas oficiais, assim como às práticas pedagógicas que se desenvolvem com estes alunos (Casa-Nova, 2002: 93).

O papel do professor, tal como as suas atitudes e comportamentos, são de extrema importância na educação das crianças ciganas (Sousa, 2001) e contribuem de forma decisiva para o sucesso escolar destes alunos.

Para Sousa “só é possível construir ou melhorar as relações interpessoais com as crianças de etnia cigana, através do reconhecimento da sua cultura, do combate a qualquer forma de discriminação e da *prioridade que se deverá dar ao acto educativo sobre o acto do ensino*” (Sousa, 2001: 39).

No que diz respeito aos professores entrevistados constatou-se que, quanto à sua formação académica de base, à excepção de uma docente com licenciatura em Professores do Ensino Básico, os restantes frequentaram o Magistério Primário, que lhes facultou o grau de bacharel. No entanto, recentemente, concluíram Complementos de Formação, em áreas diversificadas e na actualidade todos são licenciados.

No decorrer do seu percurso académico não obtiveram formação específica em áreas como a diversidade cultural/educação intercultural e/ou minorias étnicas, embora alguns afirmassem que abordaram estas temáticas em determinadas disciplinas/seminários.

Cardoso refere que até 1991 não existiam ofertas significativas para a formação, no domínio da educação intercultural. A partir desta data e na “sequência do lançamento do projecto nacional de educação intercultural (Entreculturas), a formação, sobretudo contínua, de professores na área, conheceu alguns avanços” (Cardoso, 2001: 67). Apesar dos esforços efectuados, os avanços concretizados consideram-se insuficientes, já que as instituições de formação inicial de professores, quer sejam universidades, quer sejam politécnicos mostraram-se, inicialmente, pouco receptivas à inclusão nos seus currículos da dimensão intercultural. Além deste entrave, surgiram outros de ordem variada (*Ibidem*)²⁵².

A falta de formação inicial ou contínua de professores para trabalhar com grupos étnicos diferenciados é sentida em muitos países europeus, sendo que a maior parte dos docentes tenta “formar-se e informar-se, melhor ou pior” e os próprios referem não possuírem qualquer formação (Liégeois, 2001: 173).

A respeito deste temática, tendo em conta uma perspectiva intercultural, Jordán reconhece algumas preocupações, salientando que:

²⁵² Para um conhecimento mais aprofundado, ver Cardoso, 2001: 65-87.

- A teoria sobre a educação multicultural vai, na maior parte dos casos, bastante mais adiante que a prática docente, devido à falta de uma formação sistemática e rigorosa do professorado neste âmbito.
- As iniciativas relacionadas com a preparação dos professores para a educação intercultural costumam ser pontuais e superficiais e têm servido para resolver alguns problemas concretos.
- As experiências formativas dirigem-se a um professorado específico (professores de língua de origem, autóctones ou imigrantes, professores bilingues, professores especializados em programas de apoio ou compensação, etc.), deixando a generalidade dos professores sem qualquer sensibilização em relação à educação intercultural, ignorando, assim, que também os alunos maioritários vivem numa sociedade multicultural.
- Os programas de formação são dirigidos quase exclusivamente a professores voluntários (possivelmente os que já estão sensibilizados para a diversidade cultural e linguística), esquecendo que são necessárias medidas legais e outros incentivos para que todos possam usufruir de formação e aperfeiçoamento em relação à educação intercultural (Jordán, 1994: 101-102 in Peres, 1999: 208).

Peres afirma que “educar na e para a diversidade exige novas competências e atitudes profissionais por parte dos professores”. No entanto, apesar desta realidade “os modelos de formação dos docentes (formação inicial e contínua) não têm sido desenhados e desenvolvidos, por forma a dar resposta a estas necessidades” (Peres, 1999: 208).

O professor inter/multicultural deve i) encarar a diversidade cultural como uma riqueza no processo de ensino/aprendizagem; ii) Promover saberes e culturas; iii) Tornar a diversidade cultural condição da confrontação entre culturas; iv) Ultrapassar o etnocentrismo cultural; v) Defender a descentração da escola, assumindo-a como parte da comunidade local; vi) Conhecer diferenças culturais desenvolvendo dispositivos pedagógicos na base da noção de cultura como prática social (Stoer e Cortesão, 1999: 47)²⁵³.

²⁵³ Segundo a mesma fonte, o professor monocultural “Encara a diversidade cultural como um obstáculo ao processo de ensino/aprendizagem potenciador de discriminação; Considera a diversidade cultural na sala de aula como um *deficit* (preocupação com o que *falta* nas culturas

O quadro que se segue apresenta-nos algumas características acerca dos docentes do 1º Ciclo entrevistados, a leccionar nos estabelecimentos de ensino das localidades onde levámos a cabo o nosso estudo empírico, tanto no meio rural, como urbano.

Quadro 22 – Docentes do 1º Ciclo entrevistados, 2005/2006

Idade	Sexo		Anos de serviço			Anos na escola actual			
	M	H	0-19	20-29	>29	1	2	3	4 e +
0-29	1		1			1			
30-39									
40-49	5	1		5	1	5	1		
> 49	4			2	2	1	1	1	1
TOTAL	10	1	1	7	3	7	2	1	1
	11		11			11			

FONTE: Elaboração própria.

Como podemos observar, verifica-se a predominância das mulheres (M) em relação aos homens (H), maioritariamente com idade compreendida entre os quarenta e quarenta e nove anos de idade.

Se considerarmos o género, no que diz respeito aos docentes, este pode ser um factor que se reveste de alguma importância, nomeadamente quando se trata de estabelecimentos de ensino onde se pratica a monodocência, frequentado por crianças de etnia cigana, do sexo feminino.

Na escola de Penedo, o professor encontrava-se perante raparigas na idade da puberdade, com quinze, doze e onze anos e verificava algumas inibições, por parte das mesmas, pelo facto de ser homem. Em relação a duas delas, explicava que:

Na escola não falam (...) Não sei, pode influenciar. Uma das coisas que estas duas alunas de 4º ano têm..., são só estas duas, porque todos os outros lêem, estas não

que se desviam da norma); Considera importante a homogeneidade cultural na sala de aula veiculando a cultura nacional na escola oficial para todos; Proclama a sua identidade cultural como uma herança histórica que é fixa e indiscutível; É «escolacentrista»: a escola deve preparar para a modernização; *Reconhece* diferenças culturais sem as querer conhecer (para evitar preferências por qualquer grupo sócio-cultural)" (Stoer e Cortesão, 1999: 47).

lêem alto. Eu sei que lêem porque interpretam os textos e as ouço bichanar, depois quando fazem a ficha de interpretação, nota-se que leram e escrevem, por isso também sabem ler, mas o ano passado estava cá uma colega e era professora, elas liam alto. Por isso há diferença, seguramente. Aliás, o ser homem condiciona outras coisas, por exemplo, nunca a mãe de um aluno vem sozinha à escola. Isso eu já verifiquei (H., 47 anos, aldeano, extracto de entrevista, Penedo, 19-05-2006).

Dos onze professores, sete tinham entre vinte e vinte e nove anos de serviço e o mesmo número encontrava-se, pela primeira vez, a leccionar no estabelecimento de ensino em causa verificando-se, pois, uma elevada rotação dos docentes, que em nada facilita o estabelecimento de contactos personalizados com estas famílias de portugueses ciganos.

A escolha dos professores que trabalham com crianças de etnia cigana, de acordo com Liégeois, deveria obedecer a determinados critérios, de ordem variada, isentos de um carácter rígido. O autor especifica que:

“o mais importante é o perfil que nasce da sua combinação, perfil que pode ser comparado ao perfil ideal do professor desejado para a situação precisa em que vai ter de trabalhar. É por isso que a escolha deveria ser feita, após análise de candidatura voluntárias, por uma comissão, cuja composição poderia ser diferente consoante os países e os sistemas escolares e que, para ser competente, deveria ser informada sobre as questões referentes à escolarização das crianças ciganas. Entre os tipos de critérios que parecem determinantes, figuram as motivações que levam o professor a candidatar-se, a sua experiência, a sua formação e a sua informação” (Liégeois, 2001: 164).

A estabilidade do corpo docente é outro aspecto considerado relevante ainda que, como afirma Liégeois, “os ministérios não parecem ter-se interessado por esta questão” (*Ibidem*: 168)²⁵⁴.

Na nossa opinião a continuidade dos docentes cria estabilidade, quer para o próprio, quer para o aluno e famílias beneficiando, ambos, no processo ensino-aprendizagem. O facto do professor se manter na mesma turma privilegia a continuidade a nível pedagógico, assim como o conhecimento das

²⁵⁴ Para um conhecimento mais aprofundado acerca desta temática ver Liégeois, 2001: 168-170.

aprendizagens dos alunos e as relações interpessoais já estabelecidas, quer com os alunos, quer com as famílias.

Os docentes entrevistados concordam com a perspectiva que acabamos de expor relatando-nos, a esse propósito, preconceitos, tanto dos próprios como das populações envolventes que, posteriormente, a sua prática não confirmou.

Mas o ano passado tinha outro tipo de expectativa, porque não os conhecia. Não sabia bem..., não sabia nada deles, da cultura..., parece que estava à espera que fossem agressivos, estava! (...) Estava à espera que fossem agressivos e mal-educados, que se levantasse algum assim quando a coisa não corresse bem! E não. Não! Tinha uma expectativa assim para o negativo e não! (M., 40 anos, aldeana, extracto de entrevista, Souto, 09-06-2006).

A experiência nos (nome bairro) foi excelente. Crianças muito meigas, muito dóceis. (...) Quando disse que ficava na escola dos (nome da escola situada junto ao Bairro da Encosta), a gente: Oh, (nome bairro), os ciganos, não sei quê! (M., 42 anos, aldeana, extracto de entrevista, Bragança, 09-06-2006).

Através deste trabalho pretendemos, por um lado, “dar voz” aos professores para tentar entender como se processa a escolarização destes alunos e perceber a resposta a questões como: Quais as maiores dificuldades que enfrentam? Como se sociabilizam as crianças deste grupo étnico em contexto escolar? Qual a relação com os pais/Encarregados de Educação?

Por outro lado quisemos, também, “dar voz” aos próprios ciganos para saber a sua opinião acerca da escola, ou seja, do local que acolhe os seus filhos, das práticas aí exercidas, assim como das dificuldades que enfrentam em relação a esta instituição.

6.3.7.1 - Os ciganos vistos pela escola

No entender dos docentes entrevistados, a principal dificuldade com os alunos deste grupo étnico encontra-se no fraco aproveitamento escolar, associado à falta de motivação e de acompanhamento por parte das famílias. Também a ausência da frequência do ensino Pré-Escolar, segundo os mesmos

condiciona, de forma determinante, o desenvolvimento de um processo de aprendizagem com êxito.

Aproveitamento, coitadinhos! Não têm Pré, não é? Eles vêm para aqui para a escola a fazer a Pré, destreza manual, eles andam quase o primeiro período todo e parte do segundo para aprender a adquirir destreza manual. Portanto, são muito pobrezinhos nesse aspecto, mas depois no segundo período começam a recuperar e no terceiro só que não é tempo suficiente para eles ficarem com uma aprendizagem como deve ser, não é? (M., 52 anos, aldeana, extracto de entrevista, Bragança, 09-06-2006).

Tem que se estar sempre a repetir. (...) Perde-se, porque depois nunca fazem os deveres de casa! Não são estimulados em casa. A família não ajuda rigorosamente em nada e é uma pena, porque a aprendizagem é só o que fazem ali naquele espaço e depois como o ambiente familiar é quase nefasto a isso, não aplicam, seguem o que ouvem na família! E trazem para lá, porque mesmo que eu corrija muitas vezes os erros que dão, como o peso familiar é tão grande, tenho que os estar sempre a repetir! (M., 40 anos, aldeana, extracto de entrevista, Souto, 09-06-2007).

As dificuldades são mais a nível de aprendizagem e de materiais, eles não compram livros, é a Câmara que lhes fornece, não compram lápis, nem borrachas, nem canetas, nem nada. (...) Está com currículo alternativo, aliás estão todos, menos um, porque o aproveitamento é fraco, muito fraco. (...) Depois há outra coisa que eu não sei explicar muito bem mas que é verdade. Basta estar alguns dias sem aulas e acontece isso nas férias, que grande parte do que tinham aprendido esqueceram. Mas coisas elementares, como os de primeiro ano esquecem as letras, já não sabem relacionar a manuscrita com a imprensa, já não sabem relacionar a minúscula com a maiúscula. Algumas esquecem-se do nome, aquilo que faziam antes deixam de fazer a seguir e é preciso relembrar novamente. Não sei bem qual é a explicação para isso mas que acontece, acontece! (...) O nível cultural em casa parece-me muito baixo, parece-me não, é! Há mães que não sabem assinar sequer, não sei se há alguma que tenha o 4º ano, porque mesmo as que sabem assinar, não sei se têm a escolaridade até ao 4º ano, porque algumas, pela idade deveriam ter até o 6º ou 9º ano até! Em casa não têm solicitação nenhuma a nível de escola, maneira que os miúdos também não se interessam. Eles vêm à escola porque tento torná-la divertida, tanto quanto posso e depois acham que é dever deles vir à escola. Eles não sentem a necessidade de aprender (H, 47 anos, aldeano, extracto de entrevista, Penedo, 19-05-2006).

Em Portugal deparamo-nos com situações extremamente variadas, insusceptíveis de generalização e que devem ser questionadas, uma vez que

parecem resultar mais da ciganofobia local do que da diversidade de ciganos existentes no país.

Na perspectiva de Sousa, a escola, na actualidade, desenvolve relações de conflitualidade e não de empatia com as crianças ciganas, que são muitas vezes consideradas como intrusas e incompreendidas na sua diferença (Sousa, 2001: 39).

Nos estabelecimentos de ensino que faziam parte do nosso objecto de estudo, à excepção de um²⁵⁵, não se verificavam situações de violência ou conflituosas com estes alunos. Pelo contrário, a educação, o bom comportamento e a humildade eram algumas das características apontadas pelos professores.

São uns ciganos extremamente educados, não causam desacatos, tanto quanto sei, mesmo aqui na aldeia, não há casos desses, nem violência, nem coisíssima nenhuma! Na escola não se nota nada de agressividade, não há. São extremamente educados, simples! Brinco com eles, com os que brincam, os mais desinibidos e se exageram chamo-os à atenção e imediatamente obedecem, não há..., mais do que se calhar outros não ciganos (H., 47 anos, aldeano, extracto de entrevista, Penedo, 19-05-2006).

Eu nunca vi miúdos tão bem comportados como estes! Tomara eu que fossem todos como estes! (...) Fiquei encantada com estes miúdos, sinceramente! (M., 42 anos, aldeana, extracto de entrevista, Bairro da Encosta, 09-06-2006).

são uns meninos que são meigos, não tive problemas absolutamente nenhuns. Estimo-os como se fossem meus! E eles também são muito meiguinhos, é verdade! E não são agressivos! E são obedientes, acima de tudo! Digo-lhe: faz. E fazem..., o mais depressa possível! São meigos, uma pessoa gosta deles! (M., 54 anos, aldeana, extracto de entrevista, Fonte, 21-05-2006).

Ora, esta realidade contraria, em absoluto, todos os estereótipos e ideias pré-concebidas que imputam aos ciganos comportamentos de violência e agressividade em meio escolar, tanto para com os seus pares como para com os professores e restante comunidade educativa.

²⁵⁵ Situa-se na cidade e recebe alunos do Bairro Horizonte e Largo. Foram referidos apenas dois alunos (irmãos) que, pontualmente, tinham comportamentos agressivos. No entanto, tivemos conhecimento de situações conflituosas, que envolvem crianças de etnia cigana, noutros estabelecimentos de ensino da cidade.

No que respeita à sua socialização na escola podemos considerá-la normalizada, embora nalguns casos a falta de higiene surgisse como um elemento perturbador e de rejeição, em relação aos restantes alunos. Esta estava intimamente relacionada com as precárias condições de habitabilidade das famílias devido, essencialmente, à inexistência de casas de banho. Esta situação poderia ser colmatada com a vontade municipal em proceder ao seu realojamento, mas na realidade continuam vítimas de promessas e de sucessivos adiamentos.

Quer dizer, lá..., porque está a professora presente, até..., até..., isso funciona mais ou menos bem, pronto! E eu também nunca fiz a distinção entre uns e outros! Quando é para ir, pronto..., tanto vai o da aldeia, como o cigano! Só que... há uma rejeição... há uma rejeição aos ciganos, não querem sentar-se..., inicialmente não se queriam sentar ao pé deles porque estavam muito sujinhos! Eles não têm material escolar e usam sempre o do vizinho! Ou têm os cadernos em mau estado, ou..., porque é cigano, também não apetece muito ficar ao lado dele! E é essa a rejeição maior! (M., 40 anos, aldeana, extracto de entrevista, Souto, 09-06-2006).

São crianças que muitas vezes são excluídas por isso, ou porque cheiram mal ou porque estão sujas, ou porque têm piolhos, muitos deles têm. Há bem pouco tempo tive que vestir uma bata, uma touca, remédio nas mãos e lavei a cabeça a todos. Estava aí uma praga que não se podia, tive medo de apanhar! Pedi ajuda ao senhor padre aí da aldeia e andámos aqui numa lavagem de cabeças, uma manhã inteira! (M., 27 anos, aldeana, extracto de entrevista, Ribeira, 29-05-2006).

Relativamente à participação dos pais na vida escolar dos filhos, de acordo com os depoimentos dos professores, verificavam-se dificuldades em aderir às iniciativas promovidas pela escola, tais como reuniões gerais, festas escolares, entre outras, embora com algumas excepções. A recolha dos Boletins de Informação Trimestral e as visitas regulares à escola no acompanhamento do processo de aprendizagem dos seus educandos não eram acções, por eles percepcionadas de muita utilidade e importância.

Os entrevistados referiram que, normalmente, os pais dos alunos de etnia cigana se dirigiam ao estabelecimento de ensino quando solicitados ou por sua iniciativa para tratar assuntos relacionados com pedidos de apoio de

transporte, alimentação e material escolar, assim como documentação solicitada por outras instituições²⁵⁶.

Eles próprios se isolam! Mesmo que estejamos a puxar por eles e a querer dar-lhe oportunidades, eles próprios se isolam, parece que até têm medo de nós! Querem estar lá ao pé deles, quando há festa na escola, eles nunca vão! Nunca vão à escola! Só vão à escola se o professor os chamar e vão pontualmente, todos juntos, quase todos em grupo! Oh, eu acho que não se inserem, nem a 50%! (M., 40 anos, aldeana, extracto de entrevista, Souto, 09-06-2006).

Olhe, os pais só vêm quando precisam de qualquer coisa como há um bocado. Precisam uma declaração para o RMG, comparecem na escola. Se são chamados também comparecem, para assinar as fichazinhas de informação trimestral, quando, pronto, o professor necessita falar com eles, escreve-lhe a notazinha, pronto e os pais comparecem, mas só nessas alturas. Em reuniões não gostam de comparecer. Em reuniões da escola geralmente, não comparecem os da (nome do bairro Horizonte), porque estes aqui, que moram atrás da escola comparecem a tudo, a tudo mesmo! (M., 52 anos, aldeana, extracto de entrevista, Bairro da Encosta, 09-06-2006).

Se for preciso vem. Se lhe dissermos amanhã quero cá a tua mãe na escola, ela vem. Deste João não, porque ela não sabe escrever, mas vem o pai. Vem sempre e tem outro irmão em (nome da escola), mesmo nas reuniões e tudo, vão sempre. Se lhes disserem para ir vão (M., 55 anos, aldeana, extracto de entrevista, Freixo, 16-05-2006).

A não comparência dos pais na escola, na perspectiva de Enguita, está associada, entre outras razões²⁵⁷, ao facto de não receberem aí notícias positivas. O autor afirma que:

“A mais moderadamente desagradável trata-se dos seus filhos não alcançarem um rendimento adequado, o que dificilmente pode resultar agradável ou indiferente por muito que seja o seu desapego e por muito manipuladora que seja a sua atitude em relação à instituição. Outra notícia frequente, talvez a mais frequente de todas, é que apresentam problemas de comportamento, de carácter, de higiene, etc. Como é lógico, se o contacto não traz nada de bom o melhor é minimizá-lo, e os pais e as mães ciganos fazem-no tentando reduzir a relação ao indispensável e inclusivamente a menos” (Enguita, 1999: 173).

²⁵⁶ Como por exemplo comprovativos de matrícula.

²⁵⁷ Veja-se “Os pais inacessíveis”, Enguita, 1999: 173-177.

6.3.7.2 - A escola vista pelos ciganos

Na actualidade, a escolarização das crianças ciganas é percebida pelos próprios como necessária, ainda que o seu principal objectivo se centre na aprendizagem da leitura e escrita. A frequência do 1º Ciclo considera-se, por isso, suficiente, uma vez que é neste nível de ensino que se processam as aprendizagens desejadas.

Eu queria que lhe ensinasse a ler, só isso, porque a Matemática e o Estudo do Meio ou lá como lhe chamam não lhe faz falta! Porque olhe, ela é o último ano que vem para a escola, não vê como está? Já está uma mulher! (M., 39 anos, cigana, notas DC, Bairro Horizonte, 07-11-2006).

E já tiram uma carta de condução mais fácil, não é? Querem ir para onde queiram já sabem para onde vão, para onde é que não vão, se é longe, se estão perto, se estão longe, já sabem ler uma placa, já sabem os quilómetros que há de cidade a cidade, ou de vila a vila, ou de povo a povo (H., 42 anos, cigano, extracto de entrevista, Bairro Horizonte, 18-09-2004).

Porque é bem nós sabermos ler, nós e os nossos filhos. É uma coisa muito linda. Eu penso, os meus filhos, as minhas filhas vão estudar porque escusam as outras pessoas que leiam as ... as cartas delas e assim. (...) Não dava porque os estudos eram muito caros e... e chegou bem para fazer o 2º ano (actual 6º ano) e já me chega (M., 27 anos, cigana, extracto de entrevista, Bairro da Encosta, 17-09-2004)²⁵⁸.

Não, só tem mais um ano! Para o Ciclo não vai! (...) Não vai, chega-lhe bem! Não vê eu? Também não estudei e também estou aqui! Chega-lhe para tirar a carta, quero que tire a carta! (M., 24 anos, cigana, notas DC, Bairro Horizonte, 31-08-2006)²⁵⁹.

Os factores implícitos a esta realidade são de ordem variada, tais como, i) no caso das raparigas, a defesa da virgindade e a preparação para o casamento pois, com um corpo de mulher, aproxima-se uma mudança de status no mundo cigano, a caminho do casamento; ii) a focalização espacial (ler

²⁵⁸ Esta mulher residia no meio rural, só depois de casada se deslocou para a cidade. Na aldeia onde os pais se fixaram funcionava o EBM, daí ter frequentado o 6º ano.

²⁵⁹ Refere-se à filha mais velha. Quando efectuámos o trabalho de campo verificámos que não era usual as mulheres ciganas terem carta de condução. Na cidade conhecíamos uma e no meio rural duas em Serrania e uma em Fonte (informação obtida pela observação, sem confirmação de outros casos). Actualmente, em 2010, sabemos que várias mulheres, jovens, na cidade têm a carta de condução.

cartas, placas, etc.), decorrente da sua vida pretérita («nómada») e actual (comercial) e a manutenção da privacidade cultural (para que os outros não leiam...), uma das razões para a manutenção de um léxico romani mínimo e secreto, lado a lado do português como língua materna; iii) a inutilidade de muitas matérias para a vida que lhes está reservada e que prevêem que não possa evoluir intergeracionalmente (descrença na afluência social inerente ao capitalismo liberal); iv) a ideia que os filhos não devem ultrapassar os pais mas apenas repetir o seu nível (receio das consequências intragrupo da possível afluência social dos filhos).

As precárias condições de habitabilidade²⁶⁰, no seu entender, contribuem para o agudizar de formas de humilhação a que são sujeitos reflectindo-se, na relação directa com os professores e consequentemente na aprendizagem. A vergonha de não serem reconhecidos, devido à sua “condição de cigano” e um orgulho magoado levam-nos ao afastamento da escola.

Eles preocupavam-se em ensinar os aldeanos mas a estes pouco ou nada e eles encheram-se e saíram de lá! (...) eles afastaram-se porque viam que não os ensinavam. Diziam que cheiravam mal, “oh, isto cheiram mal, oh, isto são ciganos...”, têm razão nós não tínhamos condições para isso, a verdade é só uma e as professoras também não se importaram muito com isso! Porque eu não tinha condições de mandar os meus filhos todos os dias... banhá-los não é? Porque eu para os banhar aqui todos os dias numa bacia de água também não é prático, porque se a minha casa estivesse em condições até os banhava numa bacia de água. (...) Agora no Inverno não há quem lhe dê banho... a menina pequerruchinha que temos aí, a minha neta está numa miséria de lhe darmos banho trás de ontem, está numa miséria. (...) Constipadinha com o frio que agarrou aqui! (...) E aos garotos da escola fizeram-lhe na mesma, afastaram-nos pronto! (...) Sentia-se envergonhado, sentia-se..., com aquele orgulho de ver os outros bem tratados e a ele não senhor! (M., 55 anos, cigana, extracto de entrevista, Ribeira, 26-02-2007).

²⁶⁰ De acordo com a obra *A comunidade xitana en Galicia. 1990-2000*, a falta de serviços de higiene, o cheiro a fumo das lareiras, os problemas de saúde e de desenvolvimento físico devido às más condições de habitabilidade e carências alimentares, a falta de espaços e meios para estudar, a precariedade de meios económicos que limita o acesso a determinados meios como enciclopédias, computador ou Internet colocam as crianças ciganas em desvantagem em relação à maioria dos seus companheiros. Assim, limitam o seu rendimento escolar, condicionam as suas possibilidades de integração e provocam a rejeição das outras crianças e professores, de tal forma que as vítimas se convertem em culpadas da sua situação (Xunta de Galicia, 2002: 155-156).

Não há estas condições da gente os poder mandar banhados, mandá-los bem lavadinhos, para que...não temos! (...) Porque lá está, o cigano vai cagado, o cigano cheira mal, mas porquê? Mas não sabem dar a razão pelo que é! Porquê? Porque as condições não há! (...) Eu já levo nove filhos, oito filhos a estudar, já estudei oito filhos e ainda os trago a estudar e muitas das vezes chegam à ponta do caminho têm que vir atrás a vestir outras calças e se não lhas tenho enchutas já perdem a escola! (M., 37 anos, cigana, extracto de entrevista, Bairro Horizonte, 18-09-2004).

Nós para levarmos os miúdos da barraca à ponta do caminho, chegam lá cheios de lodo. Depois as professoras reclamam por os miúdos irem todos sujos, mas nós não temos responsabilidade de os levar mais limpos, só se os levarmos pelo ar, até ao caminho. Temos que os mandar da maneira que podemos. Ou querem que não os mandemos e depois amanhã ou passado não sabem duas letras? A culpa é delas, senão que os deixem ir como os mandamos (M., 24 anos, cigana, extracto de entrevista, Bairro Horizonte, 06-06-2006).

No meio urbano, segundo os entrevistados, a discriminação continua presente nas salas de aula, embora não de forma tão acentuada como no passado. Esta situação verifica-se, entre outras, na atenção que os professores dedicam aos aldeanos, em detrimento dos alunos de etnia cigana, que pelas dificuldades apresentadas são ignorados.

Sabe que sempre há uma pequena diferença! Com o cigano junto ao aldeano, ligam-lhe mais aos aldeanos do que aos ciganos. (...) Nada. Só me ensinaram a fazer o nome, nem tão mal! (...) Não faziam caso de ninguém, só faziam caso dos senhores! (H., 19 anos, cigano, extracto de entrevista, Bairro Horizonte, 29-07-2004).

Eu, pronto... só o que a garota me diz que ela que está lá no fundo, eu não sei... pronto..., diz: “mãe, eu estou lá no fundo”. Não sei quê, não sei quê! Por isso ela não vai, não quer ir à escola! Se não quer ir à escola é porque alguma coisa se passa, não é? Porque em primeiro ia muito bem, muito contente, muito tudo! Levantava-se, penteava-se, lavava-se e ia e agora não quer ir, tapa-me a cabeça e não vai! (M, 52 anos, cigana, extracto de entrevista, Largo, 24-05-2006).

Na escola há sempre uma pequenina diferença entre um cigano e um aldeano. Um cigano põem-no sempre um bocadinho mais ao lado, mas já foi mais do que o que está a ser. Mas em princípio, primeiro era... o cigano era mais... punham-no mais de lado, agora, já não está a ser tanto, mas ainda há uma pequena diferença, ainda há. (H., 42 anos, cigano, extracto de entrevista, Bairro Horizonte, 18-09-2004).

Mas eu também não gosto muito daquela escola, da professora! Está bem que ele este ano faltou muito e não passou por isso mas por fim, sempre somos ciganos e já se sabe como é! (...) e deixavam os garotos por ali pelo recreio eles sós e às vezes fechados na sala, sem ninguém a tomar conta deles! E se um dos garotos abria o portão saía para a rua e vinha um carro que o agarrava? Eu queria ver! (...) Eles já se sabe que não vão com o Infantário, mas também não fazem caso deles! (M., 26 anos, cigana, notas DC, Bairro Horizonte, 28-07-2006).

Alguns dos depoimentos anteriores parecem convergentes com o estudo acerca da comunidade cigana na Galiza que refere a existência de preconceito e racismo por parte dos professores em relação às crianças deste grupo étnico, esclarecendo que existem “práticas docentes nas quais os menores ciganos são de certa forma “aparcados”, e têm menos possibilidades de aceder a uma formação pedagógica adequada” (Xunta de Galicia, 2002: 160). A mesma fonte acrescenta, ainda, que o trabalho dos docentes, nestes casos, se limita a controlar as crianças enquanto realizam actividades de puro entretenimento, sem verdadeiros objectivos pedagógicos (*Ibidem*)²⁶¹.

No que diz respeito às práticas dos professores, que acabamos de referenciar, Abajo denomina-as de “Pedagogia de matar o tempo”, esclarecendo que “uma das situações mais habituais nas aulas com os ciganos é não seguirem a actividade geral da turma, mas estarem à sua vontade ou realizando tarefas diferentes. O mais típico é que os ponham a desenhar” (Abajo, 1999: 170). Na opinião do mesmo autor esta pode ser uma resposta espontânea, tal como o poderão fazer os pais com os filhos, ou seja, porque “não conseguem ver outra maneira de que os deixem em paz com os escassos meios ao seu alcance” (*Ibidem*).

Na passagem do 1º ao 2º Ciclo, as taxas de abandono são elevadas, a apontar pela diferença do número de alunos matriculados, como se verifica nos quadros atrás apresentados. A mesma situação é vivida em Portugal (Bastos e Bastos, 1999) bem como em Espanha, quer com os ciganos portugueses aí residentes (Nicolau, 2003), quer com a população cigana espanhola (Abajo et

²⁶¹ Actividades como copiar, pintar, desenhar.

al., 2004), retardando-se o abandono no país vizinho porque a Primária²⁶² prolonga-se até ao 6º ano.

Normalmente os rapazes têm liberdade para continuar os estudos mas acabam por abandonar a escola devido, a vários factores, como a inexistência de encaminhamento²⁶³ e acompanhamento por parte da família²⁶⁴; conteúdos curriculares cada vez mais complexos e dificuldades económicas²⁶⁵. Para além destes existem, também, expectativas de uma aprendizagem profissional prática «ao lado dos adultos»; expectativas negativas quanto à entrada no mercado de trabalho devido à ciganofobia dominante; falta de capacidade dos pais para os supervisionarem; pressão de um padrão cultural dominante quanto à quantidade de educação escolar que um cigano precisa, proveniente quer dos pais, quer do próprio grupo, etc.

Quiseram fazer até à 4ª, matriculei-os no Ciclo, não se entendiam com aquilo, com aqueles estudos e abandonaram os estudos. (...) Porque eles não se entendem com aquilo, é Francês e Português e não sei o que é aquilo, mas eles não se entendem! (...) porque alguns têm a 4ª, alguns o 2º ano (actual 6º) e outros também não estudam mais porque também não temos as possibilidades! (M., 37 anos, cigana, extracto de entrevista, Bairro Horizonte, 18-09-2004).

Andaram, essa..., a minha *Teresa*, andou lá o *João*, eles não quiseram estudar mais, eu não os podia obrigar! (M., 55 anos, cigana, extracto de entrevista, Ribeira, 26-02-2007).

Olhe, o rapaz não quer estudar! Uma vez foi para Bragança, tive que ir lá a saber dele (H., 44 anos, extracto de entrevista, Souto, 06-03-2007).

²⁶² Terminologia espanhola. Para um conhecimento do sistema educativo espanhol ver Nicolau, 2003.

²⁶³ Os ciganos não têm confiança no sistema educativo uma vez que carecem de referências, homens e mulheres da sua etnia, com uma posição social e económica relevantes derivadas à frequência da escola (Xunta de Galicia, 2002: 158).

²⁶⁴ O baixo nível educativo dos pais é um dos factores que limita o acompanhamento das tarefas escolares em casa.

²⁶⁵ Os alunos carenciados, dentro da escolaridade obrigatória, são apoiados pela acção social escolar. No ano lectivo 2008/2009, no 2º Ciclo a comparticipação no escalão A era a seguinte: Alimentação: 100%; Livros: 5º ano-100€, 6º ano-95€; Material escolar: 11€; Actividades complemento curricular: até 100%. Para informação dos outros ciclos de ensino e escalões consultar *Diário da República*, 2ª série – Despacho Nº 20 956/2008, de 11 de Agosto. As comparticipações a atribuir não cobrem a totalidade das despesas e são actualizadas anualmente.

Na população cigana onde desenvolveu o seu estudo empírico, Casa-Nova verificou também que as famílias “deixam ao livre arbítrio dos rapazes a frequência da escola e o eventual prosseguimento dos estudos”. No que diz respeito às raparigas a frequência da escola parece estar condicionada por motivações várias, como a necessidade de ajudar nas tarefas domésticas e o cuidado dos irmãos mais novos; devido à idade precoce com que contraem matrimónio ou pela eventualidade de poder estabelecer ligações fora do seu grupo étnico e o receio de que lhe possa acontecer alguma coisa (Casa-Nova, 2002: 91-92).

Finalizado o 1º Ciclo, a continuidade significa a mudança para uma escola mais distanciada, afectando sobretudo as comunidades do meio rural, que se encontram alguns quilómetros afastadas²⁶⁶. Este pode ser um entrave à escolarização pela distância a que a escola se encontra de casa. Os sentimentos de medo²⁶⁷ surgem e afirmam-se resultando na não autorização da deslocação das crianças, principalmente quando se trata de elementos do género feminino, induzindo as próprias raparigas a interiorizar a perigosidade.

Depois aí vamos a ver, para irem os meninos a pé para além e depois virem, é muito cansaço para eles. Mas se vier um autobus, até onde eles têm que ir, mando-os (M., 33 anos, cigana, extracto de entrevista, Bairro da Encosta, 19-04-2006).

Depende, se...para fazerem o Ciclo fica-lhe longe, eu também não sei se estarei ainda aqui. Mas, o Ciclo não sei, se fizerem é a 4ª (M., 27 anos, cigana, extracto de entrevista, Bairro da Encosta, 17-09-2004).

Como é que a vou a mandar para a escola, para tão longe? Vai agora a garota a pé, daqui até lá em cima! E depois? Vem por aí abaixo, param uns gandulos, metem-na dentro de alguma carrinha, obrigam-na a entrar, como é que a garota se defende ela sozinha de dois gandulos? E depois? Não! Eu não a mando! (M., 42 anos, cigana, notas DC, Bairro da Encosta, 20-09-2006).

Mas ela não quer, não quer ir para Bragança, porque ela tem medo, por causa dos outros dalém! (M., 40 anos, cigana, extracto de entrevista, Souto, 06-03-2007)²⁶⁸.

²⁶⁶ Ver capítulo 5.

²⁶⁷ Também Enguita considera que a escola é vista pelos ciganos como um meio hostil, para onde mandam os seus filhos com temor (Enguita, 1999: 59).

²⁶⁸ Refere-se ao Bairro Horizonte.

Se tivermos em conta o género, a protecção e vigilância a que as raparigas são sujeitas, o abandono escolar neste sector da população é mais elevado. Segundo Enguita, “uns peitos incipientes e a primeira menstruação são motivos mais que suficientes para que não voltem a pisar a escola” (Enguita, 1999: 64). Outras razões, apontadas pelo mesmo autor, relacionam-se com o facto das mulheres “começarem a preparar-se antes para as suas tarefas como membro da sociedade adulta”, assim como de não necessitarem tirar a carta de condução (*Ibidem*: 65). De acordo com Enguita, a escolarização das raparigas ciganas é em menor número contribuindo para isso o facto de, na ausência ou sobrecarga de trabalho da mãe, assegurarem a educação dos irmãos mais novos (*Ibidem*: 66).

Tanto no meio urbano como no meio rural transmontano, uma vez iniciada a puberdade das raparigas que frequentam a escola, as famílias temem aproximações relativamente i) aos não ciganos e ii) ciganos de famílias indesejáveis.

No que diz respeito aos não ciganos, os perigos²⁶⁹ que observam na sociedade maioritária, associados a medos de envolvimento a nível sentimental e sexual explicam essa conduta.

Têm medo que elas cheguem a casa com a barriga grande! É por isso que não as deixam ir para o Ciclo! Mas os meus se quiserem vão (M., 23 anos, cigana, notas DC, Bairro da Encosta, 15-02-2007).

Já, já lhe veio o ano passado (menstruação). Ela vem porque é aqui, porque para o Ciclo não vai, se já aqui! Lá no Ciclo é tudo rapazes maiores e depois? Não, para o ano já não vai! (M., 37 anos, cigana, notas DC, Bairro Horizonte, 07-11-2006).

Por exemplo, a garota já tem aquela idade, nós temos medo, porque é uma rapariga não é? E a gente tem medo de a mandar por exemplo, nós aqui, para a escola, por exemplo de noite, já não a mando, não a mando porque eu tenho muito medo porque hoje em dia há muita maldade então nós não queremos ver a desgraça de uma filha, porque não vamos mandar assim uma rapariga já com dezoito para aí, assim à maluca! (M., 55 anos, cigana, extracto de entrevista, Ribeira, 26-06-2007).

²⁶⁹ Referem-se a situações conhecidas, por exemplo, através dos meios de comunicação social, como raptos, assassinatos, actos pedófilos, ou outras.

Em relação aos ciganos pertencentes a famílias indesejáveis evitam as relações por considerarem tratar-se de indivíduos que não são honestos, nem credíveis. Verifica-se temor e receio de que, longe de casa e sem a vigilância por parte de algum membro da família, possa surgir algum tipo de aproximação. Por um lado receiam-se actos menos honestos por parte desses indivíduos que poderão influenciar a conduta dos restantes, quando se trata também de rapazes e, por outro lado, no caso das raparigas, que se envolvam emocionalmente ou a nível sexual.

Não sei se andou lá um ano ou dois, agora também não quero mentir! Mas depois também os de Bragança ralhavam e eu depois tirei-o de lá, não foi por causa de fumar nem o caraças! Tirei-o de lá por causa dos outros, dos de Bragança. (...) O garoto gostava de lá andar. Mas eu tirei-o de lá por causa dos outros! (...) A que anda lá na escola é a seguir ao garoto. E eu disse que não a deixo ir por causa dos de Bragança! Não a deixo ir por causa disso! Ainda me hão-de agarrar na garota e fugir com ela! (...) Mas depois ao sair da escola, são muito bem capaz de lhe agarrar num bracinho: “vá, vamos por aqui, que por aqui é o caminho!” (...) Eu...eu não a deixo ir por causa disso (H., 38 anos, cigano, extracto de entrevista, Penedo, 09-05-2006).

Além dos factores atrás apontados, existe o convencimento generalizado de que a escola não lhes proporciona qualquer vantagem, uma vez que o peso da discriminação continua presente e julgam que não poderão aceder a um emprego, em igualdade de circunstâncias com os aldeanos.

A este propósito, Ogbu refere que no seu estudo notou “a importância das experiências comunitárias da minoria na estrutura de oportunidades na pós-escolarização e como os membros da comunidade minoritária percepcionavam as tristes oportunidades de futuro” (Ogbu, 1987: 313).

No que diz respeito ao ensino Pré-Escolar, embora não seja de frequência obrigatória, no concelho de Bragança podemos considerar duas situações distintas²⁷⁰, ou seja, a escolarização normalizada, nalgumas das localidades do meio rural e a não frequência noutras aldeias e na cidade.

Nas povoações rurais com Jardim-de-infância, os ciganos iniciam a sua escolarização aos três anos tal como a restante população, à excepção da

²⁷⁰ De acordo com os dados recolhidos no ano lectivo 2005/2006.

Ribeira, onde se processa de forma irregular, por parte de algumas das famílias que aí residem.

Fui lá (ao bairro) porque é assim, eu tive conhecimento que havia lá meninos que não vinham à escola, que é a tal *Ângela* que está para a Espanha agora. (...) Depois fomos lá eu e a professora *Teresa* porque a mãe disse-nos que tinha uma menina já com sete anos, já devia estar na escola, não é? Fomos lá a falar com ela, a dizer que mandasse a menina porque tinha almoço, que a escola que lhe fazia bem, não sei quê, pronto e começaram a vir, tanto a menina que vem para aqui (Jardim-de-infância), como a que está na 1ª classe. (...) Esses dois eram capazes de estar (por escolarizar), porque é assim, isto já se passou em Fevereiro. De Outubro até Fevereiro..., só começaram a vir em finais de Fevereiro (M., 46 anos, aldeana, extracto de entrevista, Ribeira, 29-05-2006).

Na Fonte, como não existe Jardim-de-infância, as crianças ciganas, tal como as restantes que frequentam este nível de ensino são transportadas para uma das localidades mais próximas que presta este serviço às populações, neste caso concreto, para a Ribeira.

Quanto às crianças que não frequentam o pré-escolar, as razões prendem-se com o facto dos pais as considerarem demasiado pequenas para se manterem afastados durante todo o dia. Surgem sentimentos de medo em relação aos i) aldeanos e ii) outras crianças ciganas que frequentam o mesmo estabelecimento de ensino, transformando-se numa realidade difícil de contornar. O medo provém do desconhecido, já que em meio urbano as relações não são tão personalizadas como no meio rural e pelo facto de interiorizarem que as crianças não possuem defesas para enfrentar os seus colegas, no caso de desavenças. No seu meio, as crianças quando se envolvem em conflitos são, frequentemente, motivo de discórdia e desavenças familiares, por isso recorrem a esta estratégia para evitar essas situações.

Porque fui eu que não as deixei ir. Não temos nós esse hábito de os deixar ir, nós, nenhuns. Não nos puxa de os mandar a isso. São pequenos e depois se calhar metem-se e alguma coisa..., para não arranjar problemas, não os mandamos. (...) É mais aquela coisa de ir para o desconhecido. Olhe, ainda hoje o do *Manuel* deram-lhe um empurrão e esfolaram o garotinho todo. Está sempre a gente com o coração... Mais os

queremos mandar para a escola do que para isso, para isso não gostamos (M., 24 anos, cigana, extracto de entrevista, Bairro Horizonte, 06-06-2006).

- Porque não manda este pequeno para o Infantário?
- Eu? Deus me livre! Até estes..., eu é porque era obrigada a mandá-los para a escola, senão mais queria que ficassem aqui comigo!
- Mas fazia-lhe bem ao garoto! Tem medo que não o tratem bem?
- Nunca o tratam como aos outros, deixam-no de lado. (...) Olhe, as Assistentes disseram-me para o inscrever e eu disse-lhe: “Olhe, inscrever pode inscrevê-lo mas ir não vai! Não o levo lá!” (M., 26 anos, cigana, notas DC, Bairro Horizonte, 28-07-2006).

Sim mas andam lá outros, ciganos também e eu não quero problemas, porque sempre se batem! Então não vai e já não há problemas! (...) Pois, mas depois vem um maior e bate-lhe e ninguém gosta de ver, não é? (M., 55 anos, cigana, notas DC, Ribeira, 04-09-2006).

Relativamente aos conflitos entre crianças deste grupo étnico e tendo em conta, ainda, os outros níveis de ensino, Enguita refere que tendem a desencadear, mediante a intervenção ou o recurso ao «irmão mais velho», a dinâmica do enfrentamento entre famílias. Assim, enquanto o não cigano vê na escola um lugar seguro onde os professores reprimem um impulso violento das crianças, o cigano encontra nela um risco de colisão para elas (Enguita, 1999: 61).

Outra das razões para a não frequência do Pré-Escolar está relacionada com o facto de considerarem suficiente o tempo de escolarização no 1º Ciclo, como já referimos anteriormente e também porque as mulheres não exercem uma actividade profissional regular permitindo-lhes, assim, a sua guarda. Em caso de necessidades pontuais, a existência de um familiar, normalmente uma irmã mais velha, assegura a vigilância.

Na cidade a escassez de lugares nos Jardins-de-infância públicos pode funcionar como um obstáculo à escolarização destas crianças mas, na sua opinião, a “falta de vagas” relaciona-se directamente com o factor

discriminação²⁷¹. *A Voz do Nordeste* descreve a situação anterior, através do testemunho de uma mãe cigana residente num dos bairros da cidade:

“Noémia diz que os ciganos são mal vistos na cidade e discriminados em todos os sectores. Confessa que desde que teve o primeiro filho tentou sempre colocá-lo num infantário. O mesmo procedimento teve com os outros três, mas em vão. Garante que bateu a todas as portas, mas todas se fecharam ao seu pedido. O argumento é sempre o mesmo, falta de vagas. Noémia, no entanto, diz que é pura discriminação” (Pires, 2007: 13).

Os temores face a determinados acontecimentos como a pedofilia, raptos, violação de menores provocam-lhes sentimentos de insegurança e dificuldades no distanciamento e separação com os filhos.

E quando vai o meu para a escola ainda mais (ficar com medo). Podem muito fácil..., as professoras podem estar com os outros, naquele entre tempo sai o meu do recreio, pode bater à porta e diz-lhe assim: “ó meu lindo, toma lá mesmo um caramelo” ou assim e depois leva-me o garoto e depois, como é que é? Como é? Depois fico eu sem ele? Porque aquela mãe ficou sem a menina. Eu tenho... claro dá medo não é? Só sabe quem os traz por lá. (...) Ainda agora também, eu não sei em que parte foi, para ali para Argoselo, eu acho que era Argoselo, também levaram uma menina de catorze anos, num carro à saída da escola. E eu tenho medo, não é? (M., 23 anos, cigana, extracto de entrevista, Bairro Horizonte, 16-10-2004).

De acordo com Enguita, o cigano iletrado está enormemente exposto aos meios audiovisuais e é um voraz consumidor de sons e imagens. Para eles, os não ciganos revelam-se uma sucessão de catástrofes naturais, assassinatos, sequestros, acidentes ferroviários, etc., porque essa é a informação que requer menos grau de abstracção e que encaixa melhor com uma intensa vida familiar (Enguita, 1999: 62).

No entanto, comprovámos que independentemente da idade, quando não se sentem hostilizados e se estabelece uma relação sólida e de confiança com os aldeanos, os medos tornam-se mais ténues chegando a desaparecer verificando-se, por isso, um envolvimento com os demais.

²⁷¹ Em Espanha, Prado Conde considera os ciganos como um dos grupos que se pode qualificar historicamente de não pertinente, nas instituições educativas (Prado Conde, 2005: 130).

Eu porque a deixei ir às senhoras? Porque fazia confiança na D. *Ângela* e na D. *Antónia* porque senão a minha garota não saía daqui! Mas como fazia confiança em vocês deixei-a ir e deixei-a ir como se fosse com a minha família! Digo-lhe mais, deixei-a ir com toda a confiança! Mas se não tivesse confiança na D. *Ângela* e na D. *Antónia*, algum dia deixava sair a minha filha? Nem pensasse! (...) Nem pensassem nisso que eu não a deixava ir! Mas como fazia confiança em vocês... Deixava-as ir até ao cabo do mundo, eu deixava-as ir como se fosse com família minha, igual! (M., 55 anos, cigana, extracto de entrevista, Ribeira, 26-06-2007) ²⁷².

²⁷² Trata-se de uma visita a Fátima, numa excursão organizada pelo Secretariado Diocesano da Pastoral dos Ciganos de Bragança-Miranda.

CONCLUSÃO

O mundo actual, cada vez mais globalizado, origina uma multiplicidade de culturas que, em determinadas circunstâncias, partilham os mesmos contextos e dinâmicas. Assistimos, pois, a um pluralismo cultural na sociedade que nos rodeia, sem precedentes, tendencialmente a acentuar-se com o decorrer dos tempos.

A globalização verifica-se em diversas áreas tais como económica, política, tecnológica e cultural e “tem sido influenciada pelo progresso nos sistemas de comunicação, registado a partir do final da década de 1960” (Giddens, 2000: 22).

Esta realidade acentua comportamentos etnocêntricos onde prevalecem atitudes que julgam “as formas morais, religiosas e sociais de outras comunidades de acordo com as nossas próprias normas e, portanto, em considerar as suas diferenças como uma anomalia” (Rivière, 2000: 13).

No contexto transmontano, podemos considerar que a diversidade étnica é pouco expressiva, quando se trata de imigrantes, uma vez que o número de residentes não é significativo, quando comparado com outras regiões do país²⁷³. No entanto, a realidade assume características bem diferentes quando se trata dos ciganos – “chabotos”, já que estes contam com uma presença prolongada na zona e as famílias residentes são em número considerável²⁷⁴.

Como referimos na introdução, os objectivos deste estudo centram-se em dois eixos principais, ou seja, conhecer o grupo étnico cigano que maioritariamente se encontra em Trás-os-Montes e compreender a interacção que o mesmo estabeleceu com a população maioritária, tanto no meio local (urbano e rural), como no que concerne à instituição escola.

As seguintes perguntas de partida definiram-se no início da investigação e serviram de ponto de partida e orientação no decorrer do trabalho: Em que dimensões os ciganos transmontanos se diferenciam dos restantes ciganos?

²⁷³ As estatísticas indicam que, em 2008, de todos os distritos do país, Bragança era o que continha menor número de população estrangeira, com um total de 1679 indivíduos (Departamento de Planeamento e Formação, 2010).

²⁷⁴ Ver capítulo 5: 5.1.4.2. - Dados demográficos concelho.

Esta questão despoletou a seguinte: Os ciganos do meio urbano e do meio rural têm afinidades entre si? Outra pergunta que nos guiou foi: Como se processam as relações inter-étnicas nesta região? Também esta questão propiciou as seguintes: Como interagem os ciganos do meio urbano e do meio rural com a população local? E com a instituição escola?

Para a concretização dos objectivos propostos, estabelecemos um enquadramento teórico (capítulo 1) que se revelou pertinente, na medida em que nos permitiu o conhecimento dos ciganos que maioritariamente residem na região transmontana, assim como a compreensão do quadro das relações inter-étnicas.

Considerámos, também, necessária uma reflexão acerca da escassez bibliográfica sobre os ciganos de Portugal, nomeadamente, no que diz respeito ao grupo que se encontra na região transmontana.

A metodologia adoptada (capítulo 2), de carácter qualitativo, pareceu-nos a mais adequada para melhor compreender o significado das acções dos sujeitos que faziam parte da nossa unidade de observação. A informação recolhida através da observação directa e participante triangulámo-la com os dados obtidos nas entrevistas e pesquisa documental, nomeadamente de documentos recolhidos em fontes locais.

O trabalho de campo, no meio urbano, iniciou-se em Outubro de 2005 e decorreu até Dezembro de 2006, sendo que a partir de Outubro do último ano as visitas se espaçaram. Nesta data começámos a intervir com os ciganos do meio rural, de forma sistemática, até Março de 2007.

As unidades de observação definiram-se tendo em conta alguns critérios para aí desenvolver o trabalho empírico que decorreu em três bairros da cidade de Bragança e em seis aldeias do concelho, onde o número de famílias ciganas residentes era significativo.

Tratando-se de um estudo multilocal, não pretendemos estabelecer comparações da realidade das diferentes localidades, mas conhecer cada um dos contextos seleccionados, no sentido de obtermos uma informação mais abrangente no que diz respeito à temática que abordamos.

No capítulo 3 descrevemos o contexto sócio-geográfico e situacional da região transmontana, incidindo em características como a localização periférica, emigração e suas consequências e actividades económicas.

Quanto à história dos ciganos (capítulo 4) devemos ter em conta a publicação de um trabalho recente (Lamanit, 2007), que introduz uma nova hipótese relativamente ao seu percurso diaspórico, ou seja, o facto de os mesmos terem sido escravizados, a partir da Índia, o que contraria as hipóteses conhecidas até ao momento que apontavam para a fuga do país de origem devido a fomes, invasões ou guerras (Nunes, 1996; Fraser, 1997).

Como pudemos constatar neste capítulo, as medidas legislativas e persecutórias para com os ciganos foram uma constante ao longo dos séculos verificando-se, ainda na actualidade, episódios racistas para com os mesmos, tanto em Portugal, como em diversos países europeus (Bastos, 2007; Agence des Droits Fondamentaux de l'Union Européenne, 2009a).

No que diz respeito aos ciganos transmontanos - “chabotos” - encontrámos registos escritos desde o início do século XX (Alves, 1982, tomo V), que testemunham o seu modo de vida. Outras fontes locais (*Mensageiro de Bragança*; *Amigos de Bragança*) deixam, também, antever um quadro de perseguições, que vai de encontro à tendência verificada a nível nacional e europeu e no que concerne às relações inter-étnicas uma posição de subjugação dos indivíduos deste grupo étnico perante a sociedade maioritária.

Nos dois últimos capítulos apresentamos o resultado da pesquisa empírica que cruzámos com o quadro teórico, na tentativa de interpretar os factos descritos e melhorar a sua compreensão.

No capítulo 5, para além do percurso migratório e residencial dos ciganos da região, procurámos conhecer, também, o seu percurso económico. O primeiro foi marcado pelo nomadismo e posterior assentamento em localidades onde, por diversas razões, haviam estabelecido relações de confiança com as populações locais. O segundo associado à mendicidade até época recente e a graves carências económicas, ainda na actualidade.

As famílias, na sua grande maioria, encontram-se sedentarizadas, no entanto, em determinadas localidades algumas praticam o semi-sedentarismo, deslocando-se para províncias limítrofes ou Espanha, normalmente em trabalhos agrícolas quando não conseguem, localmente, meios de subsistência.

O processo de sedentarização foi diferenciado em cada uma das localidades estudadas, em relação à temporalidade (ultrapassando os trinta

anos nas aldeias e em data mais recente na cidade) e à interacção estabelecida com as populações locais.

Para além do conhecimento da situação demográfica dos ciganos que compunham a nossa unidade de observação efectuámos um levantamento a nível do concelho de Bragança descrevendo, também, a situação habitacional dos primeiros, que se caracteriza pela precariedade.

A população da nossa unidade de observação é constituída por um número elevado de crianças e jovens (0-24 anos: 64%) e uma percentagem muito baixa de idosos (+ 65 anos: 2%), contrariando a realidade concelhia que apresenta baixos índices nas faixas etárias mais jovens (0-24 anos: 25%) e uma alta percentagem de indivíduos acima dos sessenta e cinco anos (20%).

Ao longo deste capítulo pudemos verificar que em Trás-os-Montes residem dois grupos de ciganos que se auto-diferenciam entre si: os “chabotos” e os *gitanos*, permitindo-nos este facto deshomogeneizar os ciganos de Portugal. As denominações anteriores são as que uns atribuem aos outros, sendo que ambos se auto-denominam ciganos. Entre eles não existe nenhum tipo de interacção, pelo contrário, as fronteiras estão bem demarcadas, de forma que locais frequentados por uns são evitados pelos outros.

As principais características diferenciadoras que os “chabotos” referem em relação aos *gitanos*, são que estes: i) possuem maior poder económico e por isso um nível de vida mais elevado, com maior poder aquisitivo; ii) têm as tradições culturais mais enraizadas; iii) profissionalmente dedicam-se à venda de roupa nas feiras; iv) a nível de religiosidade seguem os ritos da Igreja Evangélica; v) atribuem-lhes um carácter e acções agressivas, quer a nível intra-grupal, quer para com os demais; vi) a existência de um dialecto, ao qual chamam “latim” que difere nos dois grupos; vii) uma aparência a nível físico mais cuidada.

Os *gitanos* que residem no concelho são oriundos de Mirandela, tendo-se deslocado para Bragança há cerca de duas décadas, devido à formação de “contrários”. Profissionalmente dedicam-se à venda de roupa, nas feiras, actividade que praticam desde os seus antepassados. Culturalmente e socialmente identificam-se com os ciganos de Espanha e não com os ciganos “chabotos”, a quem negam a autenticidade da identidade cigana.

Nesta zona encontram-se, também, os caldeireiros, de suposta ascendência cigana mas que, devido à falta de elementos no seio do próprio grupo, contraíram ligações maritais com aldeanas e, na actualidade, perderam ou omitem os elos com os seus ancestrais. Também eles eram “ambulantes” e desenvolveram um dialecto que denominam “latim” e, segundo os mesmos, difere do que falam os “chabotos” e do que falam os *gitanos*.

No que diz respeito às relações intra-grupais dos “chabotos” (capítulo 6) verifica-se uma interacção intensiva a nível da família nuclear, em detrimento da família alargada caminhando-se, na perspectiva dos mesmos, para um processo de individualismo no grupo, sem precedentes. Ao longo do trabalho detectámos, frequentemente, uma motivação para o afastamento do meio social e físico em que se encontravam, expressando vontade de isolamento em relação ao próprio grupo, quer na cidade, quer nas aldeias onde as habitações se localizavam num espaço contíguo.

Quanto às relações inter-étnicas quisemos “dar voz” a ciganos e não ciganos e expor a sua opinião no que concerne à interacção de ambos nas respectivas localidades onde residem, assim como à escolarização das crianças deste grupo étnico.

No meio urbano, o contacto dos ciganos com os aldeanos é, maioritariamente, institucional ou comercial, não participando os primeiros da vida social, cultural, religiosa, ou outra, dos bairros ou cidade. A sua socialização, contrariamente à vontade dos mesmos, restringe-se a uma esfera intra-grupo, no próprio bairro ou nas proximidades, onde residem familiares.

Nas aldeias, dependendo da localidade, encontram-se variações, de forma que nalgumas povoações existe uma interacção positiva com os aldeanos, enquanto noutras o contacto se restringe ao mínimo.

Em duas povoações regista-se um número elevado de casamentos mistos que poderá traduzir a proximidade entre os dois grupos. Nestas localidades, assim como em duas outras, os indivíduos deste grupo étnico são considerados mão-de-obra essencial, principalmente para a realização de tarefas agrícolas. A população aldeana está envelhecida e perde capacidade de produzir, enquanto os ciganos apresentam índices elevados de população jovem. Nas restantes povoações (duas), embora o discurso dos ciganos aponte para a existência de relações inter-étnicas normalizadas, o discurso dos

aldeanos reflecte, claramente, a exclusão dos ciganos da vida da aldeia em todas as dimensões²⁷⁵.

No entanto, apesar da interacção positiva que se regista nalgumas das localidades do meio rural verificámos que o “ser cigano” continua a alimentar estereótipos e preconceitos sociais reavivados, em determinadas circunstâncias pelos aldeanos.

Quanto à escolarização das crianças ciganas, na região segue-se a tendência que se verifica a nível nacional, ou seja, o registo de uma taxa elevada de matrícula no 1º Ciclo, que baixa drasticamente à medida que os ciclos avançam e também em relação ao Pré-Escolar. As taxas de insucesso, absentismo e abandono, no 1º Ciclo são elevadas, quando comparadas com as dos não ciganos ou outros grupos étnicos/culturais residentes em Portugal.

Nas localidades do meio rural onde se desenvolveu o estudo empírico o número de crianças ciganas a frequentar a escola era, na sua maioria, superior ao número de aldeanos ou com uma presença significativa.

No Pré-Escolar, em meio urbano, até à data da recolha de dados, ou seja, o ano lectivo 2005/2006, a matrícula destes alunos era praticamente nula, ao inverso de algumas localidades do meio rural onde a frequência se encontrava normalizada desde os três anos.

No 1º Ciclo, os professores entrevistados referem dificuldades de aprendizagem, por estes alunos não frequentarem o Jardim-de-infância, pouco entusiasmo e fraco acompanhamento por parte das famílias, com consequências directas no seu aproveitamento escolar. No entanto realçam o comportamento exemplar destas crianças e as ideias pré-concebidas, de carácter negativo, principalmente em relação à agressividade que consideravam uma característica intrínseca aos alunos deste grupo étnico.

Por seu lado, os pais ciganos vêem como necessária a frequência do 1º Ciclo, mais precisamente, a aprendizagem do “saber ler e escrever”, no entanto salientam alguns entraves que contribuem para a escolarização deficitária das crianças. Um dos factores é a discriminação que se reflecte na atenção dos professores para com os aldeanos, em detrimento dos ciganos (uma das causas é a falta de higiene que os filhos apresentam, provocando repúdio em

²⁷⁵ Social, cultural, política, religiosa, etc.

alunos e professores mas da qual os mesmos não sentem responsabilidade, uma vez que não possuem condições habitacionais para suprimir esta situação). Na passagem para o 2º Ciclo, o medo/desconfiança que os filhos se envolvam em episódios por eles considerados impróprios (as raparigas devido à sua entrada na puberdade) com aldeanos e/ou outros ciganos levam à sua retirada da escola. Ainda nesta etapa, a distância a que, normalmente, a escola se encontra de casa torna-se, também, um entrave.

O trabalho que agora apresentamos contribui para deshomogeneizar duplamente a representação antropológica da categoria étnica «ciganos», pois, evidencia não só as especificidades inter-regionais como, também, os modos de aculturação antagonista (Devereux, 1985) estabelecidos entre eles e deles face à ecologia cultural dominante.

Consideramos, pois, esta investigação inovadora na medida em que aporta conhecimentos novos, quer em relação à temática de estudos sobre ciganos, quer no que diz respeito às relações inter-étnicas, uma vez que os estudos são muito escassos, nomeadamente em meio rural.

Ao longo do trabalho identificámos algumas temáticas que consideramos merecerem um estudo direccionado e concentrado nas mesmas, enriquecendo, certamente, o conhecimento científico no que diz respeito a este grupo étnico.

Uma das questões centra-se no estudo da trajectória dos ciganos que se encontram no Nordeste Transmontano e nas suas diferenciações, de forma a investigar se estamos perante o mesmo grupo que entrou em Portugal pelo Alentejo (Coelho, 1995) ou de um grupo com um percurso diaspórico e histórico até ao momento desconhecido. Um estudo exaustivo sobre o seu dialecto (denominado pelos próprios de “latim”) aportaria, certamente, importantes conhecimentos em relação a este grupo de ciganos.

Outro tema de interesse recai nos ciganos do meio rural, uma vez que até ao momento são escassos os trabalhos nesta área, nomeadamente no que diz respeito às relações inter-étnicas.

Por fim incentivamos ao estudo dos caldeireiros, ou seja, seguir a sua “rota” em Portugal, incluindo o conhecimento do seu dialecto, também denominado pelos mesmos de “latim”, uma vez que neste trabalho introduzimos, apenas, essa temática.

BIBIOGRAFIA

FONTES MANUSCRITAS

Livro de Actas da Comissão Executiva da Câmara Municipal do Concelho de Bragança. De 10 Jun. 1919 a 22 Set.1987 (48 livros).

Livro de Registo de Correspondência Recebida. De 1920 a 1926 e de 1932 a 1978 (42 livros).

Correspondência Expedida. De 1928 a 1930, 1933-34, 1943-44-45-46, 1953, de 1964 a 1966 (12 livros).

FONTES IMPRESSAS

AA.VV. – “A Pobreza e a Exclusão Social: Teorias, Conceitos e Políticas Sociais em Portugal” in FERNANDES, António Teixeira (coord.) - *Sociologia*. Porto: Revista da Faculdade de Letras - Universidade do Porto, 1ª série, vol. IX, 1999, pp. 63-101.

AA. VV. – *Que sorte, Ciganos na nossa escola*. Lisboa: Centre de Recherches Tsiganes, Secretariado Entreculturas, 2001.

AA.VV. – *Comunidades ciganas: representações e dinâmicas de exclusão - integração*. Lisboa: ACIME, 2006.

ABAJO, José Eugenio – “La escolarización de los niños gitanos. El desconcierto de los mensajes doble-vinculares y la apuesta por los vínculos sociales y afectivos” in *RTS*, 140, Dez. 1995, pp. 138-157.

– “La escolarización de los niños gitanos (o la educación como proceso interpersonal que refleja y reproduce relaciones sociales desiguales y contradictorias” in *Cultura y Educación*, 3, 1996, pp. 81-102.

– “La situación de los niños gitanos en España: un test a nuestro sistema social y escolar” in *Revista Interuniversitaria de Formación del Profesorado*, 36, Dez. 1999, pp. 57-69.

- ABAJO, José Eugenio et al. – *Experiencias y trayectorias de éxito escolar de gitanas y gitanos en España. Encrucijadas sobre educación, género y cambio cultural*. Madrid: CIDE/Instituto de la Mujer, 2004 (Doc. PDF).
- AGENCE DES DROITS FONDAMENTAUX DE L'UNION EUROPÉENNE – "Compte-rendu d'incidents- Attaques violentes contre des Roms dans le quartier de Ponticelli, à Naples, en Italie. FRA 2008" in http://fra.europa.eu/fraWebsite/attachments/Incid-Report-Italy-08_fr.pdf (Disponível Maio 2009a).
- "Rapport Annuel" in http://fra.europa.eu/fraWebsite/attachments/FRA-AnnualReport09_fr.pdf (Disponível Junho 2009b).
- AGUIRRE BAZTAN, Ángel (ed.) – *Etnografía. Metodología cualitativa en la investigación sociocultural*. Barcelona: Boixareu, 1995.
- ALBARELLO, Luc et al. – *Práticas e métodos de investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva, 1997.
- ALFARO, António Gómez; COSTA, Elisa Maria Lopes e FLOATE, Sharon Sillers – *Ciganos e degredos - Os casos de Espanha, Portugal e Inglaterra, séculos XVI - XIX*, Lisboa: Centre de Recherches Tsiganes, Secretariado Entreculturas, 1999.
- ALMEIDA, João Ferreira de et al. – *Exclusão Social: Factores e tipos de Pobreza em Portugal*. 2ª ed., Oeiras: Celta Editora, 1994.
- ALVES, Francisco Manuel – *Trás-os-Montes*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1929.
- *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança ou Repositorio amplo de noticias chorographicas, hydro-orographicas, geologicas, mineralogicas, hydrologicas, bio-bibliographicas, hiralgicas, etymologicas, industriaes e estatisticas interessantes tanto á historia profana como ecclesiastica do districto de Bragança*. Bragança: Tipografia Académica, 1982. XI tomos.
- ALBERTE CASTIÑEIRAS, José Ramón (coord.) – *Que hacemos con los gitanos?* Lugo: Concejalías de Cultura y Servicios Sociales del Excmo. Ayuntamiento de Lugo, s/d.
- AMIGUINHO, Abílio – *Caracterização sócio-demográfica e cultural da comunidade cigana no Alentejo*. Évora: Fundo Social Europeu e CRSSA, 1993.

- AMUCIP – *Tomar a Palavra - Olhares e falas de mulheres ciganas portuguesas sobre a família e o trabalho*. Lisboa, AMUCIP, 2006.
- ANDRADE, Marta – *Quiénes son los gitanos? - Aproximación de la comunidad cigana portuguesa de origen trasmontano*. Vigo: Abr. 2006 (Doc. pessoal de reflexão).
- ANTA FÉLEZ, José Luís – *Donde la pobreza es marginación - Un análisis entre gitanos*. 1ª ed., Barcelona: Editorial Humanidades, 1994.
- ARDÈVOL, Elisenda, CISTERÒ, Josep e MARCOS, Célia – “El campamento gitano de Riu Sec” in *Revista Treball Social*, nº extra, Barcelona, 1990, pp. 11-103.
- ARINA, Adelaide; CORDEIRO, Adelino; MORAIS, Cláudia e ALVES, Ana – “RSI -Contributo para uma sociedade inclusiva” in III Jornadas da Pastoral dos Ciganos do Nordeste Transmontano: *Incluir para a Coesão*. Bragança: Secretariado Diocesano da Pastoral dos Ciganos Bragança-Miranda, 30-31 Mai. 2008.
- AUZIAS, Claire – *Os ciganos ou o destino selvagem dos Rom do Leste*. Lisboa: Edições Antígona, 2001.
- A VOZ DO NORDESTE – De 1985 a 2006.
- AZEVEDO, Pedro A. – “Os ciganos em Portugal nos séculos XVI e XVII” in *Arquivo Histórico Português*, vol VI, 1 - 2, Lisboa: Of. Tip. 1908.
- BARDIN, Laurence – *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1995.
- BARTH, Fredrik – “Grupos étnicos e suas fronteiras” in POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne - *Teorias da Etnicidade. Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. 2ª ed., São Paulo: UNESP Editora, 1997, pp. 187-227.
- *Ethnic Groups and Boundaries - The Social Organization of Culture Difference*. USA: Waveland Press, Inc., 1998.
- “Temáticas permanentes e emergentes na análise da etnicidade” in VERMEULEN, Hans e GOVERS, Cora (orgs.) - *Antropologia da Etnicidade - Para além de “ethnic groups and boundaries”*. Lisboa: Fim de Século, 2003, pp. 19-44.

- BASTOS, José Gabriel Pereira – “Portugal, Minha Princesa - Contribuição para o estudo das representações sociais identitárias” in *Ethnologia*, Revista 1-2, Lisboa: 1995, pp.141-163.
- *Portugal Europeu: Estratégias Identitárias Inter-nacionais dos Portugueses*. Oeiras: Celta Editora, 2000.
 - *Sintrensens Ciganos - Uma abordagem estrutural-dinâmica*. Câmara Municipal de Sintra/ Divisão de Saúde e Acção Social, 2007a.
 - “Que futuro tem Portugal para os portugueses ciganos?” in <http://cemme.fcsh.unl.pt/destaques/Destaque> (Disponível Janeiro 2007b).
 - “O que se passa em Portugal com os Portugueses Ciganos?” in *Rediteia*, 42, Porto: REAPN (Rede Europeia Anti-pobreza / Portugal), 2009, pp. 49-53 (No prelo).
- BASTOS, José Gabriel Pereira; BASTOS, Susana Trovão Pereira *et al.* – *Portugal Multicultural. Situação e Estratégias Identitárias das Minorias Étnicas*. Lisboa: Fim de Século, 1999.
- “What are we talking about when we talk about identities?” in <http://cemme.fcsh.unl.pt/destaques/Destaque> (Disponível Janeiro 2007).
- BASTOS, Susana Pereira e BASTOS, José Gabriel Pereira – *Filhos Diferentes de Deuses Diferentes. Manejos da religião em processos de inserção social diferenciada: uma abordagem estrutural dinâmica*. Lisboa: ACIME, 2006.
- BLANES, Ruy – *Aleluia! Música e Identidade num Movimento Evangélico Cigano na Península Ibérica*. Tese de doutoramento em Antropologia. Lisboa: Universidade de Lisboa/Instituto de Ciências Sociais, 2006 (Doc. PDF).
- BOGDAN, Robert e BIKLEN, Sari – *Investigação qualitativa em educação - uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora, 1994.
- BOURHIS, Richad Y. e LEYENS, Jacques-Philippe – *Stéréotypes, discrimination et relations intergroupes*. Liège: Mardaga, 1994.
- BRETON, Roland – *As etnias*. Porto: Presses Universitaires de France, s/d.

- BRINCA, Ana – “Ciganos, «Tradição» e Religião: Fronteiras Étnicas e Estratégias de Inserção Social” in BASTOS, Susana Pereira e BASTOS, José Gabriel Pereira - *Filhos Diferentes de Deuses Diferentes. Manejos da religião em processos de inserção social diferenciada: uma abordagem estrutural dinâmica*. Lisboa: ACIME, 2006.
- «Os ciganos gostam de dar nas vistas, serem falados e gabados» - *Exibição e manejo do segredo como estratégia de representação de portugueses ciganos*. Tese de doutoramento em Antropologia Cultural e Social. Lisboa: UNL/FCSH, 2009 (Doc. PDF).
- BRITO, Joaquim Pais de – *Retrato de Aldeia com Espelho: ensaio sobre Rio de Onor*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1996.
- BRITO, Maria Idalina – “RMG/RSI: A Inserção Social” in I Jornadas da Pastoral dos Ciganos do Nordeste Transmontano: *Escolarização e Integração*. Bragança: Secretariado Diocesano da Pastoral dos Ciganos Bragança-Miranda, 16-17 Mai. 2003.
- BUEZAS, Tomas Calvo – “Las minorías étnicas y sus relaciones de clase, raza y etnia” in *Documentación Social-Revista de Estudios Sociales y de Sociología Aplicada*, 41, Out.-Dez. 1980, pp. 9-33.
- BURGESS, Robert G. – *A pesquisa de terreno: Uma introdução*. Oeiras: Celta Editora, 2001.
- C. – “Vimioso” in *Mensageiro de Bragança*, 1 Fev. 1945: 3.
- “Meirinhos” in *Mensageiro de Bragança*, 12 Mai. 1950: 3.
- “Mendicidade” in *Mensageiro de Bragança*, 16 Mar. 1962: 3.
- CABRAL, João de Pina – “Notas críticas sobre a observação participante no contexto da etnografia portuguesa” in *Análise Social*, revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 76, vol. XIX, 1983 - 2º, pp. 327-339.
- CAHN, Claude – *Roma Rights: Race, Justice and Strategies for Equality*. New York: Claude Cahn Ed., 2002.

- CAMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA (coord.) – *Carta Educativa do Concelho de Bragança*. Bragança: 2006a (Doc. policopiado).
- www.bragancanet.pt/braganca/index.html (Disponível Setembro 2006b).
- <http://www.cm-braganca.pt/> (Disponível Janeiro 2007).
- CANÁRIO, Rui (dir.) – *Ciganos e Educação*. Setúbal: Ed. Cadernos ICE - Instituto das Comunidades Educativas, 1999.
- CANO, Francisco – *El reto de los marginados-Una alternativa social y cultural con nómadas y chabolistas*. Pamplona: Centro de Promoción de Minorías Étnicas, 1987.
- CAPOZZA, Dora e VOLPATO, Chiara – “Relations intergroupes : approches classiques et contemporaines” in BOURHIS, Richard Y. e LEYENS, Jacques-Philippe – *Stéréotypes, discrimination et relations intergroupes*. Liège: Mardaga, 1994, pp. 13-39.
- CAPUCHA, Luís Manuel Antunes – “Pobreza, exclusão social e marginalidades” in VIEGAS, José Manuel Leite e COSTA, António Firmino da - *Portugal, que modernidade?* 2ª ed., Oeiras: Celta Editora, 1998, pp. 209-242.
- CARMONA, Antonio – “Elementos para la interpretación de la cultura gitana” in *Documentación Social-Revista de Estudios Sociales y de Sociología Aplicada*, 41, Out.-Dez. 1980, pp. 67-72.
- CARDOSO, Carlos – “A formação de professores para a diversidade” in AA. VV. - *Que sorte, Ciganos na nossa escola*. Lisboa: Centre de Recherches Tsiganes, Secretariado Entreculturas, 2001.
- CARIA, Telmo H. (org.) – *Experiência Etnográfica em Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento, 2003.
- CARNEIRO, M^a do Rosário A. da Costa (coord.) – *Crianças de Risco*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1997.
- CASA-NOVA, Maria José – *Etnicidade, Género e Escolaridade-Estudo em torno das socializações familiares de género uma comunidade cigana da cidade do Porto*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 2002.
- *Etnografia e produção do conhecimento-Reflexões críticas a partir de uma investigação com ciganos portugueses*. Lisboa: ACIDI, 2009.

- CASTRO, Alexandra – “Ciganos e Itinerância - Realidades Concelhias e Formas de Hospitalidade” in GUERRA, Isabel (dir.) - *Cidades-Comunidades e Territórios*. Lisboa: Revista Semestral, 9, Dez. 2004, pp. 55-69.
- CASTRO; Florencio Vicente e POZUELO, Fernando González – *Los Gitanos en Badajoz - Subsistencia y Realidades*. Badajoz: I.M.B.S. Ayuntamiento de Badajoz, 1989.
- CEPEDA, Francisco José Terroso – *Emigrantes regressados e desenvolvimento no Nordeste Interior Português*. Bragança: IPB, 1991a.
- O regresso dos emigrantes ao Nordeste Interior Português e o seu contributo para o desenvolvimento da região, in *Brigantia-Revista de Cultura*, vol. XI, 1-2, Bragança: Jan.-Jun. 1991b.
- Origens do declínio económico do Nordeste Transmontano, in *Brigantia-Revista de Cultura*, vol. XIX, 1-2, Bragança: Jan.-Mai. 1999.
- *Terra Fria Transmontana – Desenvolver é Preciso*. Bragança: Câmara Municipal de Bragança, 2005.
- COELHO, Adolfo – *Os ciganos de Portugal. Com um Estudo sobre o Calão*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1995.
- COMISSÃO PARLAMENTAR DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA – *Relatório das audições efectuadas sobre Portugueses Ciganos no âmbito do Ano Europeu para o Diálogo Intercultural*. Lisboa, 2008 (Doc. PDF).
- CÓNIM, Custódio e CARRILHO, Maria J. – *Situação demográfica e perspectivas da evolução, Portugal 1960-2000*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1989.
- CORTESÃO, Jaime – *Portugal a Terra e o Homem*. 3ª ed., Lisboa: Imprensa Nacional Cada da Moeda, 1995.
- CORTESÃO, Luiza – “Reflexões críticas sobre a educação de crianças ciganas” in CORTESÃO, Luiza e PINTO, Fátima (orgs.) - *O povo cigano: Cidadãos na sombra*. Porto: Edições Afrontamento, 1995, pp.27-36.
- CORTESÃO, Luiza e PINTO, Fátima (orgs.) – *O povo cigano: Cidadãos na sombra*. Porto: Edições Afrontamento, 1995.
- CORTESÃO, Luiza et al. – *Pontes para outras viagens - escola e comunidade cigana: representações recíprocas*. Lisboa: ACIME, 2005.

- COSTA, Alfredo Bruto da – *Exclusões Sociais*. 1ª ed., Lisboa: Edição Gradiva, 1998.
- COSTA, Alfredo Bruto da (coord.) – *Um olhar sobre a pobreza. Vulnerabilidade e exclusão social no Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Gradiva, 2008.
- COSTA, António Firmino – *O que é Sociologia*. 4ª ed., Coimbra: Quimera, 2003.
- “A pesquisa de terreno em sociologia” in SILVA, Augusto Santos e PINTO, José Madureira (orgs.) - *Metodologia das Ciências Sociais*. 13ª ed., Porto: Edições Afrontamento, 2005, pp. 129-148.
- COSTA, Eduardo Maia – “Os Ciganos em Portugal: Breve história de uma exclusão” in CORTESÃO, Luiza e PINTO, Fátima (orgs.) - *O povo cigano: Cidadãos na sombra-processos explícitos e ocultos de exclusão*. Porto: Edições Afrontamento, 1995, pp.13-20.
- COSTA, Elisa M. Lopes da – *Os Ciganos: Fontes Bibliográficas em Portugal*. Madrid/Paris: Editorial Presencia Gitana, Centre de Recherches Tsiganes, 1995.
- *O povo cigano em Portugal: da história à escola-Um caleidoscópio de informações*. Setúbal: CIOE/ESE, 1996.
- *O povo cigano entre Portugal e terras de além-mar (séculos XVI-XIX)*. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério de Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.
- “O Povo Cigano - memória histórica, presente e futuro” in AA./VV. - *Que sorte, Ciganos na nossa escola!* Lisboa: Centre de Recherches Tsiganes, Secretariado Entreculturas, 2001, pp.15-31.
- COSTA, Manuel Augusto Abrantes da – *Histórias de vida - representações sociais da comunidade cigana*. Tese de doutoramento em Antropologia, Coimbra: Faculdade de Ciências e Tecnologia, Departamento de Antropologia, 2003.
- CRUZ, Manuel Braga (dir.) – *Análise Social*. Lisboa: Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 4ª série, vol. XXXII, 140, 1997.
- DIÁRIO DA REPÚBLICA, 1ª SÉRIE – *Lei 46/1986*, de 14 de Outubro.
- *Lei 30/2002*, de 20 de Dezembro.
- DIÁRIO DA REPÚBLICA, 2ª SÉRIE – *Despacho Nº 20956/2008*, de 11 de Agosto.

- DIAS, Jorge – *Estudos de Antropologia*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1990. 2 vols.
- DELGADO, Manuela Cantón *et al.* – *Gitanos Pentecostales - Una Mirada Antropológica a la Iglesia Filadelfia en Andalucía*. Sevilla: Signatura Demos, 2004.
- DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E FORMAÇÃO – “Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo, 2008” in <http://www.sef.pt> (Disponível Abril 2010).
- DEVEREUX, Georges – *Ethnopsychanalyse complémentaire*. Paris: Flammarion, 1985.
- DUARTE, Isabel *et al.* – *Coexistência inter-étnica, espaços e representações sociais: os ciganos vistos pelos outros*. Lisboa: ACIME, 2005.
- DUBAR, Claude – *A socialização - construção das identidades sociais e profissionais*. Porto: Porto Editora, 1997.
- ENGUITA, Mariano Fernández – “Escuela y etnicidad: el caso de los gitanos” in *Congreso Internacional de Didáctica: Volver a Pensar la Educación*. La Coruña: Set. 1993.
- *Alumnos gitanos en la escuela paya. Un estudio sobre las relaciones étnicas en el sistema educativo*. Barcelona: Editorial Ariel S.A., 1999.
- ERIKSEN, Thomas H. – *Ethnicity and Nationalism - Anthropological Perspectives*. London: Pluto Press, 1993.
- ERIKSON, Erik H. – *Identity and the Life Cycle*. New York: W.W. Norton & Company, 1980.
- EUROPEAN UNION AGENCY FOR FUNDAMENTAL RIGHTS-EU-MIDIS – “Introduction to the FRA’s EU-wide discrimination survey” in http://fra.europa.eu/fraWebsite/attachments/EU-MIDIS_GLANCE_EN.pdf (Disponível Junho 2009).
- EUROSTATE – *Combating poverty and social exclusion - A statistical portrait of the European Union 2010*. Belgica: European Union, 2010 (Doc. PDF).
- FENTON, Steve – *Etnicidade*. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

- FERNANDES, António Teixeira – “Desigualdades e representações sociais” in *Sociologia*. Porto: Instituto de Sociologia. Faculdade de Letras-Universidade do Porto, vol. X, 2000, pp. 203-214.
- FERNÁNDEZ JIMÉNEZ, Diego Luís – *Situación y perspectivas de la juventud gitana en Europa*. Barcelona: Instituto Romanó de Servicios Sociales y Culturales, 1996.
- FIENBORK, Gundula; MIHÒK; Brigitte; MÜLLER; Stephan – *Nunca Ganhei nada na Vida - Histórias de Ciganos da Europa de Leste*. Lisboa: Fenda Edições, 1998.
- FILHO, João Lopes – “Entre duas culturas: os filhos dos emigrantes cabo-verdianos” in *Ethnologia*, Lisboa: Ed. Fim de Século, 12-14, 2002, pp.162-188.
- FITAS, Ana Paula – “ Identidade Cultural e Intervenção Social - Um Olhar sobre a Comunidade Cigana no Alentejo” in *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, vol. 45 (1-2), 2005, pp. 141-148.
- FOLITIER, F. de Vaux de – *Mil ans d’Histoire des Tsiganes*. Paris : Ed. Fayard, 1970.
- FONSECA, Ernesto Paulo *et al.* – *Representações sociais das comunidades cigana e não-cigana - implicações para a integração social*. Lisboa: ACIME, 2005.
- FRASER, Angus – *Los Gitanos*. 1ª ed., Barcelona: Editorial Ariel, 2005.
- FREDRICKSON, George – *Racismo - Uma breve história*. Porto: Campo de Letras Editores, 2004.
- FREIRE, Clotilde Tomé Reino – *Multiculturalismo Escolar: Uma Análise Comparativa*. Curso de Complemento de Formação Científica e Pedagógica para professores do 1º CEB, Bragança: IPB/ESE, 2004.
- FREIRE, Paulo – *A pedagogia do oprimido*. Porto: Afrontamento, 1972.
- FRESNO, José Manuel (dir.) – “Gitanos-pensamiento y cultura” in *Revista Bimestral de la Asociación Secretariado General Gitano*, 7-8, Madrid: Dez. 2000.
- “Gitanos-pensamiento y cultura” in *Revista Bimestral de la Asociación Secretariado General Gitano*, 11, Madrid: Out. 2001.

- GARRIDO, Albert – *Entre gitanos y payos. Relación de prejuicios y desacuerdos*. 1ª ed., Barcelona: Flor del Viento Ediciones, 1999.
- GAYA, Pedro Nigorra – “Los gitanos, la Seguridad Social y la asistencia social” in *Documentación Social-Revista de Estudios Sociales y de Sociología Aplicada*, 41, Out.-Dez. 1980, pp. 273-278.
- GENÉSIO, Luísa – *A construção do planalto transmontano - Baçal, uma aldeia do planalto*. Bragança: IPB, 1999.
- GIDDENS, Anthony – *As consequências da Modernidade*. Oeiras: Celta Editora, 1992.
- *O mundo na era da globalização*. Lisboa: Editorial Presença, 2000.
- *Sociologia*. 4ª ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
- GODINHO, Paula – *O leito e as margens: estratégias familiares de renovação e situações liminares em seis aldeias do Alto Trás-os-Montes raiano (1880-1988)*. Lisboa: Edições Colibri/Instituto de Estudos de Literatura Tradicional, 2006.
- GOFFMAN, Erving – *Estigma-Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S.A., 1988.
- GOMES, Francisco António – “Os Ciganos” in *Mensageiro de Bragança*, 15 Ag. 1952: 3.
- GONÇALVES, Alda; GARCIA, Orlando (coord.) e BARRETO, Pedro – *Tradição e prospectiva nos meandros da economia cigana: circuitos peri-económicos na Grande Lisboa*. Lisboa: ACIME, 2006.
- GONÇALVES, Bruno – “Pontes sem margens” in AA.VV. - *Que sorte, Ciganos na nossa escola*. Lisboa: Centre de Recherches Tsiganes, Secretariado Entreculturas, 2001, pp. 205-212.
- GONÇALVES, João – *Retalhos da vida transmontana no passado e no presente*. Izeda: Tipografia da Escola Profissional de Santo António, 1981.
- GOOGLE EARTH - Image©2008 DigitalGlobe.
- HEUSCH, Luc de – *A la découverte des Tsiganes - Une expédition de reconnaissance (1961)*. Bruxelles: Editions de l'Institut de Sociologie, 1965.

- HUBERMAN, A. Michael e MILES, Matthew B. – *Analyse des données qualitatives: recueil de nouvelles méthodes*. Bruxelles: De Boeck Université, 1991.
- HAMMERSLEY, M. e ATKINSON, P. – *Etnografía. Métodos de investigación*. Barcelona: Paidós, 1994 or. 1984.
- HANCOCK, Ian – “The Pariah Syndrome: An account of Gypsy slavery and persecution” in <http://www.geocities.com/~patrin/patrin.htm> (Disponível Abril 2009a).
- “Le Patrin: La Culture et Histoire des Roma” in <http://www.geocities.com/Paris/5121/patrin-f.htm> (Disponível Abril 2009b).
- HUTCHINSON, John e SMITH, Anthony D. – *Ethnicity*. New York: Oxford University Press, 1996.
- INSTITUTO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL – “Cursos de Educação e Formação” in <http://portal.iefp.pt/portal/page> (Disponível Novembro 2007).
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – Estatísticas Demográficas.
- Prédios segundo o recenseamento de 1960; fogos e população nos recenseamentos de 1911, 1940 e 1960, por lugares.
 - Alojamentos, famílias, população presente e população residente, por lugares.
 - “Recenseamento Geral da População” - 1981, 1991, 2001 in <http://censos.ine.pt> (Disponível Julho 2008a).
 - “O meio envolvente” in <http://alea.ine.pt/asp/meio.asp> (Disponível Setembro 2008b).
 - “Mais de um milhão de portugueses atingem o ensino superior” in <http://alea-estp.ine.pt/html/actual/html/act27.html> (Disponível Junho 2009).
- INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA – *Mestrados: Qual escolher?* Bragança: IPB, 2008.
- ITURRA, Raul – “Trabalho de campo e Observação Participante em Antropologia” in SILVA, Augusto Santos e PINTO, José Madureira (orgs.) – *Metodologia das Ciências Sociais*. 13ª ed., Porto: Edições Afrontamento, 2005, pp. 149-163.

- JUVENTUD GITANA: ESPERANZAS Y PROBLEMAS – “Grupo de Investigación de Política Social Gitana” in *Documentación Social-Revista de Estudios Sociales y de Sociología Aplicada*, 41, Out.- Dez. 1980, pp. 279-282.
- KENRICK, Donald – *Ciganos: da Índia ao Mediterrâneo*. Lisboa: Centre de Recherches Tsiganes, Secretariado Entreculturas, 1998.
- KENRICK, Donald e PUXON, Grattan – *Os ciganos sob o domínio da suástica*. Lisboa: Centre de Recherches Tsiganes, Secretariado Entreculturas, 1998.
- KOTTAK, Conrad Phillip – *Antropología cultural. Espejo para la humanidad*. Madrid: Mac-Graw Hill, 1994.
- LAGUNAS, David – *Los tres cromosomas- Modernidad, identidad y parentesco entre los gitanos catalanes*. Granada: Editorial Comares, 2005.
- LAMANIT, Elizabeth Clanet dit – “Teriam sido os antepassados dos ciganos, escravos militares dos Turcos? Uma nova focagem sobre a sua migração entre a Índia e a Europa”, in MONTENEGRO, Mirna (org.) - *Ciganos e cidadania(s)*. Setúbal: Instituto das Comunidades Educativas, Cadernos ICE 9, 2007, pp. 99-110.
- LEANDRO, Maria Engrácia e LEANDRO, Ana Sofia da Silva – “Sociedade em mutação e processos identitários” in *Sociedade e Cultura 5, Cadernos do Noroeste, Série Sociologia*. Braga: Centro de Ciências Históricas e Sociais da Universidade do Minho, vol. 21 (1-2), 2003, pp. 11-35.
- LEBLON, Bernard – *Los gitanos de España. El precio y el valor de la diferencia*. Barcelona: Gedisa, 1993, or. 1985.
- LEÇA, Pedro – “Marginalização dos ciganos não é inevitável - Com exemplos no meio rural” in *A Voz do Nordeste*, 11 Fev. 2003: 8.
- LESSARD-HÉBERT, Michelle; GOYETTE, Gabriel e BOUTIN, Gérald – *Investigação Qualitativa. Fundamentos e práticas*. 2ª ed., Lisboa: Instituto Piaget, 2005.
- LÉVI-STRAUSS, Claude – *L’identité, séminaire interdisciplinaire du collège de France*. 2ª ed., Paris: PUF, 1987.
- *Raça e história*. 8ª ed., Lisboa: Editorial Presença, 2006.

- LEWIS, Oscar – *Antropología de la pobreza: cinco familias*. México: Fondo de Cultura Económica, 2009.
- LIÉGEOIS, Jean Pierre – *Tsiganes*. Paris: Éditions La Découverte, 1983.
- *Ciganos e Itinerantes*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia, 1989.
 - *A escolarização das Crianças Ciganas e Viajantes-Relatório Síntese*. Lisboa: Departamento de Programação e Gestão Financeira do Ministério de Educação, 1994.
 - *Minoría e escolarização: o rumo cigano*. Lisboa: Centre de Recherches Tsiganes, Secretariado Entreculturas, Ministério da Educação, 2001.
- LIÉGEOIS, Jean-Pierre e GHEORGHE, Nicolae – “Os Roma/ciganos : unha minoria europeia” in *Outras Vozes - Revista Galega para a Solidariedade*, 10, Fev. 1998, pp. 4 -6.
- LIMA, A. G. Mesquitela (dir.) – “Racismo e Xenofobia” in *Ethnologia*. Lisboa: Edições Cosmos e Departamento de Antropologia Faculdade Ciências Sociais e Humanas, UNL, 3-4, Maio/Out. 1995.
- LIMA, A. G. Mesquitela – “O mito da inferioridade das raças” in LIMA, A. G. Mesquitela (dir.) - “Racismo e Xenofobia” - *Ethnologia*. Lisboa: Edições Cosmos e Departamento de Antropologia Faculdade Ciências Sociais e Humanas, UNL, 3-4, Maio/Out. 1995, pp. 13-22.
- LOITEGUI, Amelia B. e TELLETXE, Garbiñe B. – *Estudio sobre la situación y necesidades de dos grandes minorías: gitanos y portugueses*. Pamplona: Cáritas, 1998. 2 vols. (Doc. policopiado).
- LOPES, Daniel Seabra – *Deriva Cigana. Uma Etnografia Impressionista*. Tese de doutoramento em Antropologia. Lisboa: UNL/FCSH, 2006 (Doc. PDF).
- LOPO, Albino Pereira – *Bragança e Benquerença*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1983.
- MACEDO, Isabel Moreira – *O sucesso escolar de minorias. Estudo sociológico sobre trajetórias escolares de alunas e alunos ciganos na Escola Pública Portuguesa*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação. Braga: Universidade do Minho, 2010 (Doc. PDF).

- MACHADO, Fernando Luís – “Etnicidade em Portugal-Contrastes e politização” in CARAPINHEIRO, Graça (dir.) - *Sociologia. Problemas e Práticas*. Lisboa: Centro de Investigação e Estudos de Sociologia. Departamento de Sociologia ISCTE. Revista Semestral, 12, Out. 1992, pp. 123-136.
- MACHADO, Fernando Luís e COSTA, António Firmino da – “Processos de uma modernidade inacabada. Mudanças estruturais e mobilidade social” in VIEGAS, José Manuel Leite e COSTA, António Firmino da (orgs.) - *Portugal, que modernidade? 2ª ed.*, Oeiras: Celta Editora, 1998.
- MACHADO, J. V. Montalvão – *Trás-os-Montes - Perfil sociológico de uma província*. Lisboa: Edição da Casa de Trás-os-Montes, 1961 (Conferência realizada na Casa de Trás-os-Montes em 24 Jan. 1961).
- MACHADO, Paulo Filipe – “A presença cigana em Portugal: um caso de exclusão secular” in *Mediterrâneo*, 4, Jan. - Jul., 1994, pp. 53-68.
- MAGANO, Olga – *Entre ciganos «portugueses»: Estudo sobre a integração social de uma comunidade cigana residente na cidade do Porto*. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais. Porto: Universidade Aberta, 1999.
- MALGESINI, Graciela e GIMÉNEZ, Carlos – *Guía de conceptos sobre migraciones, racismo e interculturalidad*. Madrid: Mac-Graw Hill, 2000.
- MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria – *Técnicas de Pesquisa*. 5ª ed., São Paulo: Editora Atlas, 2002.
- MARTÍN, Miguel A. Fernández – “Xeografia cigana da Galiza” in *Outras Vozes - Revista Galega para a Solidariedade*, 10, Fev. 1998, pp. 8-9.
- MATTOSO, José – *A identidade nacional*. 1ª ed., Lisboa: Edição Gradiva, 1998.
- MATTOSO, José; DAVEAU, Suzanne e BELO, Duarte – *Portugal - O Sabor da Terra Trás-os-Montes*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1997.
- MEAD, Dobzhansky et al. – *Science and the Concept of Race*. New York and London: Columbia University Press, 1968.

- MENDES, Maria Manuela Ferreira – *Nós, os Ciganos e os Outros: Etnicidade e Exclusão Social*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.
- *Representações face à discriminação: ciganos e imigrantes russos e ucranianos na área metropolitana de Lisboa*. Tese de doutoramento em Ciências Sociais (Sociologia Geral). Lisboa: Universidade de Lisboa/Instituto de Ciências Sociais, 2007 (Doc. PDF).
- MENSAGEIRO DE BRAGANÇA – De 1940 a 2006.
- MENSAGEIRO DE BRAGANÇA – “Autoridades bragançanas preocupadas com a situação dos ciganos portugueses em Espanha”, s/ autor, 18 Ag. 1989: 7.
- MONTENEGRO, Mirna (org.) – *Ciganos e Educação*. Setúbal: Instituto das Comunidades Educativas, Cadernos ICE 5, 1999.
- *Aprendendo com ciganos: processos de ecoformação*. Lisboa: Educa, 2003.
- *Ciganos e Cidadania(s)*. Setúbal: Instituto das Comunidades Educativas, Cadernos ICE 9, 2007.
- MORAIS, Raul – *Sementeira de Palavras em Terra Dura - Colectânea de versos, histórias, notas monográficas, etnográficas e biográficas*. Izedá: Junta de Freguesia de Izedá, 2004.
- MOSCOVICI, Serge e J. PEREZ – “A extraordinária resistência das minorias à pressão das maiorias: o caso dos ciganos em Espanha”, in VALA, Jorge (org.) - *Novos Racismos: Perspectivas Comparativas*. Oeiras: Celta Editora, 1999, pp. 103-119.
- MOURÃO, Maria de Fátima A. Botelho – *Os ciganos e a escola. Contribuição para o estudo das identidades de grupos sócio-culturais*. Dissertação de mestrado em Antropologia, Lisboa: UNL/FCSH, 2002.
- NICOLAU, Lurdes Fernandes – *A comunidade cigana portuguesa em Pamplona: Aculturação e preservação dos aspectos culturais do país de origem*. Dissertação de Mestrado em Cultura Portuguesa. Vila Real: UTAD, 2003.
- “Os Ciganos Transmontanos em Espanha” in *Brigantia - Revista Cultural*. vol. XXIV, 311 e vol. XXV, 312, 2004/2005, pp. 203-216.
- “Os ciganos transmontanos: Uma nota etnográfica” in BASTOS, Susana Pereira e BASTOS, José Gabriel Pereira - *Filhos Diferentes*

- de Deuses Diferentes. Manejos da religião em processos de inserção social diferenciada: uma abordagem estrutural dinâmica*. Lisboa: ACIME, 2006, pp. 237-249.
- NORONHA, Maria Helena – *A Escola é uma Esperança - Sugestões para Famílias de Etnia Cigana*. Lisboa: Secretariado Entreculturas, 2003.
- NOVOSTI – “Vivem Em Portugal 25 mil ciganos” in *Mensageiro de Bragança*, 18 Jan. 1991: 7.
- NUNES, Olímpio – *O povo cigano*. 2ª ed., Lisboa: Ed. autor/ Obra Nacional da Pastoral dos Ciganos, 1996.
- OBRA NACIONAL DA PASTORAL DOS CIGANOS – *Projecto dignidade-Relatório*. Lisboa: ONPC, 2000.
- OKELY, Judith – *The Traveller-Gypsies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- OLIVEIRA, Ana e GALEGO, Carla – *A medicação Sócio-cultural: Um puzzle em construção*. Porto: ACIME, 2005.
- O'NEILL, Brian Juan – *Proprietários, Lavradores e Jornaleiros (Desigualdade Social numa Aldeia Transmontana, 1870-1978)*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1984.
- PAIS, José Machado – *Culturas Juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1996.
- PATRÍCIO, Ângelo Vítor – *Bragança Hoje: Sociedade e Cultura*. Vila Real: Fundação Rei Afonso Henriques, 1999.
- PAULO, Amílcar – “Os ciganos” in Eduardo Carvalho (dir.) - *Amigos de Bragança*, 3ª série, 2, Out. 1965, pp. 42 -45.
- PEIXOTO, Rocha – *Etnografia Portuguesa (Obra Etnográfica Completa)*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990.
- PEREIRA, Inocência – “Ciganos continuam a ser marginalizados” in *Mensageiro de Bragança*, 7 Fev. 1992: 7-13.

- PEREIRO PÉREZ, Xerardo – “Para uma antropologia das relações entre os mundos rurais e os mundos urbanos”, in *Revista Tellus*, Câmara Municipal de Vila Real: 2004, pp. 82-108.
- “Tema 5: Metodologia da investigação antropológica” in *Apontamentos de Antropologia Cultural*-
<http://www.miranda.utad.pt/~xerardo/antropologiacultural.htm>
(Disponível Janeiro 2005a).
- “Tema 10: Antropologia da identidade e da etnicidade” in *Apontamentos de Antropologia Cultural*-
<http://www.miranda.utad.pt/~xerardo/antropologiacultural.htm>
(Disponível Janeiro 2005b).
- “Tema 8: Sociedade e estrutura social” in *Apontamentos de Antropologia Cultural*-
<http://www.miranda.utad.pt/~xerardo/antropologiacultural.htm>
(Disponível Janeiro 2005c).
- “Antropoloxía e modelos de relación entre o rural e o urbano” in *Revista Galega de Educación*, 38, 2007, pp. 112-119.
- PEREIRO, Xerardo e MENDES, Paulo (eds.) – *Textos de Antropologia Aplicada - Actas das Jornadas de Antropologia Aplicada “Antropologia e Intervenção”*. Vila Real: UTAD, 2005.
- PEREIRO, Xerardo; RISCO, Luís e LLANA, César (orgs.) – *As fronteiras e as identidades raianas entre Portugal e España*. Vila Real: UTAD, 2008.
- PERES, Américo Nunes – *Educação Intercultural: Utopia ou Realidade? Processos de pensamento dos professores face à diversidade cultural: integração de minorias migrantes na escola (Genebra e Chaves)*. Porto: Profedições/Jornal a Página, 1999.
- PIASERE, Leonardo – *Mare Roma. Catégories humaines et structure sociale. Une contribution à l'éthnologie tsigane*, Paris: EHESS, 1984, mimeo.
- PINA CABRAL, João de – *Filhos de Adão, Filhas de Eva. A visão do mundo camponesa no Alto Minho*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1989.

- PINTO, Fátima – “Etnia cigana - realidade sócio-cultural múltipla e dinâmica” in CORTESÃO, Luiza e PINTO, Fátima (orgs.) - *O povo cigano: Cidadãos na sombra - processos explícitos e ocultos de exclusão*. Porto: Edições Afrontamento, 1995, pp. 36-51.
- *A Cigarra e a Formiga: Contributos para a Reflexão Sobre o Entrosamento da Minoria Étnica Cigana na Sociedade Portuguesa*. Porto: REAPN, 2000.
- PIRES, Eugénia – “ Nenhum infantário lhe aceita os filhos” in *A Voz do Nordeste*, 20 Fev. 2007: 13.
- PIRES, Gisela Marta Costa – *Cálculo Mental das Crianças Ciganas - Ideias silenciosas a serem ouvidas*. Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais. Porto: Universidade Aberta, 2005.
- POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne – *Teorias da Etnicidade. Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. 2ª ed., São Paulo: UNESP Editora, 1997.
- PRADO CONDE, Santiago – *Terra de Melide. Oportunidades Educativas y Desarrollo Comunitario*. Tese de doutoramento em Antropologia Social e Cultural. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona, 2005 (Doc. PDF).
- PROJECTO NÓMADA – *Ciganos aquém do Tejo: propostas de actividades nómadas para o ensino básico*. Porto: ACIME, 2004.
- QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, Luc Van – *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 3ª ed., Lisboa: Gradiva, 2003.
- RAMIREZ - HEREDIA, Juan de Dios – *Nós, os Ciganos*. Braga: Edição Franciscana, 1974.
- *En defensa de los míos - Qué sabe Vd. de los Gitanos?* Barcelona: Ediciones 29, 1985.
- RAPOSO, Francisco Hipólito (coord.) – *Descubra Portugal - Trás-os-Montes e Alto Douro*. Madrid: Ediclube, 1997.

- REIS, Fernanda (coord.) – *Comunidade cigana na diocese de Lisboa*. Lisboa: Secretariado Diocesano de Lisboa e Obra Nacional para a Pastoral dos Ciganos, 1996.
- *O Jovem Cigano e a Formação - Atitudes e Perspectivas frente ao Mundo do Trabalho*. Lisboa: Secretariado Diocesano de Lisboa da Obra Nacional da Pastoral dos Ciganos, 1999.
- *Quadros da vida cigana - entrevistas com....* Lisboa: Secretariado Diocesano de Lisboa da Obra Nacional da Pastoral dos Ciganos, 2001.
- REIS, Rogério – *Trás-os-Montes (Problemas Regionais)*. Régua: Imprensa do Douro, 1968.
- REX, John – *Raça e etnia*. Lisboa: Editorial Estampa, 1988.
- RIBEIRO, Orlando – *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. 4ª ed., Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1986.
- RIBEIRO, Orlando; LAUTENSACH, Hermann e DAVEAU, Suzanne – *Geografia de Portugal*. Lisboa: Edições Sá da Costa, 1989. 4 vols.
- RIVIÈRE, Claude – *Introdução à Antropologia*. Lisboa: Edições 70, 2000.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz et al. – *Sociologia das Migrações*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.
- RODRIGUES, António – “Raça - Etnicidade - Integração - Assimilação” in *Ethnologia*, LIMA, A. G. Mesquitela (dir.). Lisboa: Edições Cosmos e Departamento de Antropologia Faculdade Ciências Sociais e Humanas, UNL, 3-4, Maio/Out. 1995, pp. 59-66.
- RODRIGUES, Donizete et al. – *Ciganas e não ciganas: reclusão no feminino*. Lisboa: Contra-Regra e Autores, 2000.
- RODRIGUES, Eduardo Vítor et al. – “A Pobreza e a Exclusão Social: Teorias, Conceitos e Políticas Sociais em Portugal” in FERNANDES, António Teixeira (coord.) - *Sociologia*. Porto: Revista da Faculdade de Letras Universidade do Porto, I série, vol. IX., 1999, pp. 63-101.
- RODRIGUES, Hélder – *Ciganos: Percursos de integração e reivindicação da identidade - o exemplo paradigmático dos ciganos de Carrazeda de Ansiães*. Guimarães: Editora Cidade Berço, 2006.

- ROIGÉ I VENTURA, X; ESTRADA I BONELL, F. e BELTRÁN COSTA, O. – *Técnicas de Investigação em Antropologia Social*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 1999.
- ROTA DA TERRA FRIA TRANSMONTANA – <http://www.rotaterrafria.com> (Disponível Abril 2007).
- SAINT-MAURICE, Ana – *Identidades Reconstruídas: Cabo-verdianos em Portugal*. Oeiras: Celta Editora, 1997.
- SALINAS CATALÁ, JESÚS – “Educación intercultural y cultura gitana” in Jornadas: *Educación intercultural y cultura gitana*. Pamplona: Ayuntamiento de Pamplona y Secretariado Diocesano Gitano. 14-15 Dez. 2001.
- SANCHEZ OCHOA, Pilar e CANTÓN DELGADO, Manuela – “Acceso y adaptación al campo” in AGUIRRE BAZTAN, Ángel (ed.) – *Etnografía. Metodología cualitativa en la investigación sociocultural*. Barcelona: Boixareu, 1995, pp. 128-134.
- SANCHEZ ORTEGA, M^a Helena – “Los gitanos españoles desde su salida de la India hasta los primeros conflictos en la península” in *Espacio, Tiempo y Forma*, Madrid: Revista de la Facultad de Geografía e Historia, Tomo II, Serie IV - Historia Moderna, t. 7, 1994, pp. 319-354.
- SAN ROMÁN, Teresa – “Los gitanos en el mundo del trabajo” in *Documentación Social-Revista de Estudios Sociales y de Sociología Aplicada*, 41, Out.-Dez. 1980.
- *Gitanos de Madrid y Barcelona - Ensayos sobre aculturación y etnicidad*. Bellaterra: Universidad Autónoma de Barcelona: Publicaciones de Antropología Cultural, 1984.
- *Entre la marginación y el racismo. Reflexiones sobre la vida de los gitanos*. Madrid: Alianza Universidad, 1994.
- *La diferencia inquietante. Viejas e nuevas estrategias culturales de los gitanos*. Madrid: Siglo Veinteuno de España Editores S. A., 1997.
- SERRÃO, Joel – *A emigração portuguesa - sondagem histórica*. 4^a ed., Lisboa: Livros Horizonte, 1982.
- SERRÃO, Joel et al. – *Testemunhos sobre a emigração portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1976.

- SILVA, Augusto Santos e PINTO, José Madureira (orgs.) – *Metodologia das Ciências Sociais*. 13ª ed., Porto: Edições Afrontamento, 2005.
- SILVA, Luísa Ferreira da – *Saúde/Doença é uma questão de cultura - Atitudes e comportamentos de saúde materna das mulheres ciganas em Portugal*. Lisboa: ACIME, 2005.
- SILVA, Manuel Carlos – *Resistir e adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal*. Porto: Edições Afrontamento, 1998.
- “Trajecto e estratégia de pesquisa em meio rural” in CARIA, Telmo H. (org.) – *Experiência Etnográfica em Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento, 2003, pp. 167-183.
- SILVA, Manuel Carlos, SOBRAL, José Manuel e RAMOS, Mariana – *Ciganos e não ciganos: imagens conflituosas em contextos de vizinhança – o bairro social da Atouguia, Guimarães*. VI Congresso Português de Sociologia “Mundos Sociais: Saberes e Práticas”. Lisboa: UNL/FCSH, 25-28 Jun. 2008.
- SILVA, Pedro – *Etnografia e educação. Reflexões a propósito de uma pesquisa sociológica*. Porto: Profedições, 2003.
- SIMÕES, Alzira – “Pensar, sentir, e viver a igualdade na diversidade. Incursão bibliográfica sobre racismo e xenofobia” in LIMA, A. G. Mesquitela (dir.) - “Racismo e Xenofobia” in *Ethnologia*, Lisboa: Edições Cosmos e Departamento de Antropologia Faculdade Ciências Sociais e Humanas, UNL, 3-4, Maio/Out. 1995.
- SOS RACISMO – *Sastipen tal i - Saúde e liberdade. Ciganos: Números, abordagens e realidades*. Lisboa: SOS Racismo, 2001.
- SOUSA, Carlos Jorge Santos – “Um olhar (de um Cigano) cúmplice” in AA. VV. - *Que sorte, Ciganos na nossa escola*. Lisboa: Centre de Recherches Tsiganes, Secretariado Entreculturas, 2001, pp. 33-52.
- STEWART, Michael – *The time of the gypsies*. USA: Westview Press, 1997.
- STOER, Stephen R. e CORTESÃO Luiza - «*Levantando a Pedra*». *Da Pedagogia Inter/Multicultural às Políticas Educativas numa Época de Transnacionalização*. Porto: Autores e Edições Afrontamento, 1999.
- TABORDA, Virgílio – *Alto Trás-os-Montes - Estudo Geográfico*. 2ª ed., Lisboa: Livros Horizonte, 1987.

- TAGUIEFF, Pierre-André – *O Racismo*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.
- TAJFEL, Henri – *Grupos humanos e categorias sociais*. Lisboa: Livros Horizonte, 1983. 2 vols.
- TAYLOR, S. J. e BOGDAN, R. – *Introducción a los métodos cualitativos de investigación*. Barcelona: Paidós, 1998 or. 1984.
- TEIXEIRA, José António da Silva – *Escola, etnicidade e formação de professores*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação, Lisboa: Universidade de Lisboa/Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, 2005.
- TERRA QUENTE – <http://terraquentedigital.espigueiro.pt/index1.html>, (Disponível Abril 2007).
- TOURAINÉ, Alain – “O racismo hoje” in WIEVIORKA, Michel - *Racismo e Modernidade*. Venda Nova: Bertrand Editora, 1995, pp. 25-43.
- VALA, Jorge – “Representações sociais e percepções intergrupais” in CRUZ, Manuel Braga (dir.) – *Análise Social*. Lisboa: Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 4ª série, vol. XXXII, 140, 1997, pp. 7-29.
- (org.) *Novos Racismos: Perspectivas Comparativas*. Oeiras: Celta Editora, 1999.
- VALA, Jorge; LOPES, Diniz e BRITO, Rodrigo – “A construção social da diferença- Racialização e etnização das minorias” in VALA, Jorge (org.) - *Novos Racismos: Perspectivas Comparativas*. Oeiras: Celta Editora, 1999, pp. 145-167.
- VASCONCELLOS, J. Leite de – *Etnografia Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, vol. IV, 1982. 6 vols.
- VELASCO, H. e DÍAZ DE RADA, A. – *La lógica de la investigación etnográfica. Un modelo de trabajo para etnógrafos de la escuela*. Madrid: Trotta, 1997.
- VERMEULEN, Hans – *Imigração, Integração e a Dimensão Política da Cultura*. Lisboa: Edições Colibri, 2001.
- VERMEULEN, Hans e GOVERS, Cora (orgs.) – *Antropologia da Etnicidade - Para além de “ethnic groups and boundaries”*. Lisboa: Fim de século, 2003.
- VIAMICHELIN – <http://www.viamichelin.pt> (Disponível Maio 2008).

- VIEGAS, Alberto e SILVA, José João Sá – *Ciganos*. Lisboa: Edições Colibri, 1993.
- VIEGAS, José Manuel Leite e COSTA, António Firmino da (orgs.) – *Portugal, que modernidade?* 2ª ed., Oeiras: Celta Editora, 1998.
- WANG, Kirsten (coord.) – *Mujeres Gitanas ante el Futuro*. Madrid: Editorial Presencia Gitana, 1990.
- WIEVIORKA, Michel – *L'espace du racisme*. Paris: Éditions Seuil, 1991.
- *Racismo e Modernidade*. Venda Nova: Bertrand Editora, 1995.
 - “A nova era do racismo” in SERRA, Carlos (dir.) – *Racismo, etnicidade e poder - um estudo em cinco cidades de Moçambique*. Maputo: Livraria Universitária, 2000, pp.169-194.
 - *O Racismo - Uma Introdução*. Lisboa: Fenda Edições, 2002.
- WILLIAMS, Patrick – *Nous, on n'en parle pas : Les vivants et les morts chez les Manouches*. Paris: Ed. de la Maison des Sciences de l'Homme, 1993.
- *Mariage tsigane: une cérémonie de fiançailles chez les Roms de Paris*. (1ère éd. 1984), Paris: l'Harmattan, 1994.
- XIBERRAS, Martine – *As teorias da exclusão - Para uma construção do imaginário do desvio*. Lisboa: Epistemologia e Sociedade, 1996.
- XUNTA DE GALICIA – *A comunidade xitana en Galicia. 1990-2000*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia. Consellería de Familia e Promoción do Emprego, Muller e Xuventude, 2002.
- YOORS, Jan – *Tsiganes - Sur la route avec les Rom Lovara*. Paris: Editions Phébus, 1990.

ANEXOS

ANEXO 1 – INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO AOS AGRUPAMENTOS DO CONCELHO



UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

“Ciganos e não ciganos em Trás-os-Montes: Investigação de um impasse inter-étnico”

No âmbito da tese de doutoramento pretendemos recolher informações acerca da escolarização das crianças ciganas no concelho de Bragança, relativas ao ano lectivo 2005/2006.

A sua colaboração é essencial, na medida em que nos pode fornecer dados que consideramos importantes. Por isso, agradecemos, desde já, toda a disponibilidade e atenção dispensadas.

Nome do Agrupamento

1 – Número de Jardins-de-infância:

Na cidade/vila _____

No meio rural _____

2 – Número de crianças que frequenta o Jardim:

Na cidade/vila _____

No meio rural _____

3 – Número de crianças de etnia cigana que frequenta o Jardim:

Na cidade/vila _____

No meio rural _____

4 – Número de escolas do 1º Ciclo:

Na cidade/vila _____

No meio rural _____

5 – Número de crianças que frequenta o 1º Ciclo:

Na cidade/vila _____

No meio rural _____

6 – Número de crianças de etnia cigana que frequenta o 1º Ciclo:

Na cidade/vila _____

No meio rural _____

7 – Número de crianças que frequenta o 2º Ciclo _____

7.1 - Número de crianças de etnia cigana que frequenta o 2º Ciclo _____

8 – Número de crianças que frequenta o 3º Ciclo _____

8.1 - Número de crianças de etnia cigana que frequenta o 3º Ciclo _____

Observações (Registo de tudo o que achar conveniente):

Muito obrigada pela sua
colaboração

ANEXO 2 – GUIÕES DE ENTREVISTAS

2.1 - GUIÃO DE ENTREVISTA À POPULAÇÃO CIGANA²⁷⁶

- 1 – Identificação do entrevistado (nome, idade, estado civil, número de filhos, residência)
- 2 – Percurso migratório
 - 2.1- Motivações
 - Percurso espacial/ residencial
- 3 – Vivências económicas/sociais
 - 3.1 - Percurso económico e profissional
- 4 – Envolvimento cívico (escola, bairro...)
- 5 – Perspectivas de futuro
 - 5.1- Para si/ família (expectativas)
- 6 – Construção da identidade cigana
 - 6.1- Percepção pessoal
 - 6.2- Atitudes identitárias
 - 6.3- Valores preservados/ assimilados
- 7– Relações intragrupais
 - 7.1- Família nuclear²⁷⁷
 - 7.2 - Família extensa
- 8– Relações com outros grupos minoritários
 - 8.1 - Identificação de outros grupos
 - 8.2 - Avaliação dos grupos identificados
- 9 – Relações com os aldeanos
 - 9.1- Avaliação dos aldeanos
- 10 – Atitudes face à instituição escola

²⁷⁶ Baseado no guião utilizado para o Projecto “Different children of different Gods”, do CEMME, aplicado em 2004.

²⁷⁷ Segundo Olímpio Nunes a família nuclear é composta por pais e filhos e a família extensa por várias famílias nucleares. Ver Nunes, 1996: 176.

2.2 - GUIÃO DE ENTREVISTA À POPULAÇÃO NÃO CIGANA

1 – Identificação do entrevistado (nome, idade, local de trabalho, residência)

Percepção acerca dos ciganos residentes:

2 – Percurso migratório dos ciganos locais

3 – Percurso espacial/residencial na localidade

4 – Motivações da sua fixação

5 – Vivências económicas até à actualidade (agregado)

6 – Envolvimento cívico

7 – Relações inter-étnicas locais

8 – Características da comunidade local

9 – Causas da sua integração ou exclusão

10 – Relação institucional/pessoal com os ciganos residentes

11 – Atitude face às suas dificuldades

12 – Avaliação dos caldeireiros

2.3 - GUIÃO DE ENTREVISTA A PROFESSORES

- 1 – Identificação do entrevistado (nome, idade, anos de serviço, local de trabalho, residência)
- 2 – Percorso académico (especificar se estudou temáticas como diversidade cultural)
- 3 – Percorso profissional (especificar a actualidade)
- 4 – Realidade escolar actual em relação aos alunos de etnia cigana: comportamento, aproveitamento, assiduidade, relação com os colegas/comunidade escolar, dificuldades, relação com a família
- 5 – Percepção acerca da etnia cigana e vivências pessoais

ANEXO 3 – CIRCULAR Nº 168 DA 3ª REPARTIÇÃO DO COMANDO-GERAL DA GNR

CIGANOS - 3 dias de descanso

CLU ANO 34-A

Para o devido cumprimento se transcreve o texto da Circular nº. 168 da 3ª. Repartição do Comando-Geral da G.N.R. de 26 corrente, que é do seguinte teor:-

"Para conhecimento de V.Exª. e do pessoal sobre as suas ordens e a propósito da prática em uso em algumas Secções de obrigar os ciganos a sair dos locais, onde descansam, sem motivos que justifiquem tal medida, ao fim de três dias de estacionamento, abaixo se descreve o Despacho que a este respeito Sua Excelência o General Comandante-Geral, se dignou exarar em 23 do corrente, que é do seguinte teor:-

-CHAMO A ATENÇÃO PARA O SEGUINTE:-

-Os três dias de descanso constituem um processo com seus perigos. É essencial que os ciganos "Gatunos e Meliantes" se não apercebam de tal, porque até ao terceiro dia serão bem comportados, mas, no final, cometerão a delinquência e, antes que a autoridade o saiba, evadir-e-ão para uma área desconhecida, sem que, talvez, se saiba para onde.

Este sistema dos 3 dias é favorável à delinquência e, de resto, não é justo, que uma autoridade "se descarte de alguém para a área de outrém.

Há que adoptar outros processos (em estudo), que terão base no artº. 14º. do Dec-Lei nº. 37447 de 1949 (Segurança Pública).

É para tal necessário estabelecer um concelho base (quando se não conheça exactamente, o da naturalidade).

Assim, poder-se-à fazer regressar os ciganos (por encontro de patrulhas) até onde forem conhecidos (base).

Em 23/10/55

a) Afonso Botelho

General

(Artº. 11º. da O.B. nº. 253 de 27/10/55

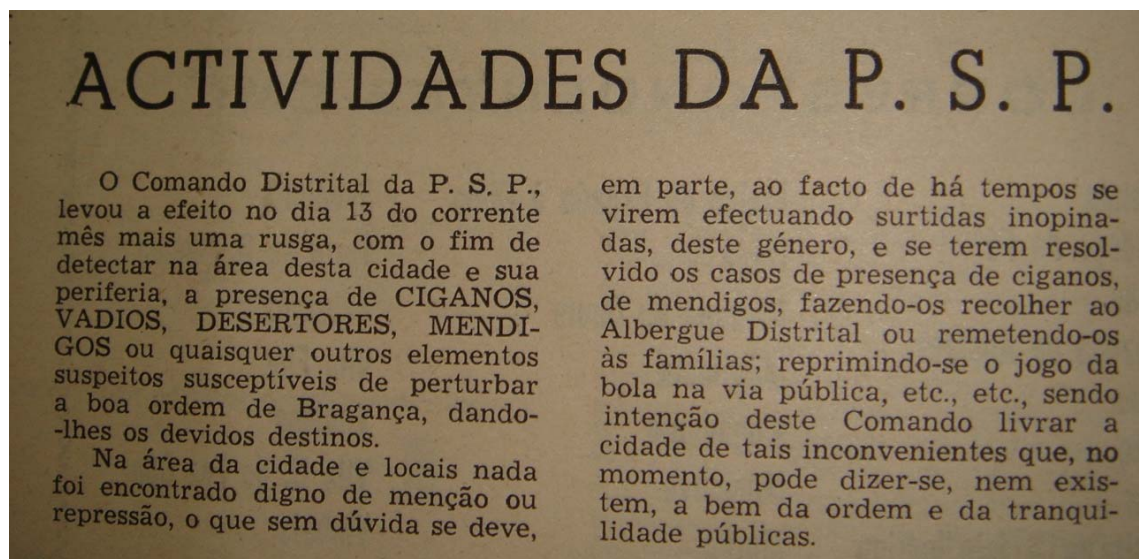
CIGANOS:- Policiamento sobre ciganos - (Atestados)

(Ver artº. 17º. da O.B., nº 154 de 29/6/59) -9?

CIGANOS:- Policiamento sobre ciganos (Atestados de Boa Conduta)

Ver artº. 7º. da O.B. nº. 155 de 1/7/57)

ANEXO 4 – ACTIVIDADES DA PSP



FONTE: Mensageiro de Bragança, 12-01-1979.

ANEXO 5 – TRAGÉDIA FAMILIAR PROVOCADA POR CONDIÇÕES HABITACIONAIS

⊗ SITUAÇÃO DRAMÁTICA PARA UMA FAMÍLIA CIGANA DE SORTES — BRAGANÇA

ALI VIVIA A MORTE QUE CEIFOU A VIDA

Perante tão triste acontecimento, apetece perguntar a quem caberão as responsabilidades da lentidão registada nos socorros prestados às vítimas. Desabou aquele velho casarão por volta das 22 horas da noite do dia 4, e só perto das 9 horas da manhã do dia seguinte é que os corpos foram retirados!...

As vítimas não teriam sido encontradas, possivelmente com vida, se se tivessem mobilizado, a tempo e horas, todas as forças achadas necessárias para actuarem de imediato e com os meios considerados necessários?...

Dá vontade de chorar de revolta, ver em que circunstâncias, aqueles infelizes perderam a vida! Falou-se em falta de material apropriado e de iluminação, alegando-se, existir a ameaça de ruir o resto do velho casarão. Entendemos não ser motivo que justifique o adiamento das operações de salvamento para a manhã do dia seguinte.

VIVER NAQUELE LOCAL ERA SER-SE FORÇADO A PERDER A RAZÃO DE VIVER

Eram 9 pessoas que viviam no mais nojento curral misturados com lama e animais. Nove pessoas que na sua maioria andavam descalças, com fome, e mal agasalhadas em pleno inverno, cobrindo-se, de noite, com dois ou três trapos.

Não, leitor, ali não podia viver gente! Porque gente é um ser ou um conjunto de seres, digno de mais para viver naquela porcaria!... Não, ali, junto ao Sabor, de paredes meias com um rio caudaloso nesta época, não vivia gente, porque ser gente é ter consciência do estado em que se vive, e esses 9 ciganos que ali viviam, ou tinham perdido já essa consciência ou ainda a não possuíam. É irracional demais, que gente viva, como aqueles nove seres viviam!...

QUE PEDEM OS CIGANOS?

FONTE: Mensageiro de Bragança, 19-07-1991.

ANEXO 6 – PEDIDO DE DONATIVOS

Há dois anos que também eu passava, de vez em quando, ali, em Vila Verde de Vinhais, e via, à entrada da aldeia, aquela família de ciganos ali acampada, com um rol de crianças e as suas bem pobres trouxas. Sempre com a generalizada preocupação de um certo horário, deixava a averiguação para a próxima vez. Porém, essa vez chegou há poucos dias, em que parei, conversei e fotografei. No meio de tanta miséria daqueles deserdados seres humanos, logo me impressionou vivamente a espontaneidade confiante e sem reservas com que fui acolhido, em diálogo de amigos. Naquela altura, só estava ali a mãe, Eugénia Zenaide, de 34 anos, com os filhos Gabriel, de 10 anos, Maria de Lurdes, de 7 e a Solange, de 1 ano, com mais outro escondido, que estava para nascer dentro de dias, o oitavo. O pai de família, Alfredo dos Anjos Rodrigues, de 33 anos, andava a ajudar a gente da aldeia na apanha do feno. «Com esse e outros trabalhos, os lavradores dão-lhe de comer e mais umas batatinhas, ou pão ou outra coisinha para também nós comermos», disse a Senhora Eugénia.

O filho mais velho, o Manuel, de 16 anos, está em Bragança com uma tia, mas sem trabalho. Por sua vez, a Gorete, de 13 anos, a Maria Adriana, de 4 e o Chico, de 3, «andam por aí», disse também a pobre mãe. E diz que o pai sabe ler e escrever qualquer coisa, o filho mais velho, o Manuel, nem uma coisa nem outra, a Gorete sabe mais um bocadinho, o Gabriel e a Lurdes andam na escola da aldeia e parece que até dão jeito para que a escola não seja extinta. Mas ela, a mãe, diz que não sabe ler nem escrever, porque nunca a mandaram para a escola. «Somos pobres e não temos **adonde** nos **governar**», rematou.

A casa deles, nestes dois anos de invernos e outras asperezas climáticas, tem sido unicamente a velha carrimpana que se vê na gravura, dentro da qual não há mais do que os farrapos bafientos da pobreza extrema.

Como foi que vieram parar aqui, Senhora Eugénia? «Olhe, sabe, estivemos seis anos na Espanha, ambulantes, e dois em Lion. Foi

em Lion que **compremos** o carro. Mas o carro não está legalizado e não pode andar na estrada. Mas também nos avariou aqui, porque é velho e não tem conserto e não tínhamos dinheiro para o mandar compor. Temos que estar aqui. Não temos para onde ir. Se tivéssemos, ao menos, uma casinha para nos metermos lá dentro... Ou uma carroça e um machinho para andarmos pelo mundo, com os outros ciganos... Trabalho aqui, para o Alfredo, pouco há. Estamos aqui presos, com grande necessidade, uns em cima dos outros, a apanhar o tempo que vem. Nós gostamos desta gente e ela parece que também gosta de nós, porque não lhes fazemos mal nenhum».

A conversa continuou, mas parece que este desabafo já é suficientemente esclarecedor da situação.

Já dois anos ali, em Vila Verde, naquelas condições, uma numerosa família de ciganos portugueses, com tantas crianças, sem as condições mínimas de sobrevivência e sem perspectivas de melhoria à vista, é caso de notícia em jornal. Mas, mais do que isso, será caso de apelo à solidariedade de pessoas e instituições que possam ajudar estes deserdados da sorte e da fortuna, o que é a mesma coisa.

Ajuda para quê? Para os fixar e integrar, para que os filhos possam ir à escola, para que deixem de não ter «eira nem beira», enfim, se promovam ao mínimo dos direitos de cidadania. Para isso, parece que uma casinha seria a melhor situação.

No entanto, aceita-se alguma outra alternativa possível.

O que interessa é que a solidariedade funcione.

José Francisco Fernandes

N.R. — O «M. B.» aceita, com muito agrado, esta proposta à generosidade pública. Pela sua parte, este jornal de bom grado acolherá outras propostas e ficará depositário dos donativos recebidos. Deles irá dando conta em futuras publicações, para, oportunamente, os aplicar ou empregar na devida conformidade.

Valeu, Amigos?

VINHAI

FAMÍLIA CIGANA DE VILA VERDE VAI TER CASA

A propósito dos Ciganos, recordamos aqui o apontamento inserido na nossa edição de 19/7/91, assinado por José Francisco Fernandes, sobre a situação que uma numerosa família cigana vive, de há dois anos a esta parte, às portas da aldeia de Vila Verde — Vinhais, onde a velha carrinha, de matrícula espanhola, avariou e onde tiveram que ficar por falta de fundos para mandar consertar aquele veículo.

Trata-se dum jovem casal ainda, com 8 filhos menores.

A velha carricana serviu até hoje de casa àquela triste família que ali foi forçada a ficar.

Sabendo do acontecimento pelo MENSAGEIRO DE BRAGANÇA, o Presidente do Centro Regional de Segurança Social de Bragança, o Presidente da Câmara de Vinhais e o Presidente da Junta de Freguesia de Paçó de Vinhais deliberaram atribuir-lhe uma pequena casa na aldeia de Paçó, onde a partir de do fim do

Verão passarão a residir e os seus filhos a ser educados noutros moldes, frequentando a escola.

Todavia, só isto não chega. E daqui a necessidade de apoiar esta numerosa família cigana financeiramente, para que possa dispor do indispensável à aquisição de uma casa (camas, fogão, frigorífico e alguma roupa, para já).

Fica o apelo, que já começou a ser ouvido por alguém bem distante de Bragança. Trata-se do Cón. José Teixeira, capelão do Hospital Conde Ferreira, que nos remeteu 20.000\$00 para aplicar em favor daquela família.

Bem hajam todos quantos quiserem colaborar no apoio à família cigana de Vila Verde de Vinhais.

Ao Director do Mensageiro de Bragança:
Deveras impressionado com o relato acerca do viver daquela família em Vila Verde, de Vinhais, remeto o cheque n. 7614235289, da Caixa Geral de Depósitos, no valor de 20.000\$00, para aplicar em favor dessa família e do modo mais adequado que lhes pareça.

Refiro-me ao caso relatado no «Mensageiro de Bragança», no dia 19/07/91.

Com os meus cumprimentos.
Porto, 24 de Julho de 1991

P. José Teixeira
(Capelão do Hospital Conde Ferreira)

FONTE: Mensageiro de Bragança, 09- 08-1991.

A Casa do Mário «Cigano»

ENCERRAMENTO DA CAMPANHA DE FUNDOS

Iniciada neste jornal em 3 de Dezembro último, dá-se agora por encerrada a campanha publicitária de angariação de fundos para a casinha do Mário «Cigano», com sua mulher e doze filhos. É claro que, com o encerramento desta publicidade, não se fecha a porta a todos os beneméritos que queiram continuar a ajudar esta família de deserdados da sorte, actuais portadores de uma raça ainda não promovida nem integrada, gente de mentalidade estranha, assim como carecida de bens materiais e culturais. Por isso, de bom grado se continuará a aceitar quaisquer ofertas atinentes à fixação e albergue desta família disposta a deixar o nomadismo de ancestrais e características tradições.

Assim, vamos passar a dar conta dos donativos recebidos após a última publicação: Anónimo (Portimão) — 6 000\$00; Transmontano residente em Coimbra — 3 000\$00; Manuel dos Santos Pires (Paradinha Nova) — 1 000\$00; Helena da Natividade Carvalho (Professora de Parada) — 500\$00; Júlio Barros (Portimão) — 1 000\$00; Funcionários do B. P. A. de Murça — 1 200\$00; Manuel Joaquim Borges (Alfândega da Fé) — 250\$00; Armando Augusto Almeida (Alfândega da Fé) — 1 000\$00; Anónimo — 500\$00; Francisco A. Domingues — 250\$00; Dr. Daniel Justino dos Santos — 1 000\$00; Granjo Ferreira & Moura — 500\$00; António Alberto dos Santos (V. N. Gaia) — 1 000\$00; António Amaro Morais (Vilar de Ossos) — 500\$00; Armando Azevedo Fernandes (Luxemburgo) — 1 000\$00; C. A. O. — 500\$00; António Lino Assares (Gimonde) — 200\$00; Anónimo — 500\$00; Anónimo — 500\$00; Adriano Miranda (Bragança) — 500\$00; Cónego Baltasar Pires (Bragança) —

1 000\$00; Mário Simão (Miranda do Douro) — 1 000\$00; Manuel da Circuncisão Pires (Bragança) — 1 000\$00; Anónimo — 100\$00; Manuel Gonçalves — 200\$00.

Somando estas ofertas aos 14 250\$00 já anunciados na publicação de 14 de Janeiro, obtém-se o total, em dinheiro, de 35.450\$00. No entanto, como também já se referiu, dispõe-se, ainda, de um apreciável acervo de materiais de construção, que, se não bastarem para uma casa de condições regulares, darão, ao menos, para um apreciável arrumo de quem não tem nada de seu. Além disso, já se pode contar, também, com a oferta de algumas peças de mobiliário fundamental, embora usado, mas que os pobres sempre agradecem.

Certamente mais donativos continuarão a afluir. Mesmo com a campanha encerrada, bem-vindos todos!

De qualquer maneira, foi muito o que se juntou? Foi pouco? Responderemos que foi o que permitiu a capacidade contributiva, a generosidade e a compreensão dos nossos leitores e amigos.

Seja como for, parece que certa realidade ficou, uma vez mais, aqui expressivamente indiciada: felizmente, já há muito quem compreenda a dramática realidade dos irmãos ciganos, nestes tempos de exigência, progresso e mudança, a par de outros que ainda não se decidiram a contribuir, simplesmente por se pedir para ciganos.

Procurando compreender, também, a posição destes últimos, resta-nos agradecer, muito penhorados, a todos aqueles que já deram ou ainda venham a dar algo do seu para dotar uma numerosa e desvalida família cigana de um elemento básico e fundamental para se ser FAMÍLIA: O SEU LAR.

FONTE: *Mensageiro de Bragança*, 11-02-1983.

ANEXO 7 – TIPOLOGIAS DE HABITAÇÃO EM MEIO RURAL²⁷⁸



²⁷⁸ As fotografias da página seguinte foram-nos cedidas por Margarida Eiras.



ANEXO 8 – OFICINA DE CALDEIREIRO



ANEXO 9 – CASA COMERCIAL E OFICINA DE LATOEIRO



ANEXO 10 – PARTICIPAÇÃO DE INDIVÍDUOS DE ETNIA CIGANA EM ACTIVIDADES DIVERSAS



Actividade – Celebração da Via-Sacra ao vivo, organizada pelo Ensino Recorrente e Santa Casa da Misericórdia. Bragança, 2000²⁷⁹.



Actividade – Peregrinação ao santuário da Nossa Senhora da Serra. Bragança, 2006.

²⁷⁹ Fotografia cedida pelos extintos serviços do Ensino Recorrente de Bragança.



Actividade – II Jornadas da Pastoral dos Ciganos do Nordeste Transmontano. Bragança, 2005.



Actividade – Seminário sobre cultura cigana na ESE - Finalistas do Curso de Educação Social. Bragança, 2007.

ANEXO 11 – FAMÍLIA CIGANA NO MEIO RURAL

Com exemplos no mundo rural

Marginalização dos ciganos não é inevitável

Desde há vários séculos que os ciganos convivem com as populações dos espaços rurais deste país. Mas, a convivência desenvolve-se com marcas assumidas por uns e por outros, que estabelecem limites na inter-relação. Geralmente, os ciganos mantêm-se na margem da comunidade, vindo sendo objecto de uma tolerância vigilante.

Em grandes partes dos casos a sua presença apresenta alguma sazonalidade e, por isso, a possível integração social e cultural das gerações mais novas é prejudicada pelo absentismo escolar e pela prevalência de modelos de socialização tradicionais do grupo, com características notoriamente arcaizantes.

Muitas das aldeias da nossa região albergaram famílias ciganas até tempos relativamente recentes. As migrações e a pressão desertificadora, com notórios efeitos de estagnação na produção agrícola e, portanto, na relativa abundância de produtos básicos que caracterizava o quotidiano das nossas povoações, também empurrou os ciganos para as periferias urbanas, onde o processo da sua marginalização é mais acentuado. Os efeitos perniciosos deste processo são cada vez mais evidentes, como se conclui do número crescente de indivíduos daquela etnia relacionados com o tráfico de drogas, o crime violento e a sobrevivência suportada nos mais diversos expedientes.

No entanto, também houve exemplos de integração, com algum sucesso, em comunidades rurais.

Vale de Nogueira, uma aldeia da Freguesia de Salsas, também foi, em tempos passados, um lugar muito procurado por ciganos. Trata-se de uma localidade muito próxima da então famosa feira dos Chãos, onde os negócios de vestuário, calçado, ferramentas de lavoura e, principalmente, a compra e venda de animais para criação e para o trabalho tinham uma importân-

cia regional significativa. Os ciganos sempre se mantiveram no negócio de animais de tiro (cavalos, burros, machos), o que os atraía, de quinze em quinze dias, àquela feira.

Para além dos rendimentos nos seus negócios, viviam da caridade da aldeia e das proximidades. Sem constrangimentos batiam à porta das famílias e pediam esmola. A Primavera e o Verão, tempos que a natureza torna fartos, permitiam um atenuar da mendicância, já que iam colhendo aqui e ali, com a complacência dos proprietários.

Uma família foi ficando, instalou-se, dedicou-se à actividade agrícola e hoje parece constituir um exemplo de que não é inevitável que os ciganos continuem a viver à margem.

Trata-se de um casal, com dois filhos, que apesar de já serem adultos, ainda vivem com os pais. Ocupam-se na construção civil e estão integrados na aldeia, onde não se nota, relativamente a eles, qualquer discriminação. Vestem como qualquer outro e frequentaram a escola vários anos.

A mulher do casal ainda mantém os costumes antigos, como tapar a cabeça e usar saias compridas e arredondadas. Também se exprime frequentemente na linguagem cigana "caló", que mistura com palavras portuguesas, donde resulta alguma ocultação.

Já o pai, conhecido por Rato, pela generalidade dos vizinhos, conduziu a família para a aproximação à vivência da aldeia, dedicando-se a cultivar alguns bocado no baldio e a criar animais para os vender nas feiras, arredando-a da mendicância e dos negócios de expediente. Foi um processo marcado por dificuldades, principalmente enquanto a desconfiança não se esbateu. Depois, a integração foi progressiva e passou a ser frequentemente solicitada para trabalhos e biscatos pela generalidade da aldeia.

Pedro Leça

FONTE: A Voz do Nordeste, 11-02-2003.

ANEXO 12 – ALUNA DE ETNIA CIGANA NO ENSINO SUPERIOR

O Secretariado Diocesano de Bragança-Miranda da Pastoral dos Ciganos organizou a realização das primeiras Jornadas da Pastoral dos Ciganos do Nordeste Transmontano, que decorreram, nos dias 16 e 17 do corrente mês, no auditório da Escola Superior de Educação, em Bragança. As Jornadas tiveram como principal objectivo sensibilizar a comunidade para a problemática dos ciganos, constituindo um momento de reflexão importante para tentar vencer alguns dos principais problemas da etnia.

Ana Preto

"O objectivo das Jornadas é sensibilizar as pessoas para a problemática dos ciganos, e que elas constituam um marco, um momento de reflexão importante, para se tentar vencer algumas dificuldades e alguns problemas mais urgentes dentro da etnia cigana", explica Fátima Castanheira, directora do Secretariado da Pastoral dos Ciganos.

E os problemas mais urgentes dentro da comunidade cigana do nordeste surgem nas cidades, já que nas aldeias a inserção social dos ciganos tem-se verificado. Em Bragança, por exemplo, há ciganos com famílias muito numerosas que vivem em barracas, sem água nem luz eléctrica. Essas condições reflectem-se depois na apresentação das crianças que vivem nessas barracas. "Na escola querem que vão limpos, mas nas condições em que vivem é impossível, principalmente no inverno, eles andarem limpos e com a higiene feita, e isso reflecte-se depois na escola, e a rejeição das outras crianças prende-se com a apresentação". Segundo Fátima Castanheira, as falhas de higiene implicam sempre uma rejeição social e resultam das condições em que vivem estes ciganos.

Jorge Nunes, presidente da Câmara de Bragança e um dos oradores das Jornadas, considera que este problema só pode ser resolvido se esses ciganos forem convenientemente inseridos no mercado do trabalho. "Mais do que sendo importante disponibilizar apoio financeiro para ajudar a vencer situações de pobreza extrema, situações de impossibilidade de superação dessa situação pelos próprios meios das famílias, é importante que essas famílias sejam ajudadas a inserirem-se no trabalho, que os dignifica, os ajuda, os valoriza e os liberta desse ciclo de pobreza", afirma.

Segundo o presidente, a Câmara tem vindo a apoiar a instalação de famílias ciganas em habitação condigna, inserindo-as em diferentes bairros da cidade. Por outro lado, o apoio tem-se verificado também nas aldeias, no âmbito de parcerias entre a Câmara,



as Juntas de Freguesia e os próprios interessados. Jorge Nunes confirma que a inserção da etnia parece estar a ser mais fácil nos núcleos rurais. "Tem-se conseguido uma boa inserção de famílias de etnia cigana, que têm casa própria, os filhos frequentam a escola com normalidade, inserem-se nas actividades normais de tempos livres e na vida associativa".

Relativamente à persistência de barracas de ciganos na cidade, Nunes refere que "é necessário continuar a apoiar a sua inserção, ajudá-los a encontrar alternativas de habitação própria, mas a alternativa também passa por eles e pela iniciativa deles".

Além da habitação, outro dos principais problemas da comunidade cigana é o abandono escolar, que continua a ser elevado, principalmente a partir do segundo e terceiro ciclo. Em parte, o abandono é ditado por problemas de adaptação e insucesso escolar, decorrentes do facto de a escola não estar direccionada para o respeito da cultura cigana.

Além destas dificuldades, há ainda as dificuldades resultantes dessa mesma cultura. Por exemplo, "as meninas, que costumam casar entre os 12, 13, 14 anos, quando chegam à idade casadoira os pais começam a proibi-las de ir à escola, e por esse facto muitas delas a abandonam", refere Fátima Castanheira.

UMA CIGANA NO ENSINO SUPERIOR

Porém, apesar de a grande maioria dos ciganos do distrito continuarem a não ir muito além do primeiro ciclo, há excepções, como a de Lucinda Clemente, uma rapariga cigana que frequenta o curso de Engenharia Química, no Instituto Politécnico de Bragança. Uma situação cultural e financeira favorável, por parte dos pais de Lucinda, permitiram-lhe aceder ao ensino superior e ser um caso raro no seio da comunidade. Essa raridade implica que Lucinda esteja no meio de duas culturas: entre o cigano e o que não é cigano.

No seu contacto com os colegas, por vezes os constrangimentos surgem pelo fac-

to de eles não saberem que ela é cigana e por isso ter de ouvir aquelas coisas mais desagradáveis que as pessoas dizem acerca dos ciganos. Apesar disso, sente-se completamente integrada na comunidade escolar, tal como se sente bem com o facto de ser cigana. "Eu estive a viver em França e quando cá cheguei apanhei logo: que era cigana, e não sei o quê... Não gostei muito da primeira experiência, mas é o que eu sou, não tenho nada a esconder. Somos pessoas iguais às outras".

Relativamente ao racismo, Lucinda acredita que isso é uma coisa que nunca vai deixar de existir, e que, aliás, é mútua entre a comunidade cigana e a restante comunidade. As diferenças culturais, por vezes, falam mais alto, e surgem as incompreensões. "O racismo nunca vai deixar de existir. Não sei o que poderia mudar, mesmo em relação a nós. Olço os meus primos a criticarem também um pouco esta minha cultura, porque também não tenho a cultura cigana".

Lucinda explica que, apesar do total apoio dos pais para que ela estudasse, no início surgia alguma discriminação no seio da restante família, formada pelos avós, tios e primos. Agora, que já frequente o ensino superior, as coisas mudaram um pouco e já sente que estes têm orgulho no facto de ela estar a estudar.

Lucinda tem também uma explicação para o abandono escolar dos ciganos, decorrente sobretudo da actividade laboral dos pais que, durante alguns períodos do ano, vão trabalhar para Espanha. Nesses períodos as crianças deixam de ir à escola.

Relativamente à tradição dos casamentos, Lucinda explica que, pelo menos na sua família, já não se pratica essa tradição, de fixar casamento logo que as crianças nascem. Os pais não a pressionam para casar, mas apenas para que termine o seu curso e só depois pense no casamento. Lucinda sorri e congratula-se com o facto de não lhe terem fixado o noivo quando nasceu.

"NA IGREJA NÃO HÁ ETNIAS"

A sessão de abertura destas Jornadas esteve a cargo de D. António Montes Mo-

FONTE: Mensageiro de Bragança, 23-05-2003.